



Alex Manetta

Homicídio juvenil masculino em Brasília (DF), Entorno de Brasília (GO) e Parecis/Alto Teles Pires (MT): as múltiplas escalas da violência (1991/2010).

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Alex Manetta

Homicídio juvenil masculino em Brasília (DF), Entorno de Brasília (GO) e Parecis/Alto Teles Pires (MT): as múltiplas escalas da violência (1991/2010).

Orientador: Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do Título de Doutor em Demografia

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO ALEX MANETTA, ORIENTADA PELO PROF.DR. ROBERTO LUIZ DO CARMO
CPG, 25/02/2013

Roberto Luiz do Carmo

**CAMPINAS
2013**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

M313h Manetta, Alex, 1978-
Homicídio juvenil masculino em Brasília (DF), Entorno de Brasília (GO) e
Parecis/Alto Teles Pires (MT) : as múltiplas escalas da violência (1991/2010). /
Alex Manetta. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Roberto Luiz do Carmo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas.

1. Homicídio juvenil - Brasília (DF). 2. Trabalho - Aspectos sociais. 3.
Violência. 4. Violência nos homens. I. Carmo, Roberto Luiz do, 1966-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Homicide male juvenile in Brasilia (DF), Entorno de Brasília (GO) and
Parecis/Alto Teles Pires (MT) : the multiple scales of violence (1991/2010).

Palavras-chave em inglês:

Youth homicide

Work - Social aspects

Violence

Violence in men

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora:

Roberto Luiz do Carmo [Orientador]

José Marcos Pinto da Cunha

Ana Maria Nogales Vasconcelos

Marta Pignatti

Joice de Melo Vieira

Data de defesa: 25-02-2013

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Homicídio juvenil masculino em Brasília (DF), Entorno de Brasília (GO) e Parecis/Alto Teles Pires (MT): as múltiplas escalas da violência (1991/2010).

ALEX MANETTA

Tese de Doutorado para obtenção do título de Doutor em Demografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo.

Este exemplar corresponde à redação final defendida e aprovada em, 25/02/2013.

Banca:

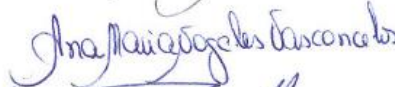
Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo



Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

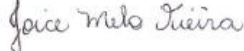


Profa. Dra. Ana Maria Nogales Vasconcelos



Profa. Dra. Marta Pignatti



Profa. Dra. Joice de Melo Vieira 

Prof. Dr. Alvaro de Oliveira D'Antona – suplente

Prof. Dr. Paulo Borlina Maia – suplente

Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob - suplente

CAMPINAS/2013

*Às mulheres de minha vida: Laura Ramos Manetta,
Fabiana do Couto Ghisolfi e Luna Ghisolfi Manetta.
E para Arcangelo Manetta (in memoriam).*

Agradecimentos

No que diz respeito ao processo de doutoramento em demografia, cabe um agradecimento aos docentes, pesquisadores, colegas e funcionários do NEPO, cuja dedicação tem sido fundamental na configuração de um ambiente propício ao ensino, ao aprendizado e à pesquisa acadêmica. Um agradecimento também ao CNPq, cujo apoio foi imprescindível durante meus quatro anos como doutorando. Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo e à Profa. Dra. Tirza Aidar que, com paciência e competência, souberam me orientar durante o processo de pesquisa e de escrita desse trabalho, apresentado agora na forma de tese. Cabe também um agradecimento à Alda Maria Quadros do Couto e ao Ramon F. Bicudo da Silva, cuja ajuda foi preciosa em questões específicas relativas à tese. Um agradecimento também à Liliane Manetta, pela paciência e apoio durante os meses de mais intensa dedicação intelectual.

Resumo

Há décadas o homicídio juvenil masculino tem sido vislumbrado como um fenômeno em expansão no Brasil. A demografia, como campo por excelência dos estudos da população, contribui nesse debate não somente através do reconhecimento das unidades espaciais, dos períodos e dos segmentos da população particularmente afetados por esse tipo específico de violência. Partindo das concepções teóricas que associaram - em décadas passadas - o processo de transição da estrutura etária ao agravamento nas condições de ocupação laboral e às tendências de elevação das taxas de homicídio para a população juvenil masculina, procura-se avaliar se o momento atual da dinâmica sócio-demográfica poderia ainda hoje estar potencializando contextos propícios à disseminação de formas não convencionais de inserção socioeconômica, o que inclui a integração de homens jovens na criminalidade urbana violenta. A diversidade de fatores reconhecidos no debate atual sobre a expansão da criminalidade e da violência juvenil homicida no Brasil sugeriu uma análise multiescalar através da qual a população juvenil masculina e os sub-espços urbanos relativamente desassistidos pelo poder público estariam servindo como recursos úteis à expansão de economias transnacionais do ilícito.

Dentro dessa perspectiva vislumbra-se a disseminação da violência letal entre homens jovens em Brasília (DF)/Entorno de Brasília (GO) como manifestação essencialmente ligada à disseminação de oportunidades de reprodução social e econômica através da integração à circuitos transnacionais do crime, visto que a elevação recente (2000/2010) das taxas de homicídio juvenil masculino não corresponde aos períodos caracterizados pelo crescimento proporcional e absoluto da população jovem e nem mesmo pelo agravamento nas condições de ocupação laboral formal e remunerada. Com o intuito de melhor vislumbrar a relevância dos aspectos sócio-demográficos nesse processo, utiliza-se uma contraposição entre as dinâmicas recentemente observadas em Brasília/Entorno de Brasília e em Parecis/Alto Teles Pires (MT), sub-região mato-grossense marcada pelo crescimento absoluto e proporcional da população de homens jovens, onde o homicídio juvenil masculino não aparece como tendência contemporânea predominante.

Abstract

For decades the male juvenile homicide has been envisioned as a booming phenomenon in Brazil. The demography, as a field of study *par excellence* of the population, contributes to this debate not only through recognition of spatial units, periods and segments of the population particularly affected by this particular type of violence. Based on the theoretical concepts associated with that - in past decades - the transition in age structure to the offense in terms of occupation and employment trends of rising homicide rates for young male population, attempts to assess whether the current time dynamics socio-demographic could still be leveraging contexts conducive to the spread of unconventional ways of socioeconomic status, which includes the integration of young men in violent urban crime. A variety of factors recognized in the current debate over the expansion of crime and youth violence homicide in Brazil suggested a multiscale analysis whereby the male youth population and sub-urban areas relatively underserved by the government would serve as useful resources for expansion transnational illicit economies.

Within this perspective glimpses the spread of lethal violence among young men in Brasília (DF)/Entorno de Brasília (GO) as a manifestation essentially linked to the spread of opportunities for social and economic reproduction through integrating the circuits transnational crime, since the recent high (2000/2010) of male juvenile homicide rates does not correspond to periods characterized by absolute and proportional growth of the youth population and even by worsening conditions in formal employment and gainful occupation. In order to better discern the relevance of socio-demographic aspects in this process uses up a contrast between the dynamics recently observed in Brasília/Entorno de Brasília and Parecis/Alto Teles Pires (MT), sub-region of Mato Grosso marked by the absolute and proportional growth of the young men population, where the male juvenile homicide does not appear as an dominant contemporary trend.

Sumário

Apresentação	29
Introdução	31
Capítulo I	
Justificativa.....	37
Violência juvenil homicida: entre a escala global e a escala local.....	45
O processo de globalização.....	45
A fábula da globalização.....	47
A perversidade da globalização.....	50
Tendências globais do trabalho contemporâneo.....	55
Economia transnacional do crime.....	57
Integração perversa: manifestação local de fenômenos globais.....	65
Violência no período contemporâneo.....	68
Principais mudanças teóricas na análise da violência contemporânea.....	68
Categorização da violência contemporânea.....	71
Articulação Multiescalar.....	73
Níveis de análise e delimitação espaço-temporal.....	74
Método.....	80
Hipótese e objetivos.....	82
Indicadores.....	83
Base de dados e qualidade da informação.....	84
Capítulo II	
Aspectos socioeconômicos.....	87
Região Centro Oeste: ocupação e usos do território.....	88
Urbanização, metropolização e divisões sócio-espaciais do trabalho.....	90
Brasília/Entorno de Brasília: gênese e desenvolvimento.....	93
Desigualdades regionais e divisões sócio-espaciais do trabalho.....	97
Violência estrutural e homicídio juvenil masculino.....	98
Nível regional.....	101
Dinâmica da população.....	101
Ocupação.....	115
Nível local.....	122
Luziânia.....	122
Lucas do Rio Verde.....	123
Dinâmica da população.....	124
Ocupação.....	132
Capítulo III	
Homicídio juvenil masculino.....	141
Brasil e grandes regiões.....	141
Brasília, Entorno de Brasília e Parecis/Alto Teles Pires.....	149
Nível local.....	166
Luziânia e Lucas do Rio Verde.....	166
Considerações finais	175
Bibliografia	179

Índice de Quadros e Mapas

Quadro 1. Municípios segundo divisão territorial (IBGE) - Entorno de Brasília (1991, 2000 e 2010).....	76
Quadro 2. Municípios segundo divisão territorial (IBGE) - Parecis/Alto Teles Pires (1991, 2000 e 2010).....	76
Mapa 1. Nível regional.....	77
Mapa 2. Nível local – Luziânia.....	78
Mapa 3. Nível local - Lucas do Rio Verde.....	79

Índice de Tabelas

Tabela 1. Índices de Gini da renda média domiciliar - RIDE (1991/2000).....	96
Tabela 2. Volume, graus de urbanização e taxas de crescimento da população residente - nível regional (1980/2010).....	103
Tabela 3. Volumes e percentuais da população residente por ano e grupos de idade - nível regional (1980/2010).....	113
Tabela 4. Percentual da população ocupada através de estudo ou trabalho remunerado por ano, grupos de idade e sexo - Brasília (2000 e 2010).....	116
Tabela 5. Percentual da população ocupada através de estudo ou trabalho remunerado por ano, grupos de idade e sexo - Entorno de Brasília (2000 e 2010).....	116
Tabela 6. Percentual da população ocupada através de estudo ou trabalho remunerado por ano, grupos de idade e sexo - Parecis/Alto Teles Pires (2000 e 2010).....	117
Tabela 7. Percentual da PEA, ocupados, desempregados e empregados sem carteira de trabalho assinada por ano, grupos de idade e sexo - nível regional (2000 e 2010).....	119
Tabela 8. Volume, graus de urbanização (%) e taxas de crescimento da população residente (% a.a.) - nível local (1991/2010).....	125
Tabela 9. Volumes e percentuais da população residente por ano e por grupos de idade - nível local (1980/2010).....	131
Tabela 10. Percentual da população ocupada através de estudo ou trabalho remunerado por ano, grupos de idade e sexo - Luziânia (2000 e 2010).....	133
Tabela 11. Percentual da população ocupada através de estudo ou trabalho remunerado por ano, grupos de idade e sexo - Lucas do Rio Verde (2000 e 2010).....	134
Tabela 12. Percentual da PEA, ocupados, desempregados e empregados sem carteira de trabalho assinada por ano, grupos de idade e sexo - nível local (2000 e 2010).....	136
Tabela 13. Razões de sexo da população residente e dos homicídios - Brasil (1980/2010).....	142

Tabela 14. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idades - Brasil e grandes regiões (1980/2010).....	144
Tabela 15. Razões de sexo dos homicídios por ano e por grupos de idade - Brasil, Centro Oeste e sub-regiões (1980/2010).....	150
Tabela 16. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos quinquenais de idade - nível regional (1980/2010).....	152
Tabela 17. Volume dos homicídios por ano e por sexo - nível regional (1991/2010).....	156
Tabela 18. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idade - nível regional (1991/2010).....	159
Tabela 19. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idade (1990/2010).....	162
Tabela 20. Volume dos homicídios masculinos por ano - Luziânia (1991/2010).....	169
Tabela 21. Volumes e taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) - Lucas do Rio Verde (1991/2010).....	170

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Taxas de crescimento da população total (%a.a.) - nível regional (1980/2010).....	102
Gráfico 2. Taxas de crescimento da população urbana (%a.a.) - nível regional (1980/2010).....	104
Gráfico 3. Graus de urbanização da população (%) - nível regional (1980/2010).....	104
Gráfico 4. Percentual de homens que não estudam e não exercem trabalho remunerado - nível regional (2000 e 2010).....	117
Gráfico 5. Percentual da PEA masculina ocupada - nível regional (2000 e 2010).....	120
Gráfico 6. Percentual da PEA masculina desempregada - nível regional (2000 e 2010)...	121
Gráfico 7. Percentual de homens empregados sem carteira assinada - nível regional (2000 e 2010).....	121
Gráfico 8. Taxas de crescimento da população (a.a.%) - nível local (1991/2010).....	125
Gráfico 9. Graus de urbanização da população (%) - nível local (1991/2010).....	126
Gráfico 10. Percentual de homens que não estudam e não exercem trabalho remunerado - nível local (2000 e 2010).....	135
Gráfico 11. Percentual da PEA masculina ocupada - nível local (2000 e 2010).....	137
Gráfico 12. Percentual da PEA masculina desempregada - nível local (2000 e 2010).....	137
Gráfico 13. Percentual de homens empregados sem carteira assinada - nível local (2000 e 2010).....	138
Gráfico 14. Razões de sexo dos homicídios por ano e por grupos de idade - Brasil (1980/2010).....	142
Gráfico 15. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idade - Brasil (1980/2010).....	145
Gráfico 16. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupo de idade - Centro Oeste (1980/2010).....	145

Gráfico 17. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupo de idade - Nordeste (1980/2010).....	146
Gráfico 18. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupo de idade - Norte (1980/2010).....	146
Gráfico 19. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupo de idade - Sul (1980/2010).....	147
Gráfico 20. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupo de idade - Sudeste (1980/2010).....	148
Gráfico 21. Taxas de homicídio masculino (20-24 anos) (100 mil habitantes) - Brasil e nível regional (1980/2010).....	149
Gráfico 22. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) - Brasília (1980/2010).....	153
Gráfico 23. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) - Entorno de Brasília (1980/2010).....	153
Gráfico 24. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) - Parecis/ATP (1980/2010).....	154
Gráfico 25. Taxas de homicídio masculino (20-24 anos) (100 mil habitantes) - Brasil e nível regional (1980/2010).....	155
Gráfico 26. Volume de homicídios por ano e sexo - Brasília (1991-2010).....	156
Gráfico 27. Volume dos homicídios por ano e sexo - Entorno de Brasília (1991/2010).....	157
Gráfico 28a. Volume dos homicídios por ano e sexo - Parecis/ATP (1991/2010).....	157
Gráfico 28b. Volume dos homicídios por ano e sexo - Parecis/ATP (1991/2010).....	158
Gráfico 29. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) - Brasília (1991/2010).....	160
Gráfico 30. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) - Entorno de Brasília (1991/2010).....	160

Gráfico 31. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) - Parecis/ATP (1990/2010).....	161
Gráfico 32. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idade - Brasília (1990/2010).....	162
Gráfico 33. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idade - Entorno de Brasília (1990/2010).....	163
Gráfico 34. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idade - Parecis/ATP (1990/2010).....	163
Gráfico 35. Taxas de homicídio juvenil masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idade - Brasília (1990/2010).....	164
Gráfico 36. Taxas de homicídio juvenil masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idade - Entorno de Brasília (1990/2010).....	165
Gráfico 37. Taxas de homicídio juvenil masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idade - Parecis/ATP (1990/2010).....	165
Gráfico 38. Taxas de homicídio masculino (20-24 anos) (100 mil habitantes) - nível sub-regional (1990/2010).....	166
Gráfico 39. Volume de homicídios masculinos por ano e por município - Entorno de Brasília (1991/2010).....	167
Gráfico 40a. Volume de homicídios de homens por município - Parecis/ATP (1991/2010).....	168
Gráfico 40b. Volume de homicídios de homens por município - Parecis/ATP (1991/2010).....	168
Gráfico 41. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) - Luziânia (1991/2010).....	171
Gráfico 42. Taxas anuais de homicídio masculino (100 mil habitantes) - Luziânia (1991/2010).....	171

Índice de figuras

Figura 1. Composição etária dos migrantes - nível regional (1995/2000).....	108
Figura 2. Composição etária dos migrantes - nível regional (2005/2010).....	109
Figura 3. Composição etária da população residente - Brasil e Centro Oeste (1980/2010).....	111
Figura 4. Composição etária da população residente - nível regional (1980/2010).....	112
Figura 5. Composição etária dos migrantes - nível local (1995/2000).....	128
Figura 6. Composição etária dos migrantes - nível local (2005/2010).....	128
Figura 7. Composição etária da população residente - nível local (1991/2010).....	130
Figura 8. Razão de sexo dos homicídios por unidade territorial, por ano e por grupos de idade - Brasil (1980/2010).....	151

“... posto em seu devido tempo na terra, o trigo nasceu, cresceu e agora está maduro. Na orla da seara arrancamos uma espiga, esfregamo-la entre as palmas das mãos, que é gesto antigo. Desfaz-se o palhiço seco e quente, reunimos no côncavo das mãos as dezoito ou vinte sementes daquele pé, e dizemos, é tempo de ceifar. Estas são as mágicas palavras que hão de por em movimento as máquinas e os homens...” (SARAMAGO, 1980:178).

Apresentação

A proposta contida nesse trabalho teve sua gênese a partir de um trabalho inicial que avaliou as mudanças na estrutura etária dos óbitos por grupos de causas na região Centro Oeste brasileira (1980/2008). Durante a investigação sobre os níveis e alterações nos níveis de mortalidade por grupos específicos de causas, destacou-se a elevação dos anos de vida potencialmente perdidos (AVPP)¹ por óbitos violentos - acidentes de trânsito, homicídios e suicídios – em décadas recentes. Naquela etapa da pesquisa, surgiu então a curiosidade em compreender o processo, ou o conjunto de processos, que teria levado à tão evidente elevação dos óbitos por causas violentas e, especificamente, do homicídio entre homens jovens. A relevância da percepção recente que associa a elevação da violência letal entre homens jovens à disseminação transnacional do fenômeno criminal levou a uma análise do aumento recente do homicídio juvenil masculino – particularmente em Brasília/Entorno de Brasília - como manifestação predominantemente ligada a processos regionais de expansão das oportunidades de integração juvenil em extensas divisões sócio-espaciais do trabalho no crime. A observação desse fenômeno - articulado segundo uma lógica multiescalar - passou então a estimular uma intensa reflexão sobre o 'lugar' da dinâmica demográfica e das condições de ocupação formal e remunerada de homens jovens nessa questão, apresentada agora na forma de tese de doutoramento em Demografia.

¹ Para saber mais sobre o índice 'anos de vida potencialmente perdidos' (AVPP), consultar Arriaga (1994 e 1996).

Introdução

Apesar dos esforços empreendidos durante décadas de pesquisas sobre as expressões da violência juvenil homicida e da criminalidade urbana no Brasil, esse seria ainda um debate disperso, cujas interpretações permaneceriam incompletas, sobretudo quando considerado o contexto transnacional da cultura e da economia hoje globalizadas (ZALUAR, 1999). Partindo-se dos pressupostos de que no Brasil as taxas de homicídio têm sido maiores para os grupos etários juvenis e que esse tem sido um resultado consistente com tendências internacionais² (DELLASOPA et al, 1999), assume-se a relevância de um processo atual de ‘mundialização’ da violência criminal, perspectiva através da qual são possibilitadas construções teóricas com alcance para várias sociedades contemporâneas (SANTOS, 2002). Chama-se a atenção para o aspecto transnacional da dinâmica que inclui formas predominantemente criminais da violência homicida, especialmente no que se refere aos homens jovens residentes de áreas urbanas.

As recorrentes menções ao termo ‘jovem’ demandam uma definição a respeito da população a qual se faz referência. A alternativa pelo recorte etário, se por um lado introduz uma referência mensurável, por outro lado não corresponde ao conceito de juventude, visto como período de transição para a vida adulta (PAIVA, 2009). Mesmo em relação à definição através do recorte etário existem divergências. No Brasil a Secretaria Nacional da Juventude redefiniu (2006)³ a faixa etária de sua população-alvo como os indivíduos com idades entre 15 e 29 anos (VIEIRA, 2009), recorte etário adotado também nessa pesquisa, justamente por mostrar-se consonante aos objetivos e aos resultados esperados nessa pesquisa, mantendo-se como referência também na utilização do adjetivo ‘juvenil’.

Soares (2006) afirma que a vinculação contemporânea entre as formas predominantes da violência juvenil homicida e as dinâmicas transnacionais do tráfico de drogas - nas periferias das grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras - revela conexões entre circuitos locais e redes transnacionais do ilícito, evidenciando o fato de que os

² Destaca-se a elevação contemporânea das taxas de homicídio juvenil masculino, tanto no Brasil (WASELFISZ, 2011) como em países da América Latina e Caribe (WASELFISZ, 2008) e em outras partes do mundo (KRUG et al, 2003).

³ Antes do ano de 2006 a população alvo da Secretaria Nacional de Juventude era definida pelo recorte etário entre 15 e 24 anos (VIEIRA, 2009).

investimentos fundamentais a uma dinâmica transnacional do crime – propinas, armas e drogas - não poderiam ser provenientes dos locais onde a violência criminal se mostra mais evidente. Dentro desse pressuposto, vislumbra-se a disseminação de elevadas taxas de homicídio juvenil masculino como manifestação fortemente ligada ao processo de integração de homens jovens na criminalidade violenta.

As escalas de atuação da dinâmica criminal, inclusive em suas expressões mais localizadas, estariam superando em muito os limites geográficos e as possibilidades de investimento das comunidades onde a violência criminal tem se mostrado mais perversa, justamente através de elevadas taxas de homicídio juvenil masculino. Revelar-se-iam assim os limites das explicações estritamente locais (ZALUAR, 1996).

Dentro dessa perspectiva as manifestações locais de violência juvenil homicida, especialmente em suas expressões criminais, não estariam relacionadas diretamente às dinâmicas de crescimento da população jovem ou aos respectivos contextos de precarização laboral, mas estaria vinculada sobretudo ao processo de integração de homens jovens em dinâmicas socioeconômicas ampliadas, como manifestações localizadas de setores globais de atividade criminal (COUTO, 2012). Faz-se menção à disseminação - em escala transnacional - de oportunidades de ‘integração perversa’ (CASTELLS, 2003) de homens jovens às formas de trabalho e de reprodução social e econômica praticadas na economia do crime.

A idéia da constituição do crime como um mercado alternativo de trabalho que gera elevadas taxas de lucro e uma variedade de postos de serviço foi reafirmada no Seminário sobre Crianças Afetadas pela Violência Armada Organizada, realizado pela organização não-governamental Viva Rio (2002), quando os participantes concordaram sobre uma definição de trabalho para jovens que atuam nas quadrilhas de traficantes no Rio de Janeiro ou em grupos armados semelhantes de outros lugares do Brasil e do mundo (DOWDNEY, 2005).

Em acordo com Veen (1999) a indústria da droga, como principal setor do crime organizado transnacional, constitui a coluna vertebral da economia em várias nações e localidades, promovendo alternativas de trabalho e de geração de renda para milhões de

pessoas ao redor do mundo, quando as oportunidades de integração através do crime estariam se expandindo em escala global, por um lado como alternativa de inserção socioeconômica para amplos segmentos da população, e por outro lado como possibilidade de aquisição de mais-valia em taxas ampliadas.

A integração perversa de homens jovens no crime estaria ocorrendo, portanto, em consonância com dinâmicas de ordem transnacional, expressas nos territórios, regiões e localidades, através de uma ética pragmática dominante e de extensas divisões sócio-espaciais do trabalho. Considerando o potencial específico de integração de cada bairro, cidade ou região, a qualquer setor de atividade global, como possibilidade dada por suas respectivas peculiaridades, assume-se que na economia do crime não poderia ser diferente, de modo que tenderia a se expandir onde as condições manter-se-iam minimamente propícias.

Nesse sentido as localidades e regiões marcadas pela precariedade estrutural e pela relativa incapacidade de governança, assim como pela precariedade nas condições laborais, tenderiam a estar aptos como ‘abrigo’ de atividades criminosas de origem transnacional. De maneira correlata, tornar-se-ia a população local - especialmente a população juvenil masculina - mão de obra potencialmente barata e descartável, comumente empregada na linha de frente da criminalidade urbana violenta.

Seguindo essa linha de raciocínio, as oportunidades de integração perversa de homens jovens nas redes transnacionais da economia do crime dependeriam da articulação entre dinâmicas vigentes em diferentes escalas espaciais. Do ponto de vista sistêmico, as manifestações da violência juvenil homicida estariam ligadas a amplos setores da economia global, cujo funcionamento integrado dependeria da conexão entre atividades espalhadas pelo planeta, inclusive nas periferias urbanas brasileiras, constituindo-se extensas divisões socioespaciais do trabalho, assim como desiguais divisões socioespaciais dos bônus - e dos ônus - decorrentes.

Reconhece-se a demanda por um pensamento que mantenha como marco teórico o processo de globalização, vislumbrado através de suas principais tendências. Para tanto, recorreu-se às noções relativas ao processo contemporâneo de unificação - em escala mundial - dos

sistemas, da produção, do consumo, da comunicação, das finanças, da ética predominante e, é claro, dos problemas hoje 'mundializados', cuja extensão e intensidade se fariam sentir tanto por 'fenômenos globais' quanto por 'manifestações particulares', em locais, regiões ou em momentos específicos (SANTOS, 2000).

É nesse contexto ampliado da dinâmica social e econômica que se pretende vislumbrar o processo de integração perversa de homens jovens, assim como as expressões predominantes do homicídio juvenil masculino, em duas sub-regiões do Centro Oeste Brasileiro: Brasília (DF)/Entorno de Brasília (GO) e Parecis/Alto Teles Pires (MT).

A escolha dessas duas sub-regiões se justifica pelo fato de representarem processos relativamente recentes de urbanização/metropolização no Centro Oeste, cujas dinâmicas social, econômica e de demográfica se apresentam sobremaneira díspares, o que inclui as expressões do homicídio masculino.

Na metrópole – Brasília/Entorno de Brasília – o homicídio tem sido caracterizado pela elevação das taxas para a população juvenil masculina, enquanto que na rede urbana constituída em função do agronegócio – Parecis/Alto Teles Pires – o homicídio não apresenta uma tendência definida em termos da composição por sexo e por idade. Essa distinção serviria como uma espécie de 'contraponto' para os estudos da violência e, mais especificamente, do homicídio juvenil masculino.

Procura-se evidenciar que o processo recente de expansão da violência juvenil homicida, particularmente em Brasília/Entorno de Brasília, não coincide com os períodos caracterizados pelas mais elevadas taxas de crescimento da população urbana, pelo crescimento absoluto e proporcional da população jovem, nem tampouco por processos de precarização das condições de trabalho.

Por isso, as formulações teóricas (BERCOVICH e MADEIRA, 1990; BERCOVICH, 2003 e BERCOVICH e MASSÉ, 2004) que relacionaram, em décadas passadas, o crescimento absoluto e proporcional da população jovem ao fenômeno caracterizado pela elevação do homicídio juvenil masculino, não poderiam ser aplicadas ao caso recente de Brasília/Entorno de Brasília.

Nesse sentido, pretende-se avaliar a elevação do homicídio juvenil masculino como consequência do uso corporativo – por parte de empresas do crime – dos recursos⁴ presentes nos territórios, particularmente nas periferias urbanas brasileiras: subespaços relativamente precários e desassistidos pelo poder público e homens jovens e adultos com restritas perspectivas de inclusão digna aos setores formais da economia urbana.

Para tanto, no Capítulo I são abordados os aspectos multiescalares das formas predominantes da violência criminal urbana contemporânea, além dos aspectos teóricos e metódicos adotados na pesquisa. No Capítulo II são abordados os processos sócio-econômicos e demográficos visíveis nos níveis regional e local, conforme descrição contida no Item ‘Níveis de abordagem e delimitação espaço-temporal’. No Capítulo III são apresentados os indicadores de violência direta entre homens – taxas de homicídio masculino – para os níveis mencionados. Nas considerações finais, procura-se evidenciar como a dinâmica demográfica, especialmente no que diz respeito aos ritmos de crescimento e às alterações na composição etária da população, assim como o processo de precarização do trabalho, não podem ser considerados fatores determinantes quanto ao processo de integração perversa.

⁴ Raffestin (1993:223-236) disponibiliza uma discussão a respeito dos recursos presentes nos territórios nacionais: se refere a um meio para se atingir um objetivo, de modo que à medida que o objetivo muda, os recursos mudam também, constituindo-se como resultado de uma interação.

Capítulo I

“... a Monte Lavre, de guerras, só chegavam notícias de jornal, e essas eram para quem as soubessem ler. Os outros, se viam subir os preços ou faltarem até o gêneros grosseiros da sua alimentação, se perguntavam por que, é por causa da guerra, respondiam os entendidos. Muito comia a guerra, muito a guerra enriquecia. É a guerra aquele monstro que primeiro que devore os homens lhes despeja os bolsos, um por um, moeda atrás de moeda, para que nada se perca e tudo se transforme, como é lei primária da natureza, que só mais tarde se aprende. E quando está saciada de manjares, quando já regurgita de farta, continua no jeito repetido de dedos hábeis, tirando sempre do mesmo lado, metendo sempre no mesmo bolso. É um hábito que, enfim, lhe vem da paz ...” (SARAMAGO, 1980:178).

Justificativa

De acordo com Velho (2000) a sociedade brasileira teria se desenvolvido em um sistema de desigualdades no qual o uso da violência foi, e continuaria ainda a ser, recurso freqüentemente adotado como forma de resolução de conflitos. Sugere-se, no entanto, e mesmo correndo-se o risco de ser repetido um velho clichê⁵, que o panorama atual apresenta novidades, ou seja, características peculiares reveladas pelo agravo da violência homicida entre homens jovens, perpetrada com a utilização de armas de fogo.

De fato, o crescimento das taxas de homicídio por ferimentos causados por armas de fogo no Brasil teria afetado particularmente o segmento juvenil masculino (WAISELFIZS, 2008:10), tanto nas capitais e regiões metropolitanas quanto no interior do país (WAISELFIZS, 2010:65), em um contexto predominante de crimes cometidos em locais públicos, entre pessoas que não seriam íntimas e nem mesmo conhecidas (ZALUAR, 2007; COSTA, 1999).

No ano de 2002, por exemplo, o Brasil teria sido o país com o maior número de mortes registradas provocadas por projéteis de armas de fogo - 38.088 óbitos - superando países considerados violentos como Colômbia, El Salvador, África do Sul e Estados Unidos. Levando-se em conta o tamanho da população, ainda no ano de 2002, o Brasil teria ocupado uma posição entre os países com as mais elevadas taxas de óbito provocadas por armas de fogo, com 21,8 óbitos em cada 100 mil habitantes (PHEBO, 2005:15-16), taxas

⁵ De acordo com Chesnais (1981:393) a referência a uma agressividade cuja marca denunciaria uma nova etapa da história da violência soaria como um mesmo clichê, uma ilusão permanente ou mesmo como uma falsa novidade.

mais elevadas do que as verificadas em muitos países em declarado estado de guerra (SMALL ARMS SURVEY, 2006).

No Brasil as taxas de homicídio juvenil masculino mantiveram-se elevadas durante as décadas recentes e o seu crescimento se constitui no principal fator explicativo das altas taxas de homicídio observadas em relação à população total. Em 2003, no entanto, teve início um processo de queda nas taxas de homicídio para a população total em nível nacional, fato atribuído às quedas observadas na região Sudeste, especialmente nos estados do Rio de Janeiro⁶ e de São Paulo⁷ onde, não obstante, as taxas permanecem elevadas (WAISELFISZ, 2008).

Nas outras regiões, porém, foram observados aumentos expressivos (2000/2010), especialmente nas taxas de homicídio para homens na faixa etária entre 15 e 29 anos e, especificamente, na faixa entre 20 e 24 anos, conforme demonstrado no Capítulo III. Disseminam-se pelo país, elevados riscos de homicídio juvenil masculino perpetrado com a utilização de armas de fogo (WAISELFISZ, 2010), sobretudo entre residentes das periferias urbanas das grandes cidades e regiões metropolitanas (WAISELFISZ, 2011; SOARES, 2006; MINAYO, 2005; ADORNO, 2002; DELASOPPA et al, 1999).

Nesse cenário destacar-se-iam duas das seis características da mortalidade violenta no Brasil, descritas por Minayo (2009): a concentração dos homicídios por sexo, por idade e por local de residência e a prevalência - como meio - da utilização de armas de fogo.

Reconhece-se a importância da disponibilidade de armas de fogo na dinâmica atual da violência (SOARES, 2006), assim como a tendência a elevados potenciais de letalidade (SENTO-SÉ, 2011) representados por confrontos nos quais têm sido utilizadas, sejam

⁶ Segundo os dados oficiais do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, o número de óbitos ocasionados por homicídio no Estado do Rio de Janeiro teria diminuído nos últimos anos de 7.099 (2006) para 5.064 (2009), fato que implica um decréscimo de 28,7% no período. Contudo, haveria indícios de que esse resultado tenha se dado por consequência de má classificação e manipulação dos dados, já que o número de incidentes violentos fatais com causa não esclarecida aumentou a partir de 2007 no Rio de Janeiro. Reclassificando os óbitos por causa indeterminada como homicídios, suicídios ou acidentes, estimou-se que o número de homicídios no Rio de Janeiro (2006/2009) manteve-se relativamente estável no período (CERQUEIRA, 2011).

⁷ No estado de São Paulo, apesar das quedas observadas nas taxas de homicídio desde o início dos anos 2000, esperam-se uma elevação das taxas para o ano de 2012, devido ao aumento do número de homicídios de policiais e de 'civis', fenômeno amplamente divulgado pela mídia.

confrontos de caráter interpessoal, entre grupos criminosos (DOWDNEY, 2005) ou resultantes de intervenções legais (SOUZA E. R. et al, 2005). Assume-se a impossibilidade de serem analisadas as manifestações atuais do homicídio, sobretudo do homicídio juvenil masculino, no Brasil, sem que venha à tona a questão da disponibilidade de armas de fogo (MINAYO, 2009).

O Brasil, dentre os países atualmente assolados pela difusão da violência armada, seria um dos poucos que possuem uma próspera indústria de armas de pequeno porte, o tipo mais freqüentemente utilizado em atividades criminosas no país. Utilizando os exemplos dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 2002, foram apreendidas 37.418 e 18.056 armas de pequeno porte, respectivamente. Em ambos os casos, mais de 70% das armas foram produzidas no Brasil e mais de 80% eram revólveres e pistolas (DREYFUS et al, 2005).

Levando em consideração a histórica falta de controle sobre o número, a distribuição e os tipos de armas de fogo em circulação no Brasil, estima-se que em 2005 o seu número total chegava próximo a 17 milhões. As armas de fogo variam em termos de alcance efetivo, de poder de fogo e da cadência de tiro. Considerando a diversidade das realidades locais, pareceria evidente que os problemas relacionados à violência armada tenderiam a ser mais sensíveis onde há uma alta disponibilidade de armas semi-automáticas ou de tipo militar (DREYFUS e NASCIMENTO, 2005), por exemplo, especialmente quando utilizadas em situações de conflito entre grupos criminais (SMALL ARMS SURVEY, 2006) ou entre grupos criminais e representantes do poder público.

A existência de grupos armados constituídos por uma maioria de homens jovens, nas periferias de grandes cidades, seria fato notório não apenas no Brasil, como também em países como Colômbia, Equador, El Salvador, Honduras, Jamaica, Nigéria, Filipinas, África do Sul e EUA, dentre outros. Apesar das especificidades locais, sugere-se a prevalência de fatores cuja sobreposição tenderia a contextos de elevados riscos de adesão juvenil às facções armadas do crime, como uma população juvenil volumosa, residente em áreas urbanas relativamente desprivilegiadas, onde o poder público se faria pouco presente. Esse seria o contexto predominante sobre o qual estariam se expandindo os grupos armados responsáveis pelo tráfico local de drogas e de armas, onde a repressão armada empreendida

pelo Estado tenderia a estimular a constituição de grupos cada vez mais organizados, mais fortemente armados e, não raramente, mais violentos (DOWDNEY, 2005).

Seguindo práticas que privilegiam a repetição de arranjos que relacionam o ilícito e o uso de armas de fogo à aquisição de dinheiro fácil, à elevação do *status* social e à reafirmação da masculinidade (ZALUAR, 1998), jovens do sexo masculino, nem sempre os mais destituídos, seriam atraídos por essa identidade e estariam se incorporando ao crime e aos grupos criminosos (ZALUAR, 1999a), tornando-se as maiores vítimas e, ao mesmo tempo, os maiores perpetradores de homicídio. De maneira geral, seriam “... *desses jovens... os corpos que aumentam as taxas de homicídio pelo país afora...*” (ZALUAR, 2007:46).

O tráfico de drogas e o tráfico de armas, ao representarem setores criminais em intenso crescimento, estariam se disseminado como estilo de vida e como meio de reprodução econômica nas cidades brasileiras, e os jovens estariam sendo incorporados como mão de obra preferencial pelas redes do crime (SOARES, 2006).

Julga-se, portanto, que o olhar sobre a disseminação de elevados riscos de homicídio juvenil masculino, no Brasil, deveria necessariamente passar pelo reconhecimento de um processo de integração de homens jovens pelas redes de uma economia transnacional do crime, setor de atividade global em expansão cuja importância tem sido amplamente reconhecida, tanto na literatura nacional (WASELFISZ, 2010; WERNER, 2009; PEREIRA, 2008; BALTAZAR JUNIOR, 2008; ZALUAR, 2007, 1999 e 1996; ADORNO, 2002; COSTA, 1999; HAESBART, 1999) quanto na literatura internacional (VEGA e KRUIJT, 2007; CASTELLS, 2003; VEEN, 1999; WIEVIORKA, 1997; STERLING, 1997 e 1994). Quanto ao processo de integração juvenil pelas redes transnacionais de economia do crime, tornar-se-ia importante salientar que:

“... apesar de perigosos os grupos criminosos armados possuem certos atributos positivos para aqueles que pertencem a eles... a maior parte... oferece a jovens... um caminho rápido para alguma forma de pertencimento ou inclusão social, política ou econômica mesmo que limitada. Eles também oferecem estímulo e diversão em locais onde muitas vezes não há muito o que fazer. Contudo, eles são também estruturas violentas, usando armas de fogo como forma de progredir, armando menores e utilizando-os em confrontos armados...” (DOWDNEY, 2005:9).

A percepção do avanço da criminalidade como uma tendência mundial não exclui, portanto, a sociedade brasileira, sobretudo porque o país estaria inserido nas rotas internacionais do tráfico de drogas e de armas, constituindo-se uma importante base para a expansão da criminalidade violenta (ADORNO, 2002), aquela que vitimiza particularmente homens jovens residentes de periferias urbanas.

A elevada incidência de homicídio juvenil masculino entre residentes de bairros periféricos das cidades brasileiras estaria sugerindo os maiores potenciais de integração juvenil masculina na criminalidade violenta, representados por contextos onde a sobreposição de carências se revela uma questão estrutural.

Embora reafirmada a significância de indicadores socioeconômicos em relação à distribuição espacial dos homicídios, adverte-se que essa relação não poderia ser compreendida de forma unívoca ou linear (MINAYO, 2005). Em outras palavras, não restariam dúvidas de que a pobreza, a miséria e a iniquidade social tenderiam a constituir campos altamente propícios para a disseminação da criminalidade violenta, no entanto, atenta-se para a dimensão sistêmica da questão (VELHO 2000).

A explicação para a disseminação contemporânea de elevadas taxas de homicídio juvenil masculino não deveria, portanto, ser buscada exclusivamente em âmbito local, pois as redes de práticas criminosas, ao se articularem segundo diferentes escalas espaciais, estariam incluindo - necessariamente - agentes influentes, beneficiários de sistemas de impunidade⁸, de sistemas técnicos e do sistema financeiro internacional.

Hoje a lavagem do dinheiro obtido através de práticas criminosas estaria ocorrendo através de complexos esquemas financeiros, estabelecendo-se ligações entre a economia do crime e a economia formal globalizada (CASTELLS, 2003), de modo que o crime transnacional organizado e a lavagem de dinheiro manteriam sentidos complementares. Nesse contexto, a lavagem de dinheiro teria passado a ser objeto de interesse crescente no âmbito da

⁸ Seria pequena a resistência em determinar a prisão preventiva de criminosos que, embora não sejam violentos, não tenham elevado status social, como traficantes de drogas, estelionatários ou autores de furtos. A situação seria diferente, porém, quando a acumulação econômica permite ao criminoso alcançar aceitação e respeitabilidade social, de acordo com o mote de que dinheiro é poder (BALTAZAR JUNIOR, 2008:30-31).

economia mundial, a partir do momento em que teriam sido propiciadas maiores facilidades ao capital para sua movimentação (LILLEY, 2001).

Daí a necessidade de serem interpretadas as manifestações predominantes da violência juvenil homicida dentro do contexto do crime transnacional, ou seja, do crime também ele globalizado (ZALUAR, 1996 e 1999). Em tais condições, a concepção da criminalidade violenta no Brasil tornar-se-ia deveras complexa:

“... isso só ficou claro... quando ouvimos a presidente de uma das associações de moradores contar, chorando, em 1988, como as armas de fogo chegavam até o bairro e eram postas nas mãos dos adolescentes... trazidas de carro por desconhecidos... havia, então, um fluxo de recursos – armas, drogas e até dinheiro – cuja fonte transcendia a prática fatal dos adolescentes pobres. O escopo da análise teve de ser ampliado até incluir a organização transnacional dos cartéis das drogas e de outras mercadorias negociadas ilegalmente, além, é claro, das instituições locais...” (ZALUAR, 1999:13).

A articulação transnacional da economia do crime teria aumentado a incidência da violência em alguns de seus ramos, especialmente no tráfico de drogas, por incluir outras ações criminosas, tais como roubos, assaltos e homicídios, extorsão, intimidação, chantagem e em alguns países o terrorismo. Esse quadro, como mencionado, tenderia a ser agravado por formas violentas de intervenção oficial, cujo *locus* preferencial das ações concentrar-se-ia em favelas e bairros periféricos das áreas urbanas brasileiras (ZALUAR, 2007).

Em tais circunstâncias, a violência homicida manifesta, sobretudo no caso da população juvenil masculina, teria se tornado particularmente relevante em suas formas criminais, ao se constituírem primordialmente na condição da manutenção de negócios ilegais de origem transnacional (MINAYO, 2005).

As empresas do crime, ao assumirem a forma de empresas globais⁹, teriam incorporado a ética da competitividade, ótica através da qual o futuro passa a ser lido cada vez mais como ‘lugar’ prometido aos eficientes e aos tecnicamente atualizados, ou seja, àqueles capazes de

⁹ “... a própria evolução do nome por que são conhecidas assinala a constante expansão das atividades destas empresas em atividades em mais de um estado nacional: de empresas multinacionais para empresas transnacionais e, mais recentemente, para empresas globais...” (SANTOS, B. de S., 1996:250).

compreender os imperativos do mundo globalizado. Por isso a necessidade de perceber-se que:

“... o crime é uma parte importante e em crescimento da economia mundial. De certa forma não é diferente de outros elementos centrais dessa economia. Usa redes similares, diversifica-se da mesma maneira, tem uma divisão semelhante do trabalho... entende os mercados da mesma forma... e opera numa larga escala...” (CASTELLS e INCE, 2003:104).

As redes, hoje reconhecidas como os mais eficazes suportes à fluidez e à competitividade contemporâneas, cada vez mais tenderiam a operar em escala global através da superposição e da articulação entre redes principais e redes tributárias (SANTOS, M., 1996). Na economia do crime as redes transnacionais de financiamento e de lavagem de dinheiro, de produção e de distribuição de bens ilegais, representariam seu caráter sistêmico (VEEN, 1999), cuja função seria articular atividades dimanizadas em diversas regiões de diversos países. Nesse sentido, pareceria importante destacar que:

“... os circuitos globais podem ter tanto um caráter geral, mais disseminado, como é o caso das redes informacional e financeira, quanto um caráter segmentado, envolvendo grupos... específicos, como ocorre... nas redes ilegais do contrabando e do narcotráfico. A escala cartográfica de atuação, em ambos os casos, é a mesma - o globo, mas o recorte aí privilegiado é distinto. Enquanto as redes informacional e financeira envolvem agentes com uma intenção clara de expandir ao máximo sua atuação (embora na prática continuem sempre seletivos)... o caráter ilegal dos circuitos do narcotráfico sugere sempre uma clandestinidade que se vê retratada na dimensão espacialmente mais restrita...” (HAESBART, 1999:25-26).

Por isso, mais do que a distinção entre esses dois circuitos - o global e o local - o que deveríamos observar seria a vinculação entre eles (HAESBART, 1999:26). A articulação local em relação à economia global, como possibilidade gerada por intermédio das redes técnicas e das formas atuais de realização da vida econômica (SANTOS, M., 1996), apareceria hoje como uma necessidade rigorosa imposta a qualquer setor da economia (BENKO, 2001:8-9), de modo que a interpretação a respeito do processo de integração juvenil pelas redes transnacionais do crime deveria ser buscada na associação entre dinâmicas localizadas e elementos estruturais do sistema global (COUTO, 2011 e 2012).

Ao atribuir-se à expansão da economia do crime grande poder de explicação frente à elevação das taxas de homicídio juvenil masculino no Brasil, não se estaria a negar a importância crucial das dinâmicas socioeconômicas localizadas. Se atenta para a possibilidade de utilização de características locais ou regionais como recurso às atividades ilegais de ordem transnacional. Nesse sentido é que os subespaços das grandes cidades brasileiras caracterizados pela precariedade estrutural e pela omissão por parte do Estado tenderiam a tornarem-se abrigos potenciais para atividades do crime ‘miúdo’¹⁰, onde o processo de integração juvenil no crime, por sua vez, tenderia a mostrar-se mais perverso.

Entretanto, torna-se preciso alertar para o fato de que no Brasil, assim como em outras partes do mundo, as mais elevadas taxas de homicídio juvenil masculino não estariam ocorrendo nas regiões de mais extensa e absoluta pobreza, mas sim em áreas onde haveria uma circulação de riqueza suficiente para a manutenção de mercados ilícitos lucrativos. Considera-se, pois, importante a conclusão a que chegou Waiselfisz (2008:39-43) quando demonstra que mais do que a pobreza absoluta ou generalizada seria a pobreza dentro da riqueza que teria o maior poder de influência sobre os níveis de homicídio em um país ou região, especialmente quando em referência à população jovem masculina.

Nos termos de Minayo (2005), seria sobre circunstâncias de escassez de oportunidades para amplos segmentos da população juvenil, particulares a cada bairro, cidade ou região, que estaria baseada a expansão das redes transnacionais do crime e a disseminação da criminalidade violenta.

Assume-se, portanto, a necessidade de serem reconhecidas as causas imediatas da manifestação da criminalidade violenta (DELASOPPA et al, 1999) em relação às suas causas macrosociais (SOUZA, E. R. et al, 2005). Feitas essas considerações, pretende-se argumentar sobre a relevância em serem estudadas as manifestações particulares do homicídio juvenil masculino, no Brasil, como expressões consonantes a processos

¹⁰ No Brasil, poder-se-ia dizer que a corrupção constitui a face mais importante do crime, à qual mal seriam aplicadas as leis contidas no código penal. Por outro lado, a face miúda, àquela do crime comum - dos furtos, dos assaltos, do tráfico de drogas, dos homicídios, enfim, de todos os crimes tipificados na lei penal – tenderia a ser praticada pelas classes populares, corriqueiramente reprimidas pelo sistema socioeconômico, pela polícia, pela justiça e, depois de tudo, pelo sistema carcerário (BICUDO, 1997).

ampliados, relacionados sobretudo à expansão de uma economia globalizada e de uma racionalidade subserviente ao capital.

Nesses termos, pretende-se discutir a respeito das principais tendências observadas em escala global e como elas estariam na base das diferenciações sócio-espaciais, o que inclui os diferenciais em termos da expansão das oportunidades de integração perversa e, como consequência, as diferentes manifestações da violência juvenil homicida.

Violência juvenil homicida: entre a escala global e a escala local

Os efeitos da globalização sobre a estrutura social, ao ocorrerem de modo contraditório, heterogêneo e desigual, estariam desenvolvendo a interdependência, a integração e a dinamização entre vários setores econômicos, entre localidades e entre distintos segmentos da população. Ao mesmo tempo, estariam sendo desenvolvidas as desigualdades, as tensões e os antagonismos característicos da sociedade atual. Nesse cenário, multiplicar-se-iam as possibilidades de associação, organizadas conflituosamente em torno de interesses particulares, tornando-se complexas as questões sociais, o que não exclui os comportamentos relativos à criminalidade e à violência urbana (SANTOS, 1999).

Dentre as inúmeras possibilidades de organização, chama-se a atenção para as oportunidades de associação efetivadas em torno do crime, o que inclui o processo de integração perversa de homens jovens e a constituição de circuitos transnacionais do ilícito. Por isso a necessidade serem estudadas as manifestações predominantes da violência juvenil homicida, no Brasil, no contexto contemporâneo da globalização.

O processo de globalização

Desde o último quarto do Século XX, especialistas de variadas formações, dentre eles economistas, sociólogos, geógrafos e filósofos, aplicaram seus esforços sobre tentativas de elucidação de uma tendência contemporânea através da qual estariam sendo estabelecidas mudanças consideráveis nas dimensões das mais relevantes esferas das relações sociais, culturais e econômicas, cujas escalas de organização estariam sugerindo a passagem de um sistema de ordem internacional para um sistema de ordem global (BENKO, 2001:7-10). Tratar-se-iam de importantes mutações geopolíticas nas condições de produção, de

circulação, de competição e de interdependência, através das quais uma ordem global teria emergido. Esse processo, relativamente recente, estaria fomentando trocas de informações, de capitais, de bens e de serviços, além de mais intensos deslocamentos de pessoas, entre diferentes partes do globo (BENKO e PECQUEUR, 2001:33).

O processo de globalização, apesar de se constituir em uma das preocupações prediletas de intelectuais de variadas disciplinas, permaneceria como uma noção envolta por uma série de erros conceituais. Em primeiro lugar, designa integrações crescentes entre as diferentes partes, sob o efeito da aceleração das trocas e do impulso das novas tecnologias, o que nem em todos os casos poderia ser tomado como uma verdade empírica. Em segundo lugar, essa noção estaria levando a interpretações destinadas a darem a explicação de todos os fenômenos econômicos, desde os mais amplos aos mais localizados. Mas, a despeito dessas imprecisões, se aceita como conveniente - senão como imperativa - a tentativa de compreender-se a lógica do mundo atual (BENKO, 2002:47-48).

A relevância das noções que fazem menção ao processo de globalização poderia ser constatada através de fatos como: a mundialização dos processos produtivos, do *marketing* e das trocas de capital; a mundialização dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão; a mundialização das finanças e das dívidas; a mundialização dos modelos de utilização dos recursos e das técnicas; a mundialização do mercado de trabalho e das economias; a mundialização do consumo, da cultura e dos modelos de vida social. Faz-se referência, portanto, ao processo de mundialização de uma sociedade cuja racionalidade predominante estaria a serviço do capital (SANTOS, 1988:14).

Nesse sentido, as condições tecnológicas e comunicacionais teriam se tornado o meio e a condição da disseminação de práticas e de ideologias relacionadas à busca e à aquisição do lucro vigentes, hoje, em escala global (CASTELLS, 2003).

Como um dos resultados da globalização da economia e da sociedade, reconhecer-se-ia o acirramento da competitividade entre os centros economicamente mais dinâmicos, em nível mundial. Como efeito, em longo prazo, nem todos os concorrentes poderiam obter sucesso e inevitavelmente os mais fracos viriam a sucumbir. As confrontações geopolíticas

decorrentes, manifestas em termos ideológicos e financeiros, manteriam expressões inclusive em âmbito militar (HARVEY, 2004:101-102).

O caráter perverso desse processo encontrar-se-ia justamente no reforço às tendências de centralização dos recursos e dos poderes de gestão nas mais relevantes esferas da economia e da sociedade, quando o domínio sobre os meios de produção e de divulgação da informação apresentar-se-ia como fator básico na manutenção e no acirramento das desigualdades, entre os países e internamente aos países (SANTOS, 1988:17-18), quando as disparidades no acesso à informação estariam levando a percepções confusas sobre o processo contemporâneo de globalização.

Seguindo essa linha de raciocínio, se desejarmos escapar à crença de que esse mundo, assim como nos é apresentado, é verdadeiro, deveríamos admitir a existência de pelo menos três mundos em um só: o mundo tal como nos fazem crer - a globalização como fábula; o mundo tal qual ele é - a globalização como perversidade; e o mundo como ele pode ser - a globalização como possibilidade (SANTOS, 2000).

O mundo globalizado, como fábula, estaria exaltando como verdade ‘um sem número de fantasias’, processo estimulado pela máquina ideológica que daria sustentação às ações preponderantes da atualidade, como elemento essencial à continuidade do sistema tal qual ele é: perverso (SANTOS, 2000).

A fábula da globalização, pela amplitude que teria atingido, seria capaz de se tornar funcional à manutenção de um processo orientado no sentido do aumento das disparidades e da consolidação de um período de crise sistêmica.

A fábula da globalização

Em um suposto¹¹ contexto de liberalização econômica (HARVEY, 2004), teriam sido mantidos elevados os níveis de consumo na Europa, nos EUA e no Japão, ao mesmo tempo

¹¹ De acordo com Harvey (2004:104-105), haveria que se destacar que o argumento sobre a liberalização econômica como uma abertura à livre competição estaria sendo desmentida pela existência de poderes monopolistas ou oligopolistas. Em tais condições, a abertura mercantil não ampliaria a competição, mas apenas criaria oportunidades para a proliferação de poderes monopolistas. O fato de que quase dois terços do

em que estariam sendo observados aumentos significativos nos níveis de renda, de educação formal e de acesso aos bens e serviços por todo o mundo (PNUD, 2005). Perante o registro de elevação de alguns indicadores socioeconômicos para a população em escala mundial, tornar-se-ia necessário questionar: tais resultados correspondem a uma real melhoria nas condições de vida da população? Atualmente estariam emergindo falácias sujeitas a manipulações ideológicas amplamente difundidas e largamente aceitas como verdade (CASTELLS, 2003), de modo que:

“... o que é transmitido à maior parte da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso é tanto mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já o resultado de uma manipulação... tal informação se apresenta como ideologia...” (SANTOS, 2000:39).

Dentro dessa perspectiva que distingo entre informação e ideologia, chama-se a atenção para alguns dos compromissos assumidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde a assinatura da Carta das Nações Unidas (1945), recentemente renovados na Declaração do Milênio (2000), como: a promessa da libertação das futuras gerações da guerra; a garantia dos direitos humanos básicos fundamentais; a promoção do progresso social e a busca por melhores padrões de vida. Apesar dos significativos progressos observados nos setores financeiro, comercial e tecnológico, ou ainda em termos de capacitação de recursos humanos, a ONU assumiu, no ano de 2005, que caso fossem mantidas as tendências, não seriam alcançados alguns dos mais representativos compromissos assumidos, cujo prazo de cumprimento estender-se-ia até 2015. Dentre os objetivos mais específicos contidos no referido compromisso, destaque para: a redução da pobreza extrema; a redução das desigualdades; a diminuição da mortalidade infantil; a provisão de educação para todas as crianças do mundo; a redução das doenças infecciosas, sobretudo da VIH/SIDA; além da promoção de uma renovada parceria mundial para a produção de tais resultados (PNUD, 2005:17).

comércio exterior atual concentrar-se em transações entre as maiores corporações transnacionais seria um indicador desta situação.

De fato, a privação extrema de rendimento estaria caindo, embora existam reservas legítimas acerca da utilização da linha de pobreza de US\$ 1,00 (dia/pessoa). O rendimento médio dos países em desenvolvimento estaria aumentando desde 1990, contudo, esse crescimento não seria ainda o suficiente para serem alcançados os objetivos relacionados à maior equidade entre ricos e pobres. Parte do problema dever-se-ia à má distribuição da renda gerada, dentro dos países e entre eles. No entanto, o problema mais profundo estaria referido ao crescimento da riqueza sem um correlato desenvolvimento humano, aspecto mensurado pelo IDH¹². Em outras palavras, as diferenças de renda média e do desenvolvimento humano entre países e dentro de um mesmo país, já anteriormente elevadas, estariam a alargar-se (PNUD, 2005).

Os ganhos potenciais em anos de vida, observados como os principais frutos das quedas observadas nas taxas de mortalidade infantil, em muitos países e localidades, estariam sendo quase que anulados pela ocorrência de altas taxas de óbitos violentos - homicídios¹³, suicídios e acidentes de trânsito - ou pela elevação das taxas de mortalidade por VIH/SIDA. Impressionantes foram os progressos observados na cobertura da educação básica formal em países em desenvolvimento, no entanto, não teria sido dada a devida atenção à qualidade dos serviços oferecidos. Os progressos no sentido da consolidação da democracia, como um valor fundamental ao desenvolvimento humano, teriam sido contraditórios, ao passo em que os resultados desastrosos das guerras são inegáveis, vislumbrando-se os imensos custos em sofrimento e em perda de vidas humanas (PNUD, 2005).

Pareceria evidente, portanto, que o avanço da globalização econômica sem uma profunda mudança no direcionamento político da ação dos agentes hegemônicos de ordem sistêmica - Estados, organizações supranacionais e empresas transnacionais - não seria por si só o suficiente para findar, ou ao menos amenizar, a maior parte do sofrimento desnecessário vivenciado por extensos segmentos da população mundial (SANTOS, 2000).

¹² “... o índice de desenvolvimento humano (IDH) é um indicador composto. Cobre três dimensões do bem-estar humano: rendimento, educação e saúde. O seu objetivo não é dar uma imagem completa do desenvolvimento humano, mas fornecer uma medida que vá para além do rendimento...” (PNUD, 2005:21).

¹³ “... em alguns países, mesmo as maiores conquistas para redução da mortalidade infantil nos primeiros anos não tiveram impacto sobre a expectativa média de vida, porque esses ganhos foram anulados pelos índices crescentes de homicídios entre adolescentes e jovens...” (DOWDNEY, 2005:7).

Perante esse contexto, sugere-se que a melhoria relativa de indicadores socioeconômicos, especialmente àqueles ligados à esfera da renda e, conseqüentemente, do consumo, não poderia ser associada de maneira simplista a melhorias estruturais ou nas condições de vida da população, conforme muitas vezes se pretende evidenciar, seja através de relatórios, de estatísticas ou de discursos, veiculados tanto por empresas quanto por agências internacionais de notícias e organismos políticos de âmbito internacional.

Nesse sentido, o mundo como fábula seria estimulado por ideologias contidas no *marketing* e, sobretudo, na politização das estatísticas, a começar pela forma como é feita a comparação entre a riqueza das nações. Sem essas fantasias e mitos, esse mundo não poderia existir da forma como se apresenta (SANTOS, 2000).

Destaca-se o caráter perverso da globalização contemporânea, quando as práticas e as ideologias predominantes estariam sendo expressas através de processos e de fenômenos vigentes em diferentes escalas espaciais, conforme se pretende argumentar.

A perversidade da globalização

Apesar da disseminação de fábulas associadas à vigência de um processo que supostamente estaria orientado no sentido da diminuição das desigualdades, assume-se que no plano sistêmico o processo de globalização estaria dividindo a sociedade mundial em três grandes grupos (BENKO, 2001:10-11): o primeiro grupo, mais restrito, estaria composto pelas pessoas que dispõem do acesso às redes e aos processos de criação, pessoas que fabricam e manipulam as informações. Outro grupo, numeroso, estaria composto pelos ‘nômades da miséria’, submetidos às transformações possibilitadas pelo avanço econômico e tecnológico. Em terceiro lugar estaria uma extensa classe média, que manteria esperanças de agrupar-se ao primeiro grupo, porém, receando escorregar rumo à pobreza.

Essa classe média tenderia a vivenciar cada vez mais a ilusão promovida pelos meios de comunicação, perante o espetáculo das possibilidades de consumo. Nesse cenário, para ser mantida a ordem social, as formas de distração estariam ganhando em importância - festas, esportes, jogos, lazer e viagens, incluindo-se aí o uso de drogas lícitas e ilícitas - no sentido

de que elas ajudariam a esquecer-se da instabilidade das trajetórias individuais (BENKO, 2001:11) e da precariedade tornada sistêmica no período atual¹⁴.

O processo em curso de reestruturação do capitalismo, cuja lógica abarca cada vez mais o rigor da competitividade econômica, tem sido responsabilizado por uma parte substancial das mais recentes facetas do sofrimento humano (CASTELLS, 2003), revelando-se uma correspondência entre a constituição de uma economia tornada global e a percepção de um estado de crise, da mesma maneira, globalizado (SANTOS, 1988:17).

Nesse sentido, o período atual seria também uma crise. Como período suas variáveis características estariam se instalando por toda a parte e a tudo influenciariam, direta ou indiretamente. Daí sua denominação: globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estariam continuamente exigindo novas definições e novos arranjos, configurando-se um estado de normalidade¹⁵ da crise. Por isso, para a maior parte da humanidade, a globalização estaria se impondo como uma verdadeira ‘fábrica de perversidades’ (SANTOS, 2000), através da qual:

“... as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam, velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem o seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se os males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção...” (SANTOS, 2000:21).

As evidências dessa crise tornada sistêmica se fariam sentir tanto por meio de fenômenos globais como através de manifestações particulares, localizadas em países e regiões ou em momentos específicos (SANTOS, 2000). Como evidências particulares dessa crise de ordem sistêmica poderiam ser mencionadas as imensas disparidades observadas no fenômeno qualificado pela PNUD (2005) como ‘redução da pobreza em nível mundial’, processo teoricamente conduzido pela China durante os anos 1990.

¹⁴ O período atual, ao qual se faz frequente menção, teria vigência desde o último quarto do Século XX, conforme a definição do nível global de análise, contida no Item ‘Níveis de análise e delimitação espaço-temporal’ (Capítulo I).

¹⁵ Para saber mais sobre a ideia de normalidade da crise ver: SANTOS, Milton (1999). A normalidade da crise. (26/09/1999). Jornal Folha de São Paulo.

No decorrer desse fenômeno de ordem global, não obstante, teriam sido observadas manifestações particulares extremamente contraditórias, referentes aos enormes retrocessos vislumbrados em extensas e populosas áreas do planeta:

“... a redução da pobreza global tem sido largamente conduzida pelo sucesso extraordinário da Ásia Oriental, particularmente da China. No outro extremo do espectro, a África Subsaariana tinha, em 2001, quase 100 milhões mais de pessoas a viver com menos de 1 dólar por dia do que em 1990. A Ásia do Sul reduziu a incidência da pobreza, embora não o número absoluto de pessoas pobres. A América Latina e o Médio Oriente não registraram progressos, enquanto a Europa Central e do Leste e a CEI experimentaram um aumento significativo da pobreza. O número de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia na Europa Central e do Leste e na CEI aumentou de 23 milhões em 1990 para 93 milhões em 2001, ou de 5% para 20%...” (PNUD, 2005:34).

Nas condições atuais, faz-se referência a:

“... uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parciais, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando... é o grande produtor da pobreza...” (SANTOS, 2000:73).

Para uma melhor aproximação da idéia de crise sistêmica, recorreu-se à Lopes et al (2010), que mesmo afirmando serem avessos aos catastrofismos alertam:

“... hoje, mesmo sem grandes reuniões científicas planetárias, nos damos conta... que enfrentamos um desafio sistêmico, onde já não cabem simples arranjos nas formas como organizamos o que podemos chamar, de maneira ampla, de gestão da sociedade. Uma outra gestão é inevitável. Os desafios são simplesmente vitais, no sentido mais direto do termo... na forte expressão adotada como título do Fórum Social Temático, em Salvador, trata-se de uma crise civilizatória...” (LOPES et al, 2010:11).

Faz-se referência, portanto, a desafios inerentes não somente às alterações ambientais globais, mas da redução das desigualdades socioeconômicas, de assegurar o acesso ao trabalho digno e de discutir as prioridades produtivas, quando a desigualdade em nível mundial poderia muito bem ser representada pela imagem da taça de champanhe (LOPES et al, 2010:14-15).

Nessas condições, se o mundo fosse um país, 80% da população teriam rendimento inferior à média e o rendimento médio dos 20% do topo seria cerca de 50 vezes o rendimento médio dos 20% da base. A distribuição do rendimento global assemelhar-se-ia, portanto, a uma taça de champanhe. No topo, onde a taça é mais larga, os 20% mais ricos da população deteriam três quartos (75%) do rendimento mundial. No fundo, onde o copo é mais estreito, os 40% mais pobres deteriam 5% do rendimento mundial, enquanto que os 20% mais pobres deteriam apenas 1,5%. Acrescenta-se que os 40% mais pobres correspondem aproximadamente aos dois bilhões de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia (PNUD, 2005:36).

A concentração mundial da renda, ao se apresentar dessa forma, estaria revelando tanto o problema ético da injustiça e do drama de bilhões de pessoas quanto o problema econômico, já que estariam sendo excluídos extensos segmentos populacionais dos maiores benefícios gerados pela acumulação capitalista, que poderiam estar não somente vivendo melhor como também contribuindo de forma mais ampla com sua capacidade produtiva (LOPES et al, 2010:15).

No período de crise sistêmica, quando seriam observadas desigualdades extremas na apropriação dos ganhos obtidos através de circuitos globalizados de produção, de circulação e de consumo, reconhecem-se os papéis avassaladores do sistema financeiro e da permissividade de comportamento dos atores hegemônicos da política, da cultura e da economia, cuja atuação estaria levando - sem contrapartidas - ao aprofundamento da crise (SANTOS, 2000).

A financeirização dos processos econômicos estaria, há décadas, se alimentando da apropriação dos ganhos da produtividade conquistada em escala global, de forma radicalmente desequilibrada, fato somente possibilitado pela revolução tecnológica atualmente em curso (LOPES et al, 2010:14).

O aumento das disparidades no acesso aos benefícios gerados pela economia globalizada teria como consequência o reforço de processos como o que exclui extensos segmentos da população em relação às oportunidades socioeconômicas mais relevantes e aos benefícios resultantes de um esforço coletivo (OLIVEIRA e PINTO, 2001).

Dentre os diversos mecanismos capazes de atirar pessoas, populações inteiras e até mesmo territórios¹⁶ em situações de exclusão, destaca-se o processo que priva alguém do acesso ao trabalho formal, remunerado e estável, no contexto do capitalismo¹⁷ (CASTELLS, 2003). O drama da exclusão ressalta, portanto, dificuldades de inclusão produtiva digna para extensas parcelas da população, constituídas por pessoas desempregadas ou ocupadas nos diversos tipos de atividade informal (LOPES et al, 2010:16).

Em nível mundial a dinâmica econômica estaria resultando em importantes privações às possibilidades de inclusão laboral digna, fato com implicações nas condições de sobrevivência para amplas parcelas da população, pois, ao mesmo tempo em que o sistema executa a superexploração¹⁸ daqueles que trabalham, expulsa amplos segmentos do sistema produtivo formal. A matriz, senão de toda, mas de grande parte da precariedade social encontrar-se-ia, portanto, fortemente fundada nas relações de trabalho (CANIATO, 2008).

Em outras palavras: se por um lado, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, por outro lado, cada vez mais homens e mulheres encontrariam menos trabalho, configurando-se uma tendência de precarização¹⁹ do trabalho em escala global, como profunda expressão da crise tornada sistêmica (ANTUNES, 2007).

Para além da exclusão de extensos segmentos da população por parte do mercado formal, o processo de precarização do trabalho estaria evidenciando a expansão das oportunidades de integração informal, dentre as quais, chama-se a atenção para as possibilidades de integração perversa de homens jovens, como uma das tendências vigentes em ordem global no período contemporâneo.

¹⁶ “... em geral, a exclusão social é expressa em termos espaciais. A concentração territorial de populações sem valor, do ponto de vista sistêmico, desligadas das redes de funções e pessoas valorizadas, sem dúvida representa uma das características mais importantes da lógica espacial da sociedade em rede...” (CASTELLS, 2003:205-206).

¹⁷ Braudel (1985:214) define capitalismo como “... sistema econômico e social no qual os capitais... não pertencem, em geral, aquele que os põem em prática pelo seu próprio trabalho...”.

¹⁸ A superexploração nas relações laborais seria um processo que permite ao capital reter sistematicamente a distribuição de recursos gerados ou impor condições, a determinados tipos de trabalhadores, mais rigorosas do que aquilo que é considerado regra em um dado mercado de trabalho (CASTELLS, 2003).

¹⁹ A precarização das relações de trabalho seria um processo baseado em mercados desregulamentados e na instabilidade nos padrões de emprego (PORTES et al, 1989).

Tendências globais do trabalho contemporâneo

Em acordo com Sachs (1998:65-66) estaríamos diante de um processo contemporâneo de unificação dos problemas em escala mundial, em um cenário tornado crítico também para os países capitalistas centrais.

Mas, se nos países do norte global poderiam ainda ser encontrados resquícios do estado de bem estar social, nos outros países os trabalhadores estariam frequentemente oscilando entre a busca 'quase inglória' do emprego ou o aceite de qualquer labor, com uma nítida ampliação das modalidades informais de trabalho (ANTUNES, 2000 e 2007).

No caso particular da América Latina do início do Século XXI, a informalidade urbana teria revelado sua extensão:

“... desde Monterrey en el norte de México hasta Puerto Montt en el sur de Chile, los informales y los autoempleados invadieron el espacio público de las calles. Invadieron, literalmente, los anillos... que rodean los cascos urbanos...” (KRUIJT, 2004:747).

Os setores informais gerados em contextos de relativa exclusão, ao se apresentarem como alternativas de inserção socioeconômica para amplos segmentos da população urbana estariam suprimindo as demandas por emprego, por renda e por serviços que a economia formal não atende (SANTOS, 1994). Nesse sentido seria importante salientar que:

“... ora os trabalhadores vão se dirigir ao... trabalho informal, porque o salário recebido... no mercado formal não dá condições dignas de sobrevivência, ora irão desenvolver atividades informais porque não dispõem de outra opção a não ser montar um negócio de estrutura precária, que sobreviverá à margem da economia...” (SOARES, 2008:24).

Reconhece-se a relevância assumida pelas formas de trabalho informal, ao constituírem-se como caminhos para a integração socioeconômica (RIBEIRO, 2000), representando grande expressão na formação da renda para diversos segmentos sociais, como parte integrante do processo global de reestruturação capitalista (SAUL, 1999). O mercado convencional estaria convivendo, portanto, com um extenso mercado informal, que lhe seria profundamente correlato em situações aprofundadas de exclusão (COCCO, 2002).

A noção de exclusão, apesar de suas ambigüidades²⁰, estaria recortando uma problemática emergente e em permanente mudança, caracterizada tanto por privações e constrangimentos quanto por expectativas e alternativas de comportamento (OLIVEIRA e PINTO, 2001:19-20). A idéia de exclusão não poderia, portanto, ser entendida de maneira literal, mas sim como uma porta que se fecha para uma gama de relações e não para outras. Assim, através de relações de conexão, de submissão, de interação ou de interdependência, a noção de exclusão admite tanto variados tipos de restrições como emergentes formas de integração (DUFFIELD, 2001:5), em associações freqüentes entre o formal e o informal, o legal e o ilegal (VEGA e KRUIJT, 2007).

Por isso, simultaneamente ao processo de exclusão quanto às (im)possibilidades de trabalho digno e de obtenção de renda nos setores formais da economia globalizada, admite-se a vigência de processos de integração através de setores econômicos clandestinos.

Os limites da inclusão de mais amplas regiões e de mais extensos segmentos da população pela economia formal globalizada (DUFFIELD, 2001:2) estariam conformando as condições e as oportunidades necessárias para a expressão de fenômenos clandestinos de ordem transnacional, como alternativa de integração aos fluxos da economia global.

Por isso, dentre as formas não convencionais de inserção na economia globalizada, para além da inclusão por setores informais da economia urbana (SANTOS, 1979), chama-se a atenção para o processo mais específico de integração perversa, cuja referência está associada às formas de trabalho praticadas na economia transnacional do crime. Feitas essas considerações, segue uma menção específica à economia transnacional do crime e às suas peculiaridades.

²⁰ De fato o uso indiscriminado do termo exclusão teria feito com que uma série de problemas e temas tenham sido tratados de forma pouco clara e mal definida (GOLDANI, 2001:48).

Economia transnacional do crime

*“... só combate o morro;
Não combate o asfalto também;
Como transportar escopeta?
Fuzil AR-15 o morro não tem.
Navio não sobe o morro doutor;
Aeroporto no morro não tem;
Lá também não tem fronteira;
Estrada, barreira pra ver quem é quem...”²¹.*

A emergência de amplos setores clandestinos da economia global, dentre eles, particularmente, a economia transnacional do crime, estaria ligada não somente aos limites da inclusão de mais extensos segmentos da população pelos circuitos da economia formal globalizada, como também apresenta vínculos com as restrições colocadas por sistemas normativos nacionais e internacionais.

Para a continuidade da discussão tornar-se-ia, portanto, imprescindível, assinalar o crime como um conceito jurídico, fato que implica sua designação segundo as normas legais vigentes (PEREIRA, 2008).

Dentro dessa perspectiva, os Estados e as organizações supranacionais teriam papéis fundamentais na configuração do fenômeno criminal de ordem transnacional, uma vez que são os agentes privilegiados na definição das proibições, das restrições e das sanções atualmente em voga.

A criminalização e, conseqüentemente, a repressão aos atos de caráter ilícito, como expressões do conflito estabelecido entre interesses divergentes, contraditoriamente estariam representando fatores importantes na constituição de setores ilegais cada vez mais organizados, eficientes e lucrativos. A repressão, ao induzir à escassez, estaria induzindo à inflação nos preços das mercadorias ilegais, de modo que haveria maiores expectativas quanto ao investimento em negócios criminalizados. O risco da atividade ilegal, que passa pelo risco de punição, pelas chances de perda da mercadoria ou, em casos extremos, pelo risco da perda da própria vida, atuaria, portanto, como fator de mais-valia agregada ao produto ilícito (VEEN, 1999).

²¹ Trecho selecionado do samba “Desabafo do Juarez da Boca da Mata”, de Juarez da Boca da Mata e Zaba. Gravado por Bezerra da Silva. Álbum Coleção Bambas do Samba: Meu Samba é Duro na Queda (1999).

Fernand Braudel, ao discorrer sobre alguns dos princípios básicos do capitalismo mercantil, deixou pistas úteis no entendimento da dinâmica econômica associada ao crime transnacional:

“... é absolutamente evidente que a mercadoria para se deslocar, deve aumentar de preço no percurso. É o que chamarei de mais-valia mercantil. Tratar-se-á de uma lei sem exceção? Sim, ou quase... daí em certos lugares, o preço espantoso da mercadoria rara que vêm de longe... é certo que, num tal trajecto, era necessário que houvesse lucro para que o circuito começasse a movimentar-se... porque ao preço de compra de uma mercadoria vem juntar-se o preço do seu transporte... incluindo taxas, embalagens e outras despesas...” (BRAUDEL, 1985:147).

O que dizer então do mercado das drogas e de outras mercadorias ilícitas? Pois, ao custo da mercadoria seriam agregados, além dos custos da produção e do transporte, os custos do risco de punição e de perda da mercadoria, mais o custo da corrupção, pago na forma de suborno ou de extorsão. Dentro desses princípios, enquanto os governos realçam seus esforços na repressão à indústria da droga, por exemplo, os empresários do crime estariam reorganizando suas atividades em níveis cada vez mais complexos. Nesse sentido:

“... seja como for, o problema permanece o mesmo nos olhos do mercador: é preciso que a mercadoria que lhe chega... se valorize no final do trajecto de tal maneira que possa pagar, além das despesas imprevistas da operação, o preço de compra mais o preço do transporte e mais ainda o lucro com que o mercador está a contar. Não sendo assim, para que serve arriscar seu dinheiro e o seu trabalho?” (BRAUDEL, 1985:148).

A chamada guerra contra as drogas²² e, conseqüentemente, contra a economia transnacional do crime, não poderia assim, por meio da repressão, ser vencida. Pois enquanto houvesse demanda haveria oferta e, assim como os indivíduos tornar-se-iam adictos em relação ao consumo de drogas ilícitas, as sociedades em que eles vivem se tornariam também ‘viciadas’ no dinheiro gerado pelo seu mercado correlato (VEEN, 1999).

Pareceria evidente, portanto, que a aquisição da mais-valia se constitui no incitamento básico necessário a qualquer troca comercial, e seria certo que o incitamento à troca viria

²² É interessante apontar que a repressão ao crime organizado, caracterizada especialmente pela guerra contra as drogas, seria um paradoxo fortemente estimulado pela política internacional norte-americana de repressão ao tráfico de drogas (BALTAZAR JUNIOR, 2008), cuja motivação principal estaria no relevante poder de acumulação financeiro (narco-dólares) representado por esse emergente setor econômico, cujos reflexos seriam sensíveis no mercado financeiro norte-americano.

do jogo estabelecido entre oferta e procura, pois, como se sabe, não há oferta sem procura, e reciprocamente (BRAUDEL, 1985:150-151).

As causas do vício em drogas têm sido atribuídas especialmente aos danos psicológicos infligidos às pessoas pela vida cotidiana na sociedade contemporânea. O consumo constante de drogas estaria ligado aos estilos atuais de vida (SASSEN, 1991), aos elevados níveis de estresse, de ansiedade e de baixa auto-estima, além da susceptibilidade à pressão social posta pela competitividade (SOUZA, D. P. O. et al, 2005; SOUZA e MARTINS, 1998).

Em um futuro previsível, não seria de se estranhar, portanto, uma demanda maciça por drogas, a despeito dos mecanismos de repressão existentes, quando deverão ser encontradas as formas de corresponder a essa procura, transformando-a sempre em negócio lucrativo (CASTELLS, 2003:217-218).

A demanda persistente por drogas seria como que uma garantia de lucro ao mercador, pois, conforme mais um dos princípios do capitalismo mercantil: se a cotação do meu produto desilude esperarei “... *que por assim dizer o comprador nunca falta...*”²³ (BRAUDEL, 1985:148). Reconhece-se, portanto, uma convergência na percepção da expansão do crime em razão da demanda por mercadorias ilícitas (STERLING, 1994; WERNER, 2009).

Ainda sobre o jogo de trocas mercantis, afirma-se que em todos os países e em todas as épocas teria havido as mercadorias mais prometedoras de mais-valia (BRAUDEL, 1985). No período de crise sistêmica, o mercado de drogas ilícitas se mostraria, por um lado, como possibilidade de alívio perante as dificuldades, inseguranças e frustrações cotidianas e, por outro lado, como possibilidade de elevadas taxas de lucro.

Salienta-se que o jogo de trocas comerciais estabelecido pela relação entre oferta e demanda de mercadorias ilícitas não constitui fenômeno novo e nem mesmo recente. No entanto, a configuração atual estaria propiciando a emergência de formas inovadoras do crime (PEREIRA, 2008), adotando-se a estruturação na forma de redes (WERNER, 2009).

²³ Referindo-se ao tráfico local de drogas em Belém do Pará, Couto (2012:9) afirma que quando ocorre um desabastecimento na escala local, o preço da peteca - porção de cocaína - poderia subir de R\$ 20,00 para R\$ 40,00, por exemplo, devido à grande procura e em acordo com os princípios básicos do mercado.

Apesar da persistência de um discurso do mito²⁴, associado a uma suposta irrelevância das organizações transnacionais do crime, admite-se que não haveria como negar que a globalização econômica criou uma nova realidade para a sociedade e, como parte dela, para as práticas delituosas transnacionais (BALTAZAR JUNIOR, 2008:12).

No contexto das trocas mercantis e das transações econômicas articuladas em escala global, estariam emergindo oportunidades para o investimento em setores ilegais, tornando-se evidente a expansão de estratégias empresariais nas organizações contemporâneas do crime. Por isso no âmbito da criminologia faz-se referência tanto ao paradigma da rede quanto ao paradigma empresarial²⁵ (PEREIRA, 2008:64), quando a aproximação entre a criminalidade organizada e empresas do crime tem sido vislumbrada como etapa particular da evolução da organização criminosa (BALTAZAR JUNIOR, 2008:30).

Ligado à disseminação de opções por formas bastante arriscadas de se ganhar a vida, seria o crime um setor econômico em expansão e que se torna elemento da dinâmica social na maior parte do planeta (CASTELLS, 2003).

As práticas decorrentes da economia do crime estariam ligadas a uma série de oportunidades de integração à economia global, vislumbradas por entre uma série de restrições, dentre as quais, destacar-se-iam: 1) as restrições de origem normativa, a ponto de concluir-se que a legalização de seu principal ramo de atividades - o tráfico de drogas - seria talvez a maior ameaça que a economia transnacional do crime teria de enfrentar (CASTELLS, 2003; CASTELLS e INCE, 2003) e; 2) as restrições com origem nos limites da economia formal, cuja expansão seria incapaz de incluir mais extensas regiões e mais amplos segmentos da população mundial.

²⁴ Segundo o discurso do mito não existiriam organizações criminosas, sendo o conceito uma criação forjada a partir das tradições norte-americana e italiana, impostas aos países periféricos de modo imperialista por meio de acordos ou da pressão internacional (BALTAZAR JUNIOR, 2008:7).

²⁵ Dentro do paradigma empresarial da criminalidade organizada estariam incluídas: as empresas criminosas, no sentido de empresa constituída exclusivamente para fins ilícitos; as empresas regularmente constituídas, no âmbito das quais passam a ser cometidos delitos de forma sistemática mantendo, paralelamente, atividades regulares; e as empresas constituídas como fachada para acobertar os lucros ou as atividades criminosas em si. Não parece haver dúvida, por fim, de que seria considerada organização criminosa a empresa de fachada ou aquela utilizada para a lavagem de dinheiro do lucro decorrente de atividades criminosas (BALTAZAR JUNIOR, 2008).

O crime, ao representar hoje um dos mais prósperos setores econômicos em nível mundial, tornou-se diversificado²⁶ e interligado a outros setores da economia global. O tráfico de drogas seria o principal negócio relacionado à economia do ilícito, no entanto, o contrabando de armas seria também um ramo associado e de alto rendimento. As chaves para o sucesso e para o alargamento desses ramos, especificamente na década de 1990, se encontrariam na flexibilidade e na versatilidade de suas organizações, cuja eficácia teria sido alcançada através de organizações em rede (CASTELLS, 2003:218-225), constituindo-se complexas e extensas divisões sócio-espaciais do trabalho.

Cabe, portanto, uma menção mais específica a duas das mais evidentes manifestações da economia transnacional do crime, cujo funcionamento estaria sobremaneira ligado à disseminação atual da violência homicida entre homens jovens nas grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras: o tráfico de drogas e o tráfico de armas.

Tráfico de drogas

Durante a Conferência Ministerial Mundial sobre o Crime Organizado Transnacional (1994), teria sido estimado o capital global movimentado pelo comércio de drogas ilícitas como uma quantia superior àquela movimentada pelas transações comerciais relacionadas ao petróleo. Isso sem contar as outras atividades ilegais concomitantes ou paralelamente desenvolvidas (CASTELLS, 2003). No caso específico do tráfico de drogas, seria essa uma indústria que movimenta extensas cadeias produtivas e comerciais, articulando atividades espalhadas pelo planeta.

A localização das atividades relacionadas à produção ou à distribuição de drogas ilícitas dependeria de fatores que passam pelas condições climáticas e geográficas, pela autoridade do Estado, pela existência de redes de apoio financeiro e de corrupção, assim como pelo desenvolvimento de um *know-how* técnico-organizacional especializado. Desse modo, procurar entender o narcotráfico apenas como uma questão de delinquência seria uma simplificação grosseira de sua complexidade (ALVAREZ, 1989:298) enquanto fenômeno econômico e social de ordem transnacional.

²⁶ Além do tráfico de drogas e do tráfico de armas, o tráfico de material nuclear; o tráfico de pessoas e o tráfico de órgãos humanos representariam também ramos com alto valor agregado (CASTELLS, 2003).

A importância adquirida por esse ramo na economia latino-americana teria sido estimulada pelo vertiginoso crescimento da demanda internacional, especialmente depois da guerra do Vietnã (1955/1975). Os lucros obtidos com o comércio de drogas estariam caracterizados por altas taxas de retorno, devido aos elevados valores agregados das mercadorias, fato que teria estimulado o rápido crescimento do ramo, incorporando-se, mesmo que de maneira clandestina, ao padrão predominante de reprodução do capital (ALVAREZ, 1989:296).

Haveria evidências de que os EUA se manteriam como o principal mercado consumidor das drogas produzidas na América Latina (WORLD DRUG REPORT, 2011), em um comércio que renderia aos países produtores mais divisas do que as obtidas pelos setores formais. Apesar da aquisição de divisas por parte dos países produtores, o lucro dos empresários da droga nos Estados Unidos tenderia a ser superior. Essa afirmação sustenta-se na estimativa de que a receita obtida pelos cartéis das drogas tenderia a ser bem inferior ao investimento total dos usuários norte-americanos na aquisição das mercadorias ilegais (BARNETT, 1991).

Evidencia-se a constituição de mercados do ilícito entre países produtores e países consumidores. A divisão sócio-espacial do trabalho estabelecida tenderia a concentrar a produção em territórios nos quais se detém um relativo controle do meio institucional, via corrupção, extorsão, terrorismo e impunidade. Já a venda da produção estaria preferencialmente voltada para mercados caracterizados por elevados níveis socioeconômicos, como Europa e EUA, onde se poderiam obter maiores lucros com a mercadoria ilegal (CASTELLS, 2003).

Mercados menos valorizados, porém extensos, conforme aqueles representados pelas grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras, também estariam movimentando importantes montantes em capital e mercadorias, empregando não desprezíveis contingentes de jovens.

Couto (2012:8-10), por exemplo, oferece uma descrição da divisão local do trabalho relativa ao tráfico de drogas em bairros periféricos de Belém do Pará (PA). A divisão sócio-espacial do trabalho estabelecida pelo tráfico internacional de drogas estaria incluindo desde as famílias de camponeses que trabalham nos campos de cultivo – de coca, de

papoula, etc. - até os maiores investidores, passando pelos os traficantes de armas, pelos técnicos responsáveis pela parte química, jurídica ou financeira, pela constituição de grupos armados, além dos postos gerados pelo tráfico varejista nos núcleos urbanos.

Não seria difícil concluir que na América Latina o narcotráfico tenha se tornado um importante mercado de trabalho (ALVAREZ, 1989:299) assim como um importante setor de atividade econômica. No caso mais específico do Brasil, a vizinhança com países produtores de cocaína, como Colômbia e Bolívia, e a existência de infraestruturas de transportes e de comunicações, estariam possibilitado o desenvolvimento de importantes rotas do tráfico em território nacional.

Essa característica de abrigar o trânsito de drogas faria com que grupos nacionais do narcotráfico permanecessem vinculados às estruturas e organizações nas duas pontas das redes: com produtores e com consumidores (MINAYO, 2005).

Além do tráfico de drogas, cabe uma menção ao ramo tráfico de armas, como fenômeno fundamentalmente ligado à circulação do capital financeiro, ao processo de integração perversa e a elevação das taxas de homicídio juvenil masculino nos núcleos urbanos brasileiros e sul-americanos.

Tráfico de armas

O comércio global autorizado de armas ligeiras – revólveres, pistolas e metralhadoras de mão - e de suas respectivas munições, teria movimentado valores documentados em torno de quatro bilhões de dólares americanos (2003), quando os maiores exportadores teriam sido: U.S.A., Itália, Bélgica, Reino Unido, Federação Russa, Alemanha, Brasil e China. Recentemente, os negócios envolvendo o comércio de armas e de munições de uso militar estariam sendo detectados com mais frequência em países envolvidos em conflitos internos ou internacionais, além de países em contextos pós-bélicos. Mas, para além do comércio internacional autorizado de armas e de munições, chama-se a atenção a importância dos mercados clandestinos (SMALL ARMS SURVEY, 2006).

No caso de conflitos deflagrados em situações pós-bélicas, tem sido largamente utilizado o termo ‘novas guerras’, que se refere a contextos nos quais a resolução violenta de conflitos

geopolíticos, étnicos ou comerciais, estaria sendo estimulada como forma de dinamizar economias clandestinas de guerra. Normalmente apoiadas em ideologias pseudopolíticas, as diferentes facções envolvidas estariam se enfrentando pela exploração de recursos naturais - petróleo, ouro, diamantes, etc. - ou pelo monopólio da produção e do comércio de drogas e de armas, além de outras atividades reproduzidas em sistemas de renovação da violência. Em tais circunstâncias, seriam difíceis as distinções entre civis, militares e autoridades do Estado. Como exemplo de nova guerra, poder-se-ia citar o caso específico de Angola, no qual a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola - após perder o patrocínio dos EUA e da África do Sul, vigente no contexto da guerra fria, teria passado a financiar suas atividades através da exploração de minas de diamantes, fortalecendo-se as conexões locais com as redes transnacionais do tráfico de armas (DUFFIELD, 2001).

Por isso, durante as décadas de 1980 e 1990, teriam sido marcantes as alterações nas referências da análise da conflitualidade internacional (MOURA, 2010), dadas principalmente pelas mudanças observadas no direcionamento dos confrontos armados, atualmente menos politizados, mais criminosos e mais privatizados (KALYVAS, 2001).

A guerra estaria oferecendo a legitimação para diversas formas de enriquecimento ilícito, adaptando-se à liberalização dos mercados em escala global (KALDOR, 1999:90-91) e refletindo-se em formas clandestinas de integração econômica (DUFFILED, 2001).

Alerta-se ainda para a constituição de redes privadas de segurança que estariam oferecendo recursos de exércitos e de Estados na forma de prestação de serviços de proteção para Estados e para empresas globais (TILLY, 1985:169-175; PERCY, 2003), quando a lógica de eliminação dos adversários estaria em acordo com os princípios da competitividade econômica.

No caso particular da Colômbia, a manifestação de conflitos internos estaria relacionada à presença de grupos paramilitares organizados, supostamente, em torno da produção e da exportação de cocaína. Os constantes confrontos com representantes do Estado estariam demandando com frequência o investimento em armas e munições, elevando-se o montante do capital em circulação e a incidência de homicídio no país. Os reflexos do tráfico de drogas e de armas na elevação das taxas de homicídio, especialmente entre homens jovens,

para além dos países produtores, teria chegado aos países vizinhos, como o Brasil, através da disseminação de rotas do tráfico internacional e do tráfico varejista, com a disseminação da violência criminal urbana, onde a produção regional²⁷ de armas leves tenderia também a contribuir com a dinâmica criminal violenta (SMALL ARMS SURVEY, 2006).

A dimensão assumida pela economia transnacional do crime teria surgido como um desafio aos Estados, pela sua enorme capacidade de atuação, já que a formação de redes entre poderosas organizações criminosas e seus associados, com atividades partilhadas em todo o planeta, constitui um fenômeno com profundos reflexos na economia, na política e, em última análise, nas sociedades, em âmbito global (VEEN, 1999).

Tornar-se-ia evidente, portanto, a contribuição de homens jovens, não como mentores, patrocinadores ou gestores das atividades ilegais mais relevantes, mas como as componentes mais frágeis e expostas à violência homicida, fato confirmado, sobretudo, pelas elevadas taxas de homicídio juvenil masculino. Por isso, sugere-se vislumbrar a elevação da violência letal entre homens jovens, predominantemente, como manifestação localizada de fenômenos de ordem global.

Integração perversa: manifestação local de fenômenos globais

Nos termos de uma violência hegemonicamente motivada por mecanismos econômicos e ideológicos de ordem sistêmica é que estaria sendo levantada a problemática da integração perversa de homens jovens, especialmente pelo tráfico de drogas, nas grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras.

Nessa linha de raciocínio, assume-se que o entendimento do mundo contemporâneo deveria necessariamente passar pelo reconhecimento de um sistema ideológico através do qual estariam sendo intensificados todos os aspectos que remetem ao individualismo. Já que cada vez menos pessoas ignoram o que o mundo oferece ou promete, tanto como possibilidade de consumo quanto em matéria de produção de 'si', tenderia o indivíduo à intenção de consumir, de continuar a consumir se já o fez, e de começar a fazê-lo se ainda não o pôde (WIEVIORKA, 1997:23).

²⁷ Faz-se referência à produção de armas ligeiras – pistolas e revólveres - em países como Brasil, Argentina, Chile e Colômbia (SMALL ARMS SURVEY, 2006).

Hoje o consumidor estaria sendo produzido antes mesmo dos produtos. Daí o império da informação e da publicidade, atuantes através de sistemas tecidos ao redor da informação ideologizada, atribuindo-se papel central ao dinheiro, como regulador das vidas individuais. O dinheiro, ao se tornar uma espécie de medida geral, estaria instituindo a competitividade como regra de convivência entre pessoas, instituições e empresas, justificando-se todo apelo à força e todas as formas perversas de sociabilidade. Os diversos segmentos sociais, de modo a assegurar a sobrevivência imediata, tenderiam a jogarem-se uns contra os outros (SANTOS, 2000:55-60), quando a prevalência do arbítrio do processo econômico faria disseminar a violência em todos os âmbitos da vida social (CANIATO, 2008).

Por isso, assume-se que a:

“... ideologia do lucro a qualquer preço é o que está na base das organizações mafiosas e cartéis do crime, no desvio de dinheiro por políticos sem escrúpulos, corrupção de policiais ou mesmo na ação instrumental de gangues que matam... para satisfazer o desejo de comprar um tênis, drogas ou qualquer outra coisa que possa ser adquirida no primeiro shopping center...” (COSTA, 1999:10).

De fato, uma revolução nos modelos de consumo teria chegado também ao Brasil, acompanhada por valores culturais marcados pela carência de limites morais, quando seria justificada a resolução de conflitos, comerciais ou pessoais, com a utilização de armas de fogo. Tais condições estariam atraindo jovens ao comércio de drogas e ao estabelecimento de um estado de guerra em muitos municípios do país. Considerando os elevados riscos de integração perversa em contextos nos quais as percepções de péssimas condições de sobrevivência se conjugam às percepções das vantagens imediatas que o ingresso no mundo do crime poderia oferecer (ZALUAR, 2007), salienta-se que:

“... muitos homens jovens... se tornaram vulneráveis às atrações do crime-negócio por causa da crise em suas famílias, muitas dessas incapazes de lidar com os conflitos surgidos na vida urbana... multifacetada e imprevisível. Vulneráveis também por causa do abismo entre adultos e jovens, por causa do sistema escolar ineficaz, além da falta de treinamento profissional, adicionado aos postos de trabalho insuficientes...” (ZALUAR, 2007:35-36).

A existência de um ato subjetivo na entrada de qualquer pessoa no mundo do crime não descarta, portanto, as maiores potencialidades representadas por conjunturas onde o

desemprego e o sentimento de exclusão atingem mais extensos segmentos da população (MINAYO, 2005). Seguindo essa linha de raciocínio, seria conveniente tentar dizer a um jovem que, mesmo que a satisfação de inúmeras de suas necessidades lhe esteja irremediavelmente obstruída, ainda assim, deveria ele andar na linha? Em acordo com Sento-Sé (2007), não parece possível, nem tampouco desejável.

Aqueles que compõem a linha de frente do comércio de drogas e de armas, assim como dos assaltos, seqüestros e etc., seriam os elementos mais expostos das redes transnacionais do crime, segmento visível justamente por apresentar-se mais arriscado à repressão oficial, à competição entre grupos criminosos, assim como ao próprio vício nas drogas, sem esquecer-se, é claro, da maior vitimização por homicídio.

Nesse sentido, um suposto jovem de 15 anos que vende drogas em uma escola nos Estados Unidos representa uma “... *manifestação local do sistema do crime global...*” ou, em outras palavras: “... *um nó numa rede completamente desenvolvida...*” (CASTELLS e INCE, 2003:106). Da mesma maneira, como no caso brasileiro, jovens que vivem em bairros periféricos e trabalham nas redes do tráfico são descritos como elos “... *na longa cadeia que comporta grandes traficantes de drogas, comércio ilegal de armas, extorsão e corrupção policial...*” (COSTA, 1999:11).

Voltando à idéia da constituição de divisões sócio-espaciais do crime, cabe destacar um caso recentemente divulgado pela mídia²⁸ e que ganhou notoriedade pelo fato das escutas telefônicas - autorizadas pela Justiça - revelarem como um detento do presídio de Tremembé (SP) fazia entrevistas pelo telefone com candidatos a uma vaga de traficante. Quem não tem vícios teria vantagem na hora da escolha:

“... *you fuma ou bebe, mano?*” (detento);
“... *eu não, eu sou careta*²⁹, *mano...*” (candidato);
“... *é uns moleques assim que nós precisa...*” (detento).

O detento traça metas e cobra empenho ao cooptar menores para o tráfico de drogas:

²⁸ Portal de Notícias G1 (19/10/2012) – ‘Escutas telefônicas mostram como presos controlam o tráfico da cadeia’.

²⁹ Careta: expressão que designa pessoa que não usa álcool ou drogas ilícitas.

- “... tem que virar uns dez pacotes, menor. Tem que montar outros planos estratégicos aí pra ganhar dinheiro...” (detento).

O processo de integração perversa estaria tornando o segmento juvenil masculino mais exposto a um tipo específico e direto de violência - o homicídio - cujas manifestações se manteriam em consonância com as práticas e as ideologias relacionadas ao individualismo e à busca incessante por lucro. Por isso segue a menção às características contemporâneas da violência - específicas de seu tempo - cujas peculiaridades estariam evidenciando a necessidade de mudanças teóricas na sua análise.

Violência no período contemporâneo

Em acordo com Domenach (1981), seria a violência tão velha quanto o mundo. Cosmogonias, mitologias e lendas a teriam representado vinculada às origens da história. Como poderia, no entanto, manter-se como uma problemática contemporânea? Hoje a violência estaria em evidência, geralmente admitida como uma situação característica do tempo atual e presente no cotidiano de todos (SANTOS, 2000).

Chesnais (1981:8) poderia classificar como alarmista esse discurso. Há, no entanto, quem afirme que a prevalência do processo econômico estaria disseminando a violência em todos os âmbitos da vida social (CANIATO, 2008:128-153) e que, mesmo em suas expressões mais localizadas, a violência tenderia a manter relações com fenômenos de ordem global (WIEVORKA, 1997). Daí a necessidade de serem especificadas as características predominantes da violência contemporânea, em acordo com as principais tendências vigentes em escala global.

Principais mudanças teóricas na análise da violência contemporânea

As origens da palavra violência são reconhecidas no termo *violentia* do latim, cuja referência está relacionada às idéias de força e de emprego da força física. Tal núcleo de significação estaria confirmado pela tradução para o grego. Com o tempo o termo teria passado a abarcar também questões de valores e de normas, se apresentando fundamentalmente em duas direções: uma que diz respeito à perpetração de agressões

físicas e outra que diz respeito ao ato de forçar uma pessoa a exercer uma ação contra a sua vontade, seja através do uso da força física ou infligindo medo (MICHAUD, 1986).

A busca pela essência da violência teria levado à formulação de teorias através das quais especialistas das ciências humanas - sociólogos e filósofos - e das ciências naturais - biólogos - a definiram como um impulso instintivo, despertado em função da auto preservação, de modo que se tornaria irracional. Entretanto, em oposição a tais teorias, assume-se hoje que a violência não seria animalesca e nem mesmo irracional. Ao contrário, seria a violência racional e instrumental por natureza, até o ponto de se tornar eficaz em alcançar a finalidade que deveria justificá-la, pertencendo, por excelência, ao setor político das atividades humanas. Alerta-se, portanto, para o perigo de se deixar levar por ideologias pseudonaturais (ARENDRT, 1985:35-44), como justificativas para ‘contratos’ estabelecidos em âmbito social (SOREL, 1936:392-393). Mas, como passar de uma gama de definições aos fatos (MICHAUD, 1986) e vice-versa?

Na tentativa de elucidar as diferentes expressões da violência, sobretudo no período contemporâneo, recorreu-se à categorização proposta por Galtung (1996). Em um nível menos detalhado, poder-se-ia considerar ‘violência direta’ como a perpetração de atos de agressão física dos quais decorrem traumatismos, lesões ou, em casos extremos, a morte. Refere-se aos atos violentos diretamente exercidos entre pessoas e sua expressão extrema seria o homicídio. ‘Violência estrutural’³⁰ teria seus significados relacionados à vigência de uma ordem social cujo funcionamento implica em oportunidades desiguais para seus membros, expressas pela seletividade do mercado de trabalho, pelas diferenças de rendimento do trabalho e pelas desigualdades sócio-espaciais em geral. ‘Violência cultural’ seria o elemento ideológico capaz de justificar a perpetração das outras duas categorias de violência. A idéia que move essa distinção categórica e sua articulação através de um ‘triângulo vicioso’ seria bem simples: violência gera violência.

No entanto, e apesar da relevância da proposta de Galtung (1996), assume-se a persistência da demanda por distinções que fizessem menção às tendências atuais de ordem sistêmica.

³⁰ Para saber mais sobre a idéia de violência estrutural, consultar CIIP (2002), MINAYO e SOUZA (1993), MINAYO (1994), MINAYO (2005).

Salienta-se que com a globalização teriam emergido formas ‘implacáveis’ de relações econômicas, justificadas por noções de riqueza, de prosperidade e de equilíbrio macroeconômico, às quais todas as economias nacionais estariam sendo impelidas a se adaptar. Em tais condições, o dinheiro tornar-se-ia onipresente e a acumulação uma meta, lembrando que em âmbito sistêmico a acumulação para alguns significa o endividamento para a maioria (SANTOS, 2000: 55-56).

A necessidade de capitalização, real ou imaginária, estaria conduzindo à adoção de uma ética da competitividade como regra de convivência entre pessoas, Estados e empresas, constituindo-se uma guerra na qual tudo vale. Em tais condições, estaríamos evoluindo de situações nas quais a perversidade se manifestava de forma isolada para uma situação na qual a perversidade se instala como sistema, legitimando-se a preeminência de ações hegemônicas sem responsabilidade perante a coletividade humana, como um convite ao exercício da violência (SANTOS, 2000:60).

A violência ligada ao controle e à acumulação de recursos econômicos não seria, portanto, arma dos desvalidos, já que os atores mais relevantes da violência organizada estariam protagonizando conflitos pelos frutos das atividades mais lucrativas em âmbito global. Por isso, para além das menções a uma violência de tipo estrutural, como marco conceitual relativo a processos de cunho macrossocial, sugere-se a relevância de um tipo de violência característico do período contemporâneo e manifesto em acordo com a etapa atual da globalização: a ‘violência sistêmica’.

Dentre as mudanças teóricas mais relevantes nessa análise destacar-se-ia o reconhecimento das formas predominantes da violência contemporânea como manifestações pontuais de fenômenos globais (WIEVIORKA, 1997). Ainda que a forma imediata pela qual a violência se expressa seja através de manifestações locais, sua noção deveria abranger um conjunto de ações e de situações reproduzidas tanto na esfera da vida cotidiana quanto em escalas mais amplas de análise.

Por isso, o tipo de violência que nesse momento específico estaria se tornando particularmente relevante, o homicídio juvenil masculino, tal como se expressa hoje nas grandes cidades brasileiras (MINAYO, 2005), não poderia estar reduzido a atos isolados,

pois estaria em acordo com uma ética pragmática dominante e com uma lógica subserviente ao capital, quando o agente de muitas violências estaria se engajando, sobretudo, com finalidades econômicas.

No entanto, como alertou Wieviorka (1997), não reduzamos a violência exclusivamente às suas dimensões de violência privada, com motivação econômica e instrumental, pois, hoje, suas manifestações seculares estariam ainda a persistir³¹.

Faz-se, portanto, referência às manifestações predominantes da violência que encontram suas principais motivações nas formas atuais de realização da vida social e econômica, cuja vigência estaria em consonância com processos contemporâneos de ordem global.

Categorização da violência contemporânea

A violência característica do período contemporâneo, pela diversidade e amplitude de suas manifestações, poderia mesmo ser considerada um mini-campo conceitual, dentro do qual inúmeras distinções e categorizações poderiam ser feitas (KALIVAS, 2006:20).

Perante a complexidade do tema e das inúmeras possibilidades de categorização, propõem-se o entendimento da violência contemporânea segundo três categorias: violência direta; violência estrutural e violência sistêmica.

As duas primeiras categorias – direta e estrutural - se manteriam em acordo com as descrições disponibilizadas por Galtung (1996) (ver página 59), enquanto a terceira categoria abrangeria processos socioeconômicos vigentes em ordem sistêmica, e hoje inclui a categoria denominada 'violência cultural'³². Feitas essas considerações, define-se:

- **violência sistêmica:** perpetrada em nível global pelos agentes hegemônicos³³ da política, da cultura e da economia: Estados, organizações supranacionais e empresas transnacionais. Vislumbrada como possibilidade gerada somente na

³¹ Sob vários aspectos, a violência gratuita, lúdica, eventualmente ligada ao gosto pelo risco, a um desejo de aventura, ao esforço para produzir ou atingir um acréscimo de sentido estaria também relacionada à abolição de qualquer tipo de sentido e ao puro prazer de uma violência desenfreada (WIEVIORKA, 1997).

³² Para saber mais sobre o conceito de violência cultural ver Galtung (1990 e 1996).

³³ Empresas transnacionais, Estados e instituições supra-nacionais seriam os agentes hegemônicos aos quais se faz referência.

etapa atual da globalização e no estágio presente do desenvolvimento capitalista. Expressa pelo uso corporativo dos recursos - técnicos, humanos, financeiros e naturais – presentes nos territórios nacionais e pela predominância contemporânea de uma ética pragmática e individualista funcional à lógica do capital. A violência sistêmica estaria orientada no sentido do aprofundamento das desigualdades territoriais e das disparidades na concentração de renda, entre os países e dentro dos países. Manteria expressões, sobretudo, através das tendências de diferenciação sócio-espacial do rendimento do trabalho e da concentração de renda em escala global, possibilitada através do sistema financeiro internacional.

- **violência estrutural:** pode ser observada no nível dos territórios, regiões e localidades, como a manifestação de processos de relativa exclusão/inclusão perante a seletividade no uso dos territórios e frente às divisões sócio-espaciais do trabalho decorrentes. Está relacionada, em termos gerais, às diferenciações intra-regionais e às suas conseqüências na diferenciação das oportunidades de integração socioeconômica para a população residente. Expressa, de forma geral, através de elevados níveis de desigualdade sócio-espacial.

- **violência direta:** descreve atos de violência perpetrados de pessoa para pessoa, no sentido de ser exercida agressão física, moral ou verbal, a um indivíduo ou a um coletivo de indivíduos, indiferentemente do método ou do instrumento utilizado. Expressa em decorrência de conflitos resolvidos na ordem do cotidiano e da co-presença. Considera-se o homicídio como a expressão mais evidente da violência direta.

Cada uma das três categorias de violência poderia ser observada em níveis diversos de expressão, no entanto, manteriam escalas privilegiadas de análise. Nessa linha de raciocínio, a violência sistêmica tenderia a estar evidente em ordem global, através de processos de ampla vigência e de longa duração. A violência estrutural tenderia a ser mais bem observada no nível das regiões e cidades, enquanto que a violência direta tenderia a manter suas evidências, sobretudo, no nível das localidades.

Por meio dessa distinção, pretende-se vislumbrar o homicídio juvenil masculino como uma expressão particular da violência direta, vislumbrada segundo a articulação entre as três categorias de violência mencionadas, em uma perspectiva multiescalar.

Articulação multiescalar

Em nível global os Estados, as empresas e as instituições hegemônicas tenderiam à busca por exercer a imposição de uma racionalidade única em todas as regiões e localidades, enquanto que as regiões e localidades tenderiam a responder aos impulsos globais de acordo com os diversos modos de suas próprias racionalidades. Seria esse o sentido das diferenciações sócio-espaciais no atual período, como reflexos da espacialização heterogênea e desigual de processos sistêmicos (SANTOS, M., 1996).

A integração das localidades e regiões em relação aos processos de ordem global estaria subordinada às suas respectivas capacidades de abrigar atividades e de oferecer rentabilidade aos investimentos capazes de serem realizados. Essa rentabilidade tenderia a ser maior ou menor em virtude da eficácia mercantil referente a um determinado produto, ou a um setor específico da economia. Nesse processo, as localidades e regiões estariam se especializando, tanto em função de suas características naturais quanto de suas realidades técnicas, organizacionais e populacionais (SANTOS, M., 1996).

Através do acesso à informação privilegiada, os agentes hegemônicos da política e da economia tenderiam a utilizar todas as redes e todos os espaços, em um processo através do qual os territórios estariam sendo transformados em verdadeiros espaços nacionais da economia transnacional. Nesse sentido, nos territórios, as regiões e localidades seriam os suportes e as condições necessárias para a efetivação das relações entre sistemas globais e atividades espacialmente localizadas, pois de outra forma não se realizariam (SANTOS, M., 1996).

Pensando na articulação multiescalar entre as categorias de violência, a violência sistêmica tenderia a impor-se em todas as localidades, através da expansão de formas perversas de realização da vida social e econômica, estimulando, por sua vez, formas localizadas de integração aos circuitos criminais de ordem global. Nos subespaços urbanos onde os

estímulos de ordem sistêmica se conjugam com oportunidades propícias à expansão da integração à criminalidade violenta, o homicídio masculino tenderia a apresentar uma composição etária caracterizada pela concentração nas idades juvenis.

Nesse sentido, a população jovem, como recurso espacialmente localizado, poderia revelar-se fator extremamente relevante na expansão da criminalidade violenta e na elevação do homicídio masculino, particularmente no caso das grandes cidade e regiões metropolitanas brasileiras.

No entanto, enquanto a atenção estaria menos voltada para os fenômenos que estão na base da disseminação mundial da criminalidade violenta – a violência estrutural e a violência sistêmica - estaríamos apenas condenando as formas de violência direta mais visíveis no cotidiano, como o homicídio juvenil masculino.

Se a violência tem o poder de dramatizar situações, trazendo-as à atenção do público (ARENDDT, 1985:44), assume-se que as explicações acerca da violência localizada, juvenil, masculina e homicida, hoje, no Brasil, não poderiam mais estar limitadas apenas às questões circunscritas aos espaços onde se manifesta.

Feitas essas considerações, salienta-se a intenção de analisar o homicídio juvenil masculino, onde se apresenta como manifestação mais da violência direta, como um fenômeno localizado, porém, vinculado a processos vigentes em diferentes escalas espaciais.

Níveis de análise e delimitação espaço-temporal

- **nível global:** manifesto através de processos de ampla vigência espacial. Teoricamente abordado através das noções de globalização e de crise sistêmica. Corresponde ao ecúmeno conhecido, hoje vislumbrado em escala planetária. Não possui um recorte temporal bem definido, referindo-se a tendências vigentes, principalmente, desde o último quarto do Século XX.

- **nível regional:** expressão das desigualdades sócio-espaciais manifestas através dos diferentes usos do território, dos processos de

urbanização/metropolização e das divisões sócio-espaciais do trabalho. Conta com uma delimitação espacial representada de forma mais abrangente pela região Centro Oeste brasileira, e de forma mais restrita pelas duas sub-regiões de interesse. A sub-região de Brasília/Entorno de Brasília - correspondente às microrregiões de Brasília (DF) e do Entorno de Brasília (GO) - a e sub-região de Parecis/Alto Teles Pires - correspondente às microrregiões de Parecis e de Alto Teles Pires (MT) (em acordo com as divisões territoriais brasileiras disponibilizadas pelo IBGE - 1980/2010) (Mapa 1).

- **nível local:** abordado em termos da inserção local aos fluxos da economia global, o que inclui as formas locais de integração nas divisões sócio-espaciais do trabalho. Nível representado pelos municípios de Luziânia (no Entorno de Brasília-GO) e de Lucas do Rio Verde (em Parecis/Alto Teles Pires-MT).

Na definição das unidades espaciais adotadas para análise em nível local, optou-se por utilizar a divisão territorial brasileira disponibilizada pelo IBGE para o ano de 1991, segundo a qual o município de Luziânia (1991) corresponde aos municípios de Luziânia, Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás nas divisões territoriais de 2000 e de 2010 (IBGE) (Quadro 1) (Mapa 2). O município de Lucas do Rio Verde - desmembrado do município de Diamantino em 1986 - manteve a mesma divisão territorial nos censos de 1991, 2000 e 2010 (Quadro 2) (Mapa 3).

Quadro 1. Municípios segundo divisão territorial (IBGE) - Entorno de Brasília (1991, 2000 e 2010).

Município	Fundação	Censos com informações disponíveis		
		1991	2000	2010
1 Pirenópolis	1853	X	X	X
Vila Propício	1995		X	X
2 Luziânia	1867	X	X	X
Cidade Ocidental	1993		X	X
Valparaíso de Goiás	1995		X	X
Novo Gama	1997		X	X
3 Sto. Antônio do Descoberto	1982	X	X	X
Águas Lindas de Goiás	1995		X	X
4 Planaltina	1892	X	X	X
5 Água Fria de Goiás	1987	X	X	X
6 Corumbá de GO	1902	X	X	X
Cocalzinho de Goiás	1993		X	X
7 Formosa de Goiás	1955	X	X	X
Vila Boa	1992		X	X
8 Padre Bernardo	1963	X	X	X
9 Mimoso de Goiás	1987	X	X	X
10 Cristalina	1916	X	X	X
11 Abadiânia	1954	X	X	X
12 Alexânia	1958	X	X	X
13 Cabeceiras	1958	X	X	X

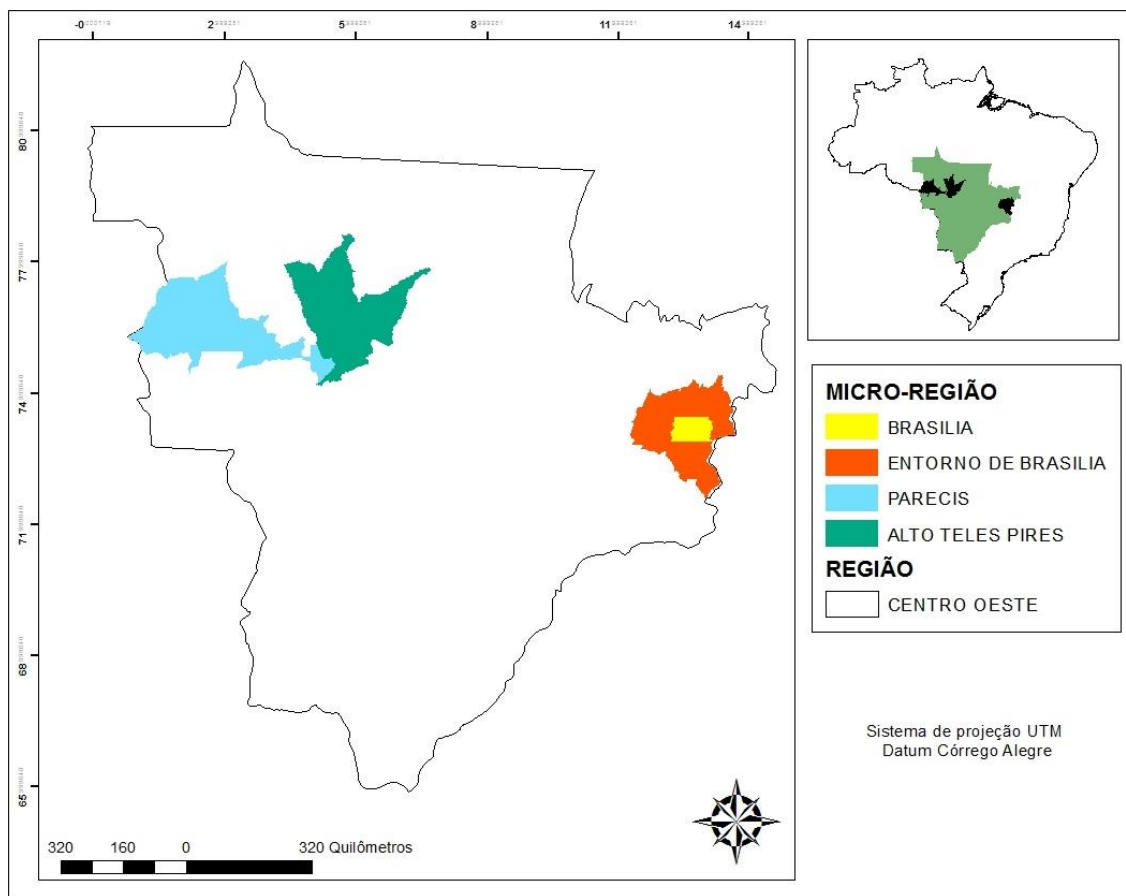
Fonte: IBGE (Censos Demográficos – 1980, 1991, 2000 e 2010).

Quadro 2. Municípios segundo divisão territorial (IBGE) - Parecis/Alto Teles Pires (1991, 2000 e 2010).

Município	Fundação	Censos com informações disponíveis		
		1991	2000	2010
1 Diamantino	1918	X	X	X
Tapurah	1993		X	X
Ipiranga do Norte	2000			X
Itanhangá	2000			X
Sapezal	1994		X	X
2 Nobres	1963	X	X	X
3 Campo Novo do Parecis	1988	X	X	X
4 Sorriso	1986	X	X	X
Nova Ubiratã	1997		X	X
5 Lucas do Rio Verde	1985	X	X	X
6 Nova Mutum	1988	X	X	X
Santa Rita do Trivelato	1999		X	X
7 Comodoro	1986	X	X	X
8 Campos de Júlio	1986	X	X	X

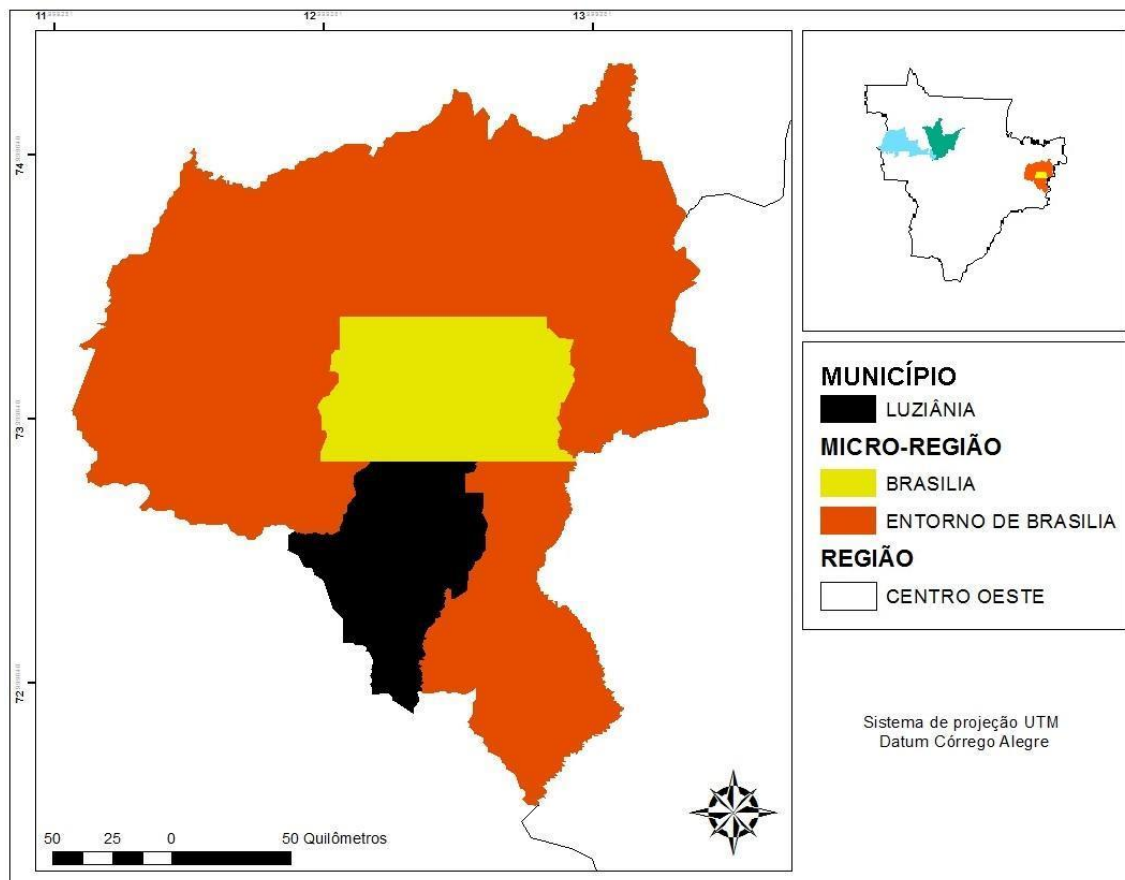
Fonte: IBGE (Censos Demográficos – 1980, 1991, 2000 e 2010).

Mapa 1. Nível regional.



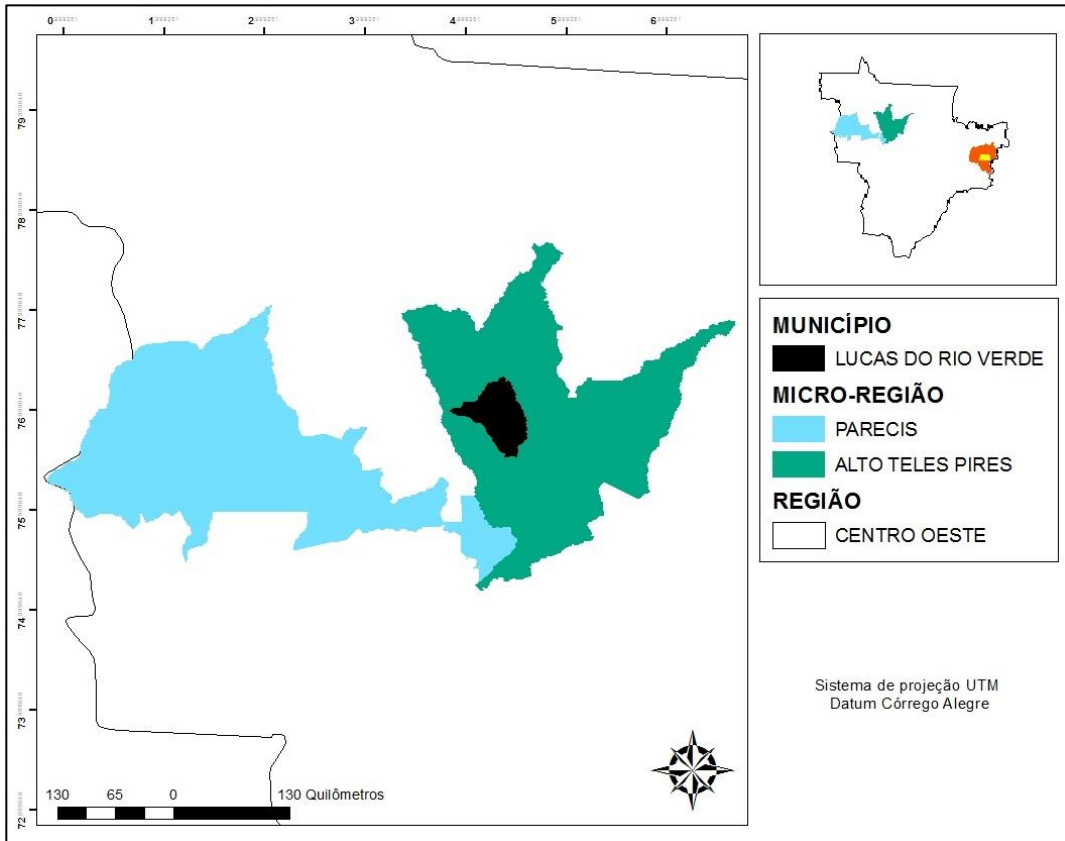
Mapa elaborado por Ramon F. Bicudo da Silva/Alex Manetta.

Mapa 2. Nível local - Luziânia.



Mapa elaborado por: Ramon F. Bicudo da Silva/Alex Manetta.

Mapa 3. Nível local - Lucas do Rio Verde.



Mapa elaborado por: Ramon F. Bicudo da Silva/Alex Manetta.

Como o nível global tem suas características abordadas através de um estudo teórico e metodológico, os dados que compõe as análises sobre a dinâmica da população, a caracterização socioeconômica e o homicídio masculino, são apresentados especificamente para os níveis regional e local. Com o intuito de destacar as distinções entre as duas sub-regiões de interesse, e também internamente à sub-região de Brasília/Entorno de Brasília, no nível regional os dados são apresentados e avaliados separadamente para as microrregiões de Brasília e do Entorno de Brasília, enquanto que para Parecis/Alto Teles Pires os dados são avaliados de forma agregada.

Método

Procura-se avaliar se a evolução das taxas de homicídio juvenil masculino (1991/2010), nas sub-regiões e localidades de interesse, apresentam - ou não - relação direta com aspectos relacionados à dinâmica demográfica e às condições de ocupação da população de homens jovens residentes. Para tanto, parte-se da menção às construções teóricas que relacionaram, em décadas anteriores, a dinâmica demográfica ao aumento da criminalidade e da violência urbana entre homens jovens brasileiros.

Faz-se menção específica às noções de ‘onda jovem’ e de ‘descontinuidades demográficas’ (BERCOVICH e MADEIRA, 1990; BERCOVICH, 2003; BERCOVICH e MASSÉ, 2004), cuja principal referência estaria no processo de transição demográfica, especificamente no que diz respeito às alterações na estrutura etária da população e às suas conseqüências em contextos estruturais de precariedade laboral e de incapacidade de governança.

A desatenção sistemática dos setores públicos perante as demandas geradas pelas diferentes coortes que compõem a população tenderia ao agravamento da precariedade de tipo estrutural vivenciada em extensas e populosas áreas urbanas brasileiras. Daí a importância do conhecimento a respeito da dinâmica demográfica como subsídio para a formulação de políticas públicas (RIOS-NETO et al, 2009) pois, na medida em que uma coorte larga ascende na pirâmide etária, seriam criadas necessidades específicas, exigindo-se respostas do sistema social (BERCOVICH e MASSÉ, 2004).

Easterlin (1980:3-33) já considerava que o sucesso particular dos membros de uma coorte dependeria, dentre outros fatores, da quantidade de seus membros. Por exemplo: se o volume e a proporção de jovens em uma sociedade são crescentes e a oferta de empregos para essa população se mantém, como resultado esperado teríamos uma tendência à elevação da competição, com reflexos na elevação das taxas de desemprego e no desenvolvimento de situações mais amplas de deterioração social, relativas, inclusive, ao aumento da criminalidade e da violência urbana.

Por isso, cabe uma menção específica às relações entre alterações na estrutura etária da população, incapacidade de governança, precarização das condições de trabalho para homens jovens, elevação da criminalidade urbana violenta e tendência à elevação do homicídio juvenil masculino.

Como mencionado, no Brasil, o crescimento acentuado de coortes juvenis foi estudado em termos de processos descritos pelas noções de ondas jovens e de discontinuidades demográficas, as quais se referem à pressão exercida por volumosas coortes juvenis sobre restritos mercados de trabalho. Tal situação tenderia ao agravamento das condições de inserção social e econômica para o segmento juvenil da população, com possibilidades de intensificação do risco de envolvimento de homens jovens na criminalidade violenta.

Por isso a necessidade de ser evidenciado o atual estágio da transição demográfica no Brasil – e em cada uma das suas regiões - e suas conseqüências inerentes, principalmente, em contextos aprofundados de omissão do Estado e de amplas restrições quanto às melhores oportunidades de inserção social e econômica.

O momento atual da transição demográfica brasileira, caracterizado pelo crescimento absoluto e proporcional da PIA, traria como conseqüência o declínio da razão de dependência³⁴ e uma oportunidade vantajosa para a economia familiar, com possibilidades de incremento da renda familiar *per capita* e de ganhos nas condições de transferências intergeracionais. No entanto, essa oportunidade não estaria atualmente encontrando o suporte necessário - em termos de geração de emprego e de renda - para sua efetivação

³⁴ A razão de dependência parte do pressuposto de que a população com idades entre 0 e 14 anos e a população idosa - 65 ou mais anos - podem ser consideradas dependentes da PIA (BRITO et al, 2008).

como momento propício. As conseqüências sociais geradas tenderiam a impactar negativamente as condições de vida da população residente, mantendo-se altas as taxas de desemprego e de informalidade laboral (BRITO et al, 2008).

Feitas essas considerações, questiona-se: nas unidades espaciais de interesse o momento atual da dinâmica social e demográfica tenderia ao agravamento nas condições de inserção laboral para a população jovem? Tal fato tenderia a potencializar campos favoráveis à disseminação da criminalidade urbana violenta?

Caso as respostas a essas questões sejam negativas, questiona-se: qual processo - ou conjunto de processos - estaria na base da disseminação recente da violência letal entre homens jovens nas unidades espaciais de interesse?

Hipótese

O momento atual da dinâmica sócio-demográfica nas sub-regiões e localidades de interesse não se caracteriza pelo agravamento nas condições laborais para o segmento juvenil masculino, de modo que a disseminação da criminalidade violenta em Brasília/Entorno de Brasília tende a estar mais associada a um processo de expansão das oportunidades de integração perversa do que a um processo de agravamento nas condições de exclusão da população jovem em relação ao mercado formal de trabalho.

Objetivo geral

Pretende-se avaliar a elevação do homicídio juvenil masculino como conseqüência do uso corporativo – por parte de firmas transnacionais do crime – dos recursos presentes nos territórios nacionais, particularmente nas periferias das grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras: subespaços relativamente precários e desassistidos pelo poder público e volumosas coortes de homens jovens.

Objetivos específicos

- Salientar que a elevação recente do homicídio juvenil masculino na sub-região de Brasília/Entorno de Brasília não corresponde aos períodos caracterizados por mais intensos

ritmos de crescimento da população total e nem pelo crescimento proporcional da população jovem;

- mostrar que a elevação recente das taxas de homicídio juvenil masculino em Brasília/Entorno de Brasília não corresponde a períodos caracterizados pelo agravamento nas condições de ocupação laboral remunerada para homens jovens;

- chamar a atenção para o momento atual da dinâmica demográfica na sub-região de Parecis/Alto Teles Pires, caracterizado pelo crescimento recente – absoluto e proporcional – da população jovem, em um momento no qual o homicídio masculino não apresenta estrutura etária concentrada nas idades juvenis, onde as condições de ocupação laboral formal e remunerada estariam distantes daquelas consideradas ideais.

Indicadores

A análise mais detalhada da violência, de sua amplitude e de sua distribuição espacial, encontra limites nas bases de dados disponíveis, que dizem respeito, sobretudo, às fatalidades. Os dados disponíveis fornecem um indicativo do alcance da violência letal, consolidando-se como indicador útil na análise da violência. Esse indicador, capaz de auxiliar no monitoramento das mudanças na expressão da violência letal - no tempo e no espaço - permite a identificação dos grupos populacionais e das comunidades sob maiores riscos de vitimização por homicídio. Por existirem dados relativamente confiáveis de mortalidade, os índices obtidos a partir do homicídio são frequentemente utilizados como indicadores de violência (YUNES, 2001).

Nesse trabalho as taxas de homicídio - para cada 100 mil habitantes - são utilizadas como indicadores da violência direta, assumindo-se que a informação disponível traduz somente parte do problema, já que dizem respeito especificamente às vítimas de homicídio. Para o cálculo das taxas foi adotada a classificação contida em Lozada et al (2009), segundo a qual os homicídios correspondem às categorias entre E960/E978 (CID-9) (1979/1995) e entre X85/Y09 e Y35/Y36 (CID-10) (1996/2010). As taxas de homicídio para os anos 1980, 1991, 2000 e 2010 foram calculadas utilizando-se médias trienais do volume de homicídios.

As taxas para cada ano no período 1991/2010 foram calculadas com o volume anual de homicídios registrados.

As informações sobre a população - por ano, sexo e grupos de idade – utilizadas no cálculo das taxas de homicídio - 1980, 1991, 2000 e 2010 - são referentes aos resultados dos Censos Demográficos (IBGE) segundo os respectivos anos. Já as informações sobre a população para o cálculo das taxas anuais de homicídio entre 1991 e 2010 foram estimadas a partir do método de interpolação, calculado por grupos de idade e por aproximação geométrica. A população utilizada para o cálculo do PIB *per capita* (2000/2009) também foi estimada pelo método de interpolação. As Tabelas com as populações estimadas estão disponibilizadas no Anexo I.

Base de dados e qualidade da informação

As duas principais fontes oficiais de disseminação contínua das estatísticas de óbitos no Brasil são a Fundação IBGE e o Ministério da Saúde (MS). De modo geral, os dados disponíveis para o ano de 1980 apresentam irregularidades para a maioria dos estados do Norte e do Nordeste. Já no ano de 1990 o nível geral da qualidade dos dados - por faixa etária e por sexo - para o Brasil e para as unidades da federação teria sido satisfatório. Reconhece-se uma tendência à melhoria na qualidade dos dados também para o ano 2000. As informações de mortalidade possibilitam o cálculo de indicadores confiáveis por qualquer uma das duas fontes mencionadas, sendo possível que no ano de 2010 todos os estados da federação tenham atingido o patamar mínimo considerado satisfatório (80%) de cobertura para a população adulta. Embora o Ministério da Saúde tenha registrado mais óbitos do que o IBGE (2000), a diferença não teria sido expressiva, mas caso persista essa tendência, poder-se-ia esperar uma preferência pelos dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, mesmo porque ele agrega a informação da causa básica da morte, não captada pelo IBGE (PAES, 2005; PAES e ALBUQUERQUE, 1999).

Nesse trabalho são utilizadas as informações disponibilizadas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) (1979/2010).

Phebo (2005) salientou algumas das potencialidades e das limitações do SIM/MS: 1) possui uma grande cobertura, já que alimentado pelo atestado de óbito. Haveria; 2) utiliza instrumentos de coleta, fluxos de informação e processamento de dados padronizados em todo país. Entretanto, haveria variação na qualidade da informação entre as cidades e regiões brasileiras; 3) a CID-10³⁵, em vigor desde 1996, permite comparações internacionais; 4) iniciado em 1979, possibilita a construção de séries históricas; 5) através do SIM é possível utilizar o banco de dados por local de residência ou por local de ocorrência. Nesse trabalho é utilizado por local de residência.

³⁵ CID-10: Classificação Internacional das Doenças. Em vigor no SIM/MS desde o ano de 1996.

Capítulo II

Aspectos socioeconômicos

Na região Centro Oeste brasileira, assume-se que se apresentam condições extremamente propícias à inovação quanto aos usos do território. Em sentido restrito poder-se-ia considerar território como o nome político para o espaço de um país, delimitado por fronteiras e sujeito a normas jurídico-administrativas particulares. No entanto, considerado como território usado, tornar-se-ia objeto de divisões do trabalho superpostas, segundo lógicas escalares diversas (SANTOS, M., 1996).

As desigualdades territoriais, conforme expressas hoje no Brasil, teriam como fundamento os diferentes usos do território, cada vez mais no contexto da lógica capitalista. Uso do território poderia ser definido, portanto, pelo próprio dinamismo da economia e das sociedades, incluindo-se a implantação de sistemas de engenharia, as dinâmicas da população, da agricultura, da indústria e dos serviços (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Seguindo essa linha de raciocínio, já que até poucas décadas não possuía infra-estrutura relevante, o Centro Oeste brasileiro pode receber a instalação de sistemas de engenharia - que inclui até mesmo de sistemas urbanos - relativamente novos e mais adequados às necessidades de gestão territorial e às demandas por maior integração econômica regional, perante os fluxos da economia globalizada (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Dentro do processo mais amplo de ocupação econômica e populacional do Centro Oeste, chama-se a atenção para fenômenos recentes de urbanização/metropolização e para suas relações com usos relativamente seletivos do território e com divisões sócio-espaciais do trabalho. No caso de Brasília/Entorno de Brasília, faz-se referência à constituição de um núcleo administrativo/residencial privilegiado e de uma periferia urbana relativamente desassistida, mantida em razão da elevada concentração de renda, do poder de decisão, de infra-estruturas urbanas e de outros recursos em áreas específicas do DF.

Em Parecis/Alto Teles Pires, salienta-se uma urbanização predominantemente dinamizada pelo agronegócio, de modo que tenderia a ser seletiva em termos dos capitais e da população que acolhe. Sugere-se que essas distintas dinâmicas estariam ligadas a

oportunidades diferenciadas de integração socioeconômica, sobretudo no que diz respeito às oportunidades de integração de homens jovens na criminalidade urbana violenta, fato que tenderia a estimular manifestações também diferenciadas do homicídio, sobretudo no que diz respeito ao segmento juvenil masculino da população residente.

Região Centro Oeste: ocupação e usos do território

A ocupação de vastas áreas pelo agronegócio e a expansão da rede urbana regional, conforme hoje vislumbradas no Centro Oeste brasileiro, apresentar-se-iam como resultados de décadas de investimentos direcionados, sobretudo, no sentido da integração territorial a mercados até então inovadores. Já nos anos 1950 teria havido o início da ampliação das infra-estruturas urbanas, inclusive com a construção da atual capital federal, inaugurada em 1960. Para tanto, não teriam faltado investimentos na expansão das redes de transporte, de comunicação e de fornecimento de energia, como elementos fundamentais ao crescimento das cidades e das atividades do agronegócio, conforme observado em décadas posteriores. A partir dos anos 1980, esse processo teria sido caracterizado pela introdução mais intensa de capitais estrangeiros, ampliando-se e diversificando-se os setores agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços (CUNHA, 2002).

Em acordo com Guimarães e Leme (2002), as principais transformações econômicas observadas no Centro Oeste, após profundas alterações em sua base produtiva, estariam referidas à passagem de uma região típica de fronteira agrícola para uma área de produção agropecuária, fornecedora de matéria-prima para a exportação e para a transformação agroindustrial, em um processo caracterizado também pelo crescimento do setor terciário - comércio e serviços.

As mais significativas mudanças na dinâmica da população observadas durante o processo de ocupação territorial do Centro Oeste foram resumidas por Hogan et al (2002): as baixíssimas densidades demográficas teriam dado lugar ao surgimento de cidades de grande porte - como Brasília - e ao aumento no peso relativo das concentrações urbanas, graças às tendências predominantes da mobilidade espacial da população, privilegiando-se, nas últimas décadas, os deslocamentos intra-regionais e o destino em núcleos urbanos.

Na região Centro Oeste, as possibilidades técnicas teriam permitido, em um espaço relativamente curto de tempo, que o cerrado se transformasse em um ‘caleidoscópio’ de produções agrícolas (SANTOS, 1993:38), onde:

“... teriam sido criadas as condições regionais para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, paralelamente, uma nova etapa da urbanização, em virtude também... da construção de Brasília...” (SANTOS e SILVEIRA, 2001:275).

Dentro dessa perspectiva, o sistema urbano centroestino representa a síntese de longos processos de ocupação territorial, através dos quais as iniciativas estatais e as dinâmicas de localização das atividades produtivas teriam exercido papéis fundamentalmente indutores (IPEA, 2001).

A partir do momento em que a expansão das lavouras de grãos e o crescimento da agroindústria se apresentaram como alternativas de dinamismo à economia regional, o perfil das cidades teria se modificado e, muitas delas, hoje, encontrar-se-iam extremamente vinculadas às atividades do agronegócio (HOGAN et al, 2002).

O crescimento da produção agrícola em moldes intensivos estaria ocorrendo de forma concentrada em áreas do Centro Oeste, especialmente no estado do Mato Grosso, além de outras regiões de cerrado na Bahia, Piauí e Maranhão, através da introdução de sistemas de alta produtividade característicos da região *core* da agricultura capitalista no Brasil (GIRARDI, 2008).

Embora várias culturas venham sendo exploradas em sistemas de produção intensiva, a soja se manteria como o produto mais evidente do agronegócio em território nacional, tanto pela importância adquirida por suas exportações na balança comercial³⁶ quanto pela dinâmica produtiva e de ocupação territorial que atualmente orienta. Dentre os dez municípios maiores produtores de soja em 2006, sete estariam concentrados no estado de Mato Grosso

³⁶ O saldo positivo da balança comercial agropecuária em 2006 foi dividido da seguinte maneira: soja 21,7%, carnes 20%, sulcroalcooleiro 18,2%, café 7,9%, couro 7,6%, fumo 4%, sucos de frutas (principalmente laranja) 3,7%, produtos florestais 1,5% e algodão 0,7. Em 2006 a agropecuária correspondia a 5,2% do PIB nacional, porém foi responsável por 92% do superávit total da balança comercial brasileira. Em 2006 o Brasil exportou US\$ 137 bilhões, sendo o setor agropecuário responsável por US\$ 49 bi. O superávit total da balança comercial brasileira foi de US\$ 46 bi, dos quais US\$ 42 bi referentes ao setor agropecuário, já que os outros setores, apesar de exportarem, são grandes importadores (GIRARDI, 2008).

(GIRARDI, 2008), especificamente nas microrregiões contíguas de Parecis e de Alto Teles Pires: Sorriso, Nova Mutum, Sapezal, Campo Novo dos Parecis, Diamantino, Lucas do Rio Verde e Nova Ubiratã³⁷.

Faz-se referência a uma expressão específica da urbanização dinamizada pelo agronegócio na sub-região de Parecis/Alto Teles Pires (MT). Dentro do panorama que vislumbra correlações entre os fenômenos recentes de urbanização/metropolização na região Centro Oeste brasileira, os diversos usos do território e as divisões sócio-espaciais do trabalho, sugere-se formas diferenciadas de integração da população em relação aos diversos setores da economia nas duas sub-regiões de interesse.

Urbanização, metropolização e divisões sócio-espaciais do trabalho

A produção agrícola em moldes intensivos, a pecuária e as atividades de transformação agroindustrial, na região Centro Oeste, teriam incorporado não somente o campo como as cidades também, ao atenderem as demandas por um tipo específico de consumo - o consumo produtivo - justamente àquele ligado aos equipamentos, estruturas, insumos e serviços exigidos pela produção agropecuária e agroindustrial (SANTOS, M., 1996).

Nas cidades dinamizadas pelo agronegócio, o mecanismo da oferta e da demanda por bens e serviços tenderia a ser substancialmente diferente, de forma que estariam sendo exigidas especializações não somente em termos de infra-estruturas, mas de mão de obra, dadas as demandas por técnicos e por outros trabalhadores também especializados (FREDERICO, 2004).

Naquelas cidades a população sem capital suficiente para investimento e sem a necessária qualificação profissional tenderia a ser repelida, pois, além de um mercado de trabalho seletivo, suas economias urbanas não abrigariam atividades econômicas suficientemente diversificadas para acolher também o pequeno capital. Por outro lado, as cidades dinamizadas pelo agronegócio tenderiam a acolher maiores contingentes de classe média e um número crescente de letrados. Através desse processo, as cidades localizadas nas

³⁷ Os outros três municípios são: Jataí (GO), São Desidério (BA) e Rio Verde (GO).

regiões de agricultura intensiva tenderiam a estar vivenciando um crescimento econômico e populacional mais intenso do que o observado nas metrópoles (SANTOS, 1993:56).

Quanto à metrópole, abrigo de todos os capitais e de todos os tipos de trabalho, tenderia a continuar atraindo pessoas de diferentes classes sociais, oferecendo condições de sobrevivência inclusive aos mais destituídos. Nas metrópoles haveria uma profusão de vetores, em todas as ordens, buscando finalidades diversas, onde estariam coexistindo situações típicas da economia globalizada e de setores de uma economia popular, onde tenderia a haver uma variedade 'infinita' de ofícios e uma multiplicidade de combinações em permanente movimento (SANTOS, M., 1996:290).

De fato a metrópole, mais do que um estoque de população, estaria caracterizada pela capacidade de atração populacional (SANTOS, 1979), pois, mesmo que em taxas moderadas, os imigrantes tenderiam a representar volumes não desprezíveis.

Como resultado do movimento de urbanização/metropolização e da expansão da produção capitalista no campo, poder-se-ia admitir, de modo geral, que o território brasileiro, e de forma particular o Centro Oeste, se encontraria repartido em dois grandes subtipos: regiões agrícolas e regiões urbanas. As regiões agrícolas - e não rurais - conteriam cidades cuja dinâmica estaria conduzida pela expansão do agronegócio. As regiões urbanas conteriam em seus interstícios também atividades rurais, porém de forma subsumida ao cotidiano característico de grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras (SANTOS, 1993:65).

Feitas essas considerações, utiliza-se uma diferenciação entre as dinâmicas de urbanização/metropolização entre duas sub-regiões de interesse:

- Parecis/Alto Teles Pires: sub-região cuja urbanização tenderia a ser conduzida predominantemente pelas demandas do agronegócio;
- Brasília/Entorno de Brasília: metrópole administrativa e de serviços cujo entorno estaria se expandindo em razão da atração exercida pela capital federal.

No caso de Parecis/Alto Teles Pires, faz-se referência a usos seletivos do território através dos quais a dinâmica predominante giraria em torno do agronegócio, tornando-se

relativamente seletas as atividades econômicas vigentes e a população residente. Em Brasília/Entorno de Brasília, observar-se-iam usos extremamente seletivos do território, especificamente no Plano Piloto e núcleos residenciais privilegiados. Já nas periferias urbanas haveria condições de manutenção da população destituída através, porém, de sistemas de relativa exclusão sócio-espacial.

Dentro do panorama que vislumbra os diferentes usos do território e a conseqüente divisão sócio-espacial do trabalho, destacam-se as possibilidades particulares de integração aos setores da economia transnacional em cada uma das duas sub-regiões, especialmente no que diz respeito às oportunidades de integração perversa.

Na sub-região de Brasília/Entorno de Brasília, por acolher uma diversidade maior de atividades e de capitais, assim como uma população mais volumosa e mais diversificada, seriam maiores as oportunidades efetivadas de integração perversa, especialmente nas cidades satélite e no entorno goiano, onde a omissão do Estado, a precariedade estrutural e a relativa exclusão sócio-espacial tenderiam estar mais evidentes.

Se o uso corporativo dos territórios e de seus recursos pelas redes transnacionais do crime se manifesta nas grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras através do processo de integração perversa, e se a integração juvenil no crime mantém influências significativas na elevação das taxas de homicídio juvenil masculino, poder-se-iam esperar manifestações substancialmente diferentes do homicídio masculino nas sub-regiões de interesse.

De fato em Brasília/Entorno de Brasília as taxas de homicídio juvenil masculino têm sido elevadas, sobretudo no Entorno de Brasília (2000/2010), enquanto que na sub-região de Parecis/Alto Teles Pires se apresenta uma estrutura etária do homicídio masculino sem uma tendência - por estrutura etária - reconhecida (ver Capítulo III – homicídio juvenil masculino).

Feitas essas considerações, argumenta-se que enquanto as expressões do homicídio masculino em Brasília/Entorno de Brasília tenderiam a estar caracterizadas predominantemente por aspectos criminais/econômicos, em Parecis/Alto Teles Pires a violência masculina homicida não apresenta essa tendência.

Reconhece-se, portanto, as especificidades das manifestações do homicídio juvenil masculino em Brasília/Entorno de Brasília e Parecis/Alto Teles Pires, fato que justifica uma discussão sobre a gênese, o desenvolvimento e a configuração recente daquelas sub-regiões.

Brasília/Entorno de Brasília: gênese e desenvolvimento

Em acordo com Guimarães e Leme (2001:81, 90-91) o planejamento do Plano Piloto e os dispositivos de política urbana do Distrito Federal teriam impedido a diversificação produtiva e os maiores afluxos populacionais na atual capital federal.

Tais fatos estariam sobremaneira ligados ao surgimento das cidades satélite e ao processo de urbanização altamente excludente que caracteriza aquela capital. As características da inserção no mercado de trabalho estariam reforçando a dualidade entre um centro privilegiado e uma periferia desassistida. Embora Brasília gere um número significativo de postos de trabalho, eles em sua maioria exigem alta qualificação, de modo que a população não qualificada tenderia a residir nas periferias, freqüentemente exercendo formas desvalorizadas ou marginalizadas de sobrevivência, o que inclui a informalidade laboral e o crime (FERREIRA et al, 2008).

Em Brasília a concentração de capitais em áreas privilegiadas estaria revelando uma enorme diferença entre assistidos e destituídos, contexto no qual amplos contingentes da população estariam à margem do emprego e da satisfação básica das necessidades diárias. A atração exercida pelo Distrito Federal em relação à população com baixa qualificação teria conformado fluxos entre Brasília e uma rede de núcleos urbanos que se ampliou para além das cidades satélite, em seu entorno goiano.

Nesse processo merece destaque o crescimento populacional na periferia do Distrito Federal (1958/1970), quando foram criadas as regiões administrativas (RA's) de Taguatinga, Sobradinho, Gama, Guará e Ceilândia, cujo objetivo teria sido propiciar moradia para o segmento da população sem acesso ao Plano Piloto. Na década de 1980, na tentativa de amenizar a ocupação informal no DF, foram criados lotes para populações de baixa renda: Samambaia, Paranoá e Santa Maria. Entre 1991 e 1996, teriam ocorrido

crescimentos populacionais mais intensos nas RA's Recanto das Emas, Santa Maria, Riacho Fundo e São Sebastião, em direção aos municípios goianos de Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina, consolidando-se periferia regional sul (CAIADO, 2001).

O crescimento populacional na região de Brasília (1970/1996) teria sido resultante da imigração em direção ao DF e do DF em direção aos municípios do entorno, especialmente àqueles limítrofes às cidades satélite: Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina, no estado de Goiás (CAIADO, 2001:113).

De fato, no Distrito Federal, as ocupações informais estariam sendo erradicadas da área planejada de modo que a população mais destituída tenderia a transferir-se para assentamentos promovidos pelo poder público ou para loteamentos privados, no entorno goiano. Diante dessa argumentação:

“... o que se pode concluir é que, à semelhança do ocorrido nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas do país, o processo de ocupação da região do Entorno do DF apresenta uma configuração espacial... marcada por um intenso crescimento associado principalmente aos fluxos migratórios, com evidentes desigualdades e concentração de renda associadas à seletividade espacial e segregação social da população...” (CAIADO, 2001:113).

Apesar das evidências, teriam sido necessários vários anos até que o governo federal assumisse a situação de precariedade do entorno da capital federal, cuja atuação teria chegado demasiado tarde. Entretanto, um ponto marcante quando se trata dos diversos programas estabelecidos para o entorno do DF seria a busca por preservar as características de cidade administrativa no Plano Piloto (FERNANDES, 2001:40-59), confirmando-se o aspecto deliberadamente político de exclusão sócio-espacial.

Nos subespaços desprivilegiados daquela metrópole estaria a violência estrutural manifesta em todos os seus aspectos - omissão do estado, falta de acesso à saúde, à instrução, à formação profissional, ao mercado de trabalho, à segurança, às infra-estruturas e aos serviços urbanos (FERREIRA, et al, 2008).

Por outro lado, nas RA's do Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Setor de Mansões Park Way e Plano Piloto, teriam sido detectados usos extremamente seletivos do território,

como locais que abrigam a administração pública federal e a residência de funcionários públicos graduados e de profissionais liberais com elevados rendimentos (OLIVEIRA JUNIOR, 2012).

A sub-região de Brasília/Entorno de Brasília, ao incorporar em sua dinâmica os problemas próprios das metrópoles brasileiras (CAIADO, 2005), estaria se destacando pelos elevadíssimos níveis de desigualdade sócio-espacial.

Em acordo com a ONU-Habitat (2010), Brasília estaria entre as cidades mais desiguais da América Latina no ano de 2005. As desigualdades sócio-espaciais são comumente mensuradas com a utilização do índice de Gini³⁸ do rendimento médio domiciliar.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil³⁹ (PNUD) disponibiliza os índices de desigualdade para a RIDE de Brasília para os anos de 1991 e 2000. Embora a RIDE não corresponda exatamente à sub-região delimitada como Brasília/Entorno de Brasília (GO), já que inclui dois municípios mineiros⁴⁰, os dados sobre desigualdade para àquela unidade espacial são utilizados como aproximação.

Em acordo com a Tabela 1 os índices de Gini são crescentes entre 1991 e 2000, para as três unidades avaliadas – Brasília (DF), RIDE (DF) e RIDE (DF)/exceto Brasília - o que indica aumento na desigualdade de renda domiciliar *per capita* no período para as três unidades.

Como os índices de Gini para Brasília são mais elevados do que os da RIDE e da RIDE/exceto Brasília (1991 e 2000) conclui-se que internamente é uma unidade mais desigual em termos de renda, disparidade observada sobretudo entre Plano Piloto e cidades satélite.

Por outro lado, os municípios da RIDE/exceto Brasília se conformam como uma unidade menos heterogênea em termos de renda média domiciliar.

³⁸ O índice de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade. Desse modo, quanto mais próximo de 1 é índice, maior a desigualdade captada.

³⁹ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD) pode ser acessado através do sítio eletrônico: <http://www.pnud.org.br/Atlas.aspx?view=atlas>.

⁴⁰ Buritis (MG) e Unai (MG).

Tabela 1. Índices de Gini da renda média domiciliar - RIDE (1991/2000).

Unidade	1991	2000
Brasília (DF)	0,610	0,640
RIDE	0,528	0,583
RIDE exceto Brasília (DF)	0,524	0,580

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD).

Outros indicadores capazes de revelar as desigualdades sócio-espaciais entre as sub-regiões e internamente às sub-regiões são o PIB e o PIB *per capita*. Embora o PIB *per capita* não corresponda ao indicador de renda, permite avaliar aspectos da dinâmica econômica, tanto em nível nacional quanto em níveis local e sub-regional.

Em termos gerais pode-se afirmar que em relação aos valores absolutos o PIB registrado para Brasília/Entorno de Brasília tem sido bem superior ao PIB de Parecis/Alto Teles Pires (2000/2009). No ano de 2009, por exemplo, o PIB de Brasília/Entorno de Brasília chegou próximo aos R\$ 139 bilhões, representando cerca de doze vezes o PIB de Parecis/Alto Teles Pires para o mesmo ano. Apesar dessa diferença em termos absolutos nota-se um crescimento percentual mais acentuado do PIB em Parecis/Alto Teles Pires (19,0%) do que em Brasília/Entorno de Brasília (11,9%) no período (2000/2009). Em termos do percentual dos PIB's sub-regionais em relação ao total nacional, são também notadas grandes disparidades. No ano de 2009, o PIB de Brasília/Entorno de Brasília representava 4,3 (%) do PIB nacional, enquanto que Parecis/Alto Teles Pires representava 0,4 (%).

Já o PIB *per capita* revela que em relação ao volume da população os valores da movimentação financeira em reais têm sido mais elevados em Parecis/Alto Teles Pires do que em Brasília/Entorno de Brasília (2000/2009), correspondendo a 43.845 e 39.247 reais/pessoa/ano, respectivamente (2009).

Internamente às sub-regiões verificam-se também grandes disparidades entre as microrregiões. Na sub-região de Brasília/Entorno de Brasília, nota-se que quase a totalidade do PIB se concentra em Brasília, valor que corresponde a 94,7 (%) do total sub-regional (2009). A diferenciação sócio-espacial entre essas duas unidades pode ser ainda vislumbrada em termos do PIB *per capita*: 52.326 e 7.209 reais/pessoa em Brasília e no

Entorno de Brasília, respectivamente. Em Parecis/Alto Teles Pires, o PIB tem se concentrado na microrregião de Alto Teles Pires (60,7% no ano 2009). Em termos de PIB *per capita*, no entanto, a microrregião de Parecis tem apresentado valores superiores em relação a Alto Teles Pires (2000/2009), representando as cifras de 53.099 e 39.406 reais/pessoa no ano de 2009.

Os elevados PIB *per capita* para Parecis/Altos Teles Pires são decorrentes da expansão de atividades concentradas em capital e em tecnologia com relativamente reduzidas demandas em termos de mão de obra. As Tabelas contendo os valores relativos ao PIB e Ao PIB *per capita* (2000/2009) estão disponíveis no Anexo II.

Desigualdades regionais e divisões sócio-espaciais do trabalho

Em Brasília/Entorno de Brasília a divisão sócio-espacial do trabalho apresenta especificidades relacionadas tanto ao processo de ocupação territorial orientado a partir da construção do Plano Piloto quanto à sua posterior estruturação. O Distrito Federal é uma unidade da federação integrada por regiões administrativas (RA's), onde a RA de Brasília, notadamente o Plano Piloto, constitui-se no centro funcional concentrador de atividades geradoras de empregos, estruturado a partir de setores que concentram diferentes usos: residencial⁴¹, administração pública, prestação de serviços de lazer, hospedagem⁴² e comércio⁴³. As demais RA's e os municípios do entorno teriam assumido funções similares às de cidade dormitório, com baixo dinamismo econômico, marcadas pela pouca diversidade das atividades econômicas. Tais localidades teriam apresentado (1991/2000) as maiores taxas de crescimento populacional da região, indicando a continuidade do processo de periferização (CAIADO, 2005).

Destacando-se o desenvolvimento de Brasília/Entorno de Brasília como um processo de metropolização caracterizado pela baixa inserção na economia internacional, a baixa diversificação produtiva - associada à extrema concentração no setor terciário - tenderia a reforçar uma dinâmica econômica predominantemente baseada na concentração de renda e de outros recursos em Brasília (GUIMARÃES e LEME, 2001:90-91).

⁴¹ Super-quadras Norte e Sul.

⁴² Setor de Diversões Sul e Setor Hoteleiro Sul.

⁴³ Setor Comercial Sul.

Os elementos que destacam a dependência dos municípios do Entorno em relação a Brasília, seriam as demandas por serviços de saúde pública, por educação e por trabalho (UNODC, 2011).

Haveria, portanto, uma dependência dos municípios do Entorno em relação ao Distrito Federal, principalmente na busca por empregos e por serviços públicos. Pelo fato de Brasília desempenhar funções político-administrativas e de estar limitada em termos de atividades produtivas, a ocupação econômica da população tenderia a concentrar-se na prestação de serviços, na administração pública federal e no comércio (OLIVEIRA JUNIOR, 2012). A economia regional, ao se consolidar de maneira pouco diversificada, tenderia a conviver com a expansão dos setores informais urbanos na metrópole brasiliense.

De fato, o surgimento de mercados informais se manteria como uma possibilidade importante de integração para pessoas com pouca qualificação ou desempregadas, de modo que os subespaços regionais marcados pela exclusão quanto às melhores oportunidades de inserção laboral e pela relativa ausência do estado tenderiam a oferecer localização privilegiada para o processo de integração perversa. Por isso, cabe a menção mais específica à violência estrutural e às suas relações com a distribuição espacial dos homicídios em Brasília/Entorno de Brasília.

Violência estrutural e homicídio juvenil masculino

No Brasil a persistência das desigualdades sociais (BERCOVICH et al, 1998; SZWARCOWALD et al, 1999; WASELFISZ, 2008), da pobreza e do desemprego (CANIATO, 2008; OLIVEIRA e PINTO, 2001; HIRATA, 2001) têm sido aspectos avaliados como fatores básicos desencadeadores de altos índices de criminalidade, constituindo-se campos altamente propícios ao desenvolvimento da violência juvenil homicida.

Os resultados desses estudos teriam evidenciado uma correlação persistente entre a distribuição espacial dos homicídios e indicadores de desigualdade sócio-espacial (MINAYO, 2005).

No caso particular do estado de São Paulo a precariedade estrutural se encontraria situada preferencialmente nas periferias dos pólos economicamente mais dinâmicos, produzindo-se resultados dentre os quais se destacam os elevados níveis de desigualdade sócio-espacial e a intensificação do risco de homicídio nos bairros periféricos urbanos (ROLNIK, 1999:101-107). A análise intra-urbana da região metropolitana de Campinas (SP) (década de 1990) teria revelado como a violência homicida atingiu de maneira diferenciada os grupos populacionais, evidenciando-se as maiores taxas de vitimização para os segmentos juvenis da população residente em locais socioeconomicamente desprivilegiados (AIDAR, 2002).

Cardia et al (2003) também observaram a sobreposição da violência homicida às situações de precariedade estrutural na Região Metropolitana de São Paulo (1991/1997). Macedo et al (2001), ao realizarem um estudo considerando diversas zonas de informação em Salvador (BA) e a classificação de sua população por estratos sociais (1991/1994), teriam encontrado as mais elevadas taxas de homicídio para a população de menor renda e menor escolaridade.

Ferreira et al (2008), ao realizarem uma análise sobre a manifestação da violência homicida em Brasília (DF) (2004), também chegaram à conclusão de que no espaço urbano da capital federal seriam expressivas as relações entre desigualdades socioeconômicas e taxas de homicídio juvenil masculino, cujas diferenças estariam salientadas, sobretudo, entre o Plano Piloto e as cidades satélite.

Nas cidades satélite a estrutura de oportunidades estaria configurada por um quadro marcado pela precariedade da ocupação laboral, pela reduzida atividade econômica e pela demanda por estruturas e serviços urbanos (MELLO, 2009), situação que tende a reproduzir-se no Entorno de Brasília.

Concomitantemente aos principais efeitos nocivos gerados pela ociosidade e pela frustração perante situações de relativa exclusão, a real delimitação das possibilidades de consumo seria uma realidade evidente, de modo que o choque entre padrões de consumo internalizados e as dificuldades de acesso aos bens almejados tenderia a conter razão de tensões, capazes de levar a situações de violência, sobretudo entre homens jovens (NUNES, 2007).

A desatenção sistemática dos setores públicos perante as demandas geradas pelos diferentes segmentos da população tenderia também ao agravamento da precariedade de tipo estrutural vivenciada em extensas e populosas áreas urbanas brasileiras.

Em acordo com UNODC (2011), no Entorno Brasília parece haver um descompasso entre as demandas da população e a capacidade de governança dos municípios.

Certamente existem controvérsias em relação às causas imediatas do crescimento de um tipo de violência criminal, armada, juvenil e homicida, predominante hoje no Brasil, já que as evidências empíricas disponíveis não poderiam oferecer respostas definitivas às hipóteses de que o desemprego, a pobreza ou as desigualdades socioespaciais sejam fatores relacionados, em nível causal, a esse fenômeno (DELLASOPA et al, 1999).

Diante dessa controvérsia, sugere-se a existência de uma sinergia entre várias questões, predominantemente estruturais (AIDAR, 2002:28) no entendimento das manifestações contemporâneas da violência juvenil homicida.

No entanto, dentre as poucas generalizações que poderiam ser feitas sobre o fenômeno contemporâneo da violência armada no mundo, destacar-se-ia sua ligação com a expansão da criminalidade urbana (SMALL ARMS SURVEY, 2006).

Trata-se de um fenômeno que deve ser discutido na perspectiva da complexidade, ou seja, de como a falta de melhores oportunidades para os jovens estaria relacionada aos mecanismos e aos fluxos constituintes de uma economia transnacional do crime (ZALUAR, 2007).

Nesse sentido, chama-se a atenção para um tema que tem se revelado como alta prioridade para Brasília/Entorno de Brasília: as ações na área de segurança pública. Desde o ano de 2008, altos índices de criminalidade vêm justificando intervenções da Força de Segurança Nacional naquela região (ARRAIS, 2010), quando o Distrito Federal e os municípios do entorno goiano têm ganhado atenção junto à opinião pública nacional justamente por seus elevados índices de criminalidade e de violência (UNODC, 2011).

No ano de 2011 a imprensa⁴⁴ divulgou amplamente a situação de disseminação da criminalidade violenta em Brasília/Entorno de Brasília, situação que levou a novas intervenções da Força de Segurança Nacional. No ano de 2012 a imprensa seguiu registrando⁴⁵ os elevados índices de criminalidade e de repressão violenta naquela região.

Faz-se referência às relações estabelecidas entre o processo de integração perversa e a elevação da violência juvenil homicida em Brasília /Entorno de Brasília, fato que não necessariamente está casualmente relacionado ao atual momento da dinâmica demográfica ou a processos de precarização do trabalho juvenil masculino, tanto em nível regional quanto em nível local, conforme descrito e discutido nos Itens subseqüentes.

Nível regional

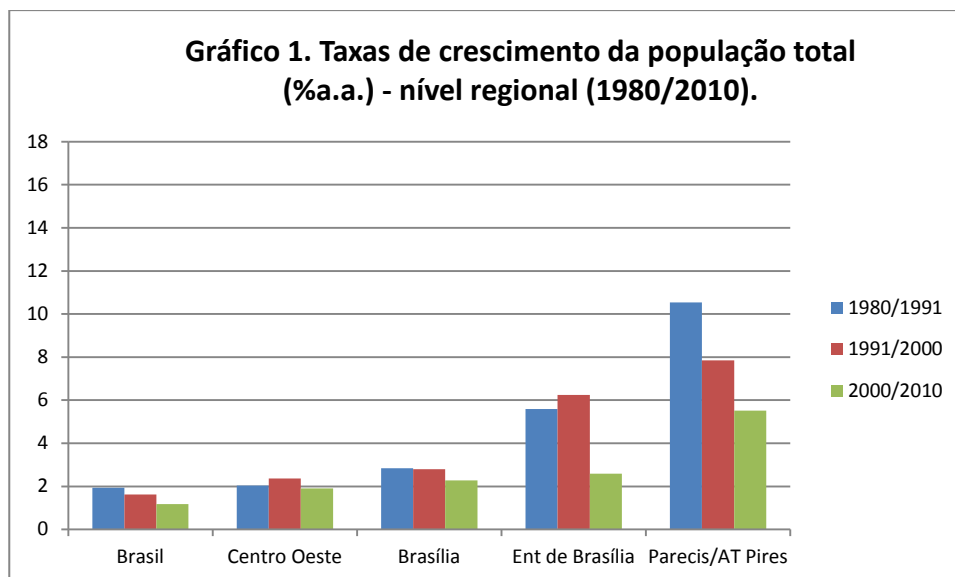
Dinâmica da população

Em nível regional a dinâmica demográfica foi avaliada através da evolução do volume da população residente, dos graus de urbanização, das taxas de crescimento, da migração e das alterações em termos da composição da população residente, em Brasília (DF), no Entorno de Brasília (GO) e em Parecis/Alto Teles Pires (MT) (1991/2010). A princípio avaliou-se a evolução do volume, das taxas de crescimento e dos graus de urbanização da população residente. Torna-se evidente que se trata de duas sub-regiões bastante distintas, inclusive em relação ao volume e aos ritmos de crescimento populacional.

Enquanto em Brasília/Entorno de Brasília a população total chegou a um volume superior a 3,5 milhões de habitantes (2010) em Parecis/Alto Teles Pires a população total chegou a um volume pouco superior aos 280 mil habitantes (2010). As taxas de crescimento geométrico da população revelam uma intensidade mais acentuada em Parecis/Alto Teles Pires e no Entorno de Brasília do que na capital federal em décadas recentes (Gráfico 1).

⁴⁴ Reportagens disponibilizadas no Portal de Notícias G1: (30/05/2011) 'Fantástico registra flagrantes de violência no entorno de Brasília'; (09/12/2011) 'Após 45 dias, policiais civis do Entorno de Brasília suspendem greve'; (14/11/2011) 'Força Nacional para atividades nas cidades do Entorno do DF, em Goiás'.

⁴⁵ Reportagens disponibilizadas no Portal de Notícias G1: (02/04/2012) 'Março registrou média de quase três homicídios por dia no DF'; (02/04/2012) 'Em 48 horas foram registrados 13 homicídios no entorno de Brasília'; (10/04/2012) 'A Operação Tartaruga mata pessoas, diz Rodrigo Pimentel'; (07/05/2012) 'Luziânia registra sete assassinatos em dois dias, segundo PM de Goiás'; (12/06/2012) 'Número de homicídios bate recorde em cinco cidades do Entorno do DF'; (13/06/2012) 'Entorno do DF registra 6 homicídios em pouco mais de 24 horas'.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).

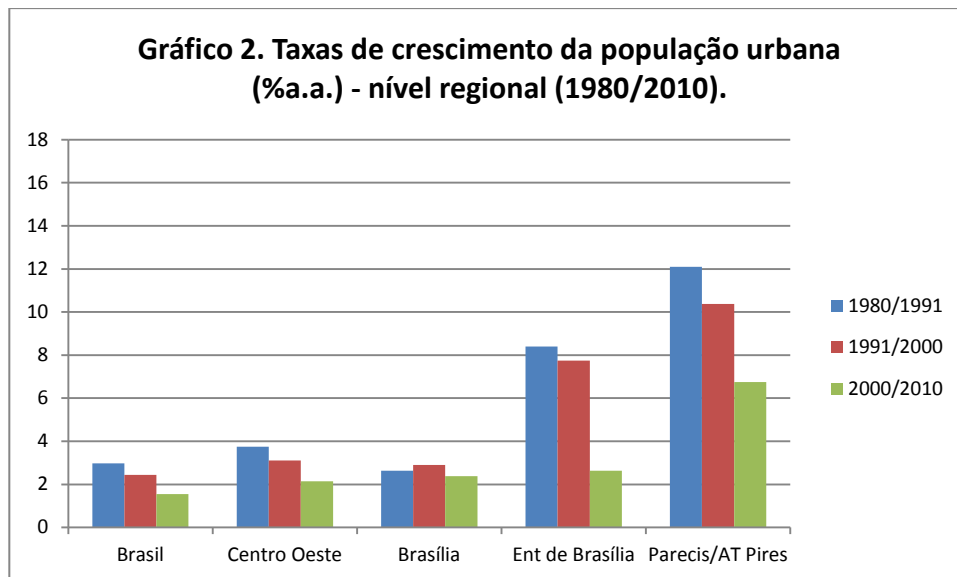
Para Brasília é possível notar um decréscimo nas taxas de crescimento da população total, passando de 2,8 % a.a. entre 1980/1991 e 1991 e 2000, para 2,3 % a.a. entre 2000/2010. No Entorno de Brasília, reconhece-se a maior taxa de crescimento da população total para o período 1991/2000 (6,2% a.a.) mantendo taxas mais elevadas do que as observadas para o Brasil, para o Centro Oeste e para Brasília, durante todo o período avaliado (1980/2010). Em Parecis/Alto Teles Pires observa-se um decréscimo da taxa de crescimento, que passou de 10,5 % a.a. (1980/1991) para 7,9 % a.a. (1991/2000) e para 5,5 % a.a. (2000/2010). Apesar desse decréscimo, suas taxas mantiveram-se relativamente elevadas entre 1980 e 2010 (Tabela 2).

Tabela 2. Volume, graus de urbanização e taxas de crescimento da população residente - nível regional (1980/2010).

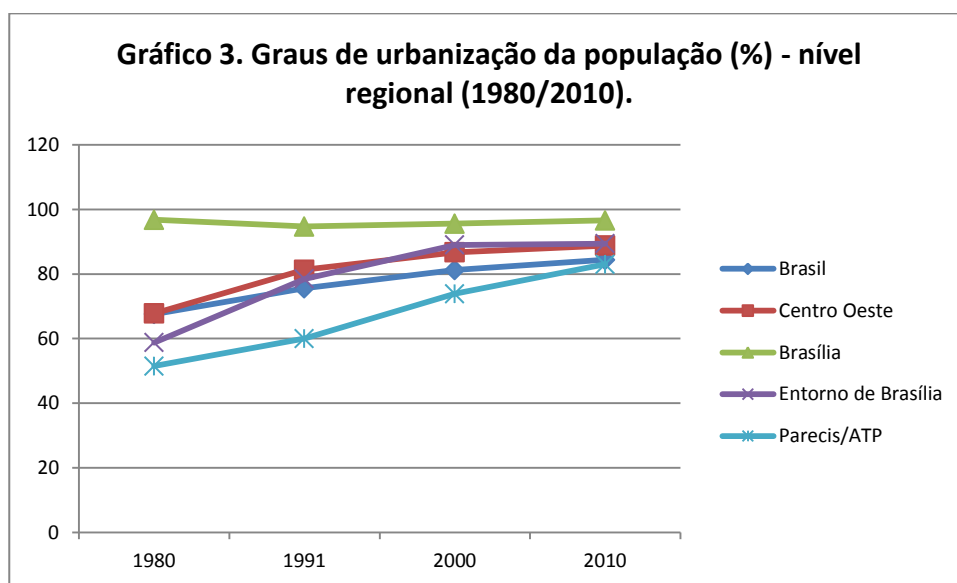
	População residente			
	1980	1991	2000	2010
Brasil	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799
Centro Oeste	7.545.769	9.427.601	11.636.728	14.058.094
Brasília	1.176.908	1.601.094	2.051.146	2.570.160
Ent de Brasília	259.804	472.586	815.193	1.052.411
Parecis/AT Pires	27.585	83.048	163.962	280.572
	Graus de urbanização (%)			
Brasil	67,6	75,6	81,2	84,4
Centro Oeste	67,8	81,3	86,7	88,8
Brasília	96,8	94,7	95,6	96,6
Ent de Brasília	58,8	78,5	89,0	89,4
Parecis/AT Pires	51,5	60,0	73,9	83,0
	Taxas anuais de crescimento - pop. total (%a.a.)			
	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1980/2010
Brasil	1,9	1,6	1,2	1,6
Centro Oeste	2,0	2,4	1,9	2,1
Brasília	2,8	2,8	2,3	2,6
Ent de Brasília	5,6	6,2	2,6	4,8
Parecis/AT Pires	10,5	7,9	5,5	8,0
	Taxas anuais de crescimento - pop. urbana (%a.a.)			
Brasil	3,0	2,4	1,6	2,3
Centro Oeste	3,7	3,1	2,1	3,0
Brasília	2,6	2,9	2,4	2,6
Ent de Brasília	8,4	7,7	2,6	6,2
Parecis/AT Pires	12,1	10,4	6,7	9,8

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).

Através do Gráfico 2 é possível notar, de maneira geral, que as taxas de crescimento da população urbana mantiveram-se mais elevadas do que as taxas de crescimento da população total, caracterizando intensos processos de urbanização da população no período (1980/2010). Tal fato poderia ser ainda confirmado através da evolução dos graus de urbanização (Gráfico 3), cuja tendência seria a convergência em torno de elevados percentuais de população urbana (2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).

Conforme anteriormente mencionado, o crescimento da população nas regiões de interesse estaria extremamente vinculado à intensidade dos processos migratórios. Por isso, avaliaram-se as principais características da migração em Brasília, Entorno de Brasília e

Parecis/Alto Teles Pires nos períodos entre 1995/2000 e 2005/2010. Os dados avaliados sobre a migração nas unidades especiais de interesse podem ser vislumbrados no Anexo III.

É possível verificar as origens predominantes dos imigrantes que chegaram à Brasília (1995/2000) como as regiões Nordeste, Sudeste e Centro Oeste, com predomínio de mulheres e de jovens - com idades entre 15 e 29 anos. Quanto aos emigrantes, nota-se o destino predominante no próprio Centro Oeste, além das regiões nordeste e sudeste. A faixa etária predominante desses emigrantes está entre 15 e 34 anos. O saldo migratório calculado para o período foi de 14.875 habitantes, cujos ganhos estariam concentrados principalmente nas idades entre 15 e 24 anos.

Quanto ao Entorno de Brasília (1995/2000) é possível notar as origens predominantes dos imigrantes do como as regiões Centro Oeste e Nordeste, com maior volume de mulheres e idades concentradas principalmente entre 5 e 39 anos, o que sugere a predominância de uma imigração de tipo familiar. O destino mais freqüente dos emigrantes daquela sub-região tem sido a região Centro Oeste, seguido pela região Sudeste, com idades concentradas entre 5 e 29 anos. O saldo migratório para o período foi calculado em 158.118 habitantes, com idades concentradas entre 5 e 39 anos.

No que diz respeito aos imigrantes que chegaram a Parecis/Alto Teles Pires no período entre os anos 1995 e 2000, salienta-se como as origens predominantes a própria região Centro Oeste e a região Sul, com predomínio de homens e concentrações nas idades entre 5 e 34 anos, o que também sugere um tipo de migração familiar. O destino dos imigrantes tem se apresentado com maior intensidade para a região Centro Oeste e Sul, com concentrações também nas idades entre 5 e 34 anos. O saldo migratório calculado para o período foi de 33.440 habitantes, com concentrações nas idades entre 5 e 39 anos.

Já para o período entre os anos 2005 e 2010, os dados avaliados revelam que as principais origens dos imigrantes que chegaram a Brasília continuaram a ser as regiões Nordeste, Sudeste e Centro Oeste, com predomínio de mulheres e concentrações nas idades entre 15 e 34 anos. A diferença em relação ao período anterior (1995/2000) estaria na predominância dos fluxos com origem intra-regional. Quanto aos emigrantes, o destino preferencial continuaria a ser o próprio Centro Oeste, com idades concentradas principalmente entre 5 e

39 anos. O saldo migratório registrado no período (2005/2010) foi de 17.241 habitantes, com ganhos concentrados nas idades entre 15 e 34 anos.

No período entre os anos 2005 e 2010 a origem predominante dos imigrantes que chegaram ao Entorno de Brasília continuou sendo a região Centro Oeste, seguido pela região Nordeste, com predomínio de homens e com idades concentradas entre 5 e 34 anos, fato que sugere a continuidade de um tipo de migração familiar. Quanto aos emigrantes, a maior parte teria como destino a própria região Centro Oeste, revelando-se a intensidade dos fluxos intra-regionais, com idades concentradas entre 5 e 34 anos. O saldo migratório para o período foi de 135.701 habitantes.

Salienta-se que a maior parte dos imigrantes com destino no Entorno de Brasília, nos dois períodos analisados, tem como origem o DF. O volume dos imigrantes com origem em Brasília e destino nos municípios do entorno goiano e o percentual correspondente em relação ao total de imigrantes (1995/2000 e 2005/2010), por período e por grupos de idade, podem ser vistos também no Anexo III. Notam-se maiores volumes de imigrantes jovens – 15 a 29 anos – e de adultos – 30 a 39 anos. O volume desse fluxo de imigrantes entre Brasília e entorno goiano foi decrescente na comparação entre os dois períodos analisados, passando de 87.660 (1995/2000) para 64.134 (2000/2005). O percentual desses migrantes em relação à imigração total no entorno também diminuiu – de 38,1% para 36,2% - entre os dois períodos, o que revela uma tendência de diminuição da intensidade dos fluxos migratórios entre Brasília e seu entorno.

Quanto à sub-região de Parecis/Alto Teles Pires (2005/2010), a origem predominante dos imigrantes foi a região Centro Oeste, seguida pelas regiões Nordeste e Sul, com predomínio de homens e concentrações na faixa etária entre 5 e 34 anos, o que sugere a continuidade de uma migração de tipo familiar. Os emigrantes tiveram como principal destino a própria região Centro Oeste, além das regiões Sul e Norte. O Saldo migratório para o período foi de 41.988 habitantes, com concentrações nas idades entre 15 e 34 anos.

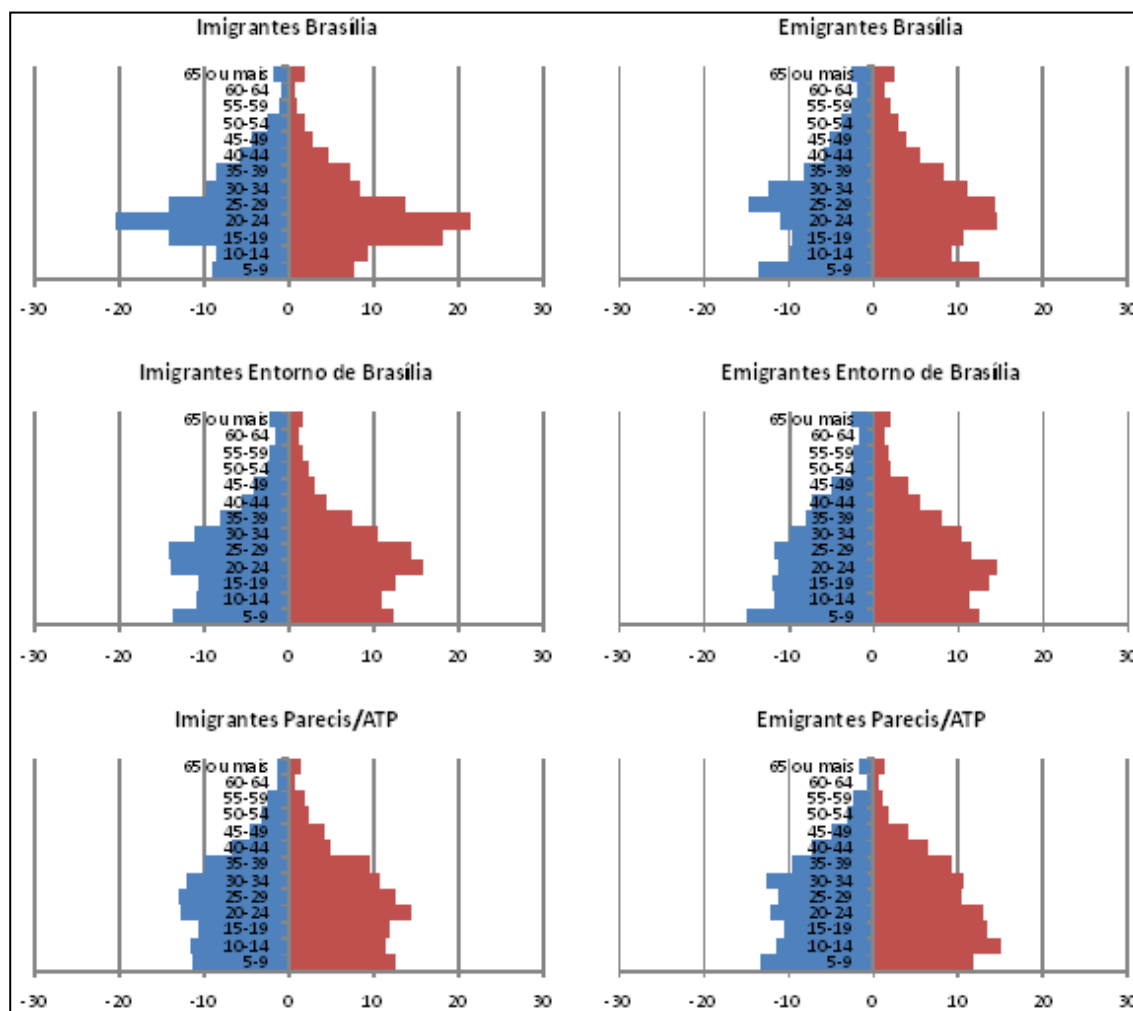
A partir dos primeiros dados analisados sobre a dinâmica da população, pode-se concluir um processo de crescimento populacional predominantemente estimulado pela imigração nas duas sub-regiões de interesse, destacando-se a intensidade dos deslocamentos internos

ao Centro Oeste, especialmente no que diz respeito à imigração com origem em Brasília e destino no Entorno de Brasília.

Os resultados da dinâmica migratória, associados às tendências do crescimento vegetativo da população residente, podem ser vislumbrados em termos da evolução do volume e da composição por idade e por sexo entre 1980 e 2010.

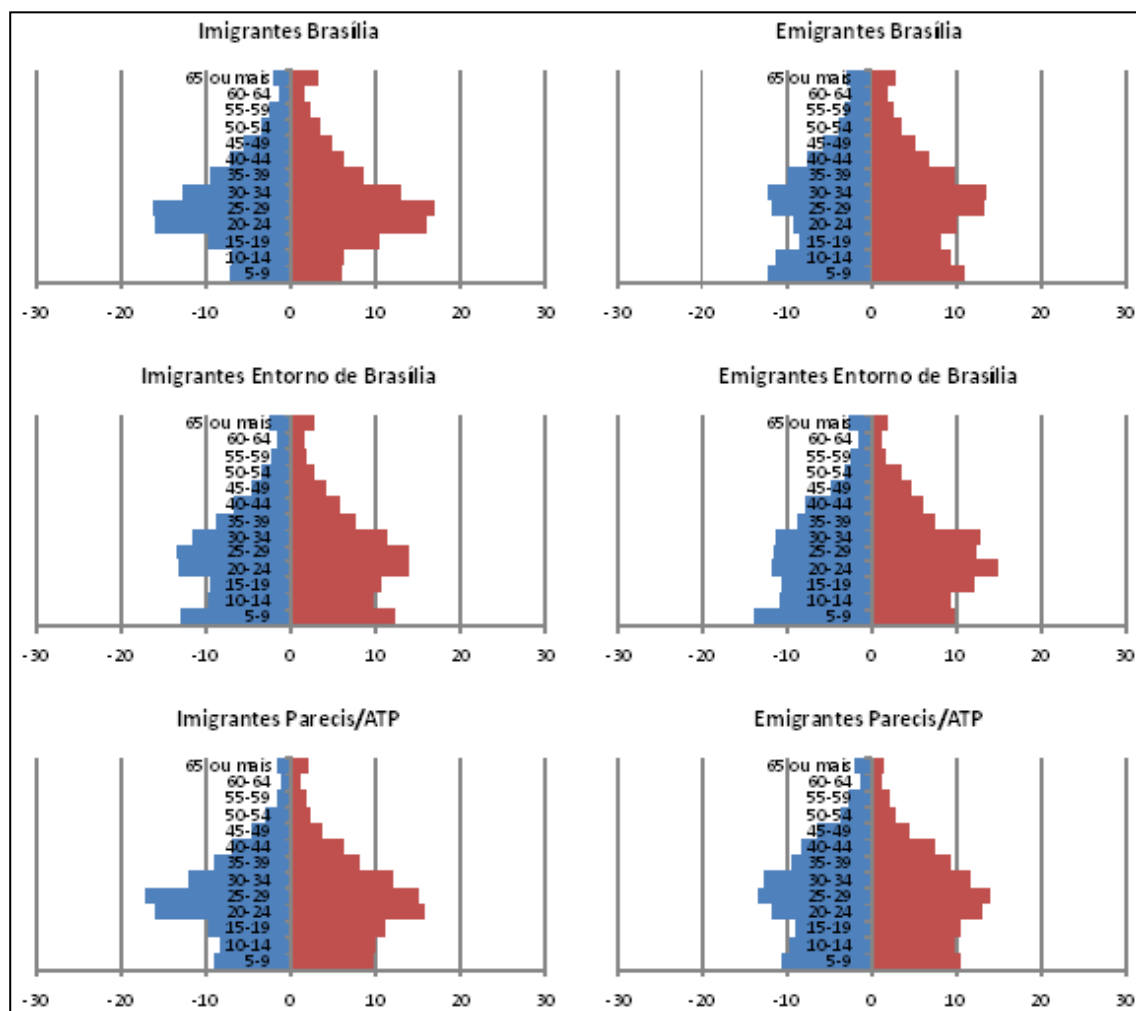
As Figuras 1 e 2 ilustram como a composição etária dos imigrantes para as unidades sub-regionais avaliadas, tanto no período 1995/2000 quanto no período 2005/2010, tem sido concentrada nas idades juvenis, fato que não é notado com a mesma intensidade no caso da composição dos emigrantes. Considerando que os saldos migratórios foram positivos para as unidades espaciais de interesse nos dois períodos, ou seja, que houveram mais imigrantes do que emigrantes, conclui-se que a migração tendeu a acrescentar maiores contingentes nas faixas etárias juvenis, com reflexos na composição etária da população residente, sobretudo no caso específico de Parecis/Alto Teles Pires (2005/2010).

Figura 1. Composição etária dos migrantes - nível regional (1995/2000).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Figura 2. Composição etária dos migrantes - nível regional (2005/2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

As alterações na composição da população residente nas unidades espaciais de interesse (1980/2010) podem ser vislumbradas através das formas das pirâmides etárias, mantendo-se os recortes nacional e regional – Centro Oeste – como parâmetros.

Através da Figura 3 é possível vislumbrar como o formato da pirâmide etária do Brasil passa de uma base larga no ano de 1980 para uma forma abaulada no ano de 2010, em acordo com as tendências esperadas durante o processo de transição da estrutura etária. A mesma tendência pode ser observada no nível da região Centro Oeste Brasileira (1980/2010).

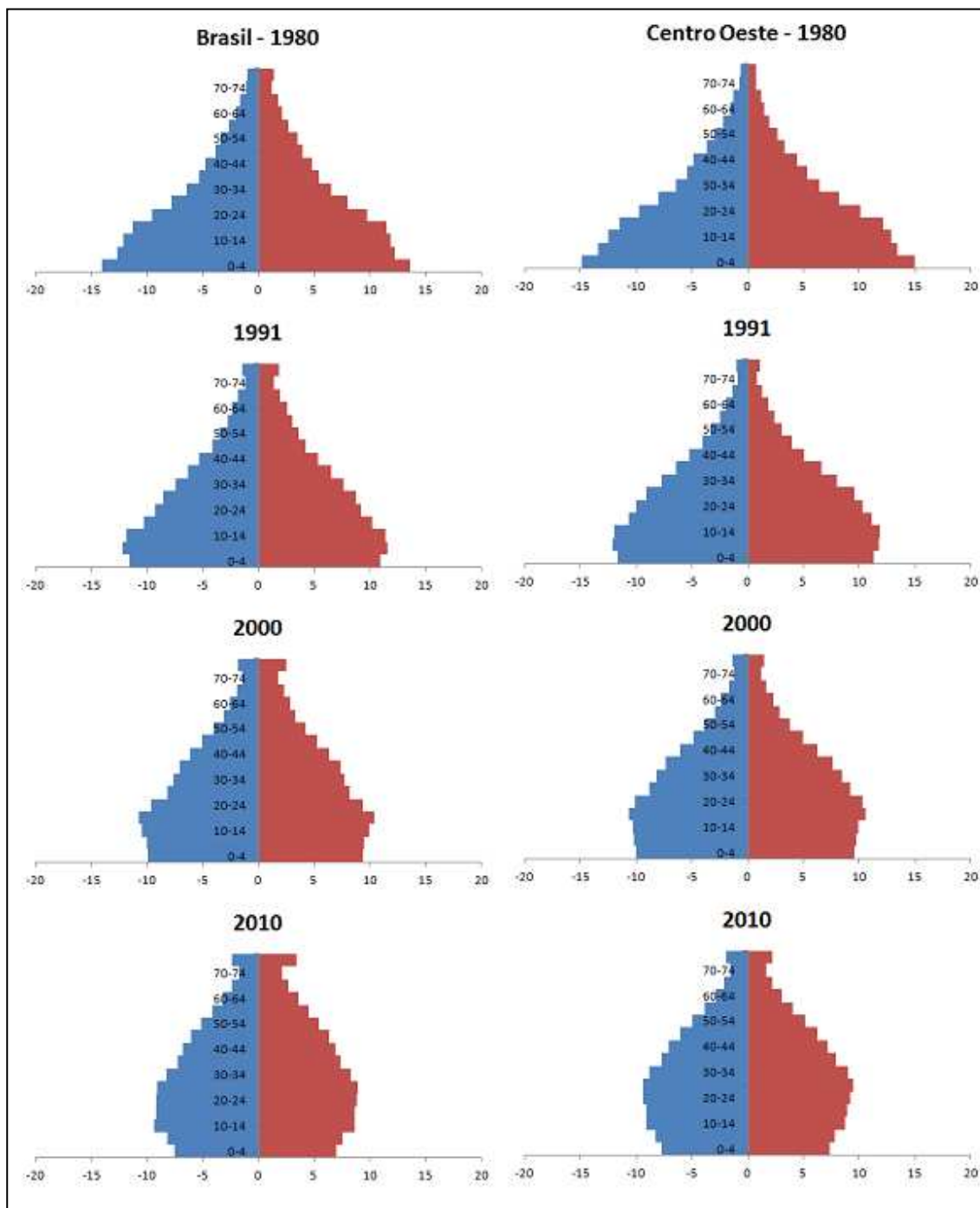
A Figura 4 representa a mesma tendência para Brasília e para o Entorno de Brasília. No caso de Parecis/Alto Teles Pires observa-se a passagem para um formato abaulado, também envelhecido, porém com coortes relativamente volumosas para a população jovem, especialmente com idades entre 20-24 e 25-29 anos, sobretudo no que diz respeito à população masculina.

Nas unidades espaciais de interesse são também marcantes as alterações na composição etária da população entre os anos 1980 e 2010. A Tabela 3 contém os dados sobre o volume e o percentual relativo correspondente à população jovem (15 a 29 anos) e a PIA (15 a 64 anos).

Em tais casos, é possível notar um aumento gradual no volume quanto aos dois recortes etários utilizados - PIA e população jovem. A PIA representa também percentuais relativamente crescentes para todas as unidades avaliadas no período (1980/2010). Já o percentual relativo à população jovem apresentou tendências particulares a cada caso. No caso de Brasília, a população jovem representou percentuais relativamente crescentes entre 1980/1991 e relativamente estabilizados entre 1991/2000.

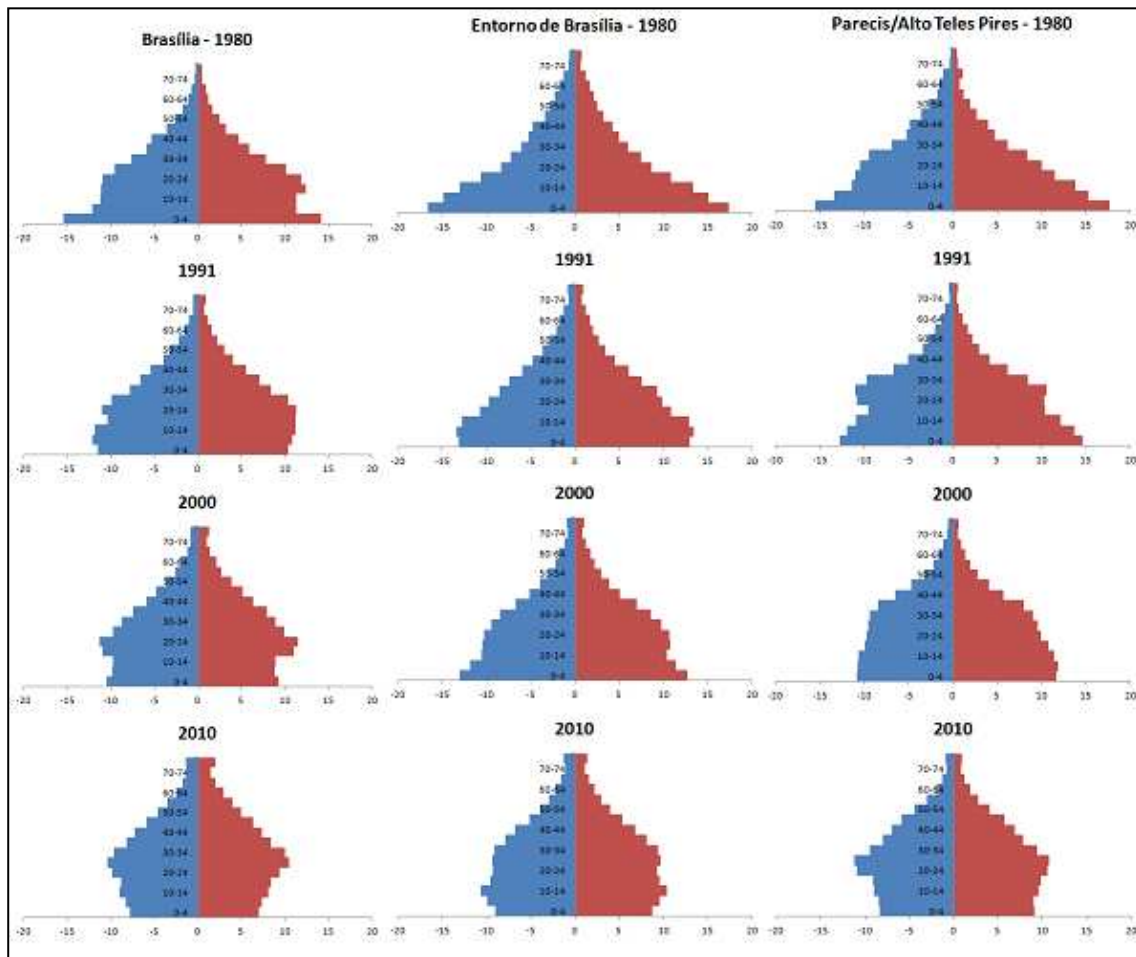
Entre 2000 e 2010 o percentual relativo à população jovem declinou de 32,3% para 28,6%. No caso do Entorno de Brasília, o percentual relativo à população jovem foi crescente entre 1980/2000 e decrescente entre 2000/2010, passando de 30,7% para 28,4%. Em Parecis/Alto Teles Pires o percentual relativo à população jovem foi crescente entre 1980/1991, decrescente entre 1991/2000 e novamente crescente entre 2000/2010, chegando a representar 31,2 % da população total no ano de 2010, provavelmente como reflexo da intensa migração de jovens em uma área com população relativamente pequena. Ou seja, no ano de 2010, Parecis/Alto Teles Pires tinha o maior percentual de população juvenil dentre as unidades avaliadas, e o Entorno de Brasília o menor percentual.

Figura 3. Composição etária da população residente - Brasil e Centro Oeste (1980/2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).

Figura 4. Composição etária da população residente - nível regional (1980/2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).

Tabela 3. Volumes e percentuais da população residente por ano e grupos de idade - nível regional (1980/2010).

	1980	1991	2000	2010
Brasília				
Jovens	388.947	516.017	661.975	734.970
PIA	711.850	1.019.770	1.400.541	1.834.021
Jovens (%)	33,0	32,2	32,3	28,6
PIA (%)	60,5	63,7	68,3	71,4
Pop. Total	1.176.908	1.601.094	2.051.146	2.570.160
Entorno de Brasília				
Jovens	68.987	139.661	250.410	298.969
PIA	135.231	273.398	505.766	702.936
Jovens (%)	26,6	29,6	30,7	28,4
PIA (%)	52,1	57,9	62,0	66,8
Pop. Total	259.804	472.586	815.193	1.052.411
Parecis/A.T.P.				
Jovens	8.396	26.064	48.703	87.549
PIA	15.069	50.168	105.444	197.265
Jovens (%)	30,4	31,4	29,7	31,2
PIA (%)	54,6	60,4	64,3	70,3
Pop. Total	27.585	83.048	163.962	280.572

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).

Além das alterações na estrutura etária da população, são notáveis também as alterações em termos da razão de sexo. O Anexo IV contém as curvas das razões de sexo (1980/2010) por grupos quinquenais de idade. Para o Brasil se revela uma tendência geral de queda nas razões de sexo a partir das idades juvenis, por conta da sobre-mortalidade masculina a partir dos 15 anos. As razões de sexo revelam, no Centro Oeste, a passagem de curvas caracterizadas por uma população relativamente masculinizada – 1980/2000 - para um padrão mais próximo ao nacional no ano de 2010. Já em Brasília, as razões de sexo mostram uma população predominantemente feminina, sobretudo nos anos 2000 e 2010. O Entorno de Brasília revela a passagem de padrões caracterizados pela predominância da população masculina (1980 e 1991) para padrões com razões muito próximas a 1, exceto para o grupos mais idosos (2000 e 2010), o que indica um equilíbrio muito grande entre o volume de homens e de mulheres na maior parte dos grupos quinquenais de idade. Em Parecis/Alto Teles Pires, apesar dos decréscimos nas razões de sexo entre os anos 1980 e

2010, revela-se a predominância da população masculina, especialmente a partir do grupo etário com idades entre 15 e 19 anos.

Resumo da dinâmica da população

Chama-se a atenção para os maiores volumes da população em Brasília e no Entorno de Brasília, respectivamente, em relação a Parecis/Alto Teles Pires. Entretanto, as taxas de crescimento da população revelam um crescimento mais acentuado em Parecis/ Alto Teles Pires e, em menor intensidade, no Entorno de Brasília, em relação à Brasília (1980/2010). Com relação aos ritmos de crescimento, chama-se a atenção para um decréscimo generalizado (2000/2010) em todas as unidades avaliadas. Merece destaque também a tendência à concentração urbana. O crescimento e a concentração urbana da população naquelas sub-regiões foram fortemente conduzidos por dinâmicas migratórias peculiares a cada caso específico. No entanto, pode-se notar um traço comum às três unidades avaliadas: a concentração dos saldos migratórios positivos nas faixas etárias juvenis (1995/2000 e 2005/2010). A diminuição do volume dos saldos migratórios entre os dois períodos analisados pode ser observada para Brasília e para o Entorno de Brasília, enquanto que em Parecis/Alto Teles Pires o volume aumentou na comparação ente 1995/2000 e 2005/2010, o que indica a importância recente da migração nas alterações do volume e da composição da população naquela sub-região.

Como resultados da dinâmica demográfica recente, nas unidades avaliadas, além das alterações em termos do volume, destacam-se as alterações em termos da composição etária da população. Nesse sentido, apesar das especificidades das dinâmicas regionais, nota-se, no ano de 2010, uma tendência generalizada de aumento absoluto e proporcional da PIA, em concordância com os resultados observados nos níveis nacional e regional para o mesmo ano. Nesse caso, destaque para a forma ‘abaulada’ das pirâmides etárias para o ano de 2010. Quanto à população jovem, nota-se um aumento generalizado do volume (1980/2010) nas três regiões. Porém, quanto ao percentual relativo de jovens na população total, nota-se uma diminuição (2000/2010) em Brasília e no Entorno de Brasília. Em Parecis/Alto Teles Pires, entretanto, o percentual de jovens aumentou no mesmo período (2000/2010), representando a população com os maiores percentuais de jovens dentre as unidades avaliadas (2010). As alterações na composição da população por sexo também se

evidenciam, sobretudo através das tendências: à predominância de mulheres – especialmente a partir dos grupos etários juvenis – em Brasília; a um relativo equilíbrio entre população masculina e população feminina – especialmente para a população de jovens e de adultos – no entorno de Brasília; e à predominância da população masculina - para a maior parte dos grupos quinquenais de idade – em Parecis/Alto Teles Pires.

Ocupação

Para uma caracterização diferenciações sócio-espaciais entre as unidades de interesse, nesse estudo foram analisadas variáveis relativas às condições de ocupação da população residente, destacando-se os recortes etários dados pela população jovem (15-29 anos) e PIA não-jovem (30-64 anos), além do recorte por dado pelo sexo e pelas unidades espaciais. A primeira informação avaliada diz respeito ao percentual de pessoas ocupadas através do estudo e do trabalho remunerado nos anos 2000 e 2010.

A Tabela 4 contém os dados sobre as condições de ocupação da população jovem e PIA não-jovem para Brasília (2000/2010 - homens e mulheres). Os dados revelam maiores percentuais de pessoas que não estudam e nem trabalham para a população feminina e para a PIA não-jovem, em relação à população jovem masculina. À princípio esse seria um resultado esperado, contando que os jovens estão em idade escolar e que a população feminina conta com um contingente amplo de 'donas-de-casa' que não estariam à procura de emprego e nem mesmo em busca de melhores condições de qualificação profissional. Entretanto, destaca-se um leve aumento proporcional da população jovem que não estudava e não trabalhava, que passou de 14,2 (%) no ano 2000 para 14,9 (%) no ano 2010.

A Tabela 5 disponibiliza a informação sobre ocupação da população jovem e PIA não-jovem (2000/2010 - homens e mulheres) para o Entorno de Brasília. Da mesma maneira que observado em Brasília, é possível notar que os dados revelam maiores percentuais de pessoas que não estudavam e não trabalhavam para a população feminina e para a PIA não-jovem, em relação à população jovem masculina. No entanto, ao contrário do observado em Brasília, no Entorno de Brasília observa-se uma diminuição no percentual da população jovem desocupada (não estuda e não exerce trabalho remunerado), que passou de 19,4 (%) no ano 2000 para 15,4 (%) no ano de 2010.

Tabela 4. Percentual da população ocupada através de estudo ou trabalho remunerado por ano, grupos de idade e sexo - Brasília (2000 e 2010).

			Exerce trabalho remunerado?						
			Homens			Mulheres			
			Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	
Estuda?	2000	15-29	Sim	16,1	27,9	314.634	13,0	29,9	314.320
			Não	41,9	14,2		27,6	29,5	
	30-64	Sim	5,2	0,9	344.584	4,0	3,0	351.243	
		Não	73,5	20,4		45,7	47,3		
	2010	15-29	Sim	16,1	24,1	356.228	14,6	26,1	377.111
			Não	44,9	14,9		35,4	23,9	
30-64	Sim	7,9	1,5	509.279	6,8	3,3	591.075		
	Não	74,7	15,9		54,2	35,7			

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Tabela 5. Percentual da população ocupada através de estudo ou trabalho remunerado por ano, grupos de idade e sexo - Entorno de Brasília (2000 e 2010).

			Exerce trabalho remunerado?						
			Homens			Mulheres			
			Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	
Estuda?	2000	15-29	Sim	11,3	19,0	123.543	8,7	22,9	126.863
			Não	50,3	19,4		23,9	44,5	
	30-64	Sim	2,4	0,6	126.342	3,0	2,5	127.446	
		Não	71,9	25,1		36,0	58,6		
	2010	15-29	Sim	11,8	19,8	148.333	10,2	23,9	150.632
			Não	53,0	15,4		31,6	34,2	
30-64	Sim	3,8	0,8	199.660	4,4	2,5	204.172		
	Não	76,9	18,4		48,0	45,1			

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

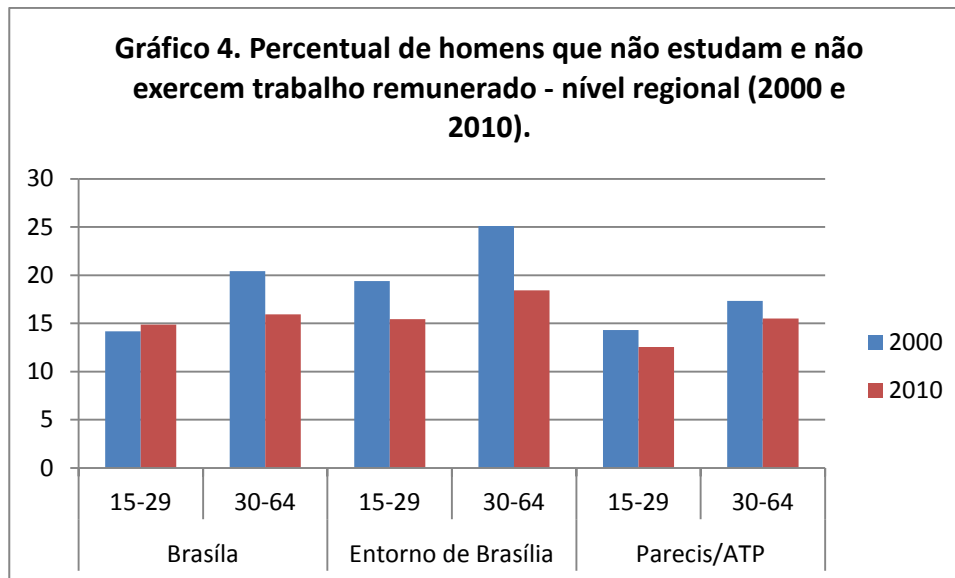
A informação sobre ocupação da população jovem e PIA não-jovem em Parecis/Alto Teles Pires (2000/2010 - homens e mulheres) (Tabela 6) destaca também os maiores percentuais de pessoas que não estudavam e não trabalhavam para a população feminina e para a PIA não-jovem, em relação à população jovem masculina, assim como uma diminuição do percentual de homens jovens desocupados, que passou de 14,3 (%) no ano 2000 para 12,5 (%) no ano de 2010.

Tabela 6. Percentual da população ocupada através de estudo ou trabalho remunerado por ano, grupos de idade e sexo - Parecis/Alto Teles Pires (2000 e 2010).

			Exerce trabalho remunerado?						
			Homens			Mulheres			
			Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	
Estuda?	2000	15-29	Sim	12,4	12,6	25.498	12,8	16,2	23.190
			Não	60,7	14,3		27,1	43,9	
		30-64	Sim	2,4	0,3	31.544	3,9	2,0	25.188
			Não	80,0	17,3		36,6	57,6	
	2010	15-29	Sim	12,0	13,5	46.230	11,7	17,9	43.796
			Não	61,9	12,5		35,9	34,5	
30-64		Sim	3,1	0,5	58.809	4,6	2,5	50.666	
		Não	80,9	15,5		50,9	42,0		

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Considerando a centralidade da população masculina nessa pesquisa destaca-se a informação contida no Gráfico 4, que compara os percentuais de homens desocupados (jovens e PIA não-jovem) entre as unidades espaciais de interesse (2000 e 2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

A comparação revela uma diminuição percentual quase que generalizada de homens jovens e não-jovens que não estudavam e não exerciam trabalho remunerado para as unidades de interesse, com exceção da população juvenil masculina de Brasília. A comparação revela

também que embora o percentual de desocupados tenham diminuído, se manteve mais elevada no Entorno de Brasília em relação às outras unidades de interesse, tanto para a população jovem quanto para a PIA não-jovem masculina, nos dois anos avaliados (2000 e 2010). Considera-se ainda que embora os percentuais de homens jovens tenha revelado uma tendência de diminuição entre os anos 2000 e 2010, permanecem ainda elevados.

Outra informação de interesse nesse trabalho e que diz respeito à ocupação faz referência à população economicamente ativa (PEA) (ocupados e desempregados) e à informalidade laboral (empregados sem carteira de trabalho assinada), em relação à população jovem e PIA não-jovem masculinas (2000 e 2010).

Através dos dados contidos na Tabela 7 é possível notar como a PEA (ocupados e desempregados) tende a ser maior para a PIA não-jovem masculina em relação à população jovem e à população feminina, nas unidades espaciais de interesse. Outra informação reside no fato da PEA ter diminuído em relação à população jovem e ter aumentado em relação à PIA não-jovem na comparação entre os anos 2000 e 2010 para as unidades de interesse, o que sugere maiores oportunidades de seqüência na instrução formal para jovens e expansão das oportunidades de trabalho para a PIA não-jovem.

Com relação à PEA, pode-se notar que o percentual de ocupados aumentou, tanto para a PEA jovem como para a PEA não-jovem, entre os anos 2000 e 2010, para homens e mulheres, nas unidades espaciais de interesse. De maneira correlata, o percentual de desempregados diminuiu (2000/2010), tanto para a PEA jovem quanto para a PEA não jovem, nas unidades espaciais avaliadas.

Tabela 7. Percentual da PEA, ocupados, desempregados e empregados sem carteira de trabalho assinada por ano, grupos de idade e sexo - nível regional (2000 e 2010).

		15-29		30-64		
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Brasília	2000	PEA	75,1	60,2	88,3	61,4
		Ocupados	78,7	70,1	92,2	84,9
		Desempregados	21,3	29,9	7,8	15,1
		Empregados s/carteira	35,5	41,9	29,4	37,9
	2010	PEA	72,3	63,9	88,8	70,0
		Ocupados	88,1	83,2	97,1	93,5
		Desempregados	11,9	16,8	2,9	6,5
		Empregados s/carteira	17,9	22,9	9,5	16,5
Entorno de Brasília	2000	PEA	78,2	49,7	86,6	51,0
		Ocupados	80,8	68,9	89,1	81,4
		Desempregados	19,2	31,1	10,9	18,6
		Empregados s/carteira	42,6	54,5	29,4	44,9
	2010	PEA	74,2	56,3	87,2	63,0
		Ocupados	90,9	80,8	97,0	92,0
		Desempregados	9,1	19,2	3,0	8,0
		Empregados s/carteira	26,3	32,9	17,6	28,3
Parecis/ATP	2000	PEA	84,2	50,0	86,1	47,7
		Ocupados	90,5	82,1	95,7	88,9
		Desempregados	9,5	17,9	4,3	11,1
		Empregados s/carteira	41,6	60,2	29,7	53,5
	2010	PEA	81,2	59,1	89,9	63,6
		Ocupados	94,6	89,5	97,5	95,1
		Desempregados	5,4	10,5	2,5	4,9
		Empregados s/carteira	17,1	24,3	13,6	21,2

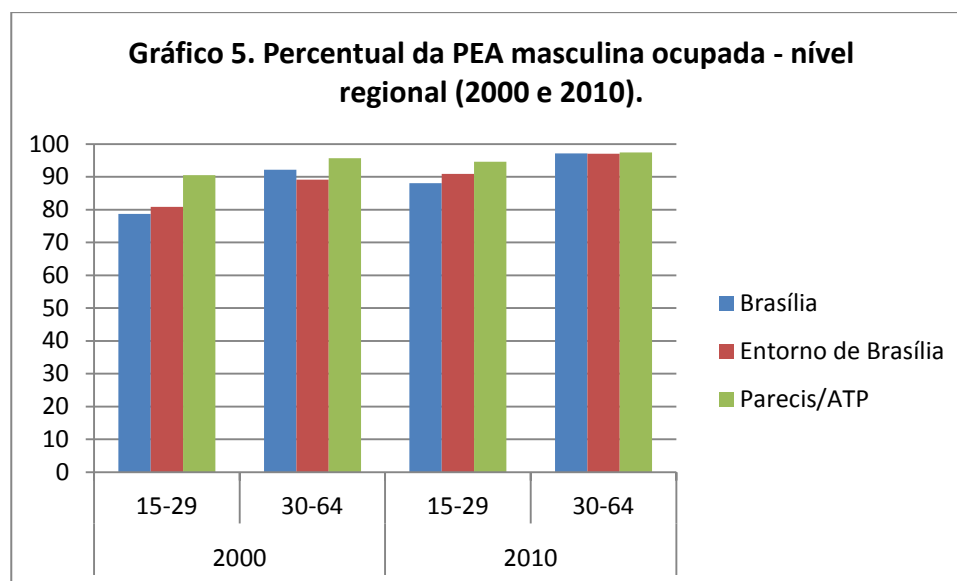
Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Quanto à informalidade laboral, ou seja, empregados sem carteira de trabalho assinada, pode-se notar uma tendência de maiores percentuais de informais entre os ocupados jovens em relação aos ocupados não-jovens, tanto no ano 2000 quanto no ano de 2010, nas unidades espaciais de interesse, embora esses percentuais tenham diminuído bastante na comparação entre os anos 2000 e 2010.

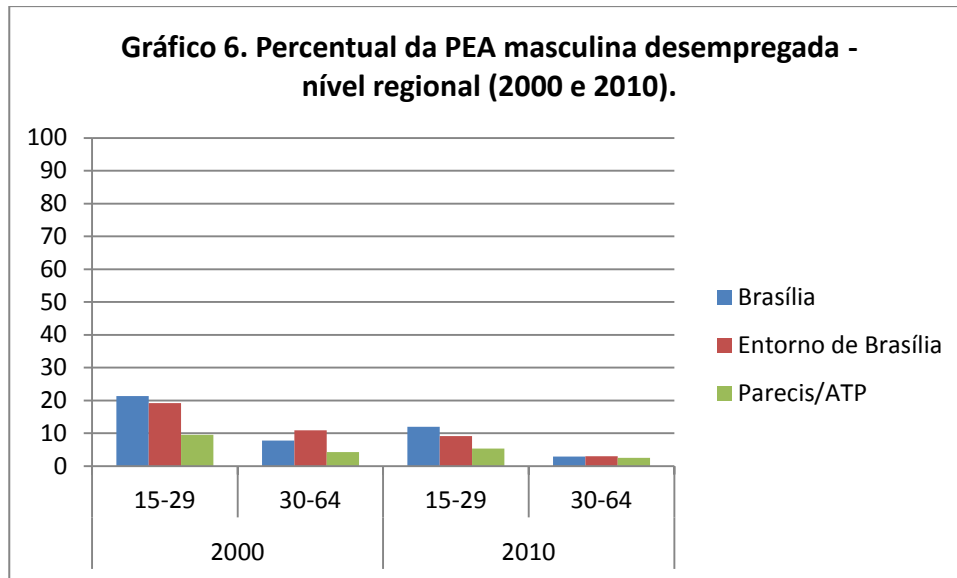
Considerando a centralidade da população masculina nessa discussão, foram comparadas as diferenciações nas condições de ocupação laboral dos homens jovens e homens não jovens,

entre os anos 2000 e 2010 e entre as unidades espaciais de interesse. O Gráfico 5 ilustra a tendência de maiores percentuais da PEA ocupada para a população não-jovem em relação à população jovem nas unidades avaliadas, assim como a tendência a maiores percentuais de homens ocupados em Parecis/Alto Teles Pires em relação à Brasília e ao Entorno de Brasília.

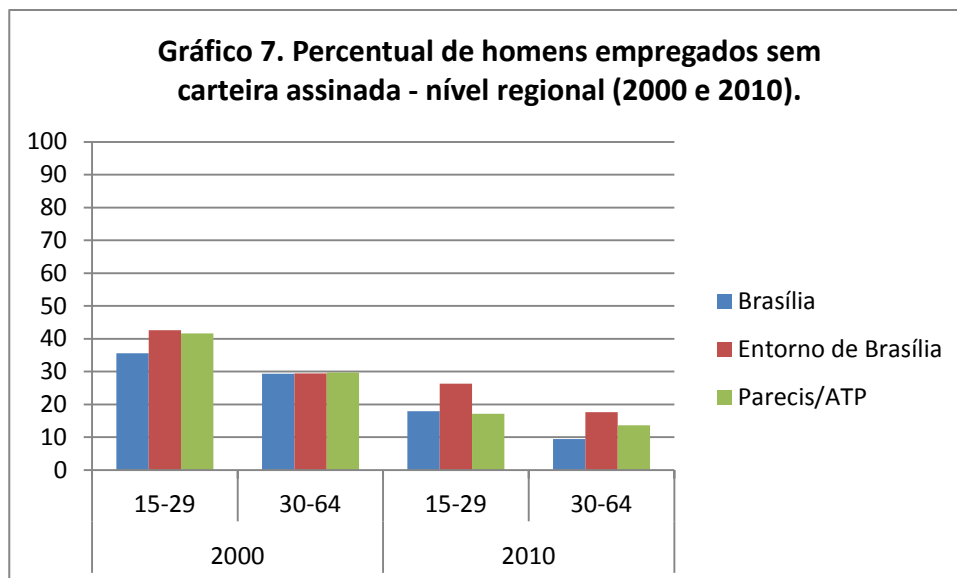
De maneira correlata, é possível notar os maiores percentuais de desemprego para a população jovem em relação à população não-jovem, assim como os menores percentuais de desempregados em Parecis/Alto Teles Pires em relação à Brasília e ao Entorno de Brasília (Gráfico 6). O Gráfico 7 ilustra como a informalidade laboral tende a afetar mais a população jovem em relação à população não-jovem, tanto no ano 2000 quanto no ano 2010, embora os percentuais tenham diminuído nas unidades avaliadas. Essa informação permite ainda verificar os maiores graus de informalidade laboral em Brasília/Entorno de Brasília em relação às outras unidades avaliadas, tanto para a população jovem quanto para a população não jovem, nos dois anos avaliados (2000/2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Através da informação sobre ocupação/desemprego/informalidade, é possível ainda notar uma tendência de melhoria nos indicadores de trabalho formal nas unidades de interesse entre os anos 2000 e 2010, embora as condições de ocupação laboral formal permaneçam menos favoráveis no Entorno de Brasília, sobretudo para a população jovem, em relação às

outras duas unidades avaliadas. Assume-se ainda que, apesar das reativas melhorias vislumbradas, os percentuais de homens jovens que não estudavam e não trabalhavam no ano de 2010 permanecem elevados, realçando uma realidade preocupante.

Nível local

Luziânia

No tocante à dinâmica de metropolização atualmente vigente na sub-região de Brasília/Entorno de Brasília, chama-se a atenção para a área que Caiado (2005) denominou como ‘entorno imediato’, ou seja, o conjunto de municípios goianos que teriam seus processos de ocupação e de crescimento demográfico diretamente relacionados à expansão urbana de Brasília. Faz-se referência ao município de Luziânia e seus desmembramentos⁴⁶, a sudoeste do DF, além do município de Planaltina de Goiás, situado na direção nordeste. Ao entorno imediato teriam correspondido (1995/2000) as maiores taxas de crescimento populacional, os maiores volumes de imigração e as mais elevadas densidades habitacionais da região de Brasília.

Durante o processo de ocupação regional, a migração intrametropolitana teria ganhado força, assumindo maior intensidade a partir da década de 1980, tendo como fluxos predominantes àqueles originados no DF com destino no município goiano de Luziânia, que, devido ao rápido crescimento populacional, desmembrou-se, dando origem aos demais municípios que integram o entorno imediato – Novo Gama, Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás (CAIADO, 2005).

Feitas essas considerações, assume-se que dentre todos os municípios do Entorno de Brasília, Luziânia poderia melhor representar o processo de fragmentação e de diversificação do espaço intra-urbano de Brasília/Entorno de Brasília, porém, na condição de uma imagem-síntese da periferia externa ao DF (PELUSO e TORMIN, 2005).

⁴⁶ De Luziânia foram desmembrados os municípios de Santo Antônio do Descoberto, que por sua vez, deu origem a Águas Lindas de Goiás.

Nesse sentido, reconhece-se Luziânia – segundo a divisão territorial de 1991 – como um lugar capaz de ilustrar de forma particular e precisa as condições específicas capazes de potencializar o processo de integração perversa naquela região.

Lucas do Rio Verde

Já há algum tempo, graças à expansão das redes pelo território, o capital estaria se difundindo mais rapidamente no campo do que nas grandes cidades (SANTOS, M., 1996). Na sub-região de Parecis/Alto Teles Pires, onde a soja estaria desencadeando um dinamismo demográfico renovado, reconhece-se Lucas do Rio Verde como uma manifestação peculiar da correlação entre agronegócio e urbanização.

De fato, as origens do município remontam a políticas de integração do território através da ocupação agrícola, onde a soja tem sido o principal produto cultivado. Além da produção agrícola da soja, Lucas do Rio Verde conta com um relevante potencial de processamento agroindustrial, tanto para a geração de biocombustíveis quanto para a fabricação de rações utilizadas na pecuária. A criação de animais em sistema de confinamento tem sido também uma atividade desenvolvida em conjunção local com o processamento agroindustrial de carnes. A existência da usina hidrelétrica de Canoa Quebrada e de uma empresa de pesquisas agropecuárias - a Fundação Rio Verde - configuram outras particularidades que estariam viabilizando o investimento de grandes grupos no município, constituindo-se um relevante parque agroindustrial local (CAPARROZ, 2010).

Lucas do Rio Verde estaria, portanto, entre os municípios pólo do agronegócio no Brasil, pois, além de estar entre os maiores produtores de soja, abrange relevantes atividades pecuárias e agroindustriais. A extensão da produção de *commodities* agrícolas, naquele município, estaria hoje propiciando um processo específico de desenvolvimento urbano, caracterizado por relativamente elevadas taxas de crescimento da população (1991/2000 e 2000/2010) - especialmente da população em situação urbana - e por uma intensa dinâmica migratória (1995/2000 e 2005/2010).

Já que as atividades do agronegócio tendem a ser intensivas em capital e em tecnologia, a oferta de emprego tenderia a ser relativamente reduzida e seletiva. Como consequência, o

PIB *per capita* tenderia a ser elevado em relação à média nacional (LIRA et al, 2009), caracterizando uma economia dinamizada, sobretudo, por médias e grandes empresas (AMARAL, 2005).

De fato, o PIB *per capita* em Lucas do Rio Verde (2000/2009) tem superado em muito a média nacional. No ano de 2009, por exemplo, o PIB *per capita* de Lucas do Rio Verde chegou a 43.286 reais/pessoa, enquanto que a média nacional foi de 18.834 reais/pessoa. A Tabela contendo os dados sobre o PIB e o PIB *per capita* (2000/2009) está disponível no Anexo II.

As peculiaridades locais em termos dos usos predominantes do território e das divisões sócio-espaciais do trabalho, em Lucas do Rio Verde, tenderiam a conformar situações onde, ao contrário de Luziânia, as formas predominantes de integração juvenil perversa não encontram situações propícias para seu desenvolvimento, fato que estaria intimamente ligado às expressões predominantes do homicídio masculino, conforme descrição contida no Capítulo III.

Dinâmica da população

Em nível local a dinâmica demográfica foi avaliada através da evolução do volume da população residente, dos graus de urbanização, das taxas de crescimento, da migração e das alterações em termos da composição da população residente em Luziânia e em Lucas do Rio Verde (1991/2010). Através dos dados contidos na Tabela 8, é possível notar que se trata de duas unidades espaciais bem diferenciadas em termos do volume populacional: em 2010, Luziânia tinha mais de dez vezes o volume da população residente em Lucas do Rio Verde. Apesar dessa grande diferença em termos de volume, Lucas do Rio Verde apresentou no período taxas relativamente mais elevadas de crescimento, tanto para a população total quanto para a população urbana.

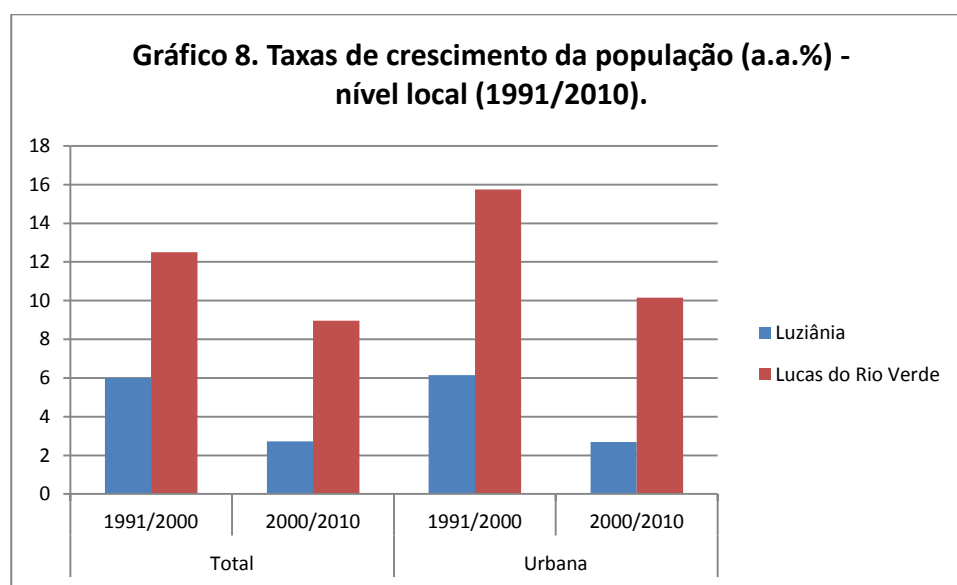
No caso de Luziânia, pode-se observar a equivalência entre as taxas de crescimento para a população total e para a população urbana, o que revela um crescimento quase que exclusivo em setores urbanos, enquanto que para Lucas do Rio Verde as taxas de crescimento da população urbana são mais elevadas do que para a população total, durante

todo o período (1991/2010). Tal fato sugere um crescimento bem mais intenso em setores urbanos nas duas localidades (Gráfico 8). Os ritmos de crescimento da população total e urbana refletem um processo de urbanização da população já consolidado no caso de Luziânia - onde os graus de urbanização são elevados desde pelo menos 1991 – e um processo de urbanização mais recente – caso de Lucas do Rio Verde - onde os graus de urbanização se revelam crescentes no período (1991/2010) (Gráfico 9).

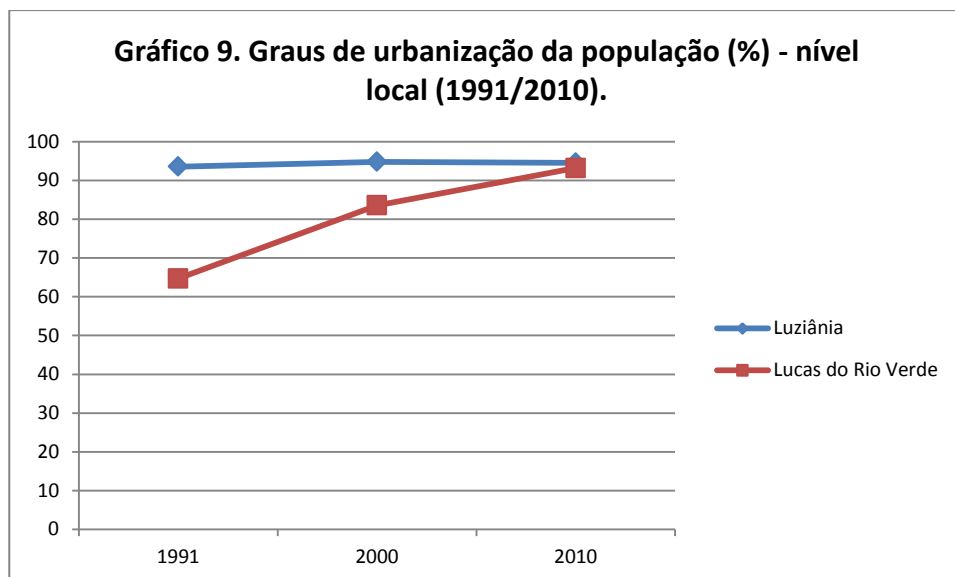
Tabela 8. Volume, graus de urbanização (%) e taxas de crescimento da população residente (% a.a.) - nível local (1991/2010).

População residente			
	1991	2000	2010
Luziânia	207.674	350.695	458.446
Lucas do Rio Verde	6.693	19.316	45.556
Graus de urbanização (%)			
Luziânia	93,6	94,8	94,5
Lucas do Rio Verde	64,7	83,6	93,2
Taxas de crescimento (% a.a.) (pop. total)			
	1991/2000	2000/2010	1991/2010
Luziânia	6,0	2,7	4,3
Lucas do Rio Verde	12,5	9,0	10,6
Taxas de crescimento (% a.a.) (pop. urbana)			
Luziânia	6,1	2,7	4,3
Lucas do Rio Verde	15,7	10,2	12,8

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).

Como já mencionado, os ritmos de crescimento e de urbanização da população nas unidades espaciais de interesse têm sido fortemente influenciados pelas dinâmicas migratórias. Por isso, em nível local, foram avaliadas também as principais tendências da migração entre 1995/2000 e 2005/2010. Os dados sobre a migração em nível local podem ser consultadas no Anexo III.

Em Luziânia (1995/2000) os imigrantes tiveram como origem predominante a própria região Centro Oeste. Notam-se elevados os percentuais de imigrantes jovens e características de uma imigração de tipo familiar, com predominância de mulheres. Quanto aos emigrantes (1995/2000), nota-se como destino mais freqüente a própria região Centro Oeste.

Em Lucas do Rio Verde (1995/2000) pode-se observar a predominância dos imigrantes com origem no Centro Oeste, com maiores percentuais relativos aos imigrantes com idades entre 20 e 29 anos, mantendo-se, no entanto, características de uma migração de tipo familiar na qual predominaram os homens. Em relação aos emigrantes, pode-se notar a prevalência do destino também internamente à região Centro Oeste. Quanto aos saldos migratórios, podem-se observar maiores ganhos percentuais relativos à população jovem.

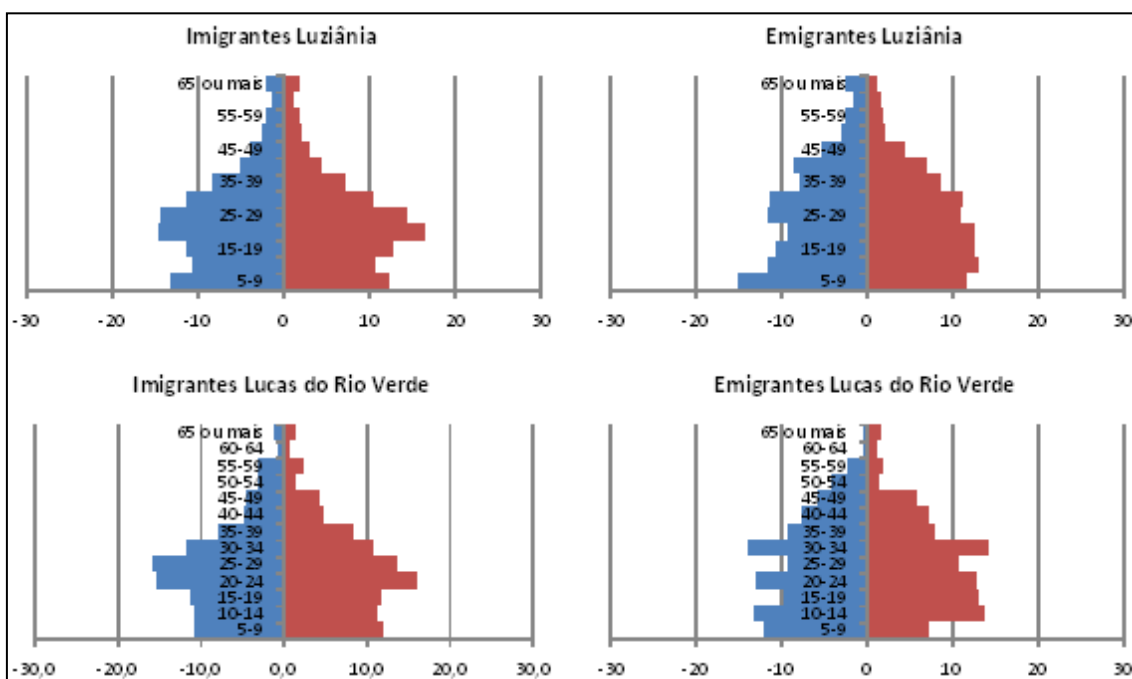
Quanto ao período 2005/2010, em Luziânia, pode-se observar o predomínio dos imigrantes com origem no Centro Oeste, também com elevados percentuais de imigrantes jovens. Quanto aos emigrantes 78,0% tiveram destino no Centro Oeste. Os saldos migratórios revelam ganhos proporcionalmente elevados em relação à população jovem, especialmente com idades entre 20 e 29 anos.

Ainda com relação ao período 2005/2010, em Lucas do Rio Verde, pode-se observar a predominância de imigrantes com origem no Centro Oeste e elevados percentuais de imigrantes jovens. Quanto aos emigrantes, podem ser observados os destinos predominantes dentro das regiões Centro Oeste e Norte, com saldos migratórios mais elevados com relação às idades juvenis.

A partir dos primeiros dados analisados sobre a dinâmica da população, pode-se concluir um processo de crescimento populacional predominantemente estimulado pela imigração nas localidades de interesse, destacando-se a intensidade dos deslocamentos internos ao Centro Oeste e a predominância dos ganhos populacionais concentrados nas idades juvenis

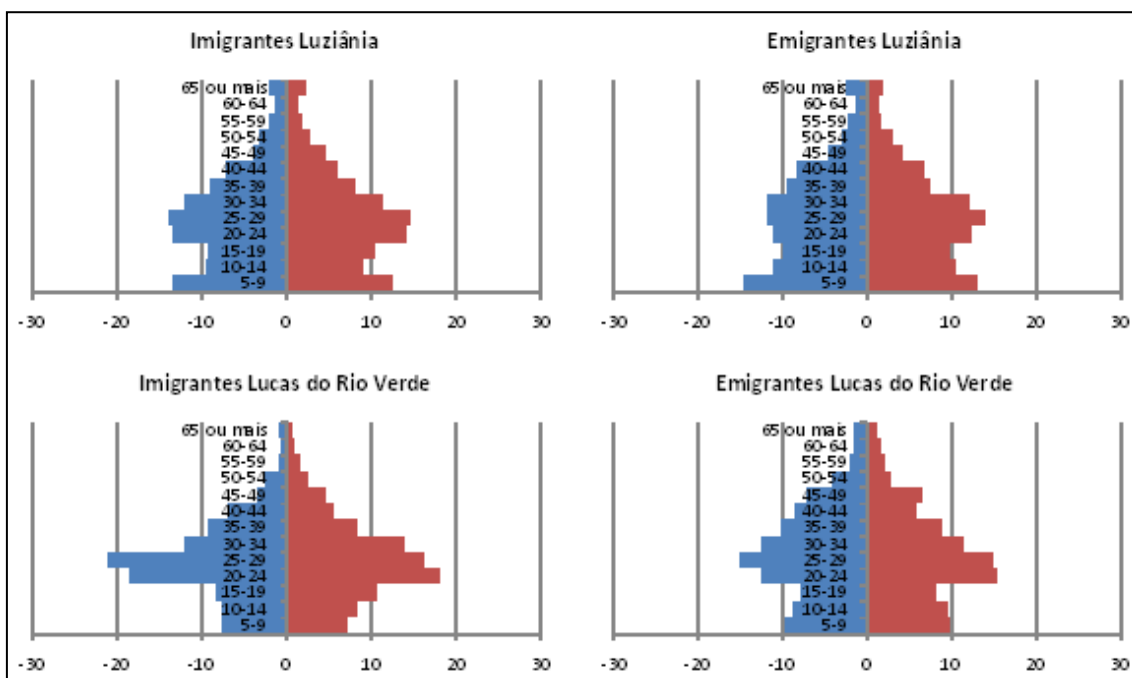
Os resultados da dinâmica migratória, associados às tendências do crescimento vegetativo da população residente, podem ser vislumbrados em termos da evolução do volume e da composição por idade e por sexo entre 1980 e 2010. As Figuras 5 e 6 ilustram como a composição etária dos imigrantes para as unidades sub-regionais avaliadas, tanto no período 1995/2000 quanto no período 2005/2010, tem sido concentrada nas idades juvenis, fato que não é notado com a mesma intensidade no caso da composição dos emigrantes. Considerando que os saldos migratórios foram positivos para as unidades espaciais de interesse nos dois períodos avaliados (1995/2000 e 2005/2010), ou seja, que houveram mais imigrantes do que emigrantes, conclui-se que a migração tendeu a acrescentar maiores contingentes nas faixas etárias juvenis, com reflexos na composição etária da população residente, sobretudo no caso específico de Lucas do Rio Verde (2005/2010).

Figura 5. Composição etária dos migrantes - nível local (1995/2000).



Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Figura 6. Composição etária dos migrantes - nível local (2005/2010).



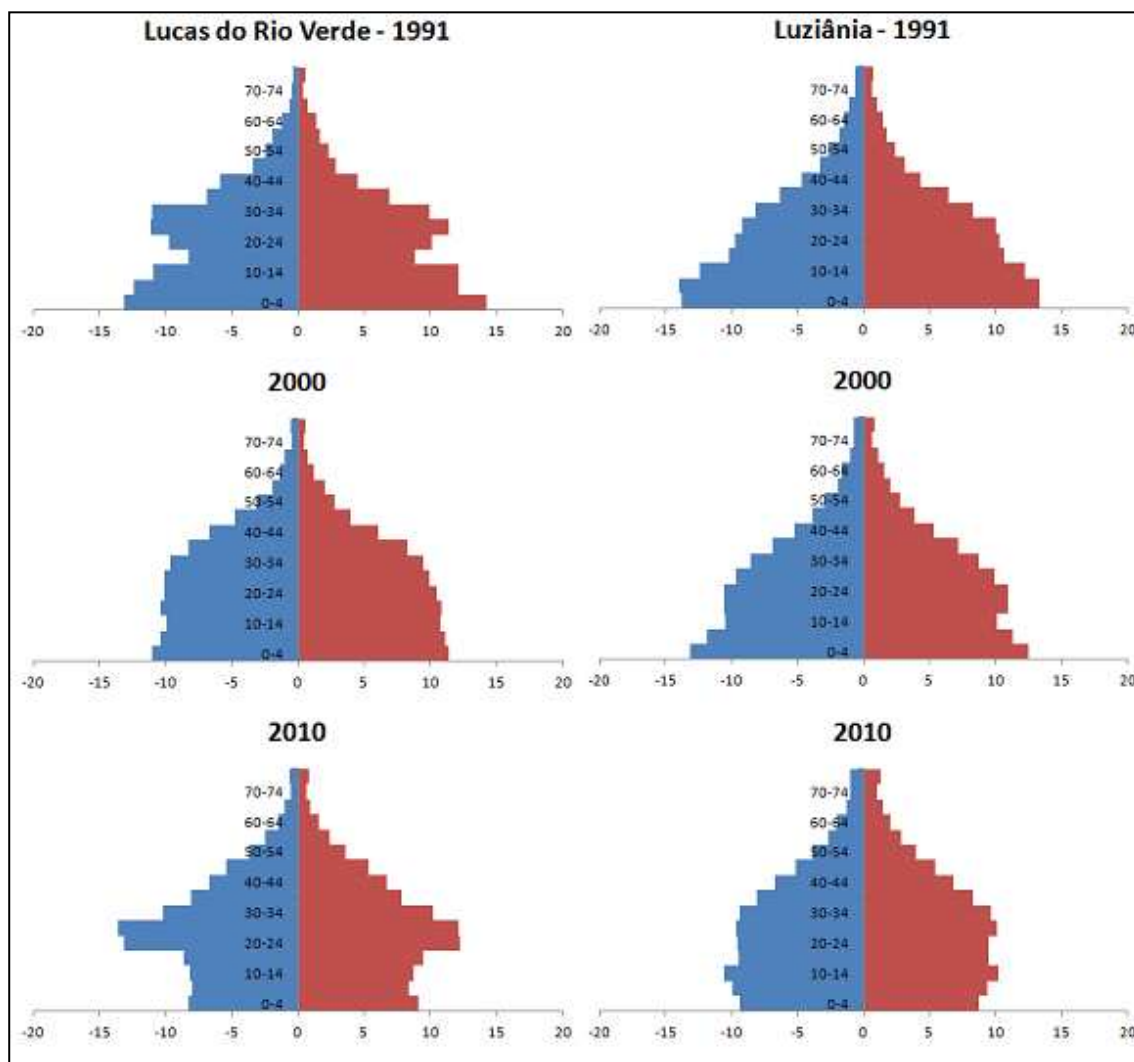
Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Como resultado da dinâmica da população, naquelas duas localidades, podem ser notadas mais do que alterações no volume e na intensidade de crescimento da população. Faz-se menção às alterações na composição da população, possíveis de serem avaliadas, sobretudo, através da evolução das formas das pirâmides etárias (1991/2010). A Figura 7 mostra a evolução na forma da pirâmide etária de Luziânia, de modo que no ano de 2010 encontra-se relativamente envelhecida e com formato abaulado, caracterizada pelo aumento proporcional da PIA. A Figura 7 ilustra também uma tendência de diminuição relativa das coortes infanto-juvenis – 0 a 19 anos - na população de Lucas do Rio Verde que, no entanto, chega a 2010 com coortes jovens – 20 a 24 e 25 a 29 anos - relativamente volumosas, revelando-se uma composição etária da população peculiar e predominantemente influenciada pelos intensos fluxos migratórios.

Nas localidades avaliadas foram marcantes, portanto, as alterações na composição etária da população (1991/2010). A Tabela 9 contém dados sobre o volume e o percentual relativo correspondente à população jovem - 15 a 29 anos - e a PIA - 15 a 64 anos. Tanto em Luziânia quanto em Lucas do Rio Verde, a comparação entre 2000 e 2010 revela o aumento gradual no volume da população jovem e da PIA. A PIA apresenta também percentuais relativamente crescentes para as unidades avaliadas no período (1991/2010), chegando a 67,3% em Luziânia e 72,5% em Lucas do Rio Verde no ano de 2010. O percentual relativo à população jovem, no entanto, apresentou tendências particulares em cada caso. No caso de Luziânia, o percentual da população jovem em relação ao total da população aumentou entre 1991 e 2000 e decresceu entre 2000 e 2010, passando de 31,3% para 28,9%.

No caso de Lucas do Rio Verde, o percentual relativo à população jovem foi crescente em todo o período avaliado (1991/2010), passando de 29,8% (1991) para 34,6% (2010) da população total, provavelmente como reflexo da intensa migração de jovens em uma área com população relativamente pequena. De modo geral, pode-se dizer que no ano de 2010 a população jovem de Lucas do Rio Verde era proporcionalmente maior do que em Luziânia e do que em qualquer outra unidade espacial avaliada nesse trabalho, apresentando uma evidente ‘descontinuidade demográfica’, relativa à população com idades entre 20-24 e 25-29 anos. Por outro lado, o volume de jovens em Luziânia (132.467) era bem superior ao volume de jovens em Lucas do Rio Verde (15.759) no ano de 2010.

Figura 7. Composição etária da população residente - nível local (1991/2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).

Tabela 9. Volumes e percentuais da população residente por ano e por grupos de idade - nível local (1980/2010).

	1991	2000	2010
Luziânia			
Jovens	62.453	109.872	132.467
PIA	120.838	219.814	308.633
Jovens (%)	30,1	31,3	28,9
PIA (%)	58,2	62,7	67,3
Pop. Total	207.674	350.695	458.446
Lucas do Rio Verde			
Jovens	1.992	5.982	15.759
PIA	4.087	12.720	33.037
Jovens (%)	29,8	31,0	34,6
PIA (%)	61,1	65,9	72,5
Pop. Total	6.693	19.316	45.556

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).

Além das alterações no volume e na estrutura etária da população, são notáveis também as alterações em termos da razão de sexo. O Anexo IV contém as curvas das razões de sexo (1991/2010) por grupos quinquenais de idade. Para Luziânia (1991/2010), as razões de sexo revelam a passagem de padrões caracterizados pela predominância da população masculina (1991/2000), especialmente para os grupos etários entre 40 e 69 anos, para padrões com razões muito próximas a 1, exceto para o grupo de crianças (0-14 anos) e dos mais idosos (75 anos ou mais) (2010), o que indica um equilíbrio muito grande entre o volume de homens e de mulheres na maior parte dos grupos de idade. Em Lucas do Rio Verde (1991/2010), apesar dos decréscimos nas razões de sexo no período, revela-se a predominância da população masculina, especialmente a partir do grupo etário com idades entre 15 e 19 anos.

Resumo da dinâmica da população

Chama-se a atenção para os maiores volumes da população em Luziânia em relação a Lucas do Rio Verde. Entretanto, as taxas de crescimento da população revelam um crescimento mais acentuado em Lucas do Rio Verde em relação à Luziânia (1980/2010).

Merece destaque também a tendência à concentração urbana. O crescimento e a concentração urbana da população naquelas localidades foram fortemente conduzidos por dinâmicas migratórias peculiares a cada caso específico. No entanto, pode-se notar um traço comum da migração nas duas unidades avaliadas: a concentração dos saldos migratórios positivos nas faixas etárias juvenis (1995/2000 e 2005/2010). A diminuição do volume dos saldos migratórios entre os dois períodos analisados pode ser observada para Luziânia, enquanto que em Lucas do Rio Verde o volume aumentou na comparação entre 1995/2000 e 2005/2010, o que indica a importância recente da migração nas alterações do volume e da composição da população naquele município.

Como resultados da dinâmica demográfica recente nas unidades avaliadas, além das alterações em termos do volume, destacam-se as alterações em termos da composição etária da população. Nesse sentido, apesar das especificidades das dinâmicas locais, nota-se, no ano de 2010, uma tendência generalizada de aumento absoluto e proporcional da PIA, em concordância com os resultados observados nos níveis nacional e sub-regional para o mesmo ano. Nesse caso, destaque para a forma ‘abaulada’ da pirâmide etária de Luziânia e para a descontinuidade referente às coortes com idades entre 20-24 e 25-29 anos em Lucas do Rio Verde (2010). Quanto à população jovem, nota-se um aumento generalizado do volume (1980/2010) nas duas localidades. Porém, quanto ao percentual relativo de jovens na população total, nota-se uma diminuição (2000/2010) em Luziânia. Em Parecis/Alto Teles Pires, entretanto, o percentual de jovens aumentou no mesmo período (2000/2010), representando a população com os maiores percentuais de jovens dentre as unidades avaliadas (2010). As alterações na composição da população por sexo também se evidenciam, sobretudo através da predominância de homens em Lucas do Rio Verde – especialmente para a população de jovens e de adultos - e um equilíbrio maior entre população masculina e feminina em Luziânia, para a maior parte dos grupos quinquenais de idade.

Ocupação

Para uma caracterização das diferenciações sócio-espaciais entre as unidades de interesse, como anteriormente mencionado, nesse estudo foram analisadas variáveis relativas às condições de ocupação da população residente, destacando-se os recortes etários dados pela

população jovem (15-29 anos) e PIA não-jovem (30-64 anos), além do recorte dado pelo sexo e pelas unidades espaciais locais. A primeira informação avaliada diz respeito ao percentual de pessoas ocupadas através do estudo e do trabalho remunerado nos anos 2000 e 2010.

A Tabela 10 contém os dados sobre as condições de ocupação da população jovem e PIA não-jovem para Luziânia (2000/2010 - homens e mulheres). Os dados revelam maiores percentuais de pessoas que não estudavam e nem trabalhavam para a população feminina e para a PIA não-jovem, em relação à população jovem masculina. À principio esse seria um resultado esperado, contando que os jovens estão em idade escolar e que a população feminina seria composta por um contingente amplo de 'donas-de-casa' que não estariam à procura de emprego e nem mesmo em busca de melhores condições de qualificação profissional.

Tabela 10. Percentual da população ocupada através de estudo ou trabalho remunerado por ano, grupos de idade e sexo - Luziânia (2000 e 2010).

			Exerce trabalho remunerado?						
			Homens			Mulheres			
			Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	
Estuda?	2000	15-29	Sim	11,9	18,6	53.179	9,2	24,7	56.325
			Não	52,3	17,1		25,6	40,5	
		30-64	Sim	3,3	0,8	54.129	4,0	3,3	56.043
			Não	72,3	23,7		38,8	54,0	
	2010	15-29	Sim	11,7	19,3	70.172	11,1	23,8	67.543
			Não	53,4	15,7		32,0	33,1	
		30-64	Sim	4,6	1,2	86.454	4,5	2,5	90.589
			Não	75,8	18,3		50,5	42,5	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).

A informação sobre ocupação da população jovem e PIA não-jovem em Lucas do Rio Verde (2000/2010 - homens e mulheres) (Tabela 11) destaca também os maiores percentuais de pessoas que não estudavam e não trabalhavam para a população feminina e para a PIA não-jovem, em relação à população jovem masculina.

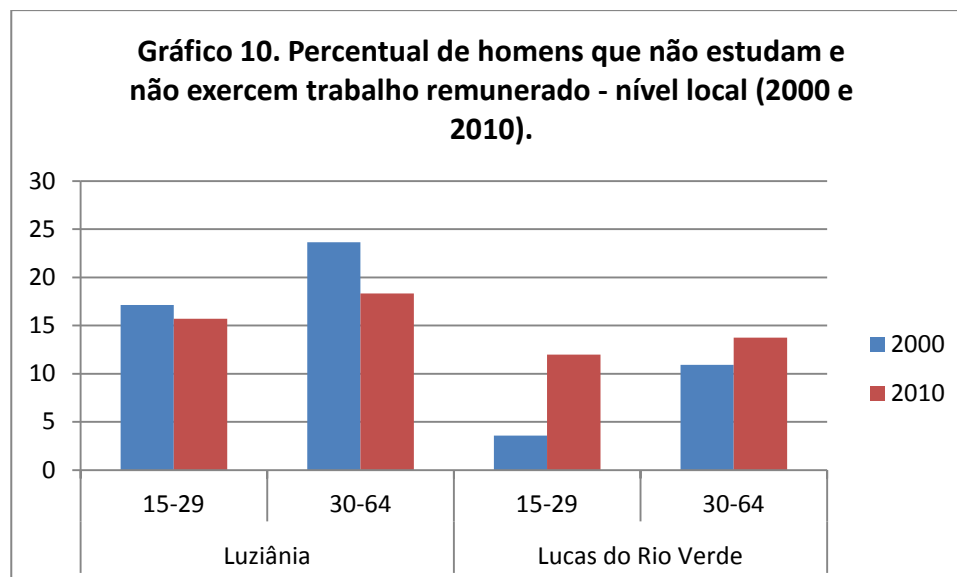
Tabela 11. Percentual da população ocupada através de estudo ou trabalho remunerado por ano, grupos de idade e sexo - Lucas do Rio Verde (2000 e 2010).

				Exerce trabalho remunerado?					
				Homens			Mulheres		
				Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Estuda?	2000	15-29	Sim	14,1	12,8	3.124	15,4	12,2	2.855
			Não	69,6	3,6		32,3	40,0	
		30-64	Sim	1,2	0,0	3.904	4,4	0,3	3.066
			Não	87,9	10,9		43,4	51,9	
	2010	15-29	Sim	10,4	10,9	8.473	12,9	15,1	7.282
			Não	66,7	12,0		46,5	25,5	
		30-64	Sim	2,4	0,5	9.099	4,6	2,4	8.156
			Não	83,3	13,8		53,5	39,5	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Considerando a centralidade da população masculina nessa pesquisa, destaca-se a informação contida no Gráfico 10, que compara os percentuais de homens desocupados (jovens e PIA não-jovem) entre as unidades espaciais de interesse e entre os anos 2000 e 2010. Tal comparação revela uma diminuição percentual de homens jovens e não-jovens desocupados (que não estudavam e não exerciam trabalho remunerado) em Luziânia, paralelamente a um aumento proporcional dos homens jovens e não-jovens desocupados em Lucas do Rio Verde, entre os anos 2000 e 2010.

Essa comparação revela também que embora o percentual de homens desocupados tenha diminuído em Luziânia e aumentado em Lucas do Rio Verde, se manteve mais elevada no município goiano (Luziânia) do que no município mato-grossense (Lucas do Rio Verde), tanto para a população jovem quanto para a PIA não-jovem, nos dois anos avaliados (2000 e 2010), mantendo-se, entretanto, elevados os percentuais de homens desocupados nas duas unidades locais de interesse, sobretudo no ano 2010.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Outra informação de interesse nesse trabalho e que diz respeito à ocupação faz referência à população economicamente ativa (PEA) (percentual de ocupados e de desempregados) e à informalidade laboral (percentual de empregados sem carteira de trabalho assinada), em relação à população jovem e PIA não-jovem masculinas (2000 e 2010).

Através dos dados contidos na Tabela 12 é possível notar como a PEA (ocupados e desempregados) tende a ser maior para a PIA não-jovem masculina em relação à população jovem e à população feminina, nas unidades espaciais de interesse. Outra informação reside no fato da PEA ter diminuído em relação à população jovem e ter aumentado em relação à PIA não-jovem na comparação entre os anos 2000 e 2010, nas unidades de interesse, o que sugere maiores oportunidades de seqüência na instrução formal para jovens e de expansão dos postos de trabalho para a PIA não-jovem.

Com relação à PEA, pode-se notar que o percentual de ocupados aumentou, tanto para a PEA jovem como para a PEA não-jovem, entre os anos 2000 e 2010, para homens e mulheres, nas unidades espaciais de interesse. De maneira correlata, o percentual de desempregados diminuiu (2000/2010), tanto para a PEA jovem quanto para a PEA não jovem, nas unidades espaciais avaliadas.

Quanto à informalidade laboral, ou seja, empregados sem carteira de trabalho assinada, pode-se notar uma tendência de maiores percentuais de informais entre os ocupados jovens em relação aos ocupados não-jovens, tanto no ano 2000 quanto no ano de 2010, nas unidades espaciais de interesse, embora esses percentuais tenham diminuído bastante na comparação entre os anos 2000 e 2010.

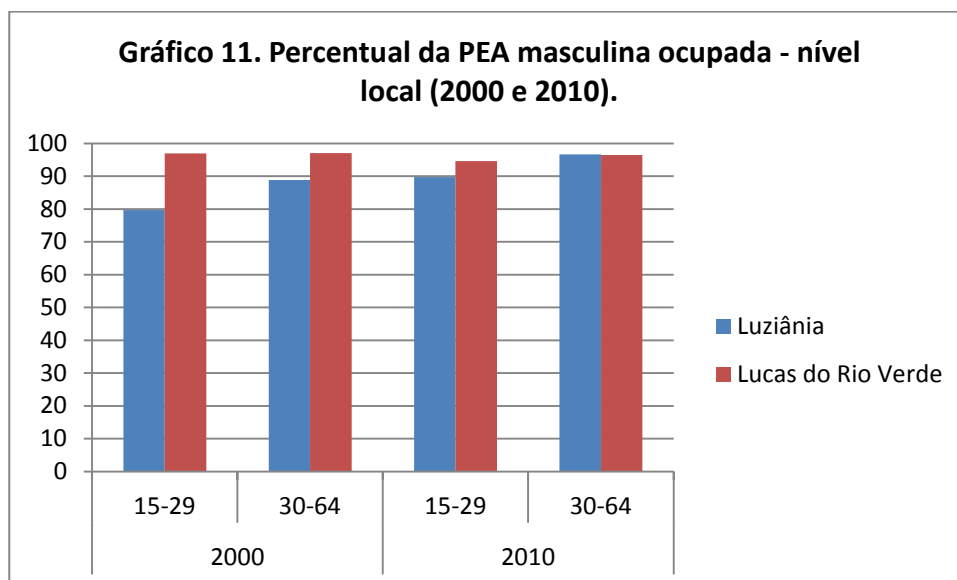
Tabela 12. Percentual da PEA, ocupados, desempregados e empregados sem carteira de trabalho assinada por ano, grupos de idade e sexo - nível local (2000 e 2010).

		15-29		30-64		
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Luziânia	2000	PEA	79,1	54,0	88,4	56,0
		Ocupados	79,7	66,8	88,8	81,2
		Desempregados	20,3	33,2	11,2	18,8
		Empregados s/carteira	37,2	48,2	25,4	42,3
	2010	PEA	73,8	57,9	87,0	64,7
		Ocupados	89,7	79,2	96,7	91,9
		Desempregados	10,3	20,8	3,3	8,1
		Empregados s/carteira	22,4	28,2	14,4	25,6
Lucas do Rio Verde	2000	PEA	86,6	52,9	94,7	50,1
		Ocupados	96,9	90,9	97,0	96,4
		Desempregados	3,1	9,1	3,0	3,6
		Empregados s/carteira	42,7	62,6	30,8	58,7
	2010	PEA	82,9	65,8	91,3	65,4
		Ocupados	94,6	92,4	96,5	94,3
		Desempregados	5,4	7,6	3,5	5,7
		Empregados s/carteira	9,1	17,4	9,8	19,0

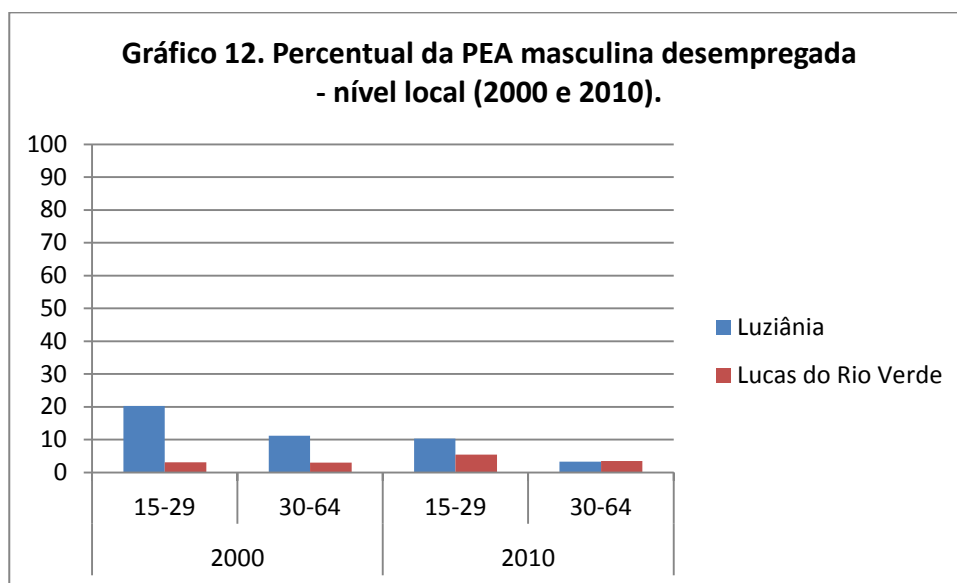
Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Considerando a centralidade da população masculina nessa discussão, foram comparadas as diferenciações nas condições de ocupação laboral dos homens jovens e PIA não jovem masculina entre os anos 2000 e 2010 e entre as unidades espaciais de interesse. O Gráfico 11 ilustra a tendência de maiores percentuais da PEA ocupada para a população não-jovem em relação à população jovem nas unidades avaliadas, assim como a tendência a maiores percentuais de homens ocupados em Lucas do Rio Verde em relação à Luziânia. De maneira correlata, é possível notar os maiores percentuais de desemprego para a população

jovem em relação à população não-jovem, assim como os menores percentuais de desempregados em Lucas do Rio Verde em relação à Luziânia (Gráfico 12).

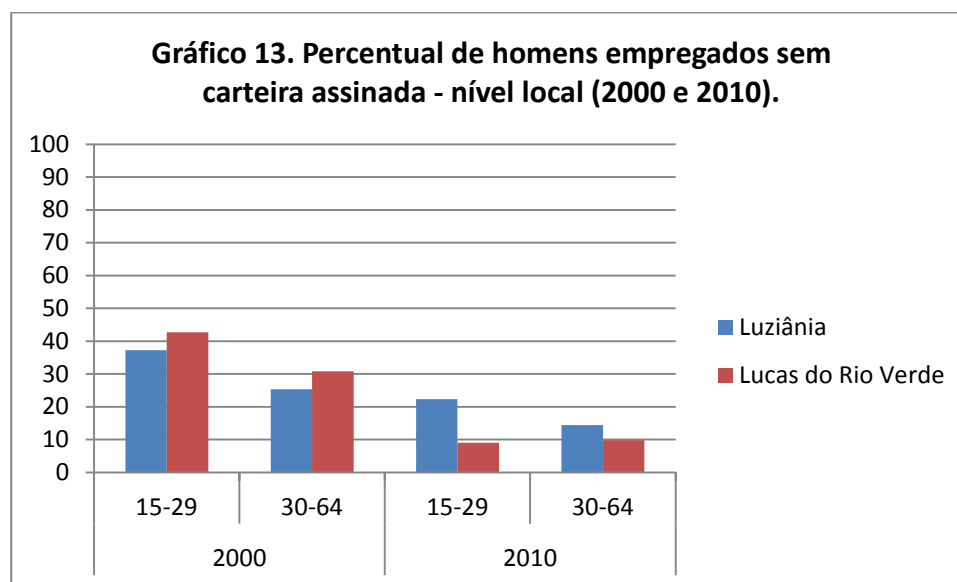


Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

O Gráfico 13 ilustra como a informalidade laboral tende a afetar mais a população jovem em relação à população não-jovem, tanto no ano 2000 quanto no ano 2010 nas unidades de interesse, embora os percentuais tenham diminuído no período avaliado. Essa informação permite ainda verificar os maiores graus de informalidade laboral Lucas do Rio Verde no ano 2000 e em Luziânia no ano 2010, tanto para a população jovem quanto para a população não jovem.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Através da informação sobre ocupação/desemprego/informalidade, é possível notar uma tendência de melhoria nos indicadores de trabalho formal nas unidades de interesse entre os anos 2000 e 2010, embora as condições de ocupação laboral formal permaneçam menos favoráveis em Luziânia, sobretudo para a população jovem, em relação à Lucas do Rio Verde. Assume-se ainda que, apesar das reativas melhorias vislumbradas, os percentuais de homens jovens que não estudavam e não trabalhavam, além dos graus de informalidade laboral, permanecem elevados, sobretudo no ano 2010, realçando uma realidade preocupante.

Resumo do capítulo

Através das informações disponibilizadas e discutidas ao longo do Capítulo II, é possível notar como em períodos recentes, especificamente no período entre 2000 e 2010, as

dinâmicas sócio-demográficas nas sub-regiões de Brasília (DF)/Entorno de Brasília (GO) e Parecis/Alto Teles Pires (MT) apresentaram-se essencialmente diferenciadas, fato confirmado pelas análises em nível local realizadas para os municípios de Luziânia (GO) e Lucas do Rio Verde (MT).

Quanto à dinâmica sócio-demográfica naquelas duas sub-regiões, salienta-se que enquanto em Brasília/Entorno de Brasília observa-se uma dinâmica de metropolização caracterizada por um processo de periferação da população, com destaque para o aumento proporcional e absoluto da PIA e para uma relativa melhoria nas condições de ocupação formal da população juvenil e adulta residente, em Parecis/Alto Teles Pires chama-se a atenção para um processo de urbanização conduzido sobretudo pelas demandas do agronegócio, caracterizado também pelo aumento proporcional e absoluto da população jovem e por condições de ocupação formal menos precárias para a população masculina, relativamente às aquelas observadas em Brasília/Entorno de Brasília.

Salienta-se que embora em Brasília/Entorno de Brasília os indicadores de ocupação formal para a população masculina - sobretudo para a população juvenil masculina - tenham revelado uma melhoria relativa (2000/2010), os percentuais de homens desocupados, desempregados e ocupados sem carteira de trabalho assinada permaneceram mais elevados do que os observados em Parecis/Alto Teles Pires.

Embora em Parecis/Alto Teles Pires as condições de ocupação de homens jovens e não jovens tenham sido representadas por indicadores relativamente melhores, consideram-se elevados os percentuais de desocupados, de desempregados e de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, fato que sugere uma realidade distante das condições sociais consideradas ideais.

Feitas essas considerações, assume-se a intenção de observar as tendências do homicídio juvenil masculino nas sub-regiões de interesse em relação às suas respectivas dinâmicas sócio-demográficas, sobretudo no período (2000/2010), no intuito de reconhecer possíveis correlações entre homicídio masculino, alterações na estrutura etária da população e precarização nas condições de ocupação formal.

Capítulo III

Homicídio juvenil masculino

“... e se eu morrer vem outro em meu lugar;
... e seu eu morrer será que vão lembrar?
... e seu morrer será que vão chorar?
... e se eu morrer?
... e se eu morrer?
... e se eu morrer...”⁴⁷

Brasil e grandes regiões

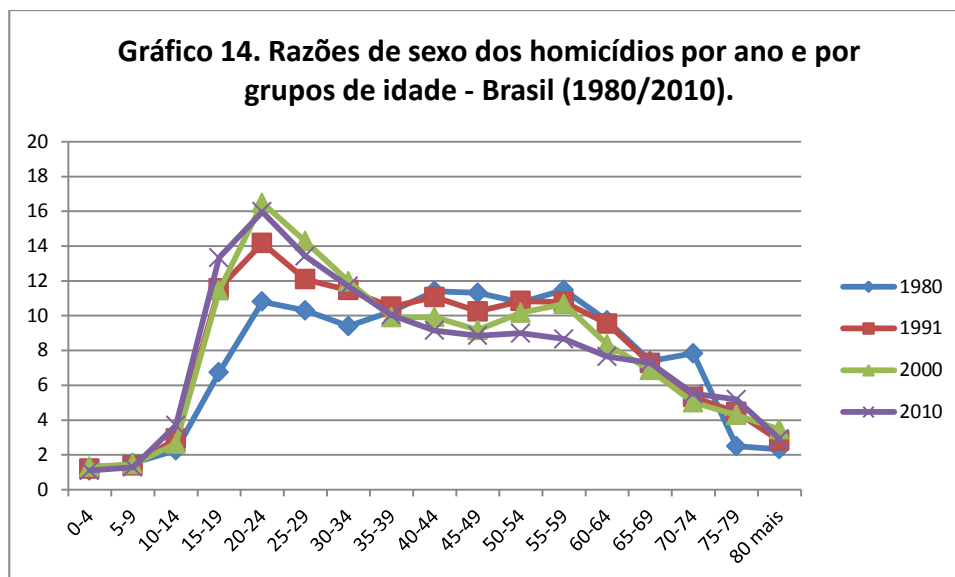
O aumento das taxas homicídio no Brasil tem sido um fenômeno fortemente caracterizado pela concentração dos óbitos por sexo e por faixa etária. Por isso a constante menção às manifestações contemporâneas de elevadas taxas de homicídio juvenil masculino. Considerando as razões de sexo dos homicídios no Brasil (1980/2010), poder-se-ia observar como a vitimização tende a concentrar-se no sexo masculino, de modo geral nas idades entre 15 e 29 anos e do modo particular nas idades entre 20 e 24 anos, faixa etária na qual chegaram a morrer em torno de 16 homens para cada mulher assassinada nos anos 2000 e 2010 (Gráfico 14).

Camarano et al (2009:74) chamam a atenção para a manifestação particular da mortalidade violenta entre homens jovens brasileiros, especialmente em relação ao homicídio. Como consequência, seriam observadas menores expectativas de vida ao nascer para os homens e quedas progressivas na razão de sexo da população, especialmente após os 15 anos.

De fato, as quedas nas razões de sexo da população residente no Brasil podem ser observadas com mais intensidade a partir da idade de 15 anos (Tabela 13).

Reitera-se, portanto, a problemática do homicídio juvenil masculino no Brasil. Admitindo-se a variação desse fenômeno no tempo e conforme as regiões do país (SOARES, 2006), foram avaliadas as tendências na manifestação do homicídio masculino em nível nacional e para cada uma das grandes regiões do país, tomando-se como referência os anos censitários: 1980, 1991, 2000 e 2010.

⁴⁷ Trecho selecionado do samba ‘Polícia e bandido’ de Acyr Marques, Arlindo Cruz e Franco.



Fonte: DATASUS/MS.

Tabela 13. Razões de sexo da população residente e dos homicídios - Brasil (1980/2010).

	População residente				Homicídios			
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
0 a 4 anos	1,02	1,03	1,03	1,04	1,10	1,21	1,33	1,10
5 a 9 anos	1,03	1,03	1,03	1,04	1,52	1,39	1,45	1,29
10 a 14 anos	1,01	1,01	1,02	1,03	2,26	2,93	2,65	3,69
15 a 19 anos	0,98	0,99	1,01	1,02	6,74	11,57	11,45	13,33
20 a 24 anos	0,97	0,98	0,99	1,00	10,81	14,17	16,48	15,97
25 a 29 anos	0,97	0,96	0,97	0,98	10,30	12,09	14,28	13,42
30 a 34 anos	0,98	0,96	0,95	0,96	9,40	11,47	11,97	11,69
35 a 39 anos	0,97	0,94	0,94	0,95	10,25	10,51	9,90	10,03
40 a 44 anos	0,99	0,97	0,94	0,94	11,41	11,07	9,92	9,15
45 a 49 anos	0,98	0,96	0,94	0,93	11,31	10,25	9,18	8,85
50 a 54 anos	0,98	0,96	0,94	0,91	10,77	10,84	10,17	8,99
55 a 59 anos	0,99	0,91	0,90	0,89	11,47	10,78	10,67	8,66
60 a 64 anos	0,94	0,89	0,88	0,88	9,72	9,55	8,35	7,65
65 a 69 anos	0,94	0,89	0,84	0,85	7,39	7,27	6,87	7,29
70 a 74 anos	0,91	0,86	0,81	0,80	7,83	5,32	5,02	5,52
75 a 79 anos	0,84	0,81	0,78	0,74	2,50	4,46	4,29	5,18
80 ou mais	0,68	0,69	0,66	0,63	2,32	2,82	3,46	2,92

Fonte: DATASUS/MS.

A Tabela 14 contém as taxas específicas de homicídio juvenil masculino por ano e por grupos quinquenais de idade para o Brasil e para as grandes regiões. O Gráfico 15 representa as curvas das taxas de homicídio por grupos quinquenais de idade para o Brasil (1980/2010), através das quais se observa um crescimento contínuo do homicídio masculino no período, especialmente em relação ao grupo com idade entre 15 e 29 anos e, especificamente, em relação ao grupo com idades entre 20 e 24 anos, que atingiu em 2010 uma taxa de 121 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Torna-se evidente o crescimento mais acentuado das taxas entre 1980 e 2000 e um crescimento bem menos intenso no período entre 2000 e 2010, visto que as curvas para esses dois anos mantêm formas e valores praticamente equivalentes. Utilizando-se do recorte espacial dado pelas grandes regiões brasileiras, pode-se observar que esse processo de estabilização das taxas de homicídio masculino, vislumbrado em nível nacional (2000/2010), representa expressões regionais muito díspares.

No caso da região Centro Oeste o Gráfico 16 revela um crescimento contínuo das taxas de homicídio masculino entre 1980 e 2010, passando de valores inferiores àqueles observados em nível nacional (1980/2000) à valores superiores no ano de 2010, especialmente no que diz respeito ao grupo com idade entre 20 e 24 anos - taxa de 130 homicídios para cada 100 mil habitantes (2010).

Com relação à região Nordeste, seria possível notar também a passagem de taxas menores do que as nacionais (1980/2000) para taxas mais elevadas no ano de 2010, mais elevadas, inclusive, do que as observadas para a região Centro Oeste, sobretudo para os homens com idades entre 20 e 24 anos - 162 homicídios para cada 100 mil habitantes em 2010 (Gráfico 17).

Através do Gráfico 18 é possível observar também na região Norte a passagem de taxas de homicídio masculino mais baixas do que as nacionais (1980/2000) para taxas mais elevadas no ano de 2010, com destaque mais uma vez para o grupo com idades entre 20 e 24 anos. As taxas da região Norte no ano de 2010, apesar de não tão elevadas quanto àquelas observadas na região Nordeste, foram mais elevadas do que as observadas para a região

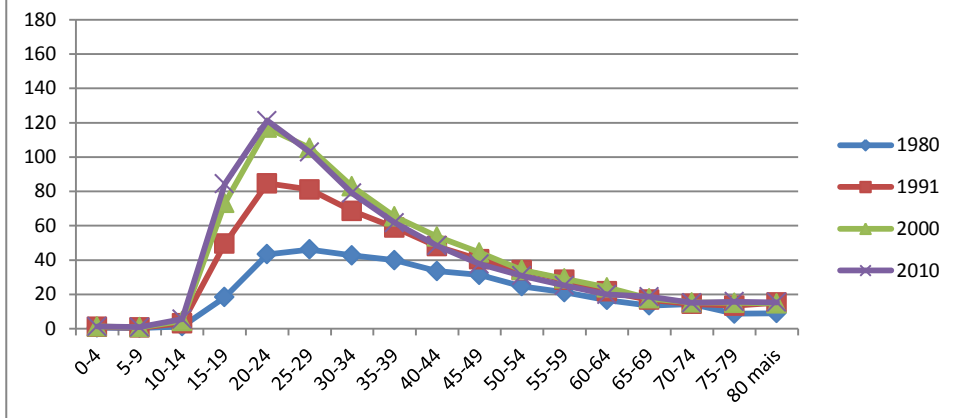
Centro Oeste, no mesmo período, chegando a 140 homicídios para cada 100 mil habitantes com idades entre 20 e 24 anos no ano de 2010.

Tabela 14. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idades - Brasil e grandes regiões (1980/2010).

	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
Brasil	0,6	1,0	1,3	1,3	0,6	1,2	1,5	1,6	0,3	0,7	1,1	1,2
0-4	0,6	1,0	1,3	1,3	0,6	1,2	1,5	1,6	0,3	0,7	1,1	1,2
5-9	0,4	0,6	0,8	0,9	0,6	0,8	0,7	1,2	0,4	0,4	0,7	1,1
10-14	1,3	3,1	4,4	5,6	0,9	2,5	3,1	5,1	1,0	1,9	3,1	7,3
15-19	18,3	49,5	73,2	84,4	16,5	24,4	43,0	91,8	10,2	24,0	46,3	105,5
20-24	43,3	84,6	117,0	121,2	42,8	48,1	73,2	140,4	31,9	57,5	87,9	162,0
25-29	46,2	81,1	105,3	102,9	46,5	49,2	65,0	125,3	41,3	64,8	82,3	135,9
30-34	42,6	68,6	82,9	78,9	40,0	49,4	61,0	99,8	40,8	60,2	69,2	101,8
35-39	39,9	58,9	65,3	61,7	42,0	46,9	53,6	78,7	39,0	53,7	55,2	77,5
40-44	33,6	48,0	53,7	48,4	35,7	41,0	49,1	66,0	30,2	45,1	45,5	60,6
45-49	31,3	40,4	44,3	37,6	27,7	33,4	43,5	57,0	30,2	39,2	39,3	47,5
50-54	24,7	34,0	34,2	30,9	20,2	26,0	38,1	55,5	22,4	33,8	31,4	38,6
55-59	21,3	28,5	29,2	25,2	26,1	28,8	32,1	44,9	20,8	28,2	27,9	31,7
60-64	16,7	21,7	24,0	20,0	12,6	18,0	23,8	38,9	15,6	21,7	21,4	24,8
65-69	13,5	16,9	17,6	18,6	10,5	17,3	21,9	26,5	12,6	16,9	19,1	24,3
70-74	14,4	14,4	15,2	15,1	13,3	11,5	12,5	26,8	12,5	16,9	15,1	18,5
75-79	8,7	13,4	15,0	15,7	0,0	15,0	16,7	32,7	8,1	12,1	16,3	17,9
80 ou mais	9,0	15,2	14,7	15,4	0,0	13,2	19,2	25,8	7,7	10,5	12,4	18,9
Centro-Oeste	0,6	1,7	1,7	2,1	0,8	1,0	1,2	0,7	0,6	1,0	1,7	1,2
0-4	0,6	1,7	1,7	2,1	0,8	1,0	1,2	0,7	0,6	1,0	1,7	1,2
5-9	0,3	0,8	1,5	1,0	0,5	0,7	0,7	0,3	0,5	0,7	0,6	0,6
10-14	0,6	2,1	5,2	8,3	2,0	4,5	6,3	2,0	0,9	2,6	2,6	5,4
15-19	12,6	35,7	70,4	92,0	27,8	80,8	113,4	34,3	11,3	31,4	37,6	75,8
20-24	32,8	69,3	100,9	130,1	55,7	118,0	164,9	46,1	28,8	51,8	64,2	106,1
25-29	43,8	74,3	85,5	108,9	53,4	103,6	145,5	39,8	32,6	49,4	58,0	89,6
30-34	45,8	66,5	77,7	87,3	47,8	80,9	107,9	30,3	30,1	43,5	46,2	70,9
35-39	43,4	67,6	67,1	67,3	41,9	65,6	81,7	24,2	33,7	39,7	38,7	57,1
40-44	36,2	54,5	63,1	55,5	36,7	51,3	64,6	18,9	28,4	36,2	32,0	43,6
45-49	37,5	52,8	58,6	45,8	32,1	41,1	49,8	14,2	29,3	32,1	30,5	33,7
50-54	32,7	50,0	45,6	43,4	25,4	33,0	37,2	11,6	24,7	29,4	24,4	23,6
55-59	23,6	41,5	42,2	32,0	21,2	26,8	30,5	9,4	20,3	24,6	21,3	20,9
60-64	19,0	35,0	41,3	31,4	18,6	19,7	25,1	7,0	13,5	21,7	18,5	15,3
65-69	23,5	25,3	24,2	28,8	14,2	15,1	16,6	5,9	11,3	17,9	14,2	18,2
70-74	12,8	20,1	32,5	25,8	17,3	12,4	13,8	5,1	11,0	13,9	14,6	12,0
75-79	4,0	24,8	27,0	27,4	10,6	11,6	13,2	5,3	8,2	16,9	12,9	12,7
80 ou mais	18,2	14,7	31,4	30,7	9,1	20,6	13,9	4,1	11,2	11,5	15,0	12,1

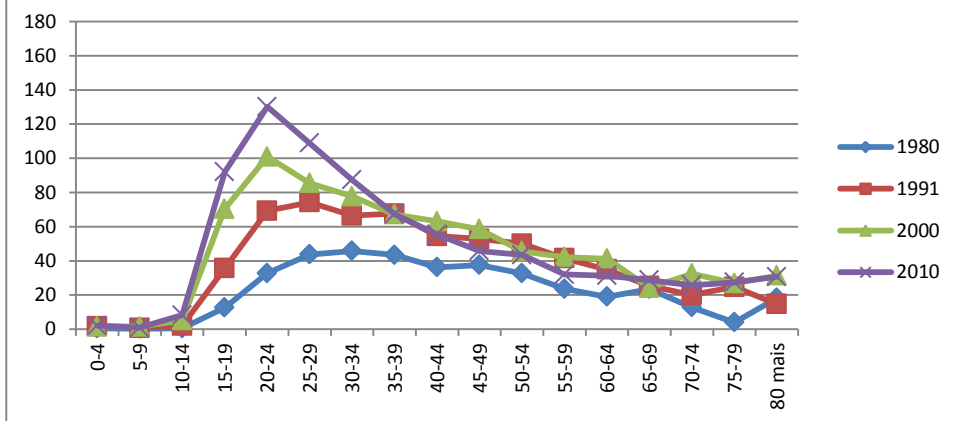
Fonte: DATASUS/MS.

Gráfico 15. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idade - Brasil (1980/2010).

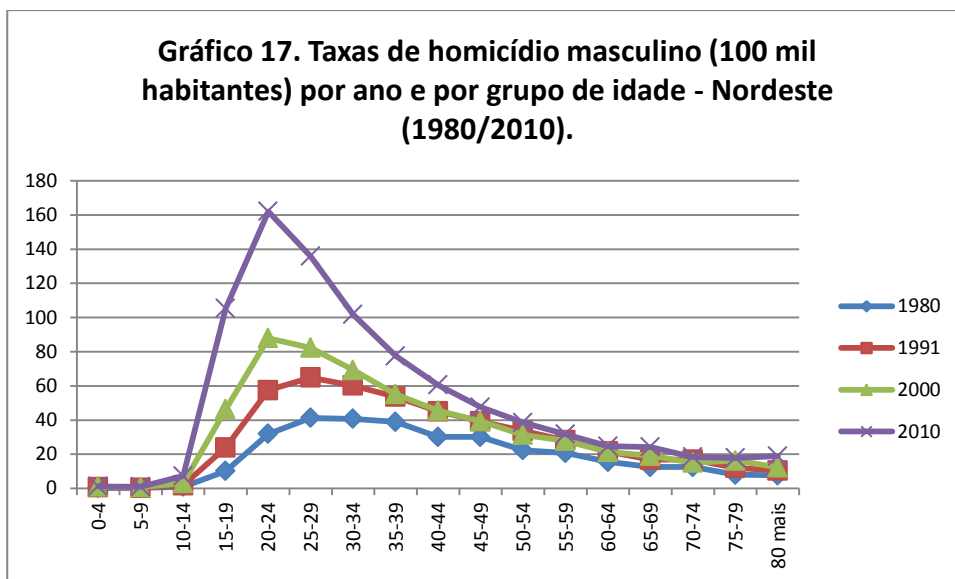


Fonte: DATASUS/MS.

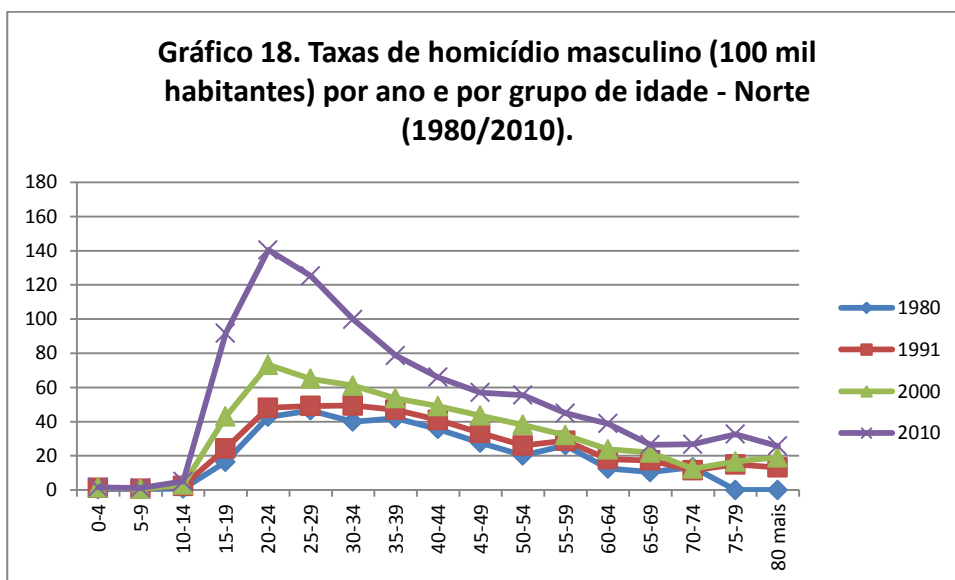
Gráfico 16. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupo de idade - Centro Oeste (1980/2010).



Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.

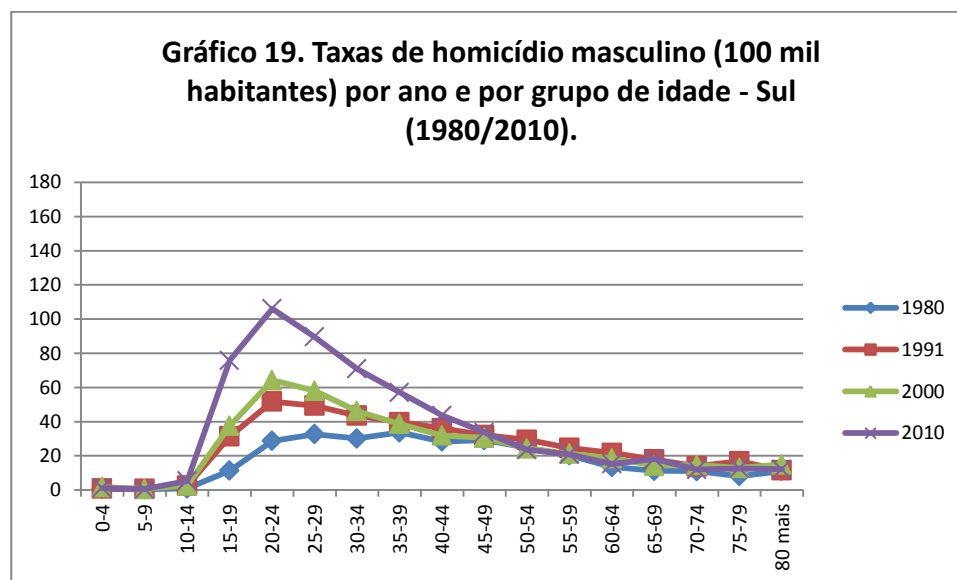


Fonte: DATASUS/MS.

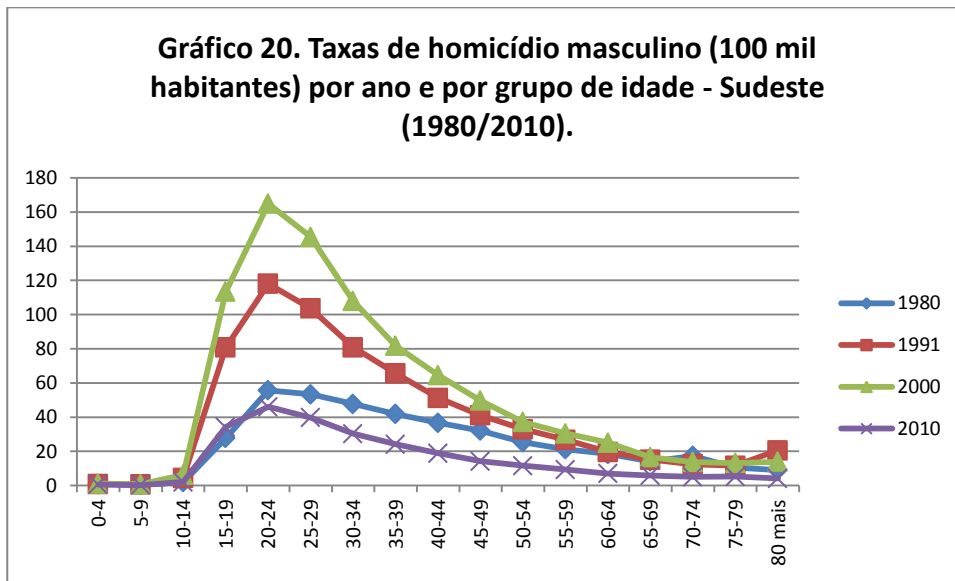
A região Sul apresentou também um considerável crescimento nas taxas de homicídio masculino, no entanto, os valores não alcançam àqueles observados para o nível nacional, mantendo-se com as menos elevadas taxas dentre as regiões brasileiras, alcançando o patamar de 106 homicídios para cada 100 mil habitantes com idades entre 20 e 24 anos no ano de 2010 (Gráfico 19).

A grande exceção dentre essa generalizada elevação das taxas de homicídio juvenil masculino, especialmente entre os anos 2000 e 2010, fica por conta da região Sudeste, para a qual os dados demonstram que após décadas de elevadíssimas taxas ocorreu uma redução a patamares abaixo daqueles observados na década de 1980. As maiores taxas da região Sudeste apresentam-se também para o segmento com idade entre 20 e 24 anos, alcançando o valor de 165 homicídios para cada 100 mil habitantes no ano 2000 (Gráfico 20). No caso particular da região Sudeste, é preciso mencionar a polêmica acerca da possível 'maquiagem dos dados' sobre homicídio, quando homicídios estariam sendo reclassificados como óbitos por outras causas, mais especificamente no caso do Estado do Rio de Janeiro.

Em acordo com esses dados, torna-se evidente que a elevação das taxas de homicídio masculino no Brasil afetou, de maneira geral, a população jovem, com idades entre 15 e 29 anos (ver formato das curvas) e, de maneira particular, a população com idades entre 20 e 24 anos (ver o pico das curvas), tanto em nível nacional quanto em cada uma das grandes regiões brasileiras. A relativa estabilização das taxas de homicídio masculino no Brasil, entre os anos 2000 e 2010, dever-se-ia, portanto, às quedas - ainda que duvidosas - nas taxas da região Sudeste, a mais populosa e com as mais elevadas taxas de homicídio em décadas anteriores (anos 1980 e 1990).

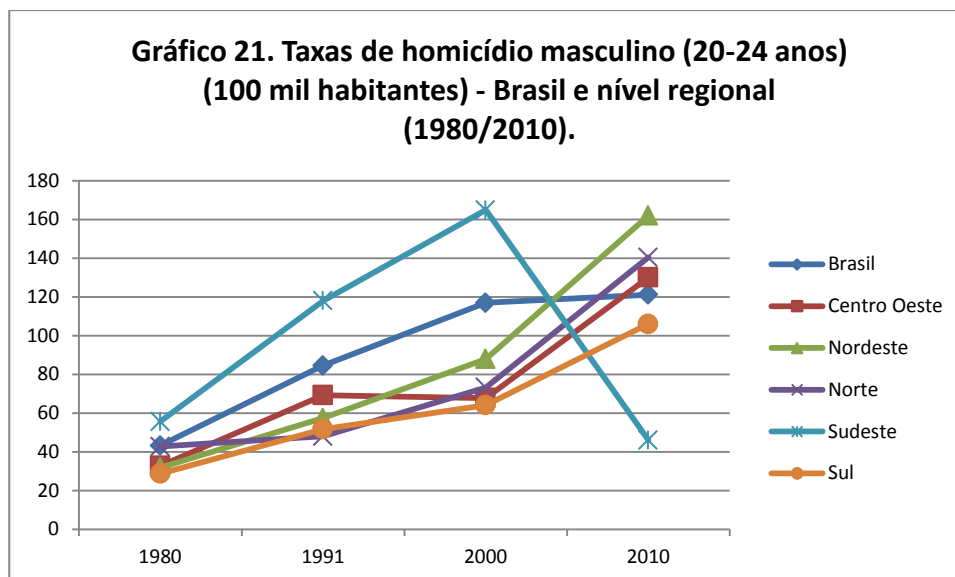


Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.

Evidencia-se o avanço e a prevalência da violência homicida entre jovens em todo o país, identificando-se o segmento mais exposto como os homens com idades entre 15 e 34 anos e, particularmente, com idades entre 20 e 24 anos. Focalizando a análise no grupo etário mais impactado pelo homicídio masculino (20 a 24 anos – 1980/2010), visualiza-se a distinção entre uma relativa estabilização das taxas em nível nacional e a elevações em todas as regiões, com exceção, como mencionado, da região Sudeste (Gráfico 21).



Fonte: DATASUS/MS.

Para uma seqüência da análise, faz-se necessária uma avaliação - em âmbito regional - sobre a manifestação do homicídio masculino no Centro Oeste e nas microrregiões de Brasília (DF), Entorno de Brasília (GO) e Parecis/Alto Teles Pires (MT), sempre em relação ao nível nacional – mantido como referência.

Brasília, Entorno de Brasília e Parecis/Alto Teles Pires

Como respeito à prevalência do homicídio masculino em relação ao homicídio feminino também em escala regional, faze-se referência às razões de sexo dos homicídios por ano e por grupos etários em Brasília, Entorno de Brasília e Parecis/Alto Teles Pires. É importante mencionar que foi utilizada uma divisão entre três grupos etários (0-14, 15-34 e 35 ou mais anos) por conta dos escassos casos de homicídio feminino em certos anos e grupos de idade, fato que impossibilitou uma representação por grupos quinquenais de idade. No caso de Parecis/Alto Teles Pires, nem assim foi possível obter as razões de sexo dos homicídios (Tabela 15).

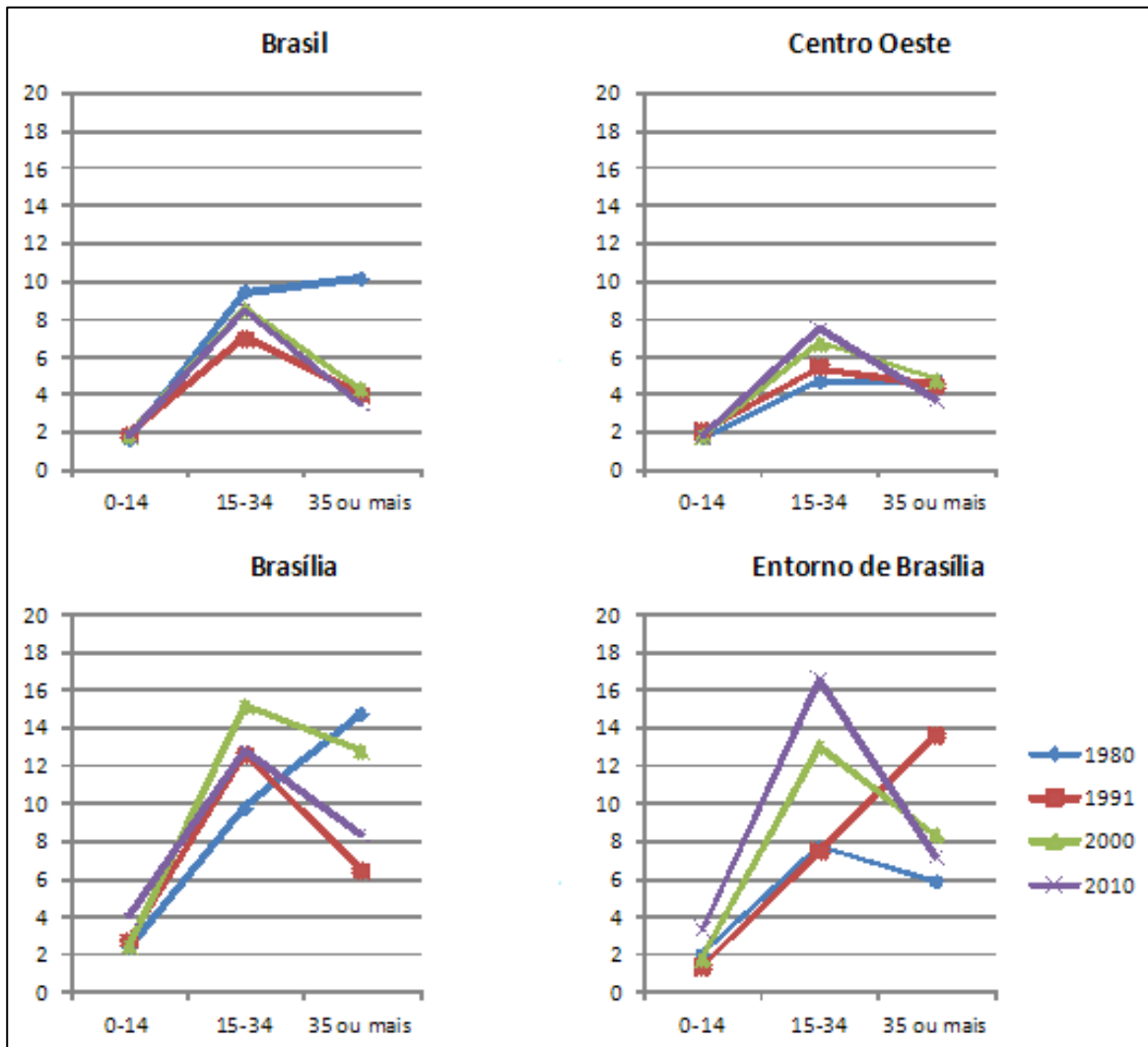
A Figura 8 representa as razões de sexo dos homicídios, especialmente elevadas para o grupo etário com idades entre 15 e 34 anos para as microrregiões de Brasília (2000) e do Entorno de Brasília em relação à região Centro Oeste e à média nacional (2010).

Tabela 15. Razões de sexo dos homicídios por ano e por grupos de idade - Brasil, Centro Oeste e sub-regiões (1980/2010).

	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
	Brasil				Entorno de Brasília			
0-14	1,64	1,93	1,86	1,85	2,00	1,33	1,83	3,30
15-34	9,43	6,98	8,51	8,47	7,71	7,45	12,98	16,55
35 - mais	10,15	3,99	4,24	3,51	5,88	13,56	8,28	7,17
	Centro Oeste				Parecis/A.T. Pires			
0-14	1,66	2,04	1,81	1,80	-	-	0,00	-
15-34	4,68	5,43	6,72	7,47	2,00	8,67	7,29	8,40
35 - mais	4,76	4,48	4,77	3,73	-	-	9,11	7,50
	Brasília				-			
0-14	2,33	2,70	2,44	4,00	-	-	-	-
15-34	9,77	12,58	15,16	12,80	-	-	-	-
35 - mais	14,75	6,51	12,79	8,38	-	-	-	-

Fonte: DATASUS/MS.

Figura 8. Razão de sexo dos homicídios por unidade territorial, por ano e por grupos de idade - Brasil (1980/2010).



Fonte: DATASUS/MS.

Verificada a predominância do homicídio masculino em nível regional, segue uma avaliação das taxas de homicídio masculino (1980/2010) para as microrregiões de Brasília (DF), Entorno de Brasília (GO) e Parecis/Alto Teles Pires (MT) (Tabela 16).

O Gráfico 22 representa um crescimento das taxas de homicídio masculino em Brasília entre 1980 e 2000 e uma relativa estagnação entre 2000 e 2010. Com exceção da curva de 1980, todas as outras têm seus picos no grupo com idades entre 20 e 24 anos, revelando ser

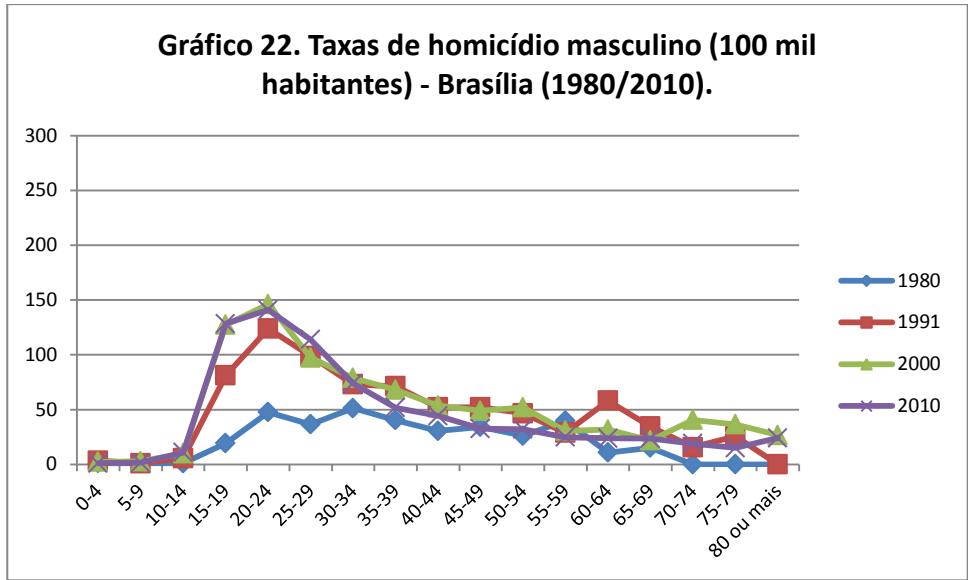
o homicídio juvenil masculino uma manifestação predominante naquela microrregião durante as últimas décadas.

As curvas das taxas de homicídio masculino do Entorno de Brasília (Gráfico 23) revelam a passagem de patamares inferiores aos observados em Brasília (1980/2000) para patamares superiores em 2010, especialmente no que diz respeito ao grupo jovem e, particularmente, à população masculina com idades entre 20 e 24 anos, chegando à taxa de 263 homicídios para cada 100 mil habitantes no ano de 2010.

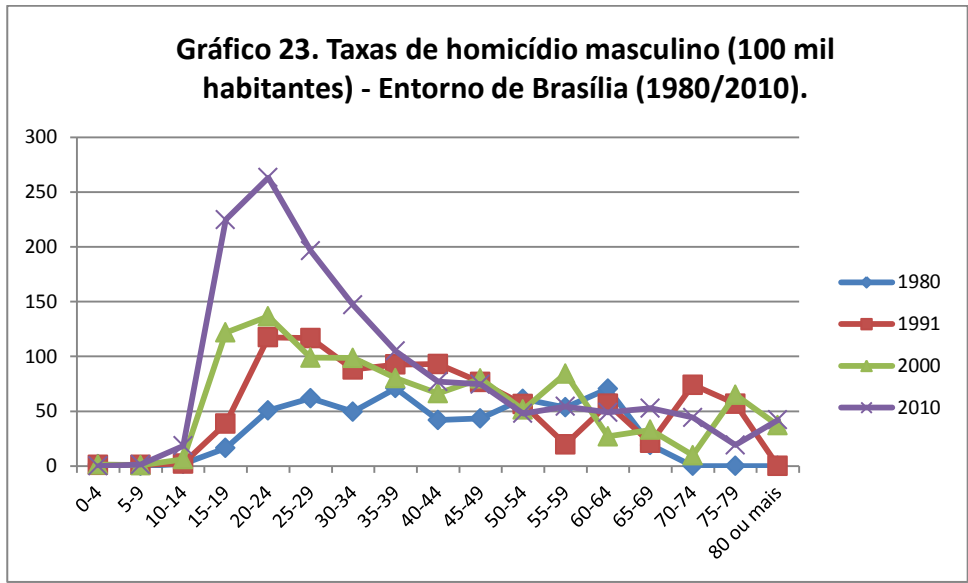
Tabela 16. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos quinquenais de idade - nível regional (1980/2010).

	Brasília				Entorno de Brasília				Parecis/A.T.P.			
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
0-4	1,1	3,4	2,3	1,0	1,5	1,1	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7
5-9	1,0	1,1	2,8	1,6	0,0	1,0	0,7	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0
10-14	1,0	5,5	10,1	10,9	1,9	2,2	6,2	18,4	19,7	0,0	0,0	7,5
15-19	19,2	81,2	127,4	128,4	16,4	38,8	121,8	224,9	20,4	0,0	7,7	52,0
20-24	47,7	123,9	146,2	141,0	50,7	117,4	136,5	263,2	0,0	54,7	39,3	73,8
25-29	36,4	98,9	97,5	114,0	61,8	116,7	98,9	196,5	23,8	67,7	84,3	58,0
30-34	51,3	73,0	78,9	73,7	49,5	88,1	98,6	147,0	0,0	61,2	73,4	95,6
35-39	40,3	71,3	68,1	51,6	71,0	92,5	80,2	104,9	85,9	99,5	99,1	53,5
40-44	30,5	52,1	53,6	44,3	42,0	93,1	66,3	76,9	0,0	29,5	153,3	45,4
45-49	34,1	52,1	48,9	32,6	43,4	76,6	79,7	74,7	0,0	43,6	114,5	45,8
50-54	26,1	46,6	51,9	32,2	61,1	56,4	51,4	47,9	0,0	106,2	132,1	70,9
55-59	39,7	28,9	30,7	24,8	53,4	19,8	84,2	54,4	0,0	37,5	68,3	58,6
60-64	10,9	58,1	31,7	23,7	70,5	56,6	27,0	48,9	0,0	115,7	67,8	23,3
65-69	15,2	34,4	21,9	23,6	19,1	21,0	33,0	52,7	0,0	0,0	0,0	103,1
70-74	0,0	15,7	40,5	19,0	0,0	74,0	9,7	44,3	0,0	0,0	63,9	0,0
75-79	0,0	25,5	36,6	15,0	0,0	56,8	65,0	19,1	0,0	0,0	119,0	0,0
80 ou mais	0,0	0,0	26,7	24,1	0,0	0,0	37,1	42,1	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.



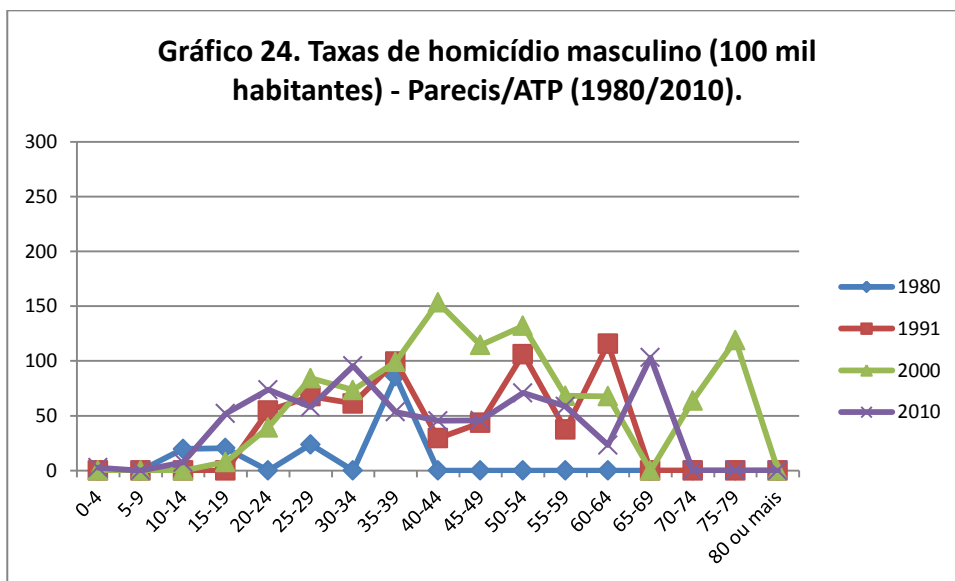
Fonte: DATASUS/MS.

O Gráfico 24, em sua aparente confusão, estaria a mostrar que em Parecis/Alto Teles Pires não há um padrão de homicídio masculino registrado, não coincidindo, portanto, com a predominância do homicídio juvenil observado nas outras unidades avaliadas. Por Parecis/Alto Teles Pires apresentar volumes populacionais restritos, especialmente em décadas passadas, chama-se a atenção para o efeito de poucos casos de homicídio na

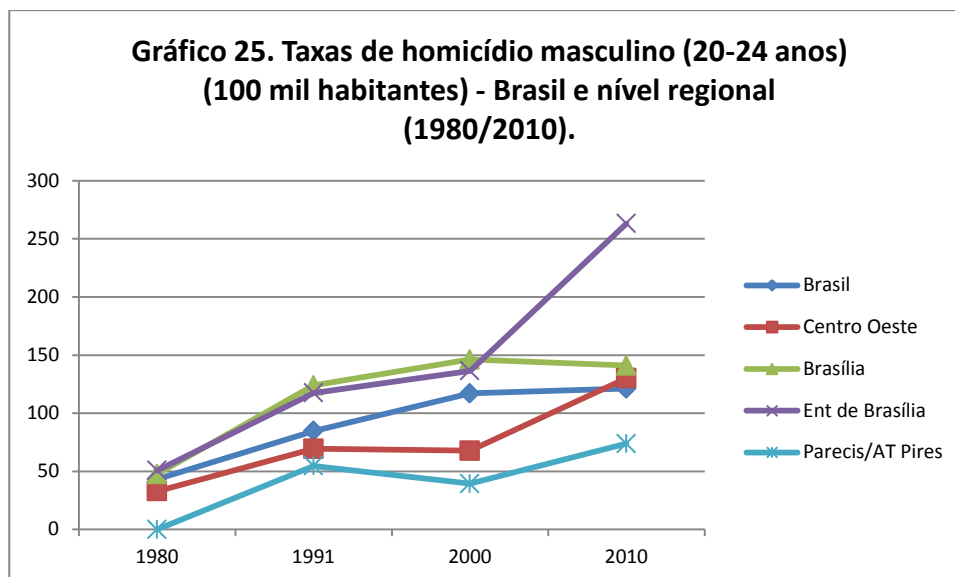
configuração de elevadas taxas, já que calculadas para cada 100 mil habitantes. Esse fato, no entanto, não compromete a verificação de manifestações essencialmente distintas da violência homicida entre homens naquela região, em relação às outras unidades anteriormente avaliadas.

Destacam-se, assim, uma relativa estagnação das taxas de homicídio juvenil masculino em Brasília entre 2000 e 2010, a elevação do homicídio juvenil masculino no Entorno de Brasília (2000/2010) e o diferencial do homicídio na microrregião de Parecis/Alto Teles Pires.

Focalizando-se a atenção no grupo etário particularmente afetado pela violência homicida, com idades entre 20 e 24 anos (1980/2010), é possível notar os elevados valores das taxas em Brasília e, principalmente, no Entorno de Brasília (2010), tanto em relação aos níveis regional e nacional quanto em relação à sub-região de Parecis/Alto Teles Pires (Gráfico 25). Salienta-se, portanto, o diferencial da elevação recente das taxas de homicídio para o segmento populacional masculino com idades entre 20 e 24 anos.



Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.

Na seqüência da análise, optou-se por avaliar o homicídio ano a ano (1991/2010) nas sub-regiões de interesse, destacando-se mais uma vez os diferenciais entre as manifestações do homicídio masculino e do homicídio feminino. Em um primeiro momento, chama-se a atenção para o volume dos homicídios (Tabela 17). Em Brasília, apesar da estagnação das taxas (2000/1991), observa-se um aumento do volume, particularmente de óbitos masculinos, com uma leve queda no final do período, entre 2009 e 2010 (Gráfico 26).

Através do Gráfico 27 pode-se observar um aumento mais intenso no volume de homicídios masculinos no Entorno de Brasília, especialmente entre 2000 e 2010. Apesar do volume dos óbitos nos municípios do entorno não chegar ao volume registrado em Brasília, considerando-se o volume da população residente, representa taxas mais elevadas.

Em Parecis/Alto Teles Pires observa-se também um crescimento do volume de homicídio masculino, porém, em valores bem menores do que os observados para as outras microrregiões (Gráfico 28a). Se analisados os dados sobre homicídio em Parecis/Alto Teles Pires, porém, em uma escala diferente, poder-se-ia melhor observar as diferenças por sexo e por ano, salientando-se o aumento no volume do homicídio masculino (Gráfico 28b).

Tabela 17. Volume dos homicídios por ano e por sexo - nível regional (1991/2010).

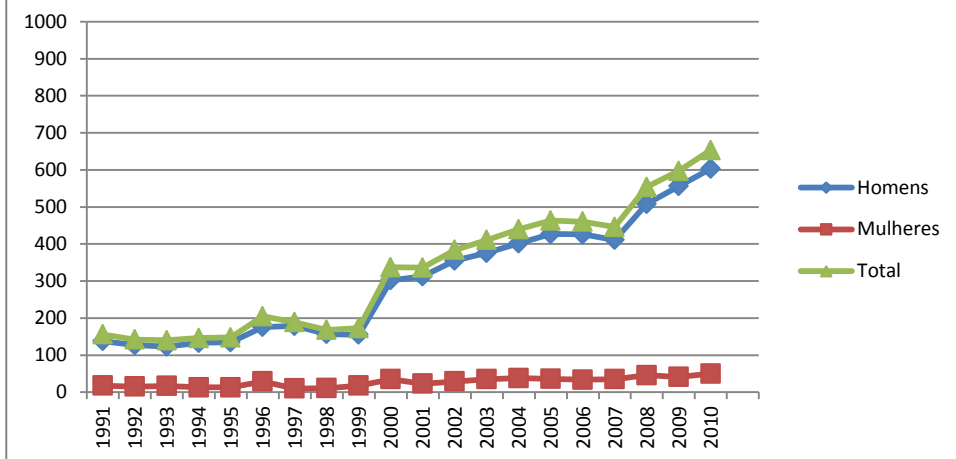
	Brasília			Entorno de Brasília			Parecis/A.t. Pires		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1991	437	52	489	138	18	156	11	2	13
1992	384	40	424	127	15	142	21	2	23
1993	503	49	552	123	17	140	17	0	17
1994	505	50	555	133	13	146	19	1	20
1995	572	57	629	135	13	148	26	4	30
1996	562	52	614	176	29	205	27	9	36
1997	565	48	613	179	10	189	31	1	32
1998	579	54	633	157	11	168	27	5	32
1999	598	60	658	155	18	173	40	4	44
2000	644	41	685	302	35	337	54	7	61
2001	649	44	693	313	23	336	49	6	55
2002	591	50	641	355	29	384	61	4	65
2003	678	62	740	376	35	411	51	3	54
2004	642	52	694	402	38	440	57	9	66
2005	610	47	657	427	36	463	69	6	75
2006	611	49	660	426	34	460	49	10	59
2007	656	55	711	411	35	446	58	9	67
2008	748	64	812	508	46	554	52	9	61
2009	806	76	882	556	41	597	86	6	92
2010	720	66	786	603	50	653	71	10	81
Total	12.060	1.068	13.128	6.002	546	6.548	876	107	983

Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.

Gráfico 27. Volume dos homicídios por ano e sexo - Entorno de Brasília (1991/2010).



Fonte: DATASUS/MS.

Gráfico 28a. Volume dos homicídios por ano e sexo - Parecis/ATP (1991/2010).



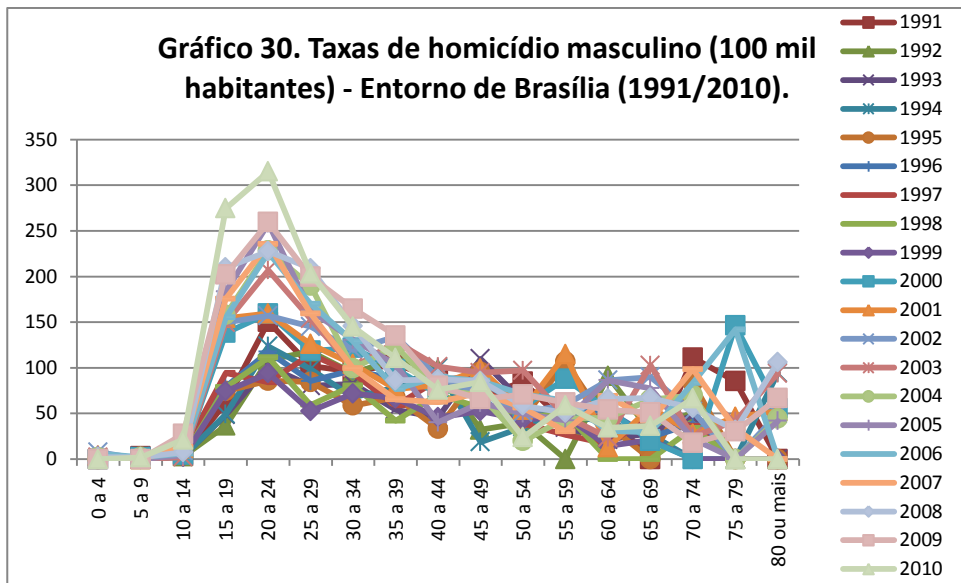
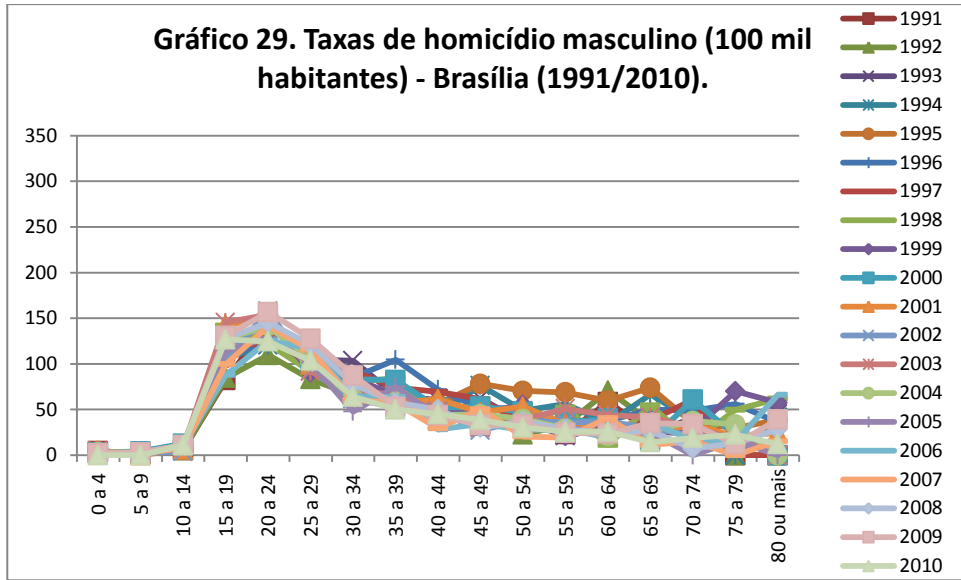
Fonte: DATASUS/MS.

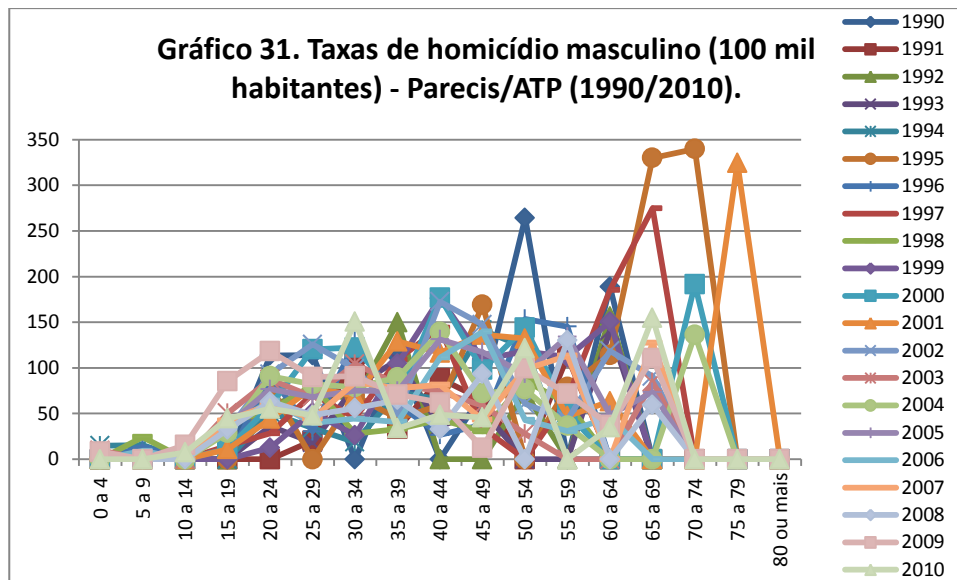


Fonte: DATASUS/MS.

Para uma melhor avaliação do homicídio masculino nas sub-regiões de interesse, optou-se por calcular as taxas anuais por unidade espacial, por ano e por grupos quinquenais de idade (1990/2010) (Tabela 18). Para tanto, utilizou-se o método de interpolação para estimar a população nos períodos inter-censitários (ver Anexo I). As curvas das taxas de homicídio masculino para Brasília, Entorno de Brasília e Parecis/Altos Teles Pires, por ano e por grupos quinquenais de idade, estão representadas nos Gráficos 29, 30 e 31, respectivamente.

Apesar de estarem sendo representadas curvas para vários anos em um mesmo gráfico, no caso de Brasília poder-se-ia observar um formato predominante com pico nas idades juvenis. No Caso do Entorno, se poderia observar a mudança do padrão em direção às elevadíssimas taxas de homicídio juvenil masculino. Em Parecis/Alto Teles Pires, mais uma vez observamos que não há um padrão definido do homicídio masculino e que suas taxas tendem a sofrer os efeitos do volume limitado de sua população, como já mencionado. Seria esse o caso de elevadíssimas taxas específicas de homicídio para idosos que, na verdade, correspondem a dois ou três homicídios em um mesmo ano.





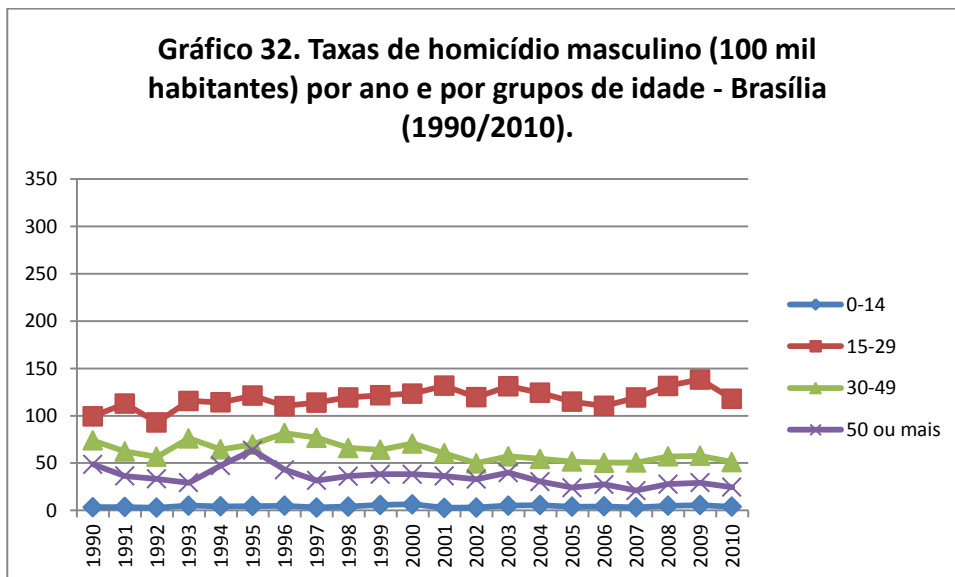
Para uma melhor visualização da evolução anual das taxas de homicídio masculino (1991/2010) utilizou-se outra divisão etária: 0-14, 15-29, 30-49 e 50 ou mais anos (Tabela 19). Através do Gráfico 32 pode-se notar em Brasília a predominância de mais elevadas taxas para homens como idades entre 15 e 34 anos no período.

No Entorno de Brasília pode-se notar uma evidente elevação das taxas também para o segmento com idades entre 15 e 29 anos, que atingiu o patamar de 235 homicídios para cada 100 mil homens em 2010 (Gráfico 33). Na região de Parecis/Alto Teles Pires, no entanto, pode-se observar as mais elevadas taxas de homicídio para o segmento com idades entre 30 e 49 anos (Gráfico 34). Evidenciam-se, mais uma vez, as especificidades sub-regionais quanto à estrutura etária do homicídio masculino.

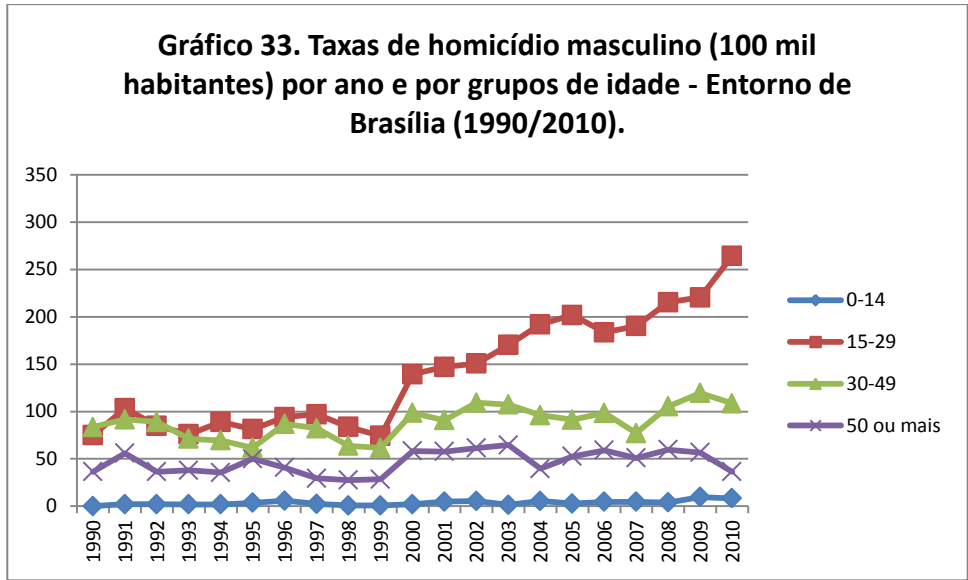
Tabela 19. Taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) por ano e por grupos de idade (1990/2010).

	Brasília				Entorno de Brasília				Parecis/A.T.P.			
	0-14	15-29	30-49	50 mais	0-14	15-29	30-49	50 mais	0-14	15-29	30-49	50 mais
1990	3,4	99,5	73,9	48,6	0,0	74,9	83,5	36,3	0,0	78,6	40,3	125,0
1991	3,7	112,7	62,3	36,3	2,1	103,4	91,7	56,0	0,0	7,1	80,6	28,2
1992	2,9	92,9	56,7	33,3	2,0	84,9	88,9	36,4	0,0	46,5	65,5	51,4
1993	5,1	115,7	76,1	29,2	1,9	75,9	71,2	37,9	0,0	18,7	74,8	23,4
1994	4,3	114,2	64,4	47,3	1,8	89,0	69,4	35,6	10,4	29,2	61,5	42,7
1995	4,6	121,2	69,7	63,6	3,5	81,3	61,8	50,1	0,0	27,3	74,9	97,3
1996	4,9	110,2	81,7	43,0	5,9	94,0	87,0	40,8	4,6	40,9	74,1	88,6
1997	3,1	113,9	76,8	31,6	2,4	97,1	82,3	29,4	0,0	38,3	83,3	80,7
1998	4,2	119,4	65,9	36,1	0,8	83,7	63,8	27,6	8,1	58,3	33,2	44,1
1999	5,8	121,5	64,1	38,3	0,7	74,2	61,6	28,5	0,0	21,0	95,3	93,7
2000	6,5	123,4	70,7	38,3	2,1	139,3	98,7	58,3	0,0	62,8	114,6	73,2
2001	2,7	131,7	60,4	36,4	4,8	147,1	90,7	57,7	0,0	44,4	108,3	78,7
2002	3,0	119,5	49,8	32,9	5,5	150,7	109,2	61,4	0,0	83,7	109,4	62,2
2003	5,0	131,2	57,2	39,9	1,4	170,2	107,3	64,6	3,2	69,0	83,3	19,1
2004	5,7	124,2	54,5	30,4	5,4	192,0	96,0	39,6	0,0	68,1	94,4	44,1
2005	4,0	114,9	51,6	24,0	2,7	201,8	91,2	52,7	0,0	61,2	95,1	81,3
2006	4,3	110,5	50,3	27,4	4,6	183,6	98,3	59,0	3,0	46,7	75,8	30,0
2007	3,3	119,3	50,6	21,0	4,6	190,2	77,0	50,9	0,0	49,1	74,2	76,0
2008	4,9	131,5	57,0	27,8	3,9	215,4	105,4	59,7	0,0	48,7	60,1	38,2
2009	5,5	138,4	57,6	29,2	9,7	220,4	119,5	56,7	8,1	98,5	63,8	70,5
2010	3,9	117,8	51,1	24,5	8,3	264,3	108,6	36,4	2,6	49,6	75,9	64,9

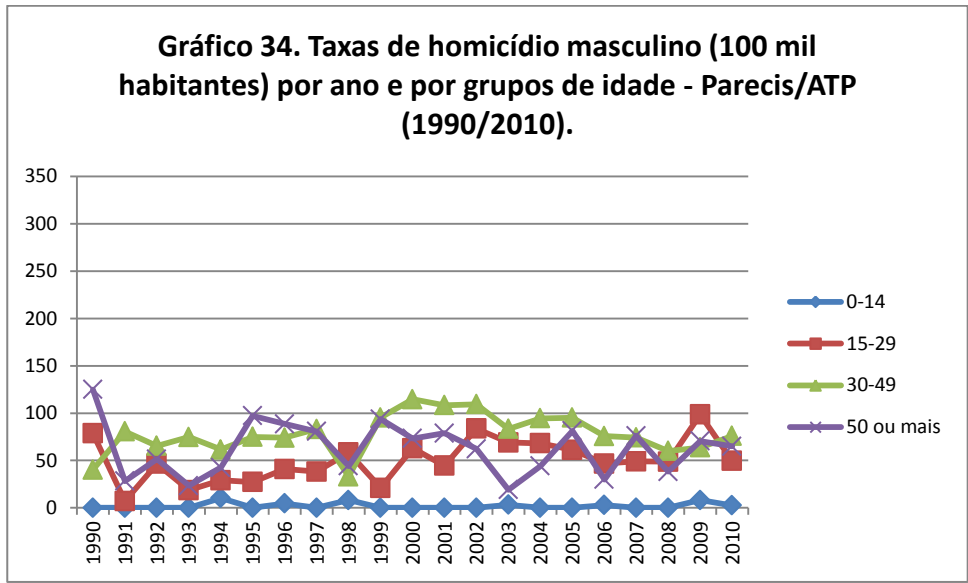
Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.



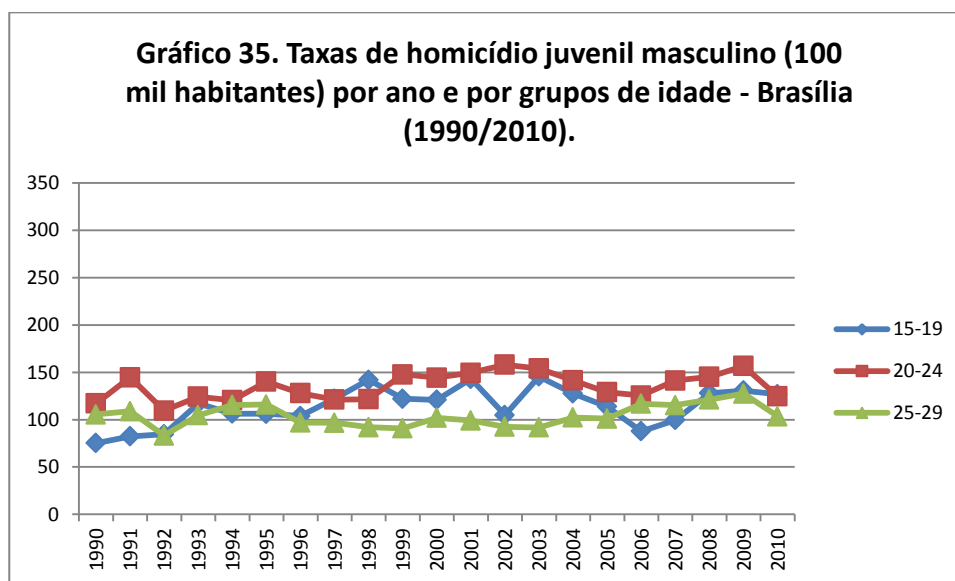
Fonte: DATASUS/MS.

Decompondo-se o grupo etário com idades entre 15 e 29 anos em grupos quinquenais de idade, poder-se-ia reconhecer em Brasília a prevalência de elevadas taxas de homicídio masculino para o segmento com idade entre 20 e 24, mantendo-se, porém, elevadas as taxas para os outros grupos etários representados (Gráfico 35). No Entorno de Brasília observa-se um crescimento nas taxas para todos os grupos etários representados, sobretudo, a partir do

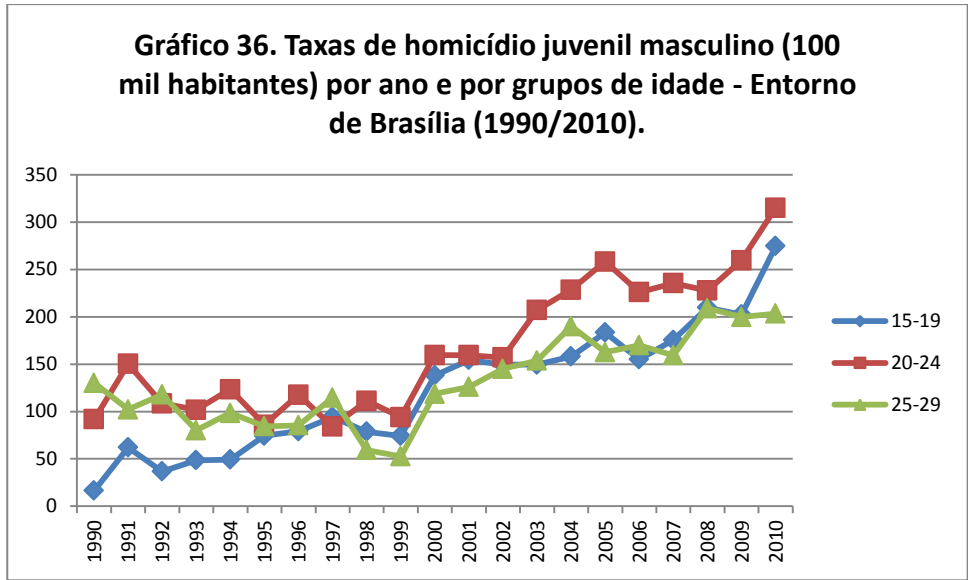
ano 2000. Esse crescimento foi mais acentuado para os grupos etários com idade entre 15 e 19 anos e 20 e 24 anos, alcançando, em 2010, as taxas de 274 e 315 óbitos para cada 100 mil homens, respectivamente (Gráfico 36).

Em Parecis/Alto Teles Pires torna-se difícil reconhecer mais vez uma tendência clara do homicídio masculino em relação à estrutura etária, no entanto, salienta-se mais uma vez a distinção entre as tendências do homicídio masculino nas três microrregiões de interesse (Gráfico 37).

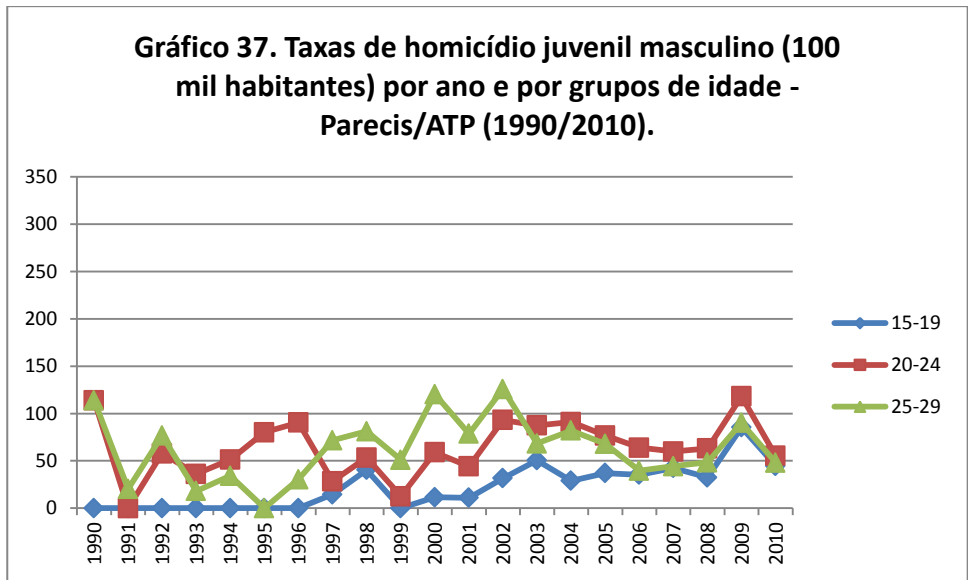
Comprando-se as taxas específicas de homicídio masculino para o segmento particularmente afetado - com idades entre 20 e 24 anos – poder-se-ia resumir as principais tendências da manifestação do homicídio juvenil masculino: em Brasília se revela certa estagnação, porém, em patamares relativamente elevados; no Entorno de Brasília se observa uma tendência de crescimento, especialmente a partir do ano 2000; em Parecis/Alto Teles Pires o homicídio juvenil não representa uma tendência predominante (Gráfico 38).



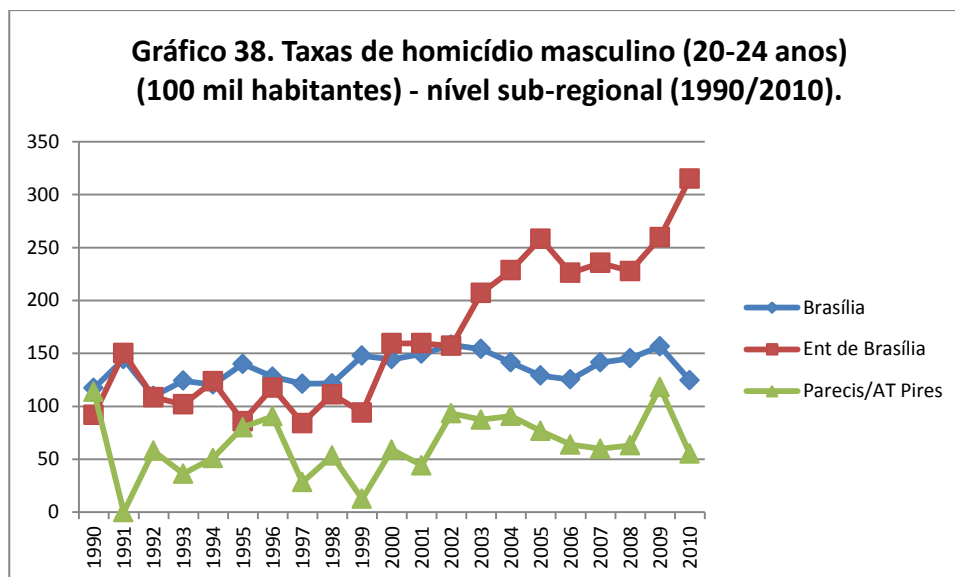
Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.

Assume-se, portanto, a manutenção de elevadas taxas de homicídio juvenil masculino em Brasília e a elevação dessas taxas no Entorno de Brasília, em décadas recentes, fenômeno não registrado no caso de Parecis/Alto Teles Pires. Para a continuidade da pesquisa, segue uma descrição a respeito da manifestação do homicídio masculino em nível local.

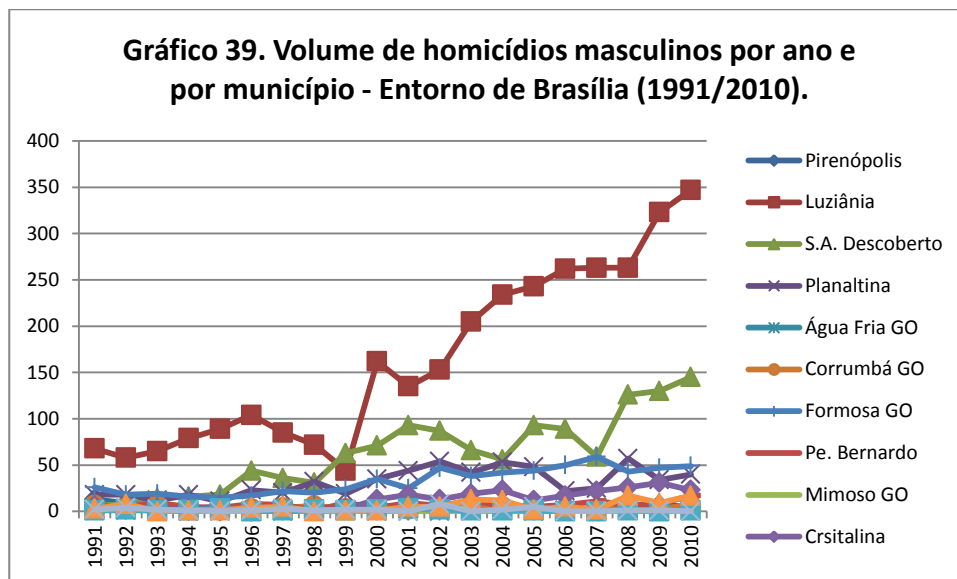
Nível local

Luziânia e Lucas do Rio Verde

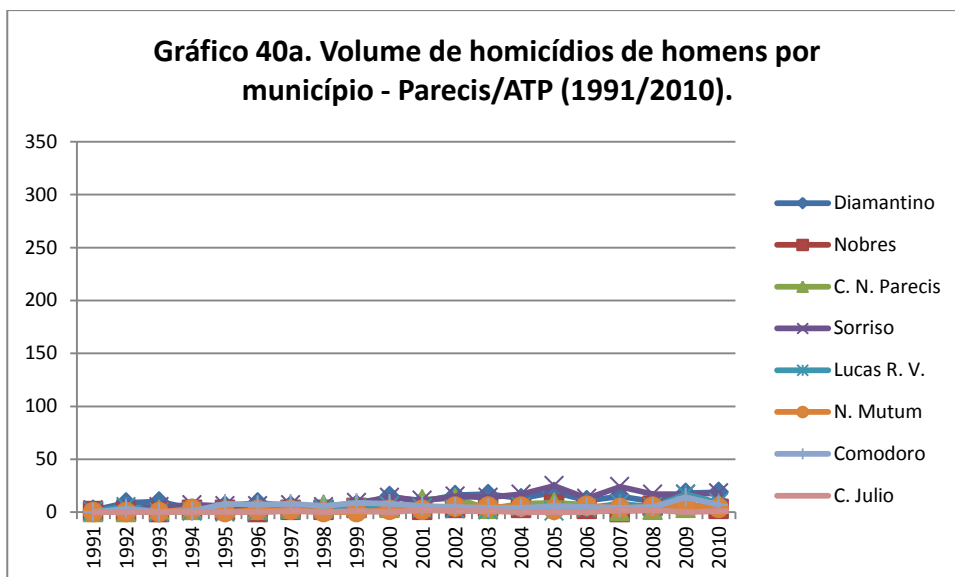
Para uma avaliação do homicídio masculino em nível local, uma primeira aproximação foi realizada através da observação a respeito do volume dos homicídios por ano (1991/2000) e por município, nas sub-regiões de interesse, segundo a divisão territorial brasileira do ano de 1991 (IBGE), conforme descrições contidas nos Quadros 1 e 2.

No que diz respeito à microrregião do Entorno de Brasília, o Gráfico 39 destaca o volume crescente de homicídios masculinos na unidade espacial relativa ao município de Luziânia. Quanto às microrregiões de Parecis/Alto Teles Pires, pelo modesto volume de homicídios registrados (Gráfico 40a), torna-se necessário uma mudança na escala de representação (Gráfico 40b) para melhor visualização das diferenças no volume dos homicídios por ano e por unidade espacial (1991/2010).

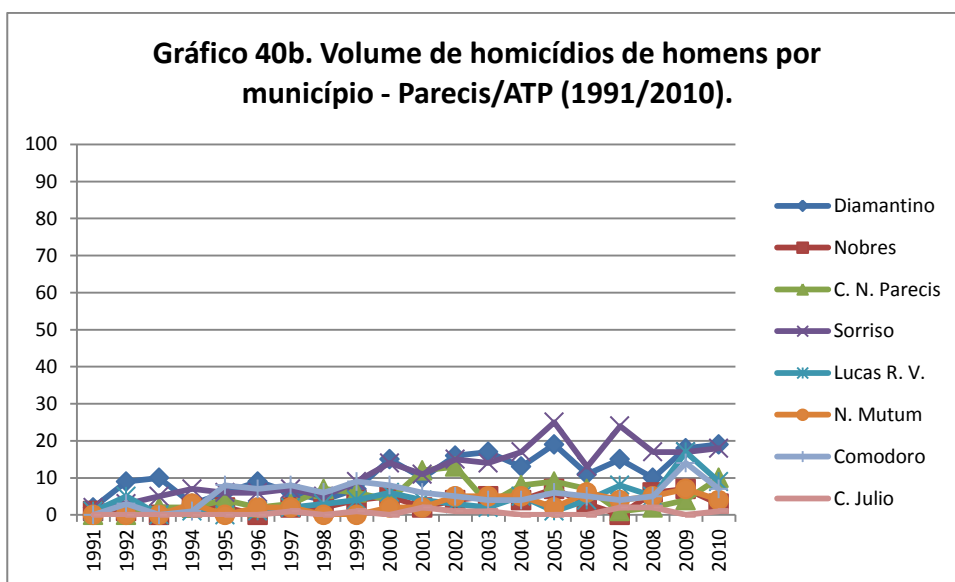
No que diz respeito à sub-região de Parecis/Alto Teles Pires, a unidade relativa à Lucas do Rio Verde não apresenta destaque quanto ao volume de homicídios (1991/2010), alcançando o maior volume registrado (17) de homicídios masculinos no ano de 2009, sem demonstrar evidência de crescimento. Conclui-se, portanto, que em Parecis/Alto Teles Pires e, especificamente, em Lucas do Rio Verde, o homicídio de homens e, sobretudo, o homicídio de homens jovens, não constitui fenômeno de destaque. As Tabelas contendo os volumes dos homicídios por ano (1991/2010) e por unidades espaciais para Brasília/Entorno de Brasília e Parecis/Alto Teles Pires estão disponíveis no Anexo V.



Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.

De fato, o volume de homicídios masculinos registrados em Lucas do Rio Verde tem sido reduzido, chegando a um total de 80 entre os anos de 1991 e 2010. Tomando como referência os anos censitários de 1991, 2000 e 2010, foram registrados volumes totais de 1, 6 e 9 homicídios, respectivamente. Esse reduzido volume impossibilita uma análise das

taxas por estrutura etária. A Tabela 20 contém a informação a respeito do volume de homicídios masculinos, por ano e por grupos quinquenais de idade, e revela a dificuldade em reconhecer uma tendência do homicídio masculino em Lucas do Rio Verde.

Alerta-se para o fato de que um volume restrito de homicídios pode representar elevadas taxas para populações pequenas, como é o caso de Lucas do Rio Verde, onde, por exemplo, um caso de homicídio relativo ao grupo etário com idades entre 35 e 39 anos (1991) representou uma taxa de 406,5 homicídios para cada 100 mil habitantes. Outro caso revela que 0,7 homicídio (média trienal - 1999, 2000 e 2001), relativo ao grupo etário com idades entre 50 e 54 anos (2000), correspondeu a uma taxa de 207,7 homicídios para cada 100 mil habitantes (Tabela 21). Assume-se a irregularidade do homicídio masculino em Lucas do Rio Verde, de modo que a análise centra-se agora nas características do homicídio masculino em Luziânia.

Tabela 20. Volume dos homicídios masculinos por ano - Luziânia (1991/2010).

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	
0-4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
5-9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
10-14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
15-19	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	2	2	2	8
20-24	-	2	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	1	1	-	-	-	2	5	1	1	15
25-29	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	1	1	-	1	1	1	1	1	1	-	-	11
30-34	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	1	-	-	-	1	1	1	4	2	2	13
35-39	1	2	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1	1	2	-	-	11
40-44	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	-	1	1	-	1	2	2	9
45-49	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	5
50-54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	5
55-59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	3	3
60-64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
65-69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
70-74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
75 mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Total	1	5	0	0	0	1	2	3	4	6	4	3	2	5	1	4	8	5	17	9	80	

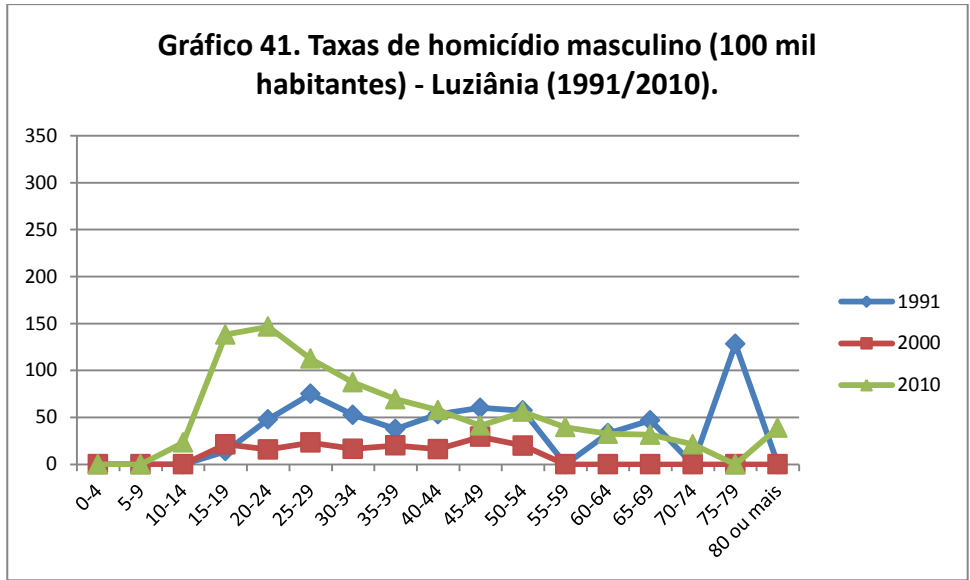
Fonte: DATASUS/MS.

Tabela 21. Volumes e taxas de homicídio masculino (100 mil habitantes) - Lucas do Rio Verde (1991/2010).

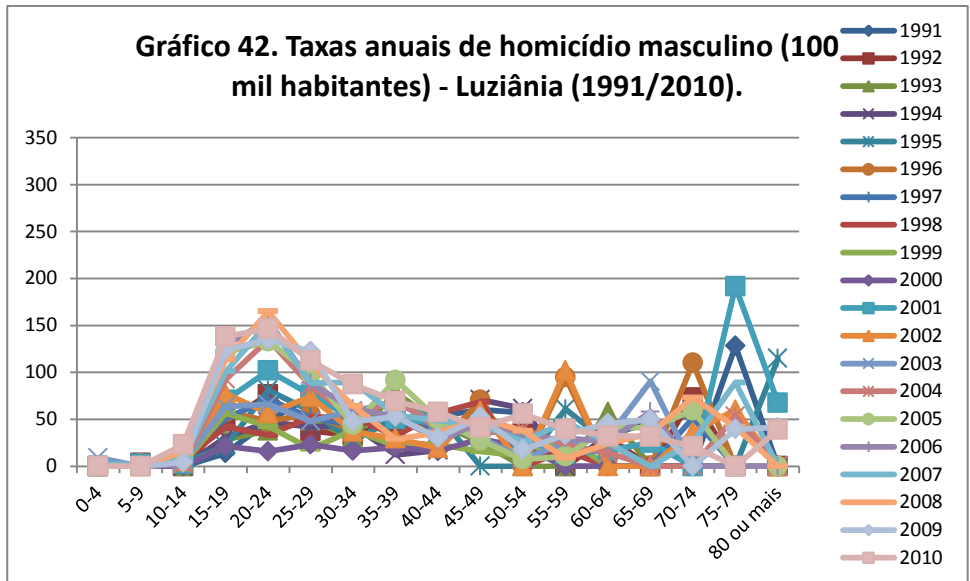
	Volume			Taxas		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
0-4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5-9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10-14	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15-19	0,0	0,3	1,3	0,0	31,4	64,5
20-24	0,7	0,7	2,7	191,6	64,6	84,7
25-29	0,3	0,7	0,7	83,8	64,5	20,4
30-34	0,0	0,7	2,3	0,0	67,5	94,8
35-39	1,0	0,3	1,0	406,5	39,4	51,2
40-44	0,0	0,7	1,0	0,0	98,2	62,2
45-49	0,0	0,7	0,0	0,0	137,7	0,0
50-54	0,0	0,7	1,0	0,0	207,7	112,5
55-59	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	56,0
60-64	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
65-69	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
70-74	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
75 mais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	2,0	4,7	10,3	56,1	45,9	43,0

Fonte: DATASUS/MS.

Deixando de lado os volumes dos óbitos, focaliza-se a análise nas taxas de homicídio masculino de Luziânia, para os anos censitários de 1991, 2000 e 2010. Através do Gráfico 41 pode-se observar como as taxas referentes aos anos de 1991 e de 2000 apresentam-se mais distribuídas ao longo da estrutura etária, e como as taxas relativas ao ano de 2010 apresentam uma elevação, sobretudo no que diz respeito à população jovem, com o pico da curva no grupo etário com idades entre 20 e 24 anos. O Gráfico 42 revela como as alterações na estrutura etária do homicídio masculino em Luziânia ocorreu de maneira gradual, especialmente a partir do ano 2000, elevando-se cada vez mais no que diz respeito à população juvenil. A Tabela com as taxas anuais (1991/2010) de homicídio masculino, por grupos quinquenais de idade, para Luziânia, está disponível no Anexo V.



Fonte: DATASUS/MS.



Fonte: DATASUS/MS.

Consideram-se, pois, as diferenças entre as manifestações locais do homicídio masculino, sendo que em Luziânia se manifesta uma violência homicida predominantemente juvenil e em Lucas do Rio Verde o homicídio masculino se manifesta de forma que não permite uma clara caracterização quanto à estrutura etária, a exemplo do observado em escala sub-

regional (Parecis/Alto Teles Pires). Chama-se a atenção, portanto, para as diferenças – sobretudo em relação à estrutura etária – da manifestação do homicídio masculino entre as sub-regiões de Brasília/Entorno de Brasília e Parecis/Alto Teles Pires, distinções que são notadas também em nível local, nos casos mais específicos de Luziânia e Lucas do Rio Verde.

Resumo do Capítulo III

A partir dos dados avaliados no Capítulo III, chama-se a atenção para as tendências essencialmente diferentes do homicídio masculino em Brasília, no Entorno de Brasília e em Parecis/Alto Teles Pires. No caso de Brasília, salienta-se uma tendência de mais elevadas taxas de homicídio masculino para a população jovem, especialmente com idades entre 20 e 24 anos, em consonância com as tendências observadas em nível nacional. Em Brasília, pode-se observar ainda uma tendência à estabilização nas taxas de homicídio juvenil masculino na última década avaliada (2000/2010), porém em valores mais elevados do que a média nacional.

No Entorno de Brasília, além da concentração dos homicídios nas idades juvenis, pode-se observar uma tendência à elevação das taxas de homicídio juvenil masculino, sobretudo no que se refere aos homens com idades entre 20 e 24 anos (2000/2010), mantendo-se em valores bem mais elevados do que a média nacional, constituindo-se, portanto, como um fenômeno relativamente recente.

No que diz respeito à Parecis/Alto Teles Pires, chama-se a atenção para a elevação recente no volume dos homicídios, especialmente entre a população masculina. No entanto, em termos de taxas de homicídio, essa elevação não tem sido caracterizada pela concentração nas idades juvenis.

Por isso, consideram-se essencialmente distintas as manifestações da violência homicida entre homens nas duas sub-regiões de interesse nesse trabalho: Brasília/Entorno de Brasília e Parecis/Alto Teles Pires. Essa diferença quanto às tendências do homicídio masculino podem ser observadas também em nível local. Em Luziânia – na sub-região do Entorno de Brasília – o homicídio juvenil masculino tem sido caracterizado pela concentração nas

idades juvenis, particularmente nas idades entre 20 e 24 anos. Em Lucas do Rio Verde – na sub-região de Parecis/Alto Teles Pires – a violência homicida entre homens não tem sido caracterizada por elevadas taxas relativas às idades juvenis, embora em termos absolutos tenha apresentado uma elevação recente. É nesse sentido que se procura distinguir entre dinâmicas essencialmente distintas da violência homicida entre homens nas duas sub-regiões de interesse: uma caracterizada por levadas taxas de homicídio para a população juvenil e outra não, entre 1991 e 2010.

Considerações finais

*“... chega de ser sub-julgado;
Sub-traído;
Sub-nutrido
Um sub-bandido de um sub-lugar;
Um sub-tenente de um sub-país;
Sub-infeliz;
Sub-feliz...”⁴⁸.*

Retomando as informações apresentadas nos Capítulos II e III dessa tese, argumenta-se que o crescimento mais acentuado das taxas de homicídio juvenil masculino em Brasília/Entorno de Brasília (2000/2010) não ocorreu em consonância com os períodos caracterizados por mais elevadas taxas de crescimento da população, e nem tampouco em épocas caracterizadas pelo crescimento proporcional da população juvenil masculina. Ao contrário disso, a elevação recente das taxas de homicídio juvenil masculino, particularmente no que diz respeito ao Entorno de Brasília, ocorreu em um período marcado pela redução nos ritmos de crescimento da população total e pela redução percentual da população jovem masculina.

Em Parecis/Alto Teles Pires, por outro lado, foram elevadas as taxas recentes de crescimento da população total (1991/2000 e 2000/2010) e a população juvenil masculina apresentou crescimento absoluto e proporcional, particularmente no período entre 2000 e 2010, quando as taxas de homicídio masculino não se caracterizaram pela concentração das vítimas nas idades juvenis. Nesse sentido, revela-se que a composição etária da população, característica do momento atual, não apresenta relações causais diretas com distribuição etária das taxas de homicídio masculino nas unidades espaciais avaliadas.

No que diz respeito às condições de ocupação formal da população juvenil masculina residente, mais especificamente no que diz respeito às condições de trabalho formal remunerado, nota-se uma melhoria relativa nos indicadores para Brasília/Entorno de Brasília justamente no período (2000/2010) caracterizado pela elevação das taxas de homicídio entre homens jovens, sobretudo no Entorno de Brasília.

⁴⁸ Trecho selecionado do samba ‘Polícia e bandido’, de Acyr Marques, Arlindo Cruz e Franco.

Em Parecis/Alto Teles Pires os indicadores de ocupação formal remunerada para a população masculina apresentaram-se relativamente melhores do que àqueles observados em Brasília/Entorno de Brasília, porém, com uma evidente desvantagem para a população juvenil (2000/2010), justamente em um período no qual o homicídio masculino não apresenta características marcadas pela predominância da vitimização juvenil. Tais fatos revelam que as taxas de homicídio juvenil masculino não apresentam relações causais diretas com o momento atual da dinâmica demográfica e nem mesmo no que diz respeito a um suposto agravamento nas condições de acesso ao emprego formal e remunerado para a população de homens jovens.

Diante de tais evidências, argumenta-se que a explicação para a elevação recente das taxas de homicídio juvenil masculino em Brasília/Entorno de Brasília - sobretudo no Entorno de Brasília - não pode estar pautada simplesmente em argumentos que salientam o aumento proporcional da população juvenil masculina e suas possíveis conseqüências em termos do agravamento nas condições de competitividade entre homens jovens em relação às melhores oportunidades de ocupação formal e remunerada.

Perante o panorama descrito, assume-se a possibilidade de que a expansão da violência letal, àquela que vitimiza sobretudo homens jovens, esteja relacionada a um momento da dinâmica social na qual são propiciadas condições para a disseminação de formas criminais de integração econômica, algumas delas baseadas sobre sistemas de reprodução da violência.

A possibilidade de obterem-se elevados ganhos pecuniários e também de *status* social através do crime estaria tornando a integração perversa uma alternativa cada vez mais efetivada, dados os limites postos pelas oportunidades de inclusão laboral formal e remunerada, mesmo em contextos de relativas melhorias quanto aos indicadores de ocupação, conforme discussão contida no Capítulo I.

Na sub-região de Brasília/Entorno de Brasília, a diversidade de grupos, de atividades e de capitais que têm na metrópole os *locus* privilegiados de dinamização, estaria possibilitando a expansão de formas perversas de integração, representando alternativas reais de inserção social para indivíduos de diversos segmentos da população, inclusive da população juvenil

masculina mais destituída, justamente àquela mais exposta à violência homicida predominantemente motivada por formas criminais de inserção econômica.

Embora não haja a disponibilidade de séries estatísticas capazes de comprovar as relações entre a expansão de oportunidades de integração perversa e a elevação do homicídio juvenil masculino, a bibliografia corrente, as evidências cotidianas e a construção teórica desenvolvida reafirmam esse argumento, de modo se que sugere que as manifestações recentes do homicídio caracterizadas por elevadas taxas para a população de homens jovens tenderiam a ser decorrentes - predominantemente - da articulação entre dinâmicas sociais e econômicas vigentes em escalas diversas, dentre as quais se destacam:

- em nível transnacional: a disseminação de uma ética pragmática que justifica todo o apelo à violência, em nome da acumulação e da expansão das possibilidades de consumo; e a predominância contemporânea de formas de reprodução da vida social e econômica que têm o dinheiro como meta e a contravenção como condição de realização;

- nos níveis regional e local: a existência de condições propícias à expansão de redes transnacionais do crime, que utilizam sub-espços urbanos relativamente desassistidos pelo poder público e a população jovem masculina como recursos para a disseminação de suas atividades, sobretudo no que diz respeito ao tráfico varejista de drogas nas periferias das grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras.

Feitas essas considerações, mais do que a dinâmica demográfica ou o processo de exclusão sócio-espacial quanto às melhores oportunidades de inserção laboral, seria o processo de integração perversa que estaria na base da expansão da disseminação criminalidade violenta, cuja manifestação se daria predominantemente nas periferias das grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras. Nesse sentido, em Brasília/Entorno de Brasília haveria as condições propícias à integração juvenil nas redes do crime, fato que estaria relacionado às extensas divisões sócio-espaciais do trabalho no ilícito, em acordo com a lógica mais ampla de reprodução do capital, que inclui a especialização econômica de sub-espços, regiões e territórios.

Bibliografia

- ADORNO, Sérgio (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 84-135.
- AIDAR, Tirza (2002). A face perversa da cidade: configuração sócio-espacial das mortes violentas na cidade de Campinas nos anos 90. Tese de doutoramento em Demografia. IFCH/Unicamp.
- ALVAREZ, Manuel G. C. (1989). Narcotráfico: um novo item nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Revista Ciências Sociais Hoje, 1989, ANPOCS.
- AMARAL, Álvaro L. (2005). **A questão regional urbana sob a ótica das desigualdades territoriais**. Cáceres-MT: Editora Unemat, Cuiabá-MT.
- ANTUNES, Ricardo (2000). Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In CLACSO (2000). **La Ciudadania Negada**. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires.
- ANTUNES, Ricardo (2007). Dimensões da precarização estrutural do trabalho. Disponível em: <[HTTP://pt.scribd.com/doc/99039797](http://pt.scribd.com/doc/99039797)> . Acessado em 28/08/2012.
- ARENDT, Hannah (1985). **Da violência**. Editora Universidade de Brasília. Brasília.
- ARRAIS, Tadeu Alencar (2010). Impactos territoriais dos programas estaduais de intervenção regional no Centro Oeste: NE e NO goiano e Entorno do Distrito Federal (1998-2006). Revista Mercator - volume 9, número 18, 2010: jan./abr. pp. 39 a 52.
- ARRIAGA, Eduardo (1994). Measuring the level and change of mortality by causes of death: the use of years of life lost, trabalho apresentado en la Conferencia de Población da la Population of America, Miami.
- ARRIAGA, Eduardo (1996). Comentarios Sobre Algunos Índices para Medir el Nivel y Cambio de la Mortalidad. In **Estudios Demográficos y Urbanos**, Vol. 11, No. 1, Enero-Abril, El Colegio de México, 1996.
- BALTAZAR JUNIOR, José P. (2008). Crime Organizado. Porto Alegre: TRF – 4ª Região, 2008 (Currículo Permanente. Caderno de Direito Penal: módulo 4). Disponível em: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/upload/editor/rom_BALTAZAR_JUNIOR.pdf>. Acessado em 23/05/2012.
- BARNETT, John (1991). The American Executive and Colombian Violence: Social Relatedness and Business Ethics. Journal of Business Ethics, Vol. 10, No. 11 (Nov., 1991), pp. 853-861.

- BENKO, Georges (2001). A recomposição dos espaços. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 1, N. 2, p. 7-12, Mar. 2001.
- BENKO, Georges (2002). Mundialização da economia, metropolização do mundo. *Revista do Departamento de Geografia*, 15 (2002) 45–54. Florianópolis.
- BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard (2001). Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, jul./dez. 2001.
- BERCOVICH, Alícia (2003). Onda jovem, mercado de trabalho e violência: um enfoque demográfico. Alicia Marta Bercovich Grunmann. Tese de doutorado. *Demografia*, IFCH / Unicamp, 2003.
- BERCOVICH, Alícia; M., DELLASOPPA, E.E.; ARRIAGA, E. (1998). “J’adjunte, mais je ne corrige pás”. Violência e demografia no Brasil. Algumas reflexões a partir dos indicadores de violência. In **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília CNPD, 1998. (Vol. 1).
- BERCOVICH, Alicia; MADEIRA, F. (1990). Descontinuidades Demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu-MG.
- BERCOVICH, Alicia; MASSÉ, Gladys (2004). Descontinuidades demográficas, onda jovem e mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Argentina. Trabalho apresentado no I Congresso da ALAP. Caxambu - Brasil.
- BICUDO, Hélio (1997). A violência e a estrutura judiciária brasileira. *Revista Estudos Avançados* 11 (30), 1997 (PP. 67-68).
- BRAUDEL, Fernand (1985). **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Tomo II. Os jogos das trocas. Edições Cosmos Lisboa-Rio de Janeiro.
- BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. de; TURRA, C. M.; QUEIROZ, B. L. (2008). A transição demográfica no contexto dos desequilíbrios regionais e sociais no Brasil. In CGEE (2008) **Populações e políticas sociais no Brasil**: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- CAIADO, Maria C. S. (2005). Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*., São Paulo, v. 22, n. 1, p. 55-88, jan./jun. 2005.

- CAIADO, Maria. C. S. (2001). Migração intrametropolitana e o processo de estruturação do espaço urbano na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno. In Hogan, D. J.; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. da; CARMO, R. L. do (org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Nepo/Unicamp. 2001.
- CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. (2009). Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In CASTRO J. A. e AQUINO, L. M. C. de (Orgs.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. IPEA. Brasília.
- CANIATO, A. M. P. (2008). Violências e subjetividades: o indivíduo contemporâneo. *Revista Psicologia & Sociedade*; 20 (1): 16-32, 2008 (p. 16 – 32).
- CAPARROZ, Marcio B. (2010). Ambiente, urbanização e agroindústria: a especificidade de Lucas do Rio Verde – MT. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.
- CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. (2003). Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. *Revista Estudos Avançados* 17 (47), 2003 (PP. 43-73).
- CASTELLS, Manuel (2003). **O fim do milênio**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. III, Fundação Gabuste Gulbenkain, Lisboa, 2003.
- CASTELLS, Manuel; INCE, Martin (2003). **Conversas com Manuel Castells**. Campo das Letras, Lisboa.
- CERQUEIRA, Daniel (2011). Mortes Violentas Não Esclarecidas e Impunidade no Rio de Janeiro. (1ª versão – outubro de 2011). Disponível em :<www2.forumseguranca.org.br>. *Acessado em 12/04/2012*.
- CHESNAIS, Jean C. (1981). **Histoire de La violence**: en occident de 1800 à nos jours, Éditions Robert Laffont, Paris, 1981.
- CIIP (2002). O estado da paz e a evolução da violência: a situação da América latina. Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz. Editora da Unicamp. Campinas-SP.
- COCO, Giuseppe (2002), Entre a universalização da guerra e universalização dos direitos. In PACHECO, Anelise; VAZ, Paulo (2002) **Vozes do milênio**: para pensar a globalização, Griphus Ed., Rio de Janeiro.
- COSTA, Márcia R. da (1999). A Violência Urbana é Particularidade da Sociedade Brasileira? *Revista São Paulo em Perspectiva*, 13(4) 1999, pp. 3-12.

- COUTO, Aiala C. de O. (2011). A cidade dividida: da inclusão precária à territorialização perversa. Anais do XII Simpurb, Belo Horizonte, 2011.
- COUTO, Aiala C. de O. (2012). Do Global ao Local: A geografia do narcotráfico na periferia de Belém. Cadernos de Segurança Pública. Ano 4, Número 03, Maio de 2012 pp.2-13.
- CUNHA, José M. P. da (2002). **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970/96: o esgotamento de um processo de ocupação.** Nepo/Unicamp, Campinas.
- DELLASOPA, E.; BERCOVICH, A. M.; ARRIAGA, E. (1999). Violência direitos civis e demografia no Brasil na década de 80: o caso da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 14, N No 39, (PP. 155-176).
- DOMENACH, Jean M. (1981). La violência. In Unesco (1981) **La violencia y sus causas**, Editorial de la Unesco. Nova York.
- DOWDNEY, Luke (2005). **Nem guerra nem paz: comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada.** Viva Rio/ISER/IANSÁ.
- DREYFUS, Pablo; LESSING, Benjamin; PURCENA, J. C. (2005). A Indústria Brasileira de armas leves e de pequeno porte: Produção Legal e Comércio. In FERNANDES, Rubem César (Coord.) (2005). **Brasil: as armas de fogo.** Editora 7 Letras, 2005.
- DREYFUS, Pablo; NASCIMENTO, Marcelo de S. (2005). Posse de Armas de Fogo no Brasil: Mapeamento das armas e seus proprietários. ISER. In FERNANDES, Rubem César (Coord.) (2005). **Brasil: as armas de fogo.** Editora 7 Letras, 2005.
- DUFFIELD, Mark (2001). **Global governance and the new wars.** Zed Books. London.
- EASTERLIN, Richard (1980). **Birth and fortune: the impact of numbers on personal welfare.** 2a. Edição. The Universtiy of Chicago Press. Chicago.
- FERNANDES, Duval M. (2001). Notas sobre os programas para a região geoeconômica de Brasília. In Hogan, D. J.; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. da; CARMO, R. L. do (org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas.** Nepo/Unicamp. 2001.
- FERREIRA, Ignez C. B.; VASCONCELOS; Ana M. N., PENNA; Nelba A. (2008). Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- FREDERICO, Samuel (2004). Sistemas de movimentos no território brasileiro: os novos circuitos espaciais produtivos da soja. Dissertação de mestrado. IG/Unicamp (2004).

- GALTUNG, Johan (1990) Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, vol 27. No. 3, 1990. Pp. 219-301. Oslo, Sage Publications.
- GALTUNG, Johan (1996). *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*. International Peace research Institute, Oslo, Sage Publications.
- GIRARDI, Eduardo P. (2008). Atlas da questão agrária brasileira. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acessado em 04/03/2012.
- GOLDANI, Ana M. (2001). Demografia da exclusão: construção de uma agenda da perspectiva do Sul. In OLIVEIRA, M. C. (org.) **Demografia da exclusão social: temas e abordagens**. Campinas SP. Editora da Unicamp/Nepo.
- GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. de C (2002). Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In HOGAN, Daniel J.; CUNHA, José M. P. da; CARMO, Roberto L. do (Orgs.). *Migração e Ambiente no Centro-Oeste*. Campinas, Nepo, forthcoming.
- GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. de C. (2001). A região metropolitana de Brasília no contexto regional. In Hogan, D. J.; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. da; CARMO, R. L. do (org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Nepo/Unicamp. 2001.
- HAESBART, Rogério (1999). “Região, diversidade territorial e globalização”. *Revista GEOgraphia – Ano. 1 – No 1 – 1999* (PP. 15-39).
- HARVEY, David (2004). O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. Disponível em: <biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf>. Acessado em 12/08/2010.
- HIRATA, Helena (2001). Salariado, precariedade, exclusão? Trabalho e relações sociais de sexo-gênero. Uma perspectiva internacional. In OLIVEIRA, M. C. (Org.) **Demografia da exclusão social: temas e abordagens**. Campinas SP. Editora da Unicamp/Nepo.
- HOGAN, Daniel J.; CUNHA, José M. P. da; CARMO, Roberto L. do (2002). “Uso do solo e mudança de sua cobertura no Centro-Oeste do Brasil: conseqüências demográficas, sociais e ambientais”. In HOGAN, Daniel J.; CUNHA, José M. P. da; CARMO, Roberto L. do (Orgs.). **Migração e Ambiente no Centro-Oeste**. Campinas, Nepo, forthcoming.
- IPEA (2001). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana** / IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: Ipea, 2001

- KALDOR, Mary (1999). **New and old wars**: organized violence in a global era. Polity Press, Cambridge, UK.
- KALYVAS, Stathis N. (2001). **New and old civil wars**: a valid distinction? *World politics* (54)?, 99-118.
- KALYVAS, Stathis N. (2006). **The logic of violence in civil war**. Cambridge University Press.
- KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R., (Eds.) (2003). **Informe mundial sobre la violencia y la salud**. Washington, Organización Panamericana de la Salud, 2003. 374p. ilus. (Publicación Científica y Técnica No. 588).
- KRUIJT, Dirk (2004). Exclusión social y violencia urbana en América Latina. *Revista Foro Internacional*, Vol. 44, No. 4 (178) (Oct. - Dec., 2004), pp. 746-764.
- LILLEY, Peter (2001). **Dirty Dealing**. The untold truth about global money laundering. New York: Renovar, 2001.p.26
- LIRA, Sérgio R. B. de; SILVA, Márcio L. M. da; PINTO, Rosenira S. (2009). Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI. *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte 19 (1). Pp. 153-184, janeiro-abril de 2009.
- LOPES, C.; SACHS, I.; DOWBOR, L. (2010). “Crises e oportunidades em tempos de mudança”. In DOWBOR, Ladslaw; SACHS, Ignacy e LOPES, Carlos (Orgs.). **Riscos e oportunidades**: em tempos de mudança. In São Paulo, Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- LOZADA, E. M. K. de; MATHIAS, T. A. de F.; ANDRADE, S. M.; AIDAR, T. (2009). Informações sobre mortalidade por causas externas e eventos de intenção indeterminada, Paraná, Brasil, 1979 a 2005. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25(1):223-228, jan, 2009.
- MACEDO, A. C.; PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V. da; COSTA, C. N. (2001). Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Revista de Saúde Pública* 2001; 35(6):515-522.
- MELLO, Marcelo de (2009). Brasília e seu entorno, o entorno e sua Brasília. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/7110>>. Acessado em 25/06/20102.
- MICHAUD, Yves (1986). **La violence**. Presses Universitaires de France. Paris (1986).
- MINAYO, Maria C. de S.. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1994, vol.10, suppl.1, pp. S7-S18.

- MINAYO, Maria C. S. (2005). Violência um problema para a saúde dos brasileiros. In Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 340 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- MINAYO, Maria C. S. (2009). Seis características das mortes violentas no Brasil. Revista Brasileira de Estudos da População., Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 135-140, jan./jun. 2009.
- MINAYO, Maria C. S.; SOUZA, E. R. (1993). Violence for All. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 9 (1): 65-78, jan/mar, 1993.
- MOURA, Tatiana (2010). **Novíssimas guerras**: espaços, identidades e espirais da violência armada. CES-Cosmópolis, 2010.
- NUNES, Brasilmar F. (2007). Consumo e identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 647-678, set./dez. 2007.
- OLIVEIRA JUNIOR, Luis A. C de (2012). Concentração de riqueza no espaço e desigualdade social – O caso de Brasília. Revista Ateliê Geográfico. Goiânia-GO v. 6, n. 2 ago/2012 p.148-175.
- OLIVEIRA, Maria C.; PINTO, L. G. (2001). Exclusão social e demografia: elementos para uma agenda. In OLIVEIRA, M.C (Org.). **Demografia da exclusão social**: temas e abordagens. Campinas SP. Editora da Unicamp/Nepo.
- ONU-Habitat (2005). **State of the World's Cities 2008/2009**. HARMONIOUS CITIES. London, Sterling, VA.
- PAES, Neir A. (2005). Avaliação da cobertura dos registros de óbitos dos Estados brasileiros em 2000. Revista de saúde pública 2005, 39 (6): 882-90.
- PAES, Neir A.; ALBUQUERQUE, Marconi E. E. (1999). Avaliação da qualidade dos dados populacionais e cobertura dos registros de óbitos para as regiões brasileiras. Revista de Saúde Pública, Volume 33, Número 1, Fevereiro, 1999.
- PAIVA, A. B.; RIBEIRO, J. A.; SILVA, J. R. da; SERVO; L. M. S.; NOGUEIRA, R. P.; PIOLA, S. F. (2009). Jovens: morbimortalidade, fatores de risco e políticas de saúde. In CASTRO J.A. e AQUINO, L. M. C. de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. IPEA. Brasília.

- PAVANI, Aldo (2011). Patrimônio urbano de Brasília: urbanização com desigualdade. 9º seminário Docomomo: Brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente de Brasília. Disponível em: <www.docomomobsb.org>. Acessado em 23/04/2012.
- PELUSO, Maria L.; TORMIN, Cassiana V. (2005). Violência, contradições espaciais e representações sociais em Luziânia, no Entorno de Brasília/DF. In PADOVANI, Aldo, FERREIRA, Ignez C. B., BARRETO, Frederico F. P. (Orgs.) **Brasília: dimensões da violência urbana / Brasília**. Editora UNB, 2005.
- PERCY, Sarah V. (2003). This Gun's for Hire: A New Look at an Old Issue. *International Journal*, Vol. 58, No. 4 ,pp. 721-736.
- PEREIRA, Paulo R. (2008). Crime Organizado Transnacional Definições a partir da política e da teoria. ABCP (14/07/2008) AT-6. *Relações Internacionais*. 6ª Sessão: Segurança internacional: novas dinâmicas e velhos conflitos.
- PHEBO, Luciana (2005). Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. In FERNANDES, Rubem César (Coord.). **Brasil: as armas de fogo**. Editora 7 Letras.
- PNUD (2005). Relatório do Desenvolvimento Humano 2005, New York, USA.
- PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. (1989). *The informal economy: studies on advanced and less developed countries*. The Jhon Hopikins University Press. London.
- RAFESTIN, Claude (1993). *Por uma Geografia do poder*. Editora Ática. São Paulo.
- RIBEIRO, Ana C. T. (2000) Ação e seleção social: impulsos globais em contextos metropolitanos. In CASTRO, Iná Elias de. **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**, , Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- RIOS-NETO, E.L.G.; MARTINE, G.; ALVES, J.E.D. (2009). **Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas**. Belo Horizonte: ABEP: UNFPA: CNPD.
- ROLNIK, Raquel (1999). Exclusão territorial e violência. In: **A violência disseminada**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, v.13, n.4. 1999. P. 121-129.
- SACHS, Ignacy (1998). A vitalidade do pensamento de Marx. *Revista Estudos Avançados*, número 12 (34), 1998, pp. 65-66.
- SANTOS, Boaventura de S. (1996). **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 5ª Edição. Edições Afrontamento.

- SANTOS, José V. T. dos (1999). Por uma sociologia da conflitualidade. In SANTOS, J. T. V. dos (Org.) **Violências no tempo da globalização**. São Paulo, Hucitec, 1999.
- SANTOS, José V. T. dos (2002). Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 16-32.
- SANTOS, Milton (1979). **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- SANTOS, Milton (1988). **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec. São Paulo.
- SANTOS, Milton (1993). **A urbanização brasileira**. São Paulo. Hucitec.
- SANTOS, Milton (1994). **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo, Hucitec, São Paulo.
- SANTOS, Milton (1996). **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 1ª edição, São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, Milton (2000). **Por uma outra globalização**: do pensamento único á consciência universal. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Record.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (2001). **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Editora Record. Rio de Janeiro-São Paulo.
- SARAMAGO, José (1980). **Levantados do chão**. Editora Caminho, 18ª Edição. Lisboa.
- SASSEN, Saskia (1991). **The Global City**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SAUL, R. P. (1999). Comentário sobre a violência, cultura, economia e política na sociedade contemporânea. In SANTOS, J. T. V. dos (Org.) **Violências no tempo da globalização**. São Paulo, Hucitec, 1999.
- SENTO-SÉ, João Trajano (2007). A desterritorialização da violência. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup.): 1154-1161, 2007.
- SENTO-SÉ, João Trajano (2011). Prevenção ao crime e teoria social. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 83: (PP. 9-40), 2011
- SMALL ARMS SURVEY (2006). **Guns and the city**. Graduate Institute of International Studies, Geneva. Cambridge University Press.

- SOARES, I. E. (2006). Segurança pública: presente e futuro. *Revista Estudos Avançados*, 20 (56), 2006 (PP. 91-106).
- SOARES, Marco A. T. (2008). **Trabalho informal**: da funcionalidade à subsunção ao capital. Edições UESB, 2008.
- SOREL, Georges (1936). **Réflexions sur la violence**. Librairie des Sciences politiques et sociales, Paris.
- SOUZA, D. P. O. de; ARECO, K.N.; SILVEIRA FILHO, D. X. da (2005b). Álcool e alcoolismo entre adolescentes da rede estadual de ensino de Cuiabá, Mato Grosso. *Revista de Saúde Pública*, 39(4): 585-592.
- SOUZA, D. P. O. de; MARTINS, D. T. de O. (1998). O perfil epidemiológico do uso de drogas entre estudantes de 1o e 2o graus da rede estadual de ensino de Cuiabá, Brasil, 1995. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(2): 391-400.
- SOUZA, E. R.; LIMA, M. L. C. de; VEIGA, J. P. C. da (2005a). Violência interpessoal homicídios e agressões. In Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília, 340 p.
- STERLING, Claire (1994). **Thielve's world**: the threat of the new global network of organized crime.
- STERLING, Claire (1997). **A Máfia Globalizada**. Revan, Rio de Janeiro.
- SZWARCWALD, C. L. ; BASTOS, F. I. ; ESTEVES, M. A. P. ; ANDRADE, C. L. T. de; PAES, M. S. ; MEDICI, E. V. ; DERRICO ; M. (1999). Desigualdade de renda e situação de saúde: o caso do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 15-28, 1999.
- TILLY, Charles (1985). War Making and State Making as Organized Crime. In EVANS, Peter (1985) **Bringing the State Back**. Cambridge: Cambridge University Press.
- UNODC (2011). Gestão e Governança da Segurança Pública no Distrito Federal e Entorno. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC Brasil e Cone Sul. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/southerncone/noticias/2011/09-setembro/Diagnostico_Gestao_e_Governanca.pdf>. Acessado em 25/06/2012.
- VEEN, Hans T. V. der (1999). **The International Drug Complex**: When the visible hand of crime fractures the strong arm of the law. European University Institute, 1998. Disponível em: <www.unesco.org/most>. Acessado em 02/05/2012>. Acessado em 03/03/20102.

- VEGA, Carlos A.; KRUIJT, D. (2007). Viejos y nuevos actores violentos en América Latina: temas y problemas. *Foro Internacional*, Vol. 47, No. 3 (189) (Jul. - Sep., 2007), pp. 485-516.
- VELHO, Gilberto (2000). O desafio da violência. *Revista Estudos Avançados*, 14 (39), 2000 (56-60).
- VIEIRA, Joice Melo (2009). Transição para a vida adulta em São Paulo: cenários e tendências sócio-demográficas. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2009.
- WASELFISZ, J. J. (2008). Mapa da Violência: Os Jovens da América Latina. Instituto Sangari. São Paulo.
- WASELFISZ, J. J. (2010). Mapa da Violência 2010: anatomia dos Homicídios no Brasil. Instituto Sangari. São Paulo.
- WASELFISZ, J. J. (2011). Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil. Brasília, Ministério da Justiça. Instituto Sangari. São Paulo.
- WERNER, Guilherme C. (2009). O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. Tese de doutoramento em Ciência Política (FFLECH/USP).
- WIEVIORKA, Michel (1997). O novo paradigma da violência. *Tempo Social; Revista Sociol. USP*, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.
- WORLD DRUG REPORT (2011). Disponível em: <<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/WDR-2011.html>>. Acessado em 12/12/2012.
- YUNES, João (2001). Epidemiologia da violência. João Yunes. In OLIVEIRA, M. C. (Org.) *Demografia da exclusão social: temas e abordagens*. Campinas SP. Editora da Unicamp/Nepo.
- ZALUAR, Alba (1996). A globalização do crime e os limites da explicação local. In VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. **Cidadania e violência**. Editora FGV/UFRJ.
- ZALUAR, Alba (1998). Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARTZ, L. (org.). **História da vida privada**. São Paulo, Cia. das Letras, v. IV, 1998.
- ZALUAR, Alba (1999). A globalização do crime e os limites da explicação local. In SANTOS, J. T. V. dos (Org.) **Violências no tempo da globalização**. São Paulo, Hucitec, 1999.

- ZALUAR, Alba (1999a). Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *Revista São Paulo em perspectiva*, 13(3) 1999, p. 3-17.
- ZALUAR, Alba (2007). Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Revista Estudos Avançados* 21 (61), 2007 (PP. 31-49).

ANEXO I

Tabela 2. População masculina estimada por ano e por grupos de idade - Luziânia (1991/2010).

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
0-4	28.150	29.656	31.242	32.913	34.674	36.529	38.483	40.542	42.710	44.995	44.645	44.298	43.954	43.612	43.273	42.937	42.603	42.272	41.943	41.617
5-9	28.299	29.461	30.671	31.931	33.243	34.608	36.030	37.509	39.050	40.654	41.008	41.365	41.725	42.089	42.455	42.825	43.198	43.574	43.953	44.336
10-14	25.599	26.601	27.643	28.725	29.849	31.018	32.232	33.494	34.805	36.168	37.173	38.205	39.266	40.357	41.478	42.630	43.814	45.031	46.282	47.567
15-19	21.602	22.980	24.446	26.006	27.665	29.430	31.308	33.306	35.430	37.691	38.227	38.771	39.322	39.881	40.449	41.024	41.607	42.199	42.799	43.408
20-24	20.855	22.273	23.788	25.406	27.134	28.979	30.950	33.055	35.303	37.704	38.264	38.833	39.409	39.995	40.589	41.192	41.804	42.425	43.055	43.695
25-29	19.996	21.244	22.569	23.978	25.474	27.063	28.752	30.546	32.452	34.477	35.436	36.422	37.436	38.477	39.548	40.648	41.779	42.941	44.136	45.364
30-34	17.086	18.215	19.418	20.701	22.069	23.527	25.081	26.738	28.505	30.388	31.500	32.653	33.849	35.088	36.372	37.704	39.084	40.515	41.998	43.535
35-39	13.301	14.252	15.272	16.364	17.535	18.789	20.133	21.573	23.116	24.770	25.817	26.908	28.045	29.230	30.466	31.753	33.095	34.494	35.952	37.471
40-44	9.368	10.107	10.905	11.766	12.695	13.696	14.777	15.944	17.202	18.560	19.546	20.584	21.678	22.829	24.042	25.319	26.664	28.080	29.572	31.143
45-49	6.657	7.209	7.807	8.455	9.157	9.916	10.739	11.630	12.595	13.640	14.447	15.301	16.207	17.165	18.181	19.256	20.395	21.602	22.880	24.233
50-54	5.235	5.625	6.044	6.494	6.977	7.497	8.055	8.655	9.299	9.992	10.592	11.227	11.901	12.615	13.373	14.175	15.026	15.928	16.884	17.897
55-59	3.716	3.985	4.273	4.582	4.914	5.269	5.650	6.059	6.497	6.967	7.397	7.853	8.337	8.851	9.396	9.976	10.591	11.244	11.937	12.673
60-64	3.022	3.238	3.469	3.717	3.983	4.268	4.573	4.900	5.250	5.625	5.910	6.209	6.523	6.853	7.199	7.563	7.946	8.348	8.770	9.214
65-69	2.136	2.276	2.426	2.585	2.754	2.935	3.128	3.333	3.552	3.785	3.986	4.199	4.422	4.657	4.905	5.166	5.441	5.731	6.036	6.357
70-74	1.273	1.367	1.467	1.575	1.691	1.816	1.950	2.093	2.247	2.413	2.578	2.755	2.944	3.146	3.362	3.592	3.838	4.101	4.383	4.683
75-79	780	837	899	965	1.035	1.111	1.193	1.280	1.374	1.475	1.566	1.663	1.765	1.874	1.990	2.113	2.243	2.382	2.529	2.685
80 mais	599	658	722	793	871	957	1.050	1.153	1.267	1.391	1.479	1.572	1.672	1.778	1.890	2.009	2.137	2.272	2.415	2.568

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).

Tabela 3. População total estimada - Brasil (2000/2009).

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	169.799.170	171.786.797	171.811.355	171.836.473	171.862.164	171.888.441	171.915.318	171.942.808	171.970.925	171.999.684
Brasília/Ent. Brasília	2.866.339	2.934.222	3.003.718	3.074.865	3.147.703	3.222.273	3.298.615	3.376.772	3.456.788	3.538.705
Brasília	2.051.146	2.097.939	2.145.800	2.194.753	2.244.823	2.296.034	2.348.414	2.401.989	2.456.787	2.512.834
Entorno de Brasília	815.193	836.282	857.917	880.112	902.881	926.239	950.201	974.783	1.000.001	1.025.871
Parecis/A.T.P.	163.962	172.886	182.326	192.313	202.879	214.060	225.892	238.417	251.674	265.710
Parecis	62.025	64.330	66.722	69.202	71.774	74.442	77.209	80.078	83.055	86.142
Alto Teles Pires	101.937	108.556	115.605	123.111	131.105	139.618	148.684	158.338	168.619	179.568
Luziânia	350.695	360.218	370.000	380.047	390.367	400.967	411.855	423.039	434.527	446.326
Lucas do Rio Verde	19.316	21.047	22.932	24.987	27.225	29.664	32.322	35.217	38.372	41.810

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (2000 e 2010).

ANEXO II

Tabela 1. PIB a preços correntes (por mil reais) e PIB per capita - Brasil, nível regional e nível local (2000/2009).

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2000/2009
PIB (por mil reais)											(%)*
Brasil	1.179.482.000	1.302.135.029	1.477.821.769	1.699.947.694	1.941.498.358	2.147.239.292	2.369.483.546	2.661.344.525	3.032.203.490	3.239.404.053	11,9
Brasília/Ent. Brasília	48.583.615	53.905.310	59.208.678	66.856.963	75.008.074	85.206.031	94.585.061	105.539.518	124.034.990	138.882.992	12,4
Brasília	46.474.890	51.523.360	56.137.984	63.104.900	70.724.113	80.526.612	89.628.553	99.945.620	117.571.878	131.487.268	12,2
Entorno de Brasília	2.108.725	2.381.950	3.070.694	3.752.063	4.283.961	4.679.419	4.956.508	5.593.898	6.463.112	7.395.724	15,0
Luziânia	990.710	1.108.375	1.336.893	1.610.746	1.903.440	2.122.517	2.288.437	2.574.258	2.894.019	3.297.020	14,3
Parecis/A.T.P.	2.434.846	2.564.469	3.775.190	5.463.503	7.779.180	6.788.283	5.729.636	8.176.263	11.835.148	11.650.110	19,0
Parecis	1.091.243	1.106.995	1.686.975	2.344.520	3.349.261	3.382.067	2.814.469	3.471.300	4.641.531	4.574.028	17,3
Alto Teles Pires	1.343.603	1.457.474	2.088.215	3.118.983	4.429.919	3.406.216	2.915.167	4.704.963	7.193.617	7.076.082	20,3
Lucas do Rio Verde	300.316	291.434	412.818	653.603	753.563	708.762	660.195	1.045.929	1.684.650	1.809.788	22,1
Percentual relativo ao total nacional											(%)*
Brasília/Ent. Brasília	4,1	4,1	4,0	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0	4,1	4,3	0,15
Brasília	3,9	4,0	3,8	3,7	3,6	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	0,10
Entorno de Brasília	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,05
Luziânia	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,02
Parecis/A.T.P.	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3	0,2	0,3	0,4	0,4	0,16
Parecis	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,06
Alto Teles Pires	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,11
Lucas do Rio Verde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,03
PIB per capita											(%)*
Brasil	6.946	7.580	8.601	9.893	11.297	12.492	13.783	15.478	17.632	18.834	171,1
Brasília/Ent. Brasília	16.950	18.371	19.712	21.743	23.829	26.443	28.674	31.255	35.882	39.247	131,5
Brasília	22.658	24.559	26.162	28.753	31.505	35.072	38.166	41.610	47.856	52.326	130,9
Entorno de Brasília	2.587	2.848	3.579	4.263	4.745	5.052	5.216	5.739	6.463	7.209	178,7
Luziânia	2.825	3.077	3.613	4.238	4.876	5.293	5.556	6.085	6.660	7.387	161,5
Parecis/A.T.P.	14.850	14.833	20.706	28.409	38.344	31.712	25.364	34.294	47.026	43.845	195,3
Parecis	17.594	17.208	25.284	33.880	46.664	45.432	36.453	43.349	55.885	53.099	201,8
Alto Teles Pires	13.181	13.426	18.063	25.335	33.789	24.397	19.606	29.715	42.662	39.406	199,0
Lucas do Rio Verde	15.548	13.847	18.002	26.158	27.679	23.893	20.426	29.699	43.903	43.286	178,4

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).

ANEXO III

Tabela 1. Volumes e percentuais da migração por origem e destino e por sexo - Brasília (1995/2000).

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Imigrantes	5-9	557	559	3.546	3.401	2.164	1.889	418	491	2.077	1.838	8.945	8.367	17.312
	10-14	661	797	3.535	4.743	2.025	2.017	445	411	1.725	1.880	8.512	9.955	18.467
	15-19	1.250	1.477	6.866	10.936	2.706	3.223	370	449	2.577	3.083	14.013	19.349	33.362
	20-24	1.196	1.771	11.266	12.918	3.835	4.043	501	433	3.289	3.496	20.332	22.897	43.229
	25-29	758	733	6.255	7.058	3.766	3.700	430	492	2.645	2.597	14.091	14.712	28.803
	30-34	596	488	3.332	3.735	2.834	2.456	598	587	2.171	1.613	9.766	8.993	18.759
	35-39	494	493	2.646	2.766	2.778	2.114	601	502	1.626	1.530	8.454	7.689	16.143
	40-44	431	381	1.387	1.635	1.966	1.569	443	270	1.162	978	5.632	5.025	10.657
	45-49	293	280	1.221	919	1.334	906	283	150	918	672	4.238	3.046	7.284
	50-54	85	164	793	814	839	614	169	101	487	310	2.479	2.075	4.554
	55-59	119	89	318	431	450	376	37	50	101	166	1.147	1.178	2.325
	60-64	76	69	203	376	309	234	82	29	162	172	873	906	1.779
	65 ou mais	126	157	598	772	474	645	86	146	281	254	1.638	1.999	3.637
	Total	6.642	7.458	41.966	50.504	25.480	23.786	4.463	4.111	19.221	18.589	100.120	106.191	206.311
Total (%)	6,6	7,0	41,9	47,6	25,4	22,4	4,5	4,1	19,2	17,5	-	-	-	
Emigrantes	5-9	382	440	2.405	2.381	1.867	1.894	240	234	7.616	7.436	12.510	12.385	24.895
	10-14	285	393	1.462	1.520	1.831	1.879	306	167	5.148	5.232	9.032	9.191	18.223
	15-19	473	552	1.586	1.715	2.001	2.340	357	297	4.435	5.569	8.852	10.473	19.325
	20-24	473	542	1.616	2.881	2.254	3.016	252	265	5.578	7.837	10.173	14.541	24.714
	25-29	501	473	2.496	2.439	2.412	2.354	342	314	7.894	8.777	13.645	14.357	28.002
	30-34	377	395	2.125	1.954	1.816	1.973	289	156	6.770	6.508	11.377	10.986	22.363
	35-39	349	334	1.295	1.266	1.288	1.833	192	238	4.335	4.522	7.459	8.193	15.652
	40-44	312	299	1.059	1.058	977	1.109	146	175	2.809	2.920	5.303	5.561	10.864
	45-49	225	99	799	685	1.064	996	189	193	2.373	2.002	4.650	3.975	8.625
	50-54	150	102	730	535	749	637	140	173	1.671	1.500	3.440	2.947	6.387
	55-59	102	55	501	414	521	449	119	93	1.175	993	2.418	2.004	4.422
	60-64	44	21	376	224	420	399	77	51	849	764	1.766	1.459	3.225
	65 ou mais	59	66	465	465	498	666	41	108	1.251	1.120	2.314	2.425	4.739
	Total	3.732	3.771	16.915	17.537	17.698	19.545	2.690	2.464	51.904	55.180	92.939	98.497	191.436
Total (%)	4,0	3,8	18,2	17,8	19,0	19,8	2,9	2,5	55,8	56,0	-	-	-	
Saldo	5-9	175	119	1.141	1.020	297	-5	178	257	-5.539	-5.598	-3.565	-4.018	-7.583
	10-14	376	404	2.073	3.223	194	138	139	244	-3.423	-3.352	-520	764	244
	15-19	777	925	5.280	9.221	705	883	13	152	-1.858	-2.486	5.161	8.876	14.037
	20-24	723	1.229	9.650	10.037	1.581	1.027	249	168	-2.289	-4.341	10.159	8.356	18.515
	25-29	257	260	3.759	4.619	1.354	1.346	88	178	-5.249	-6.180	446	355	801
	30-34	219	93	1.207	1.781	1.018	483	309	431	-4.599	-4.895	-1.611	-1.993	-3.604
	35-39	145	159	1.351	1.500	1.490	281	409	264	-2.709	-2.992	995	-504	491
	40-44	119	82	328	577	989	460	297	95	-1.647	-1.942	329	-536	-207
	45-49	68	181	422	234	270	-90	94	-43	-1.455	-1.330	-412	-929	-1.341
	50-54	-65	62	63	279	90	-23	29	-72	-1.184	-1.190	-961	-872	-1.833
	55-59	17	34	-183	17	-71	-73	-82	-43	-1.074	-827	-1.271	-826	-2.097
	60-64	32	48	-173	152	-111	-165	5	-22	-687	-592	-893	-553	-1.446
	65 ou mais	67	91	133	307	-24	-21	45	38	-970	-866	-676	-426	-1.102
	Total	2.910	3.687	25.051	32.967	7.782	4.241	1.773	1.647	-32.683	-36.591	7.181	7.694	14.875

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) (2000). Tabulações especiais.

Tabela 2. Volumes e percentuais da migração por origem e destino e por sexo - Entorno de Brasília (1995/2000).

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Imigrantes	5-9	428	453	3.042	2.495	988	1.220	191	180	6.525	8.437	13.568	12.855	26.423
	10-14	510	414	2.672	2.851	1.010	1.066	139	149	6.400	6.733	10.798	11.279	22.077
	15-19	489	621	3.165	4.147	1.127	1.244	101	143	5.570	6.720	10.529	12.980	23.509
	20-24	586	506	4.855	5.283	1.494	1.219	112	121	6.742	9.085	13.873	16.359	30.232
	25-29	256	430	3.323	3.099	1.127	1.223	138	172	9.079	9.817	13.999	14.849	28.848
	30-34	238	321	1.919	1.982	812	887	211	61	7.728	7.605	10.986	10.914	21.900
	35-39	229	251	1.591	1.229	705	527	117	196	5.377	5.443	8.064	7.669	15.733
	40-44	147	222	1.101	840	462	413	127	76	3.506	3.124	5.368	4.693	10.061
	45-49	145	166	641	649	458	439	43	8	2.772	2.008	4.081	3.307	7.388
	50-54	101	67	320	497	201	262	30	23	1.750	1.626	2.447	2.490	4.937
	55-59	67	70	322	396	255	195	17	18	1.523	1.211	2.195	1.916	4.111
	60-64	51	31	178	285	103	103	0	16	1.093	956	1.425	1.404	2.829
	65 ou mais	51	53	517	465	152	206	0	37	1.432	1.041	2.185	1.836	4.021
Total	3.298	3.605	23.646	24.218	8.894	9.004	1.226	1.200	61.820	63.806	99.518	102.551	202.069	
Total (%)	3,3	3,5	23,8	23,6	8,9	8,8	1,2	1,2	62,1	62,2	-	-	-	
Emigrantes	5-9	78	25	388	325	557	387	51	29	2.184	1.992	3.258	2.758	6.016
	10-14	57	25	230	214	329	398	31	26	1.906	1.840	2.553	2.503	5.056
	15-19	109	38	203	219	262	154	34	50	2.031	2.533	2.639	2.994	5.633
	20-24	46	69	150	147	265	442	5	24	1.990	2.527	2.456	3.209	5.665
	25-29	53	40	168	173	278	317	25	36	2.027	1.970	2.551	2.536	5.087
	30-34	46	82	159	145	219	268	34	37	1.695	1.781	2.153	2.313	4.466
	35-39	41	24	134	131	320	210	41	9	1.186	1.402	1.722	1.776	3.498
	40-44	57	14	108	150	202	113	22	35	1.182	936	1.571	1.248	2.819
	45-49	35	18	53	57	81	168	11	31	898	652	1.078	926	2.004
	50-54	9	0	81	0	53	56	4	4	430	388	577	448	1.025
	55-59	0	10	51	44	77	63	0	8	388	305	516	430	946
	60-64	0	0	22	27	79	42	0	0	271	251	372	320	692
	65 ou mais	7	0	53	12	69	67	4	0	434	398	567	477	1.044
Total	538	345	1.800	1.644	2.791	2.685	262	289	16.622	16.975	22.013	21.938	43.951	
Total (%)	2,4	1,6	8,2	7,5	12,7	12,2	1,2	1,3	75,5	77,4	-	-	-	
Saído	5-9	350	428	2.654	2.170	431	833	140	151	4.341	6.445	10.310	10.097	20.407
	10-14	453	389	2.442	2.637	681	668	108	123	4.494	4.893	8.245	8.776	17.021
	15-19	380	583	2.962	3.928	865	1.090	67	93	3.539	4.187	7.890	9.986	17.876
	20-24	540	437	4.705	5.136	1.229	777	107	97	4.752	6.558	11.417	13.150	24.567
	25-29	203	390	3.155	2.926	849	906	113	136	7.052	7.847	11.448	12.313	23.761
	30-34	192	239	1.760	1.837	593	619	177	24	6.033	5.824	8.833	8.601	17.434
	35-39	188	227	1.457	1.098	385	317	76	187	4.191	4.041	6.342	5.893	12.235
	40-44	90	208	993	690	260	300	105	41	2.324	2.188	3.797	3.445	7.242
	45-49	110	148	588	592	377	271	32	-23	1.874	1.356	3.003	2.381	5.384
	50-54	92	67	239	497	148	206	26	19	1.320	1.238	1.870	2.042	3.912
	55-59	67	60	271	352	178	132	17	10	1.135	906	1.679	1.486	3.165
	60-64	51	31	156	258	24	61	0	16	822	705	1.053	1.084	2.137
	65 ou mais	44	53	464	453	83	139	-4	37	998	643	1.618	1.359	2.977
Total	2.760	3.260	21.846	22.574	6.103	6.319	964	911	45.198	46.831	77.505	80.613	158.118	

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) (2000). Tabulações especiais.

Tabela 3. Volumes e percentuais da migração por origem e destino e por sexo - Parecis/Alto Teles Pires (1995/2000).

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Imigrantes	5-9	151	221	85	165	94	90	739	616	2.153	1.998	3.313	3.172	6.485
	10-14	251	123	94	81	145	122	721	597	2.095	1.921	3.404	2.890	6.294
	15-19	157	214	74	90	39	117	732	731	2.045	1.830	3.157	3.056	6.213
	20-24	206	291	217	139	133	113	952	967	2.106	2.114	3.737	3.675	7.412
	25-29	163	178	196	135	171	192	1.103	794	2.160	1.794	3.853	3.209	7.062
	30-34	170	135	143	126	168	102	846	613	2.045	1.697	3.554	2.744	6.298
	35-39	100	115	78	25	89	122	657	538	1.945	1.564	2.905	2.411	5.316
	40-44	88	62	47	19	56	50	511	342	1.199	751	1.931	1.239	3.170
	45-49	79	46	21	8	65	10	305	276	817	719	1.323	1.067	2.390
	50-54	27	31	12	24	36	11	246	170	602	341	941	623	1.564
	55-59	71	18	19	0	28	47	147	118	414	288	708	490	1.198
	60-64	40	14	6	0	35	19	121	56	197	108	399	221	620
	65 ou mais	13	30	0	4	9	0	116	112	234	264	396	416	812
	Total	1.516	1.478	992	816	1.068	995	7.196	5.930	18.012	15.389	29.621	25.213	54.834
Total (%)	5,1	5,9	3,3	3,2	3,6	3,9	24,3	20,0	60,8	61,0	-	-	-	
Emigrantes	5-9	144	131	20	12	98	18	159	123	1.085	928	1.506	1.212	2.718
	10-14	86	161	0	10	20	122	196	192	986	1.047	1.288	1.532	2.820
	15-19	100	88	0	10	30	45	175	137	874	1.086	1.179	1.366	2.545
	20-24	88	104	17	22	34	52	203	167	1.015	978	1.357	1.323	2.680
	25-29	123	118	3	0	14	36	155	159	952	750	1.247	1.063	2.310
	30-34	209	89	0	29	53	88	127	157	1.031	718	1.420	1.081	2.501
	35-39	89	50	53	14	60	31	146	104	728	743	1.076	942	2.018
	40-44	52	49	24	0	22	71	90	93	621	438	809	651	1.460
	45-49	75	43	0	0	12	18	53	23	399	348	539	432	971
	50-54	21	24	8	0	18	0	70	28	222	128	339	180	519
	55-59	14	0	0	0	0	0	27	29	215	86	256	115	371
	60-64	0	0	0	0	0	0	10	0	72	66	82	66	148
	65 ou mais	19	10	11	0	9	0	39	5	114	126	192	141	333
	Total	1.020	867	136	97	370	481	1.450	1.217	8.314	7.442	11.290	10.104	21.394
Total (%)	9,0	8,6	1,2	1,0	3,3	4,8	12,8	12,0	73,6	73,7	-	-	-	
Saldo	5-9	7	90	65	153	-4	72	580	493	1.068	1.070	1.807	1.960	3.767
	10-14	165	-38	94	71	125	0	525	405	1.109	874	2.116	1.358	3.474
	15-19	57	126	74	80	9	72	557	594	1.171	744	1.978	1.690	3.668
	20-24	118	187	200	117	99	61	749	800	1.091	1.136	2.380	2.352	4.732
	25-29	40	60	193	135	157	156	948	635	1.208	1.044	2.606	2.146	4.752
	30-34	-39	46	143	97	115	14	719	456	1.014	979	2.134	1.663	3.797
	35-39	11	65	25	11	29	91	511	434	1.217	821	1.829	1.469	3.298
	40-44	36	13	23	19	34	-21	421	249	578	313	1.122	588	1.710
	45-49	4	3	21	8	53	-8	252	253	418	371	784	635	1.419
	50-54	6	7	4	24	18	11	176	142	380	213	602	443	1.045
	55-59	57	18	19	0	28	47	120	89	199	202	452	375	827
	60-64	40	14	6	0	35	19	111	56	125	42	317	155	472
	65 ou mais	-6	20	-11	4	0	0	77	107	120	138	204	275	479
	Total	496	611	856	719	698	514	5.746	4.713	9.698	7.947	18.331	15.109	33.440

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) (2000). Tabulações especiais.

Tabela 4. Volumes e percentuais da migração por origem e destino e por sexo - Brasília (2005/2010).

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Imigrantes	5-9	445	467	1.219	1.344	969	983	434	128	2.862	2.927	6.334	6.183	12.517
	10-14	367	484	1.451	1.512	878	943	220	264	3.102	2.911	6.297	6.269	12.566
	15-19	651	875	2.636	3.446	1.058	1.432	639	251	3.426	4.159	8.757	10.466	19.224
	20-24	962	1.241	5.195	5.559	2.051	1.861	498	539	5.187	6.223	14.442	16.034	30.476
	25-29	1.066	985	3.962	4.823	2.300	2.438	722	848	5.634	7.184	14.458	16.999	31.456
	30-34	587	800	2.153	2.294	2.190	1.901	750	909	5.386	6.567	11.439	12.963	24.402
	35-39	546	644	1.514	1.414	1.436	1.509	402	534	4.193	4.316	8.411	8.753	17.164
	40-44	373	371	979	1.095	1.182	1.136	313	239	3.359	3.156	6.410	6.262	12.672
	45-49	359	359	521	743	913	585	364	250	2.641	2.692	4.972	4.935	9.907
	50-54	114	216	348	482	565	561	290	162	1.726	1.899	3.109	3.427	6.536
	55-59	181	225	233	297	350	308	63	142	1.179	1.322	2.151	2.341	4.492
	60-64	107	71	120	267	222	149	76	157	677	939	1.233	1.633	2.866
	65 ou mais	26	265	378	538	283	675	85	80	982	1.567	1.763	3.331	5.093
	Total	5.784	7.003	20.709	23.814	14.397	14.480	4.856	4.503	40.352	45.861	89.775	99.597	189.372
Total (%)	6,4	7,0	23,1	23,9	16,0	14,5	5,4	5,0	44,9	46,0	-	-	-	
Emigrantes	5-9	438	419	2.433	2.586	1.835	1.578	331	249	5.205	4.848	10.242	9.680	19.922
	10-14	543	363	2.555	2.188	1.404	1.376	391	351	4.593	4.003	9.486	8.281	17.767
	15-19	490	347	1.754	1.627	1.200	1.393	199	255	3.568	3.725	7.211	7.347	14.558
	20-24	422	382	1.489	1.827	1.523	1.846	339	324	4.030	4.608	7.803	8.987	16.790
	25-29	677	688	1.469	1.890	1.831	2.469	498	366	5.456	6.373	9.931	11.786	21.717
	30-34	513	630	1.896	2.434	2.173	2.285	463	529	5.184	6.031	10.229	11.909	22.138
	35-39	496	523	1.555	1.992	1.688	1.735	384	426	4.259	4.015	8.382	8.691	17.073
	40-44	490	253	1.180	1.332	1.260	1.574	313	293	3.165	2.702	6.408	6.154	12.562
	45-49	204	215	1.115	1.023	1.268	1.081	220	242	1.904	2.164	4.711	4.725	9.436
	50-54	124	129	556	613	649	714	118	237	1.730	1.467	3.177	3.160	6.337
	55-59	196	108	505	472	653	679	262	209	1.062	1.011	2.678	2.479	5.157
	60-64	105	81	416	470	476	425	85	98	826	718	1.908	1.792	3.700
	65 ou mais	88	124	641	631	657	488	112	122	934	1.158	2.432	2.523	4.955
	Total	4.786	4.262	17.564	19.104	16.617	17.643	3.715	3.701	41.916	42.823	84.598	87.533	172.131
Total (%)	5,7	4,9	20,8	21,8	19,6	20,2	4,4	4,2	49,5	48,9	-	-	-	
Saldo	5-9	7	48	-1.214	-1.242	-866	-595	103	-121	-2.343	-1.921	-3.908	-3.497	-7.405
	10-14	-176	121	-1.104	-676	-526	-433	-171	-87	-1.491	-1.092	-3.189	-2.012	-5.201
	15-19	161	528	882	1.819	-142	39	440	-4	-142	434	1.546	3.119	4.666
	20-24	540	859	3.706	3.732	528	15	159	215	1.157	1.615	6.639	7.047	13.686
	25-29	389	297	2.493	2.933	469	-31	224	482	178	811	4.527	5.213	9.739
	30-34	74	170	257	-140	17	-384	287	380	202	536	1.210	1.054	2.264
	35-39	50	121	-41	-578	-252	-226	18	108	-66	301	29	62	91
	40-44	-117	118	-201	-237	-78	-438	0	-54	194	454	2	108	110
	45-49	155	144	-594	-280	-355	-496	144	8	737	528	261	210	471
	50-54	-10	87	-208	-131	-84	-153	172	-75	-4	432	-68	267	199
	55-59	-15	117	-272	-175	-303	-371	-199	-67	117	311	-527	-138	-665
	60-64	2	-10	-296	-203	-254	-276	-9	59	-149	221	-675	-159	-834
	65 ou mais	-62	141	-263	-93	-374	187	-27	-42	48	409	-669	808	138
	Total	998	2.741	3.145	4.710	-2.220	-3.163	1.141	802	-1.564	3.038	5.177	12.064	17.241

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) (2010). Tabulações especiais.

Tabela 5. Volumes e percentuais da migração por origem e destino e por sexo - Entorno de Brasília (2005/2010).

		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total		
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total
Imigrantes	5-9	249	245	1.758	1.540	634	626	87	139	9.368	8.939	13.159	12.429	25.588
	10-14	219	251	1.262	1.448	508	455	85	70	7.405	7.228	9.756	9.796	19.552
	15-19	235	315	1.881	2.644	670	675	48	37	6.573	6.818	9.589	10.805	20.394
	20-24	189	221	4.501	3.766	821	965	82	121	7.314	8.474	13.317	13.933	27.250
	25-29	286	407	3.151	2.721	952	942	188	153	8.455	9.586	13.433	14.108	27.541
	30-34	202	200	1.751	1.461	870	680	168	117	8.299	8.758	11.637	11.442	23.079
	35-39	229	127	1.268	947	628	457	135	78	6.381	6.003	8.852	7.835	16.687
	40-44	94	65	838	728	462	246	62	60	5.100	4.626	6.662	5.927	12.589
	45-49	94	72	503	528	271	162	70	0	3.414	3.536	4.532	4.347	8.879
	50-54	57	17	428	364	226	223	34	40	2.673	2.256	3.548	2.951	6.499
	55-59	13	4	195	339	225	157	20	43	1.626	1.330	2.186	1.930	4.116
	60-64	11	34	154	282	75	154	0	52	1.244	1.130	1.514	1.704	3.218
	65 ou mais	90	29	318	499	299	278	38	35	1.750	1.824	2.574	2.748	5.322
	Total	1.968	1.987	18.008	17.267	6.641	6.020	1.017	945	69.602	70.508	100.759	99.955	200.714
Total (%)	2,0	2,0	17,9	17,3	6,6	6,0	1,0	0,9	69,1	70,5	-	-	-	
Emigrantes	5-9	106	81	569	446	343	274	34	19	5.728	732	6.780	1.552	8.332
	10-14	117	52	363	413	368	281	3	44	4.482	683	5.333	1.473	6.806
	15-19	34	79	281	293	292	325	13	17	4.604	1.174	5.224	1.888	7.112
	20-24	52	138	207	244	238	287	32	74	5.291	1.602	5.820	2.345	8.165
	25-29	67	75	273	304	259	369	0	53	5.044	1.154	5.643	1.955	7.598
	30-34	95	58	269	417	297	297	36	61	4.853	1.178	5.550	2.011	7.561
	35-39	65	48	358	282	254	254	37	13	3.563	570	4.277	1.167	5.444
	40-44	90	84	209	213	171	86	28	0	3.282	598	3.780	981	4.761
	45-49	45	33	166	122	157	99	40	8	1.931	476	2.339	738	3.077
	50-54	28	16	26	56	82	75	3	33	1.413	405	1.552	585	2.137
	55-59	20	26	40	27	58	120	22	2	1.032	101	1.172	276	1.448
	60-64	8	6	58	36	36	20	8	0	614	144	724	206	930
	65 ou mais	10	67	68	50	86	58	15	7	1.134	147	1.313	329	1.642
	Total	737	763	2.887	2.903	2.641	2.545	271	331	42.971	8.964	49.507	15.506	65.013
Total (%)	1,5	4,9	5,8	18,7	5,3	16,4	0,5	2,1	86,8	57,8	-	-	-	
Saldo	5-9	143	164	1.189	1.094	291	352	53	120	3.640	8.207	6.379	10.877	17.256
	10-14	102	199	899	1.035	140	174	82	26	2.923	6.545	4.423	8.323	12.746
	15-19	201	236	1.600	2.351	378	350	35	20	1.969	5.644	4.365	8.917	13.282
	20-24	137	83	4.294	3.522	583	678	50	47	2.023	6.872	7.497	11.588	19.085
	25-29	219	332	2.878	2.417	693	573	188	100	3.411	8.432	7.790	12.153	19.943
	30-34	107	142	1.482	1.044	573	383	132	56	3.446	7.580	6.087	9.431	15.518
	35-39	164	79	910	665	374	203	98	65	2.818	5.433	4.575	6.668	11.243
	40-44	4	-19	629	515	291	160	34	60	1.818	4.028	2.882	4.946	7.828
	45-49	49	39	337	406	114	63	30	-8	1.483	3.060	2.193	3.609	5.802
	50-54	29	1	402	308	144	148	31	7	1.260	1.851	1.996	2.366	4.362
	55-59	-7	-22	155	312	167	37	-2	41	594	1.229	1.014	1.654	2.668
	60-64	3	28	96	246	39	134	-8	52	630	986	790	1.498	2.288
	65 ou mais	80	-38	250	449	213	220	23	28	616	1.677	1.261	2.419	3.680
	Total	1.231	1.224	15.121	14.364	4.000	3.475	746	614	26.631	61.544	51.252	84.449	135.701

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) (2010). Tabulações especiais.

Tabela 6. Volumes e percentuais da migração por origem e destino e por sexo - Parecis/Alto Teles Pires (2005/2010).

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Imigrantes	5-9	204	291	404	480	85	120	333	388	3.065	2.664	4.312	4.120	8.432
	10-14	152	262	363	490	168	107	448	249	2.774	2.955	4.040	4.148	8.188
	15-19	194	351	742	585	97	57	449	338	3.112	3.087	4.695	4.626	9.321
	20-24	354	374	2.406	1.355	152	125	667	547	3.966	4.055	7.716	6.588	14.304
	25-29	285	262	2.064	876	282	194	862	694	4.607	4.165	8.324	6.310	14.634
	30-34	203	242	954	618	175	158	660	563	3.726	3.319	5.818	5.030	10.848
	35-39	270	164	529	294	122	114	568	411	2.778	2.345	4.411	3.423	7.834
	40-44	184	155	239	192	114	128	407	301	2.328	1.817	3.347	2.653	6.000
	45-49	119	96	196	95	86	56	294	151	1.503	1.120	2.252	1.559	3.811
	50-54	94	21	82	47	46	28	218	211	896	686	1.390	1.015	2.405
	55-59	20	28	42	53	29	59	142	110	537	506	804	765	1.569
	60-64	13	0	25	50	22	23	73	115	428	288	581	493	1.074
	65 ou mais	41	40	3	26	23	14	84	170	546	547	723	846	1.569
	Total	2.133	2.286	8.049	5.161	1.401	1.183	5.205	4.248	30.266	27.554	48.413	41.576	89.989
Total (%)	4,4	5,5	16,6	12,4	2,9	2,8	10,8	8,8	62,5	66,3	-	-	-	
Emigrantes	5-9	197	116	56	67	81	61	239	397	2.103	1.772	2.676	2.413	5.089
	10-14	176	180	82	63	96	53	242	195	1.812	1.748	2.408	2.239	4.647
	15-19	136	189	35	44	37	104	279	190	1.758	1.886	2.245	2.413	4.658
	20-24	163	102	92	17	79	74	274	307	2.362	2.471	2.970	2.971	5.941
	25-29	229	225	52	29	97	139	281	256	2.694	2.561	3.353	3.210	6.563
	30-34	252	192	96	31	129	119	236	239	2.503	2.083	3.216	2.664	5.880
	35-39	238	91	66	58	80	120	252	240	1.760	1.655	2.396	2.164	4.560
	40-44	141	104	54	35	89	87	147	235	1.626	1.249	2.057	1.710	3.767
	45-49	147	55	41	29	52	3	215	85	1.166	855	1.621	1.027	2.648
	50-54	65	81	24	0	27	21	107	72	684	517	907	691	1.598
	55-59	42	21	10	18	29	35	58	21	521	428	660	523	1.183
	60-64	36	16	10	13	21	14	23	45	231	200	321	288	609
	65 ou mais	90	15	0	0	19	6	20	33	382	293	511	347	858
	Total	1.912	1.387	618	404	836	836	2.373	2.315	19.602	17.718	25.341	22.660	48.001
Total (%)	7,5	6,1	2,4	1,8	3,3	3,7	9,4	10,2	77,4	78,2	-	-	-	
Saldo	5-9	7	175	348	413	4	59	94	-9	962	892	1.636	1.707	3.343
	10-14	-24	82	281	427	72	54	206	54	962	1.207	1.632	1.909	3.541
	15-19	58	162	707	541	60	-47	170	148	1.354	1.201	2.450	2.213	4.663
	20-24	191	272	2.314	1.338	73	51	393	240	1.604	1.584	4.746	3.617	8.363
	25-29	56	37	2.012	847	185	55	581	438	1.913	1.604	4.971	3.100	8.071
	30-34	-49	50	858	587	46	39	424	324	1.223	1.236	2.602	2.366	4.968
	35-39	32	73	463	236	42	-6	316	171	1.018	690	2.015	1.259	3.274
	40-44	43	51	185	157	25	41	260	66	702	568	1.290	943	2.233
	45-49	-28	41	155	66	34	53	79	66	337	265	631	532	1.163
	50-54	29	-60	58	47	19	7	111	139	212	169	483	324	807
	55-59	-22	7	32	35	0	24	84	89	16	78	144	242	386
	60-64	-23	-16	15	37	1	9	50	70	197	88	260	205	465
	65 ou mais	-49	25	3	26	4	8	64	137	164	254	212	499	711
	Total	221	899	7.431	4.757	565	347	2.832	1.933	10.664	9.836	23.072	18.916	41.988

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) (2010). Tabulações especiais.

Tabela 7. Volume de imigrantes com origem em Brasília e percentual em relação ao total de imigrantes - Entorno de Brasília (1995/2000 e 2005/2010).

	1995/2000		2005/2010	
	Imi	(%)	Imi	(%)
5-9	12.762	51,8	7.953	49,9
10-14	8.485	41,2	6.726	54,3
15-19	7.674	35,1	5.590	41,4
20-24	11.023	38,5	6.436	33,9
25-29	14.172	52,2	8.771	45,4
30-34	11.216	54,9	8.345	54,7
35-39	7.313	50,1	6.304	56,8
40-44	4.544	49,1	4.623	57,9
45-49	3.384	48,6	3.110	55,7
50-54	2.376	51,4	2.415	56,5
55-59	1.728	45,6	1.321	49,3
60-64	1.311	50,5	1.138	53,8
65-69	708	46,7	510	44,2
70-74	498	46,8	364	42,7
75 mais	466	38,1	528	36,2
Total	87.660	46,4	64.134	48,4

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010). Tabulações especiais.

Tabela 8. Volumes e percentuais da migração por origem e destino e por sexo - Luziânia (1995/2000).

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Imigrantes	5-9	220	224	1.521	1.335	550	523	69	128	3.361	3.462	5.750	5.717	11.467
	10-14	217	217	1.246	1.363	527	504	25	73	2.594	2.808	4.631	4.981	9.612
	15-19	222	396	1.558	2.124	612	703	30	42	2.439	2.623	4.897	5.938	10.835
	20-24	273	200	2.517	2.730	681	624	54	39	2.816	3.968	6.370	7.639	14.009
	25-29	77	287	1.518	1.532	480	581	64	78	4.043	4.142	6.215	6.670	12.885
	30-34	125	176	1.143	986	329	404	75	24	3.287	3.248	4.982	4.866	9.848
	35-39	140	87	859	590	348	289	85	63	2.160	2.308	3.603	3.360	6.963
	40-44	71	94	470	495	201	243	55	0	1.440	1.266	2.237	2.111	4.348
	45-49	51	59	324	315	256	187	11	8	990	862	1.643	1.455	3.098
	50-54	49	17	176	223	110	136	0	10	727	600	1.073	997	2.070
	55-59	43	38	140	211	132	106	8	18	556	506	879	905	1.784
	60-64	28	20	87	152	77	58	0	0	348	335	540	565	1.105
	65 ou mais	30	25	229	249	61	120	0	0	519	466	849	860	1.709
Total	1.546	1.840	11.788	12.305	4.364	4.478	476	483	25.280	26.594	43.669	46.064	89.733	
Total (%)	3,5	4,0	27,0	26,7	10,0	9,7	1,1	1,1	57,9	57,7	-	-	-	
Emigrantes	5-9	9	9	123	83	98	112	26	12	874	690	1.130	906	2.036
	10-14	12	12	102	84	101	183	27	0	614	737	856	1.016	1.872
	15-19	39	19	104	79	81	33	0	24	572	823	796	978	1.774
	20-24	0	11	74	66	46	119	21	38	546	750	687	984	1.671
	25-29	10	12	49	79	52	73	34	22	721	670	866	856	1.722
	30-34	0	12	47	50	56	49	31	11	719	750	853	872	1.725
	35-39	0	9	51	47	96	63	25	10	414	535	586	664	1.250
	40-44	21	0	47	87	133	54	11	20	428	386	640	547	1.187
	45-49	0	0	36	30	11	85	0	0	346	235	393	350	743
	50-54	9	9	20	0	21	9	0	0	160	146	210	164	374
	55-59	0	0	22	19	39	54	0	0	114	75	175	148	323
	60-64	0	0	8	4	55	24	0	0	57	110	120	138	258
	65 ou mais	0	0	27	0	16	25	5	5	134	63	182	93	275
Total	100	93	710	628	805	883	180	142	5.699	5.970	7.494	7.716	15.210	
Total (%)	1,3	1,2	9,5	8,1	10,7	11,4	2,4	1,8	76,0	77,4	-	-	-	
Saído	5-9	211	215	1.398	1.252	452	411	43	116	2.487	2.772	4.620	4.811	9.431
	10-14	205	205	1.144	1.279	426	321	-2	73	1.980	2.071	3.775	3.965	7.740
	15-19	183	377	1.454	2.045	531	670	30	18	1.867	1.800	4.101	4.960	9.061
	20-24	273	189	2.443	2.664	635	505	33	1	2.270	3.218	5.683	6.655	12.338
	25-29	67	275	1.469	1.453	428	508	30	56	3.322	3.472	5.349	5.814	11.163
	30-34	125	164	1.096	936	273	355	44	13	2.568	2.498	4.129	3.994	8.123
	35-39	140	78	808	543	252	226	60	53	1.746	1.773	3.017	2.696	5.713
	40-44	50	94	423	408	68	189	44	-20	1.012	880	1.597	1.564	3.161
	45-49	51	59	288	285	245	102	11	8	644	627	1.250	1.105	2.355
	50-54	40	8	156	223	89	127	0	10	567	454	863	833	1.696
	55-59	43	38	118	192	93	52	8	18	442	431	704	757	1.461
	60-64	28	20	79	148	22	34	0	0	291	225	420	427	847
	65 ou mais	30	25	202	249	45	95	-5	-5	385	403	667	767	1.434
Total	1.446	1.747	11.078	11.677	3.559	3.595	296	341	19.581	20.624	36.175	38.348	74.523	

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) (2000). Tabulações especiais.

Tabela 9. Volumes e percentuais da migração por origem e destino e por sexo - Lucas do Rio Verde (1995/2000).

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Imigrantes	5-9	8	13	8	9	16	0	184	80	172	288	400	390	790
	10-14	14	0	18	9	23	0	143	146	201	201	399	368	767
	15-19	24	10	0	0	0	8	124	91	243	263	412	384	796
	20-24	21	25	19	21	9	21	274	193	229	258	564	518	1.082
	25-29	18	52	36	20	37	22	214	128	285	207	590	441	1.031
	30-34	0	0	31	27	18	16	191	150	184	149	432	354	786
	35-39	11	12	0	0	0	0	133	60	146	200	290	272	562
	40-44	0	6	0	0	8	13	60	60	109	64	177	155	332
	45-49	12	17	9	0	0	0	37	50	98	74	164	141	305
	50-54	0	13	9	0	0	0	54	23	46	13	117	49	166
	55-59	23	0	0	0	0	0	14	20	66	44	110	83	193
	60-64	0	0	0	0	0	0	22	0	6	12	28	24	52
	65 ou mais	0	0	0	0	0	0	30	8	15	39	45	47	92
	Total	131	148	130	86	111	80	1.480	1.009	1.800	1.812	3.728	3.226	6.954
	Total (%)	3,5	4,6	3,5	2,7	3,0	2,5	39,7	27,1	48,3	56,2	-	-	-
Emigrantes	5-9	0	7	0	0	36	0	35	30	125	59	196	96	292
	10-14	10	30	0	0	0	0	49	54	155	99	214	183	397
	15-19	4	26	0	0	18	0	53	29	81	118	156	173	329
	20-24	14	26	17	0	0	18	27	18	150	108	208	170	378
	25-29	7	0	0	0	0	0	23	33	119	110	149	143	292
	30-34	28	14	0	4	0	0	5	43	190	127	223	188	411
	35-39	0	0	0	4	0	0	60	24	89	76	149	104	253
	40-44	4	4	0	0	0	0	28	28	90	63	122	95	217
	45-49	4	17	0	0	0	18	14	0	73	44	91	79	170
	50-54	0	0	0	0	18	0	13	14	35	5	66	19	85
	55-59	9	0	0	0	0	0	0	0	26	26	35	26	61
	60-64	0	0	0	0	0	0	0	0	6	18	6	18	24
	65 ou mais	0	0	0	0	0	0	0	0	5	22	5	22	27
	Total	80	124	17	8	72	36	307	273	1.144	875	1.620	1.316	2.936
	Total (%)	4,9	9,4	1,0	0,6	4,4	2,7	19,0	20,7	70,6	66,5	-	-	-
Saldo	5-9	8	6	8	9	-20	0	149	50	47	229	204	294	498
	10-14	4	-30	18	9	23	0	94	92	46	102	185	185	370
	15-19	20	-16	0	0	-18	8	71	62	162	145	256	211	467
	20-24	7	-1	2	21	9	3	247	175	79	150	356	348	704
	25-29	11	52	36	20	37	22	191	95	166	97	441	298	739
	30-34	-28	-14	31	23	18	16	186	107	-6	22	209	166	375
	35-39	11	12	0	-4	0	0	73	36	57	124	141	168	309
	40-44	-4	2	0	0	8	13	32	32	19	1	55	60	115
	45-49	8	0	9	0	0	-18	23	50	25	30	73	62	135
	50-54	0	13	9	0	-18	0	41	9	11	8	51	30	81
	55-59	14	0	0	0	0	0	14	20	40	18	75	57	132
	60-64	0	0	0	0	0	0	22	0	0	-6	22	6	28
	65 ou mais	0	0	0	0	0	0	30	8	10	17	40	25	65
	Total	51	24	113	78	39	44	1.173	736	656	937	2.108	1.910	4.018

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) (2000). Tabulações especiais.

Tabela 10. Volumes e percentuais da migração por origem e destino e por sexo - Luziânia (2005/2010).

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Imigrantes	5-9	139	134	868	770	312	342	31	40	4.535	4.388	6.468	6.150	12.618
	10-14	91	140	603	568	254	242	47	20	3.401	3.437	4.539	4.547	9.086
	15-19	98	163	661	1.200	348	271	26	31	3.250	3.325	4.479	5.137	9.616
	20-24	51	89	2.229	1.987	396	457	22	67	3.543	4.253	6.467	7.043	13.510
	25-29	82	223	1.573	1.187	401	555	59	43	4.353	5.102	6.657	7.239	13.896
	30-34	89	82	801	781	411	305	40	63	4.297	4.283	5.767	5.600	11.367
	35-39	130	63	505	419	229	172	63	30	3.356	3.232	4.380	4.032	8.412
	40-44	27	19	313	283	233	126	29	0	2.811	2.454	3.479	3.026	6.505
	45-49	25	49	156	211	101	127	13	0	1.533	1.896	1.893	2.306	4.199
	50-54	8	0	193	105	126	78	0	19	1.177	1.177	1.563	1.401	2.964
	55-59	0	0	92	187	78	58	0	22	709	576	927	889	1.816
	60-64	11	19	60	136	27	53	0	21	523	496	621	733	1.354
	65 ou mais	38	29	134	163	128	129	19	12	638	757	998	1.156	2.154
	Total	789	1.010	8.188	7.997	3.044	2.915	349	368	34.126	35.376	48.238	49.259	97.497
Total (%)	1,6	2,1	17,0	16,2	6,3	5,9	0,7	0,8	70,7	71,8	-	-	-	
Emigrantes	5-9	57	33	217	200	135	77	19	19	2.836	2.899	3.264	3.228	6.492
	10-14	45	17	166	176	163	111	3	7	2.137	2.269	2.514	2.580	5.094
	15-19	25	14	130	165	88	69	0	4	2.016	2.194	2.259	2.446	4.705
	20-24	2	80	83	48	112	86	8	19	2.277	2.795	2.482	3.028	5.510
	25-29	39	12	131	141	109	141	0	28	2.386	3.119	2.665	3.441	6.106
	30-34	11	18	144	249	133	124	23	7	2.356	2.568	2.667	2.966	5.633
	35-39	25	29	167	136	75	49	8	0	1.844	1.641	2.119	1.855	3.974
	40-44	37	31	79	78	58	22	0	0	1.683	1.534	1.857	1.665	3.522
	45-49	9	17	101	74	68	45	16	5	798	913	992	1.054	2.046
	50-54	5	0	23	38	20	31	0	0	575	715	623	784	1.407
	55-59	5	16	11	20	9	70	0	0	484	329	509	435	944
	60-64	5	6	5	23	9	17	5	0	246	333	270	379	649
	65 ou mais	5	15	8	14	34	0	3	3	473	485	523	517	1.040
	Total	270	288	1.265	1.362	1.013	842	85	92	20.111	21.794	22.744	24.378	47.122
Total (%)	1,2	1,2	5,6	5,6	4,5	3,5	0,4	0,4	88,4	89,4	-	-	-	
Saldo	5-9	82	101	651	570	177	265	12	21	1.699	1.489	3.204	2.922	6.126
	10-14	46	123	437	392	91	131	44	13	1.264	1.168	2.025	1.967	3.992
	15-19	73	149	531	1.035	260	202	26	27	1.234	1.131	2.220	2.691	4.911
	20-24	49	9	2.146	1.939	284	371	14	48	1.266	1.458	3.985	4.015	8.000
	25-29	43	211	1.442	1.046	292	414	59	15	1.967	1.983	3.992	3.798	7.790
	30-34	78	64	657	532	278	181	17	56	1.941	1.715	3.100	2.634	5.734
	35-39	105	34	338	283	154	123	55	30	1.512	1.591	2.261	2.177	4.438
	40-44	-10	-12	234	205	175	104	29	0	1.128	920	1.622	1.361	2.983
	45-49	16	32	55	137	33	82	-3	-5	735	983	901	1.252	2.153
	50-54	3	0	170	67	106	47	0	19	602	462	940	617	1.557
	55-59	-5	-16	81	167	69	-12	0	22	225	247	418	454	872
	60-64	6	13	55	113	18	36	-5	21	277	163	351	354	705
	65 ou mais	33	14	126	149	94	129	16	9	165	272	475	639	1.114
	Total	519	722	6.923	6.635	2.031	2.073	264	276	14.015	13.582	25.494	24.881	50.375

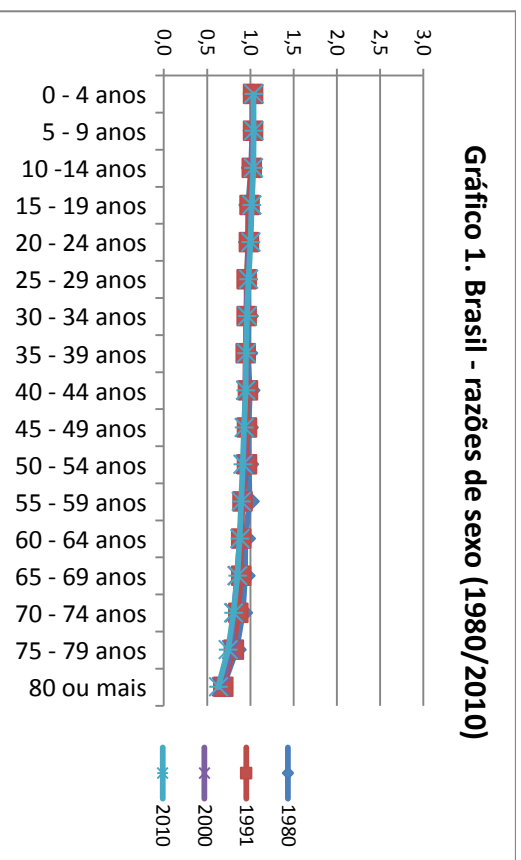
Fonte: Censo Demográfico (IBGE) (2010). Tabulações especiais.

Tabela 11. Volumes e percentuais da migração por origem e destino e por sexo - Lucas do Rio Verde (2005/2010).

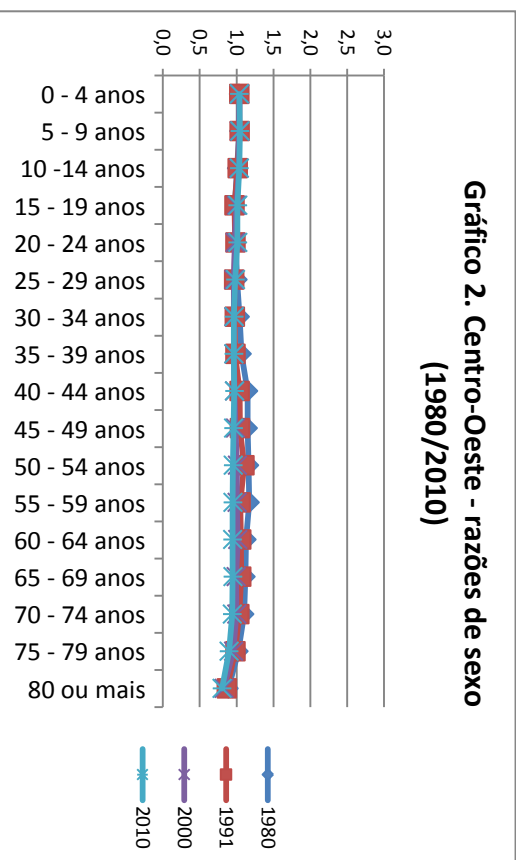
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		Total		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Imigrantes	5-9	36	9	84	128	27	35	92	105	526	311	801	627	1.428
	10-14	18	19	83	82	58	28	107	46	515	555	802	740	1.542
	15-19	0	51	123	172	14	6	141	51	574	624	873	943	1.816
	20-24	55	32	917	580	10	23	84	147	881	787	1.958	1.590	3.548
	25-29	74	9	848	386	74	51	200	172	1.027	814	2.236	1.440	3.676
	30-34	43	27	230	238	61	36	226	108	686	787	1.275	1.236	2.511
	35-39	59	23	149	80	19	14	151	118	605	493	983	739	1.722
	40-44	33	12	91	67	55	34	102	86	453	290	734	489	1.223
	45-49	0	24	59	58	14	0	63	32	227	291	375	405	780
	50-54	12	0	19	47	0	0	65	35	172	155	268	237	505
	55-59	0	0	0	7	0	0	20	34	70	108	90	149	239
	60-64	0	0	0	0	0	0	11	29	59	63	70	92	162
	65 ou mais	0	0	0	0	0	0	19	11	70	65	89	76	165
	Total	330	206	2.603	1.845	332	227	1.281	974	5.865	5.343	10.554	8.763	19.317
Total (%)	3,1	2,4	24,7	21,1	3,1	2,6	12,1	9,2	55,6	61,0	-	-	-	
Emigrantes	5-9	29	0	12	14	0	1	56	68	280	279	377	362	739
	10-14	14	17	24	60	0	0	28	30	275	244	341	351	692
	15-19	14	5	3	3	0	0	24	19	264	276	305	303	608
	20-24	18	11	0	0	21	0	50	59	400	486	489	556	1.045
	25-29	16	15	14	14	8	19	43	49	506	442	587	539	1.126
	30-34	10	16	16	26	12	8	26	20	423	348	487	418	905
	35-39	16	0	24	10	0	10	54	38	300	264	394	322	716
	40-44	8	8	12	7	11	16	5	20	296	161	332	212	544
	45-49	5	0	9	0	0	0	11	21	250	221	275	242	517
	50-54	0	0	0	0	5	0	15	9	141	98	161	107	268
	55-59	0	0	0	0	15	0	9	0	52	83	76	83	159
	60-64	3	0	0	0	0	0	0	19	57	44	60	63	123
	65 ou mais	9	0	0	0	0	0	0	0	47	44	56	44	100
	Total	142	72	114	134	72	54	321	352	3.291	2.990	3.940	3.602	7.542
Total (%)	3,6	2,0	2,9	3,7	1,8	1,5	8,1	9,8	83,5	83,0	-	-	-	
Saldo	5-9	7	9	72	114	27	34	36	37	246	32	424	265	689
	10-14	4	2	59	22	58	28	79	16	240	311	461	389	850
	15-19	-14	46	120	169	14	6	117	32	310	348	568	640	1.208
	20-24	37	21	917	580	-11	23	34	88	481	301	1.469	1.034	2.503
	25-29	58	-6	834	372	66	32	157	123	521	372	1.649	901	2.550
	30-34	33	11	214	212	49	28	200	88	263	439	788	818	1.606
	35-39	43	23	125	70	19	4	97	80	305	229	589	417	1.006
	40-44	25	4	79	60	44	18	97	66	157	129	402	277	679
	45-49	-5	24	50	58	14	0	52	11	-23	70	100	163	263
	50-54	12	0	19	47	-5	0	50	26	31	57	107	130	237
	55-59	0	0	0	7	-15	0	11	34	18	25	14	66	80
	60-64	-3	0	0	0	0	0	11	10	2	19	10	29	39
	65 ou mais	-9	0	0	0	0	0	19	11	23	21	33	32	65
	Total	188	134	2.489	1.711	260	173	960	622	2.574	2.353	6.614	5.161	11.775

Fonte: Censo Demográfico (IBGE) (2010). Tabulações especiais.

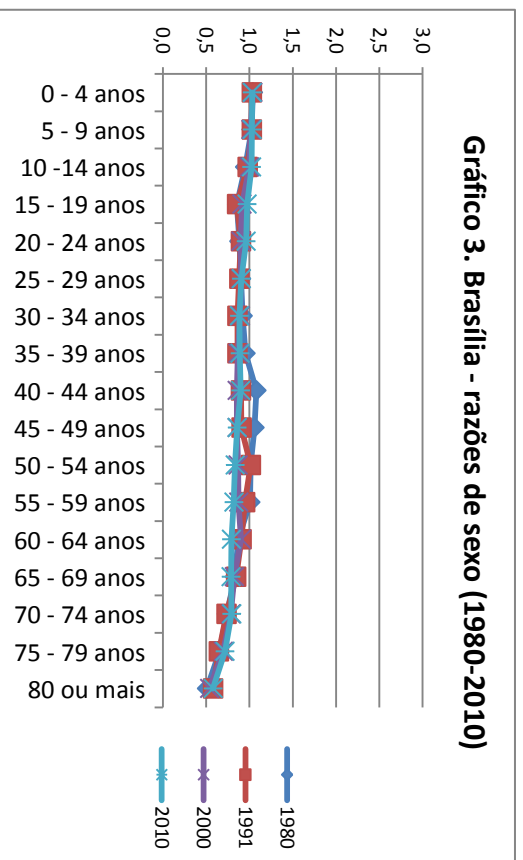
ANEXO IV



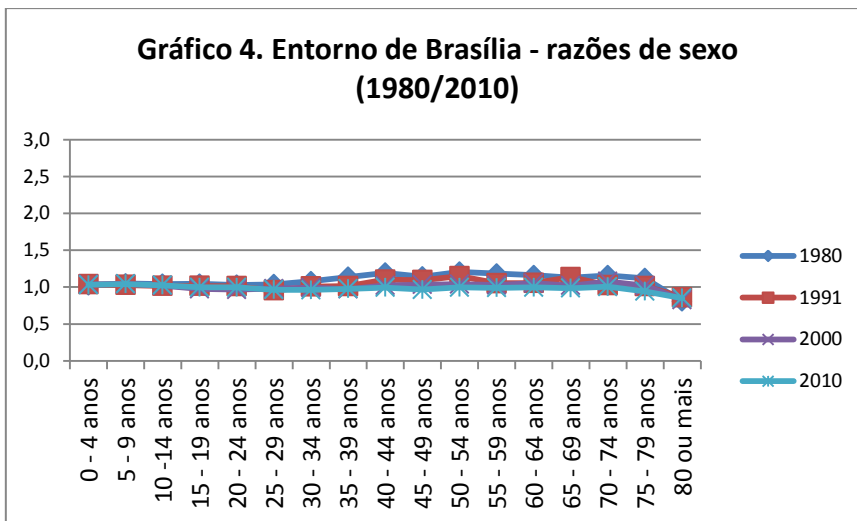
Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).



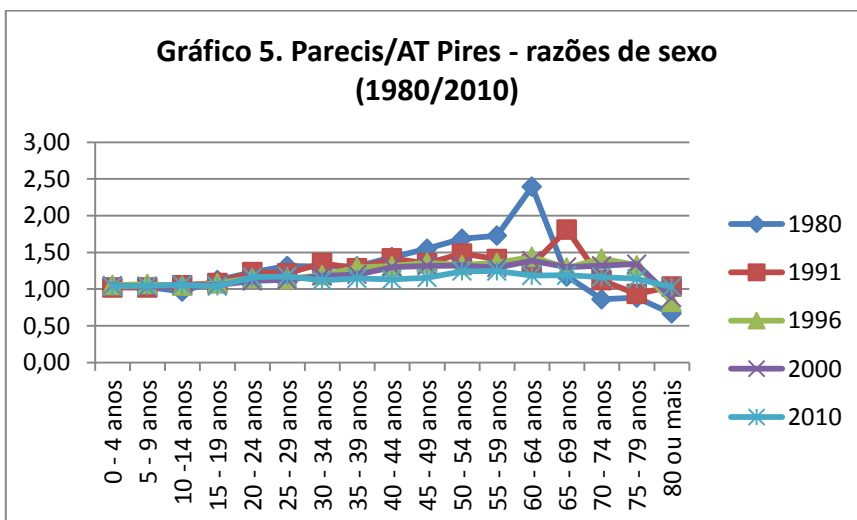
Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).



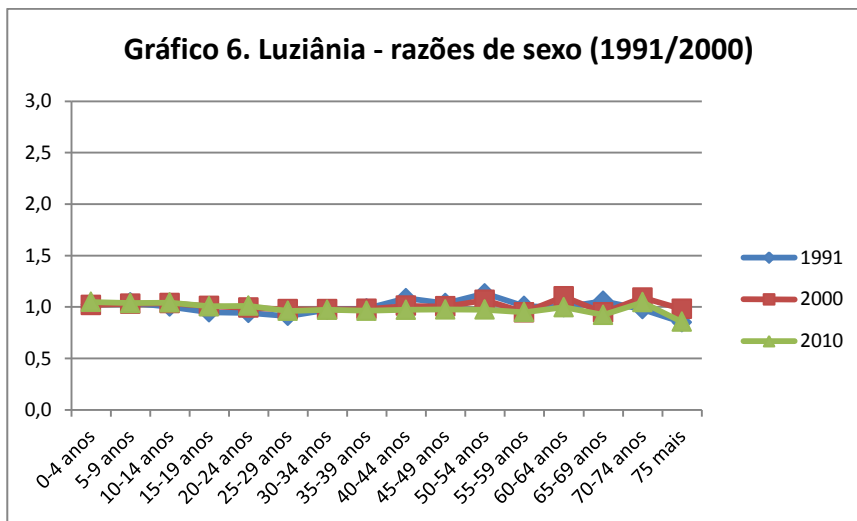
Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).



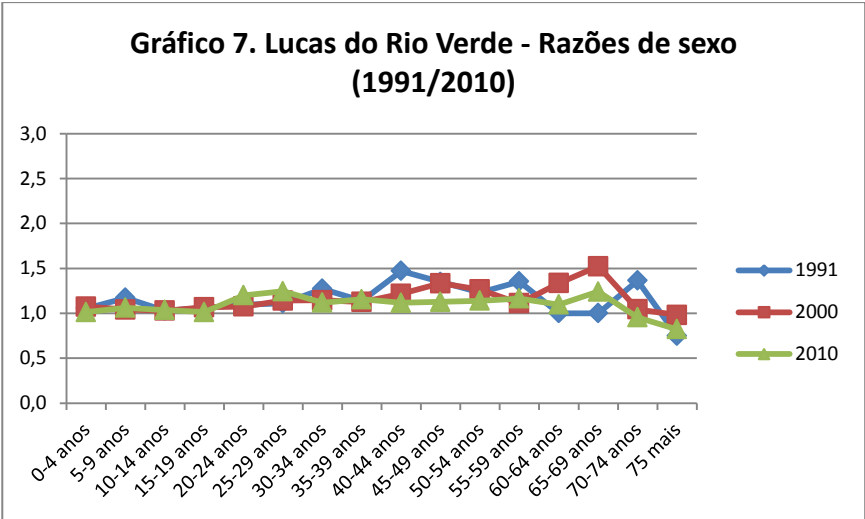
Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).



Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).



Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).



Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010).

ANEXO V

Tabela 1. Volume dos homicídios de homens por ano e por município - Entorno de Brasília (1991/2010).

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
1	10	7	7	1	0	0	2	2	3	4	3	2	5	5	3	2	1	2	6	5	70
2	62	54	57	73	80	94	83	67	41	151	125	141	188	218	227	240	244	245	300	325	3.015
3	5	7	12	15	18	37	35	29	55	67	88	81	62	52	86	83	54	114	126	136	1.162
4	16	15	11	18	11	18	18	30	17	28	41	51	36	48	41	22	22	50	30	38	561
5	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	1	0	1	0	2	2	1	13
6	5	3	5	4	1	2	4	6	1	6	2	4	8	4	5	2	3	7	3	7	82
7	25	15	17	15	13	14	21	19	21	30	25	43	35	35	42	48	54	41	42	41	596
8	1	5	4	2	2	6	4	1	9	4	8	4	10	6	5	6	11	6	8	15	117
9	1	3	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	7
10	5	5	3	2	5	1	4	1	3	10	15	12	17	20	10	16	20	25	30	21	225
11	1	2	1	1	3	0	1	2	1	0	2	3	1	1	1	0	0	0	0	1	21
12	3	6	0	1	1	3	3	0	0	1	4	5	12	10	2	5	2	15	8	13	94
13	2	4	2	1	0	1	3	0	2	2	0	8	0	2	5	0	0	1	1	0	34

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).

Tabela 2. Volume dos homicídios de homens por ano e por município - Parecis/Alto Teles Pires (1991/2010).

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
1	2	9	10	3	6	9	6	4	7	15	10	16	17	13	19	11	15	10	18	19	219
2	1	1	0	2	2	0	2	2	4	5	2	4	5	4	7	3	0	6	7	3	60
3	0	0	2	2	4	2	3	7	6	4	12	13	3	8	9	7	1	2	4	10	99
4	2	3	5	7	6	6	7	5	9	14	11	15	14	17	25	13	24	17	17	18	235
5	1	5	0	1	0	1	2	3	4	6	4	3	2	5	1	4	8	5	17	9	81
6	0	0	0	3	0	2	2	0	0	2	2	5	5	5	2	6	4	5	7	4	54
7	0	3	0	1	8	7	8	6	9	8	6	5	4	4	6	5	4	5	14	7	110
8	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	1	1	0	0	0	2	2	0	1	11

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010). Tabulações Especiais.

Tabela 3. Taxas de homicídio masculino por ano e por grupos de idade - Luziânia (1991/2010).

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
0-4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,1	0,0	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0	0,0
5-9	0,0	3,4	0,0	0,0	3,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0	0,0
10-14	0,0	0,0	0,0	0,0	3,4	6,4	12,4	6,0	2,9	0,0	2,7	5,2	5,1	2,5	9,6	2,3	6,8	15,5	4,3	23,1
15-19	13,9	47,9	28,6	30,8	21,7	57,8	51,1	42,0	56,4	21,2	70,6	77,4	63,6	92,8	121,1	129,2	100,9	113,7	123,8	138,2
20-24	48,0	76,3	37,8	47,2	81,1	48,3	71,1	33,3	42,5	15,9	101,9	56,7	66,0	135,0	133,0	155,4	153,1	165,0	134,7	146,5
25-29	75,0	37,7	48,7	41,7	58,9	55,4	52,2	52,4	18,5	23,2	76,2	74,1	48,1	85,8	98,6	88,6	88,6	109,5	122,3	112,4
30-34	52,7	32,9	30,9	43,5	27,2	38,3	43,9	52,4	38,6	16,5	50,8	36,7	59,1	51,3	44,0	61,0	89,6	64,2	47,6	87,3
35-39	37,6	49,1	78,6	12,2	51,3	26,6	54,6	32,4	21,6	20,2	50,4	29,7	67,7	71,8	91,9	53,5	54,4	29,0	52,8	69,4
40-44	53,4	39,6	45,8	17,0	55,1	21,9	40,6	56,4	23,3	16,2	46,0	19,4	46,1	39,4	49,9	27,6	48,8	35,6	30,4	57,8
45-49	60,1	41,6	25,6	71,0	0,0	70,6	37,2	68,8	15,9	29,3	41,5	58,8	30,9	35,0	27,5	46,7	44,1	50,9	52,4	41,3
50-54	57,3	35,6	0,0	61,6	0,0	0,0	37,2	0,0	10,8	20,0	28,3	0,0	8,4	39,6	7,5	28,2	26,6	37,7	17,8	55,9
55-59	0,0	0,0	0,0	0,0	61,1	94,9	17,7	16,5	30,8	0,0	13,5	101,9	24,0	22,6	10,6	30,1	47,2	8,9	33,5	39,5
60-64	33,1	30,9	57,6	0,0	25,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,9	0,0	30,7	14,6	41,7	26,4	25,2	24,0	45,6	32,6
65-69	46,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,1	0,0	90,5	0,0	40,8	58,1	0,0	34,9	49,7	31,5
70-74	0,0	73,2	0,0	0,0	0,0	110,1	51,3	0,0	0,0	0,0	0,0	36,3	0,0	0,0	59,5	0,0	26,1	73,1	0,0	21,4
75-79	128,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	191,6	60,1	0,0	53,4	0,0	0,0	89,2	42,0	39,5	0,0
80 ou mais	0,0	0,0	0,0	0,0	114,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	67,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41,4	38,9

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010). Tabulações Especiais.